

## LEITURAS DA GRANDE GUERRA

ANTÓNIO PAULO DUARTE PENSAR ESTRATEGICAMENTE PORTUGAL: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS POTÊNCIAS E A 1.ª GUERRA MUNDIAL ANICETO AFONSO E CARLOS DE MATOS GOMES HISTÓRIA DE UM LIVRO: *PORTUGAL E A GRANDE GUERRA* JOÃO MOREIRA TAVARES MEMÓRIAS DA GRANDE GUERRA NUNO LEMOS PIRES SOBRE PORTUGAL E A GUERRA NA FRENTE AFRICANA DA GRANDE GUERRA DE 1914-1918 MIGUEL FREIRE COMANDAR EM ÁFRICA JOSÉ LUÍS ASSIS RELATÓRIO DE UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO REALIZADA À 4.ª EXPEDIÇÃO A MOÇAMBIQUE HELENA PINTO JANEIRO A LONGA MARCHA DE NORTON DE MATOS PARA A GUERRA FÁTIMA MARIANO PRISIONEIRO RITA NUNES DESPORTO EM TEMPO DE GUERRA NATIVIDADE MONTEIRO MULHERES PORTUGUESAS EM TEMPO DE GUERRA (1914-1918) ÂNGELA SALGUEIRO A UNIVERSIDADE E A GUERRA MARISA FERNANDES A ARMA SUBMARINA NA ESTRATÉGIA ALEMÃ NA 1.ª GUERRA MUNDIAL PAULO COSTA A GUERRA NO MAR: ASPETOS MILITARES E CIVIS DO ENVOLVIMENTO PORTUGUÊS



## LEITURAS DA GRANDE GUERRA

ANTÓNIO PAULO DUARTE PENSAR ESTRATEGICAMENTE PORTUGAL: A INSERÇÃO INTERNACIONAL DAS PEQUENAS E MÉDIAS POTÊNCIAS E A 1.ª GUERRA MUNDIAL ANICETO AFONSO E CARLOS DE MATOS GOMES HISTÓRIA DE UM LIVRO: *PORTUGAL E A GRANDE GUERRA* JOÃO MOREIRA TAVARES MEMÓRIAS DA GRANDE GUERRA NUNO LEMOS PIRES SOBRE PORTUGAL E A GUERRA NA FRENTE AFRICANA DA GRANDE GUERRA DE 1914-1918 MIGUEL FREIRE COMANDAR EM ÁFRICA JOSÉ LUÍS ASSIS RELATÓRIO DE UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO REALIZADA À 4.ª EXPEDIÇÃO A MOÇAMBIQUE HELENA PINTO JANEIRO A LONGA MARCHA DE NORTON DE MATOS PARA A GUERRA FÁTIMA MARIANO PRISIONEIRO RITA NUNES DESPORTO EM TEMPO DE GUERRA NATIVIDADE MONTEIRO MULHERES PORTUGUESAS EM TEMPO DE GUERRA (1914-1918) ÂNGELA SALGUEIRO A UNIVERSIDADE E A GUERRA MARISA FERNANDES A ARMA SUBMARINA NA ESTRATÉGIA ALEMÃ NA 1.ª GUERRA MUNDIAL PAULO COSTA A GUERRA NO MAR: ASPETOS MILITARES E CIVIS DO ENVOLVIMENTO PORTUGUÊS

---

## NAÇÃO E DEFESA

*Revista Quadrimestral*

---

### **Diretor**

Vitor Rodrigues Viana

---

### **Coordenador Editorial**

Alexandre Carriço

---

### **Conselho Editorial**

Ana Santos Pinto, António Horta Fernandes, António Paulo Duarte, António Silva Ribeiro, Armando Serra Marques Guedes, Bruno Cardoso Reis, Carlos Branco, Carlos Mendes Dias, Daniel Pinéu, Francisco Proença Garcia, Isabel Ferreira Nunes, João Leal, João Vieira Borges, José Luís Pinto Ramalho, José Manuel Freire Nogueira, Luís Leitão Tomé, Luís Medeiros Ferreira, Luís Moita, Manuel Ennes Ferreira, Maria do Céu Pinto, Maria Helena Carreiras, Mendo Castro Henriques, Miguel Monjardino, Nuno Brito, Paulo Jorge Canelas de Castro, Paulo Viegas Nunes, Raquel Freire, Rui Mora de Oliveira, Sandra Balão, Vasco Rato, Victor Marques dos Santos, Vitor Rodrigues Viana.

---

### **Conselho Consultivo**

Abel Cabral Couto, António Martins da Cruz, António Vitorino, Bernardino Gomes, Carlos Gaspar, Diogo Freitas do Amaral, Fernando Carvalho Rodrigues, Fernando Reino, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, José Manuel Durão Barroso, Luís Valença Pinto, Luís Veiga da Cunha, Manuel Braga da Cruz, Maria Carrilho, Nuno Severiano Teixeira, Pelágio Castelo Branco.

---

### **Conselho Consultivo Internacional**

Bertrand Badie, Christopher Dandeker, Christopher Hill, George Modelski, Josef Joffe, Jurgen Brauer, Ken Booth, Lawrence Freedman, Robert Kennedy, Todd Sandler, Zbigniew Brzezinski.

---

### **Antigos Coordenadores Editoriais**

1983/1991 – Amadeu Silva Carvalho. 1992/1996 – Artur Baptista dos Santos. 1997/1999 – Nuno Mira Vaz. 2000/2002 – Isabel Ferreira Nunes. 2003/2006 – António Horta Fernandes. 2006/2008 – Isabel Ferreira Nunes. 2009/2010 – João Vieira Borges.

---

### **Núcleo de Edições**

Cristina Cardoso e António Baranita

### **Colaboração**

Luísa Nunes

### **Capa**

Nuno Fonseca/nfdesign

---

### **Normas de Colaboração e Assinaturas**

Consultar final da revista

---

### **Propriedade e Edição**

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)

---

### **Composição, Impressão e Distribuição**

EUROPRESS – Indústria Gráfica

Rua João Saraiva, 10-A – 1700-249 Lisboa – Portugal

Tel.: 218 494 141/43

Fax.: 218 492 061

E-mail: [geral@europress.pt](mailto:geral@europress.pt)

[www.europress.pt](http://www.europress.pt)

---

ISSN 0870-757X

Depósito Legal 54 801/92

Tiragem 750 exemplares

Anotado na ERC

---

***O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores***

---

---

<b>Editorial</b>	5
<b>Leituras da Grande Guerra</b>	
Pensar Estrategicamente Portugal: a Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial <i>António Paulo Duarte</i>	8
História de um Livro: <i>Portugal e a Grande Guerra</i> <i>Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes</i>	24
Memórias da Grande Guerra: Passado, Presente e Futuro <i>João Moreira Tavares</i>	33
Sobre Portugal e a Guerra na Frente Africana da Grande Guerra de 1914-1918 <i>Nuno Lemos Pires</i>	44
Comandar em África, 1914-1918: uma Abordagem Metodológica <i>Miguel Freire</i>	56
A Grande Guerra em África (1914-1918): Relatório de uma Comissão de Inquérito Realizada à 4.ª Expedição a Moçambique, Comandada pelo Coronel Tomás de Sousa Rosa <i>José Luís Assis</i>	70
A Longa Marcha de Norton de Matos para a Guerra: a Frente Governamental <i>Helena Pinto Janeiro</i>	81
Prisioneiros: a Face Esquecida da Guerra <i>Fátima Mariano</i>	91
Desporto em Tempo de Guerra: os Jogos Interaliados <i>Rita Nunes</i>	101
Mulheres Portuguesas em Tempo de Guerra (1914-1918) <i>Natividade Monteiro</i>	109
A Universidade e a Guerra: a Mobilização da Universidade Portuguesa Durante a Primeira Guerra Mundial (1916-1918) <i>Ângela Salgueiro</i>	122
A Arma Submarina na Estratégia Alemã na Primeira Guerra Mundial <i>Marisa Fernandes</i>	133
A Guerra no Mar Durante a Grande Guerra: Aspetos Militares e Cíveis do Envolvimento Português <i>Paulo Costa</i>	153

---

---

**Extra Dossiê**

A Primavera dos Faraós <i>Vasco Rato</i>	168
Why Democracy is its Own Worst Enemy? <i>Cristiano Cabrita</i>	199

---

O Instituto da Defesa Nacional realizou, em 8 de abril de 2015, um *workshop* inserido no projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”. Este projeto é desenvolvido pelo Instituto da Defesa Nacional, em parceria com o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, e conta com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da I Guerra Mundial.

Tirando partido da presença de vários historiadores portugueses dedicados ao estudo de Portugal na Grande Guerra, procurou fazer-se um levantamento do ‘estado da arte’ da historiografia nacional e expor as novas leituras historiográficas que estudam e analisam a participação de Portugal no primeiro conflito mundial. O decurso dos trabalhos veio revelar o dinamismo da historiografia contemporânea portuguesa que, desconstruindo o passado, possibilita ao futuro dispor de conhecimento bem fundamentado e de análise crítica rigorosa sobre um período particularmente dramático da história da humanidade e também de Portugal.

A importância do tema em debate impunha a publicação dos resultados desta investigação. Deste objetivo resultou o ‘*dossiê* especial’ publicado neste número da revista Nação e Defesa, a que designámos “Leituras da Primeira Guerra Mundial em Portugal”. Trata-se de um *dossiê* plural, que evidencia a variedade de investigações que podem decorrer da participação de um país num cenário de guerra. São o caso dos estudos sobre a mobilização da universidade portuguesa para a guerra ou dos prisioneiros portugueses na Alemanha, da história da emancipação das mulheres, assim como os estudos relativos ao desporto e sua relação com a contenda. Isso não impede que estudos mais clássicos, mas com ênfase em novas tecnologias ou em novas temáticas, até agora descuradas, permitam hoje uma leitura mais abrangente sobre o conhecimento da ação das forças armadas ou da política de guerra. É o caso do estudo dos relatórios dos comandantes-chefes nacionais, por exemplo o do futuro General Sousa Rosa, enquanto chefe das forças nacionais em Moçambique em 1918. É também o curioso estudo sobre a guerra submarina na costa portuguesa, com recurso a novas fontes de informação: os filmes elaborados pela *Kaiserliche Marine*. O papel dos submarinos alemães durante a guerra é, na sua vertente clássica, também aqui objeto de análise.

Importa salientar, pelo contributo para a promoção de um conhecimento mais abrangente, a possibilidade de acesso a novas fontes de informação, que atualmente servem de base a investigações em curso, permitindo uma melhor compreensão da intervenção de Portugal na Primeira Guerra Mundial, através de novos e mais amplos ângulos. De igual modo têm-se desenvolvido novos espaços, mais apelativos e abrangentes, de divulgação histórica junto do grande público.

Em ambos os casos, é relevante o trabalho que tem sido realizado pelo Arquivo Histórico Militar.

No *'dossiê especial'* agora publicado analisam-se, igualmente, questões mais técnicas dos arquivos ou da elaboração teórica dos projetos de investigação. É objeto de estudo a elaboração da obra "Portugal e a Grande Guerra. 1914-1918", um volume coletivo consagrado à participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, assim como os fundamentos do projeto de investigação "Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial", acima referido.

Mas esta diversidade de estudos historiográficos sobre a Primeira Guerra Mundial também evidencia uma evolução ao nível da Estratégia. Com as guerras mundiais, a Estratégia deixou de estar confinada ao vetor militar e teve de se alargar e ampliar, em razão da natureza de um conflito de largo espectro.

Este número da Nação e Defesa conta, ainda, com uma secção extra-dossiê. Vasco Rato aborda os processos de contestação popular que ficaram conhecidos como a "Primavera Árabe", argumentando que os regimes que utilizaram um grau elevado de violência aumentaram as suas probabilidades de sobrevivência. Porém, como ilustram os casos de Hosni Mubarak e Ben Ali, removidos da chefia do estado porque perderam o apoio das suas respetivas instituições militares, as forças armadas foram atores determinantes ao longo da "Primavera Árabe".

Por fim, Cristiano Cabrita analisa os desafios futuros que se colocam à democracia, argumentando que esta é, em certa medida, a sua pior inimiga, porque na ótica do autor, a maioria das questões que estão hoje em dia a ser debatidas resultam de um elevado grau de inépcia, apatia, alheamento e desinteresse por parte das democracias liberais.

Vítor Rodrigues Viana

# Leituras da Grande Guerra

# Pensar Estrategicamente Portugal: a Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial

António Paulo Duarte

*Investigador e Assessor do Instituto da Defesa Nacional. Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.*

## Resumo

Este texto apresenta o projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, e desenvolve algumas considerações de base em torno dos seus fundamentos e dos seus propósitos. Ele justifica igualmente o projeto de investigação no quadro das atividades promovidas pelo Instituto da Defesa Nacional, nomeadamente no que tange ao desenvolvimento do pensamento estratégico nacional. O projeto de investigação visa igualmente, para além da compreensão da realidade histórica, o desenvolvimento de conhecimento teórico sobre o poder dos pequenos e médios Estados e em consequência carrega uma dimensão prospetiva e estratégica.

## Abstract

*Thinking Portugal Strategically: the International Integration of Small and Medium Powers and the First World War*

*The paper presents the research project “Thinking Strategically Portugal: the International Integration of Small and Medium Powers and the First World War” and develops some basic considerations around its purposes. It explains the research project under the framework of activities promoted by the National Defense Institute, regarding the development of the Portuguese strategic thinking. Beyond an understanding of the historical reality, the project also has the objective of developing a theoretical knowledge concerning the power of small and medium states, carrying consequently, a prospective and strategic dimension.*

---

\* O projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial” é desenvolvido por uma parceria entre o Instituto da Defesa Nacional, o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Este projeto conta com o apoio da Comissão Coordenadora das Evocações do Centenário da Primeira Guerra Mundial do Ministério da Defesa Nacional.

## Introdução

O projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial”, visa responder a uma questão que está na matriz histórica do Instituto da Defesa Nacional, “O País que Somos”, e que retrospectivamente, é uma interpelação central para a compreensão da turbulenta história da Primeira República e da beligerância de Portugal na Grande Guerra, ambas, como já demonstrou Nuno Severiano Teixeira, indelivelmente interligadas (Teixeira, 1996).

Com efeito, o “País que Somos” constituiu uma das bases para a ação do Instituto da Defesa Nacional, uma “reflexão global sobre Portugal. Perdido o Império, regressávamos ao retângulo e Regiões Autónomas e recuava-se seis séculos na História (que país passávamos a ser?)” (Couto, 2014, p. 50).

O presente projeto de investigação não tem a pretensão de fazer semelhante estudo, sendo os seus propósitos bem mais modestos. Todavia, pode perfeitamente inserir-se na linha de ação do “País que Somos”. Este projeto de investigação visa, no limite, mais do que estudar o poder dos pequenos Estados genericamente, analisar o poder de Portugal, como pequeno Estado que hoje é. A disciplina de Relações Internacionais e muitas outras afins tendem a ver os pequenos Estados como atores de poder muito limitado – *powerless*, expressão inglesa, que talvez traduza da forma mais expressiva a ideia de pequeno poder, de poder deslizante ou declinante, quase sempre como que esvaziado de capacitação real.

Não obstante esta leitura, arquetípica nas Relações Internacionais, na realidade, a história do último centénio parece contrariar esta visão. Com efeito, em 1914, existiam no mundo, como Estados considerados independentes, menos de 50 entidades. Hoje, são cerca de duzentas, e se a essas se acrescentarem numerosas organizações internacionais ou, por exemplo, grupos terroristas, o número de atores internacionais aumenta consideravelmente, talvez para o meio milhar. Se algo há que evidencia a história contemporânea, é o facto dos pequenos Estados parecerem ter bem mais poder do que uma leitura apressada da realidade parece indiciar. Fica a questão de saber se são assim tão pequenos como julgamos?

Portugal é um Estado pequeno. Em população e em dimensão terrestre, sem dúvida que será um pequeno Estado: cerca de 10 milhões e 400 mil habitantes e 92 mil km<sup>2</sup>. Em termos demográficos e territoriais, a sua posição põe-no a meio da tabela no conjunto dos Estado mundiais.<sup>1</sup> Não obstante, é um dos países mais velhos do

---

1 Em termos demográficos, e de acordo, por exemplo, com os dados retirados do *CIA Fact Book*, Portugal está na 81.ª posição em termos demográficos. Veja-se “Country Comparison – Population”, *The World Fact Book*, disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016. Em termos de dimensão terrestre, Portugal, de acordo com o *CIA Fact Book* está em 111.º lugar. Veja-se

globo, com uma história ininterrupta até ao século XII da Era Cristã. E foi o primeiro império e o último império do que alguns denominam de Era Gâmica (o período da hegemonia europeia no globo, que dura, grosso modo, de 1500 a 1950). Para um suposto pequeno Estado não parecem ser feitos de somenos.

Interessa por isso entender o poder de Portugal, no quadro abrangente de uma leitura do poder dos pequenos Estados. Mas não se pretendia um estudo feito numa imensa longa duração de doze séculos. Até porque o conceito de Portugal como pequeno Estado pode não ser compaginável com cada uma das estruturas ou conjunturas históricas em que o país viveu. De facto, e só para dar um exemplo bem visível, mega países como os Estados Unidos da América ou a Rússia não existiam no hoje denominado ocidente até ao século XIX. Na realidade, muito provavelmente, Portugal seria um Estado de bem grandes dimensões no século XIV, quando comparado com outras entidades políticas da Europa. Ora, considerando esta perspectiva, impunha-se delimitar um período que pudesse servir de base a um conhecimento profundo sobre o papel que pequenos países podem ter no quadro internacional e como eles podem contribuir para este tablado e o que dele podem extrair em termos de vantagens e poder para si.

A Primeira Guerra Mundial é vista como fundadora da contemporaneidade. A “sua longa sombra” ainda hoje se estende na Europa e no mundo, em geral, sob múltiplas formas positivas e negativas.<sup>2</sup> Portugal foi um dos beligerantes da guerra. Fê-lo acompanhando os vencedores da contenda. A Primeira Guerra Mundial foi paradoxalmente a última grande guerra imperialista da Europa e a primeira guerra em que a defesa do direito, da legalidade internacional e da democracia se configurou como motivo axial da contenda por parte de um dos lados (Henig, 2010, pp. 12-23; Payne, 2011, p. 24; Duarte, 2014, pp. 74 e 79-80). Na realidade, a multiplicação de pequenos Estados no sistema internacional começa com o termo da Primeira Guerra Mundial e com o princípio da segurança coletiva que dela nasce e inverte de certo modo a evolução, que à altura se via como natural, de progressiva redução do tablado internacional a meia dúzia de superpoderes.<sup>3</sup> Com efeito, por volta de 1500, a Europa teria cerca de 200 entidades políticas que se poderiam configurar hoje como Estados (Tilly, 1994, p. 42). Esta mesma Europa estaria reduzida a cerca de 20 entidades independentes (incluindo-se aqui o Império Otomano) em

---

“Country Comparison – Area”, *The World Fact Book*, em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016.

- 2 Título de um interessante livro de David Reynolds (2013) que estuda e diseca o impacto da Primeira Guerra Mundial na história posterior da Europa, no essencial.
- 3 Esta visão era particularmente forte na geopolítica alemã. Vejam-se a conceção de pan-ideias e sua relação com as quatro pan-regiões em que se deveria organizar o mundo na geopolítica de Karl Haushofer (Losano, 2009, pp. 276-77).

1900, num mundo quase que completamente partilhado por algumas soberanias europeias. Todavia, hoje são cerca de 40 as soberanias que habitam a Europa (sobre estas questões, ver igualmente o último capítulo deste texto).

Este período é, por isso, assim se julga, muito relevante para o estudo dos pequenos Estados e do seu poder. Uma guerra que começa por ter um cunho imperialista, e em que existem numerosos projetos de carácter imperialista,<sup>4</sup> termina todavia pela afirmação dos pequenos Estados e dos pequenos poderes. Eis a relevância do estudo da Primeira Guerra Mundial para a interpelação do poder dos pequenos Estados e do poder de Portugal em particular.

Mas para estudar Portugal e o seu poder, interessa compreender o poder dos pequenos Estados, de modo a visualizar aquilo que resulta de especificidades conjunturais portuguesas e que só podem ser manuseadas em situações muito particulares e epocais, daquilo que deriva de capacidades genéricas, aplicáveis por numerosos pequenos poderes e que pode ser universalizado em alguma fórmula teórica mais substantiva e fundamentada. A comparação de diversas realidades numa mesma época, envolvidas nas mesmas situações, torna-se por isso de maior relevo para perceber o que é intrínseco e distinto daquilo que é semelhante e geral. Assim, considerou-se que o projeto pode ser trabalhado em redor de três grandes pontos. A posição internacional de Portugal e a Primeira Guerra Mundial, na qual se observa qual era a posição do país na conjuntura estratégica que então se vivia, se confronta esta com a de outros pequenos Estados e se vê quais eram as capacidades e o poder de que dispunham, e de onde cada um extraía as suas fontes de capacitação. O segundo ponto lida com a relação entre a estratégia nacional e a estratégia militar e se observa, também num modo comparativo, da sua relevância para o poder dos pequenos Estados. Neste campo é relevante saber, numa situação em que habitualmente se relaciona o poder militar com a grandeza e pujança da potência de cada Estado, o papel que as Forças Armadas de pequenos estados podem ter, para mais em guerras da dimensão da Primeira Guerra Mundial. Por último tentar-se-á, dentro do que uma sólida ponderação impõe, levantar o que o passado pode dizer ao presente na construção que este tem de fazer do futuro. São as lições do passado que podem servir as estratégias que edificam o futuro.

### **A Posição Internacional de Portugal e a Primeira Guerra Mundial**

É relevante para esta investigação compreender a leitura que os portugueses faziam da posição internacional do país e subsequentemente, dissecar as razões para a beligerância e para a resistência ao intervencionismo, explorando ainda

---

4 Um dos mais notáveis estudos sobre os programas e objetivos políticos e estratégicos das grandes potências, e não só, porquanto também trata por exemplo da Bélgica, durante a Primeira Guerra Mundial, é o trabalho de Georges-Henri Soutou (1989).

o impacto de ambas as posições no imediato pós-guerra em termos externos e internos.

No fundo, como salientou António Telo (2014, p. 11), com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, Portugal e os portugueses dividiram-se em dois campos: os guerristas e os antiguerristas, seguindo duas leituras distintas do que era e do que deveria ser o país.

Não obstante, essa divisão não deriva especificamente do aparecimento da conflagração mas insere-se no debate e no conflito político por que passava Portugal nas décadas iniciais do século XX e que já tinham conduzido à revolução republicana de 1910. E este conflito político intenso, de “larvar guerra civil” (Duarte, 2015a), pontuada por curtas e “intermitentes guerras civis” (Rosas, 2007), espelhava a profunda divisão sobre a identidade de Portugal, e sobre o porvir do país, da sociedade portuguesa que detinha capacidade de influência política, e que se ampliara com o crescimento urbano, fundamentalmente de Lisboa e com a introdução de novas classes sociais como atores políticos (a burguesia média e o operariado urbano). O período republicano é, na realidade, um período em que novos atores passam a participar da política, questionando o poder da clássica oligarquia que governava o país. É a profunda crise do sistema regenerador liberal oligárquico português de que fala Fernando Rosas (2003, pp. 13-24). Ora, é no quadro dessa profunda crise sistémica do sistema político liberal oligárquico português – e que é comum a outras sociedades do sul da Europa – que se deve enquadrar a questão da beligerância nacional.

A beligerância portuguesa não deriva de uma postura nacional, nem resulta de um consenso entre os portugueses em torno da posição de Portugal na Grande Guerra. Ela advém de uma política de partido, política essa que se impõe à sociedade portuguesa por via da apropriação por esse partido do poder do Estado. Com efeito, hoje parece ser consensual na historiografia portuguesa, que a beligerância nacional resulta da política guerrista, política essa conduzida por um pequeno núcleo de políticos nacionais e aliados, unidos em redor do Partido Republicano Português, conhecido à época como o partido democrático (Teixeira, 1996; Telo, 2014; Meneses, 2015; Duarte, 2015a). Todavia, o Partido Republicano Português era a mais poderosa força partidária nacional (Rosas, 2003, pp. 39-41), a única força política verdadeiramente organizada. E foi essa capacidade que não só permitiu ao Partido Republicano Português controlar o poder, como impor ao país a intervenção na Primeira Guerra Mundial.

Não obstante, interessa inserir o desiderato da beligerância no quadro de uma leitura politicamente motivada e de uma visão política. Com efeito, toda a política tende ao agir de uma comunidade e demanda, em sequência, mobilizar um coletivo com vista a dispor da capacidade para induzir e catalisar o movimento de uma dada sociedade em direção a um determinado desiderato conjunto, que ela, a polí-

tica, observa com sendo o bem comum dessa coletividade. A mobilização de um dado coletivo implica, por conseguinte, que o propósito final sirva, de algum modo, o ideal de bem comum e é a relação entre o ideal de bem comum e a mobilização para o alcançar que cimenta um dado coletivo e estrutura-o internamente. Este coletivo, como é óbvio, tanto pode ser um partido ou uma corporação ideológica, como uma comunidade nacional, ou até no limite, uma empresa. E nesse sentido, toda a ação política só consegue ser consequente se é capaz, de algum modo, para alcançar um determinado bem comum, de mobilizar uma massa muito razoável de uma coletividade humana.<sup>5</sup>

Todavia, não basta observar a ação política como se relacionando estritamente com um determinado bem comum, porquanto o desiderato político, para ser alcançado, implica que o coletivo que o almeja consiga perdurar para que este seja efetivamente atingido. Por outras palavras, a perdurabilidade e a sobrevivência de um coletivo político é tão relevante, quanto o propósito final que almeja. Na verdade, sem assegurar o primeiro, dificilmente se atingirá o segundo. Isto significa que os proponentes de um dado ideal político têm igualmente de considerar as adaptações ao contexto específico que lhes augurem a perdurabilidade enquanto buscam atingir uma situação teleológica que corresponde ao seu ideal de bem comum. Contexto e ideal, em geral, vivem em tensão.<sup>6</sup>

Para a questão que se interpela neste texto, ou seja, a beligerância portuguesa no quadro da Primeira Guerra Mundial e a sua relação com a oposição entre guerristas e antiguerristas, é imprescindível considerar a crise por que passava o projeto radical republicano, passados pouco mais de quatro anos sobre a implantação da República, e a leitura de que a conflagração europeia era a solução para todos os dilemas que o afetavam (Telo, 2010, pp. 299-300), e esta tensão concreta da política republicana evidencia a distinção entre o objetivo teleológico (o bem comum) e o contexto,

---

5 Uma primeira aproximação a esta conceção, de que a identidade coletiva e comunal, como é o caso da nação, é objeto de uma construção consensualizada para um ideal de bem comum que une os elementos dessa entidade, foi desenvolvida em Duarte (2012, pp. 4-6).

6 De uma outra forma esta ideia é referida por Jack Snyder, na troca de correspondência com Jack Levy sobre a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Snyder afirma que a eclosão da guerra parte de duas dinâmicas, as estruturais e as contextuais. Uma delinea os fins últimos que um Estado procura assegurar e alcançar no quadro dos dilemas estruturais em que vive. Outra resulta das dinâmicas próprias da situação que existe em cada momento temporal específico. Dinâmicas estruturais e conjunturais interagem entre si e explicam as decisões e as ações dos Estados. No que se refere à Primeira Guerra Mundial, e de acordo com esta lógica, Snyder considera 1914 como o ano que todas as potências viram como o melhor para iniciar uma grande guerra, mas esta decisão resultou, não só das lógicas competitivas inerentes às disputas de poder dentro da Europa, mas também porque o contexto em que cada uma estava parecia tornar o futuro bem mais negativo, e a possibilidade de essa visão pessimista acontecer, justificava o risco de ida para uma contenda global. Veja-se Snyder (2015, pp. 215-217).

em que se joga a perdurabilidade da sua política, e é essencial para compreender a inserção de Portugal na Primeira Guerra Mundial.<sup>7</sup>

Com efeito, para a liderança “democrática” e para a visão ideológica do radicalismo republicano, a guerra europeia era a última grande oportunidade de redimir o projeto republicano. Mobilizar o país para a guerra era o instrumento catalítico de reconciliação entre a República e os portugueses, ao mesmo tempo que a afirmação nacional no exterior demonstraria à Espanha e à Grã-Bretanha, não só a unidade nacional, como a pujança da nação redimida e a faria participar em plena equidade com estes países do sistema internacional (Telo, 2010, pp. 300-302; Duarte, 2015a, pp. 90-91). Era isto que um dos mais fervorosos guerristas queria dizer e se propunha fazer em 1914:

“Este momento fornece-lhe (a Portugal) um ensejo único na sua história de adquirir personalidade. Se o abandona é uma nação perdida. O meu ponto de vista é este. Portugal deve assumir sem tergiversações o papel de aliado da Inglaterra e dar-lhe o pouco que pode dar-lhe, mas dar-lho e não esperar que ela o exija ou o tome por suas mãos. (...). Pela primeira vez na história da nossa velhíssima aliança ter-lhe-emos dado e não pedido concurso” (Chagas, 1914, p. 132).

Tendo em conta o que se foi aqui afirmando, interessa igualmente a comparação com outros pequenos Estados que participaram ativamente e com sucesso na Grande Guerra. Na realidade, uma leitura comparativa parece indiciar que o caso português está muito longe de ser original, e que noutros países, como aqui, interesses de partido e objetivos de prestígio, paridade e equidade internacional terão movido outras pequenas nações para a conflagração. Muito provavelmente, por curioso que possa parecer, e fascinante como tese da origem da Grande Guerra, a Sérvia poderia ter desenvolvido, à sua maneira, uma estratégia de confrontação que induziria fatalmente a um confronto entre a Rússia e a Austro-Hungria. Como terá referido Jack Levy, em 1914, de todos os envolvidos no jogo de poder internacional, a Sérvia era o que tinha mais a ganhar com uma guerra mundial e tudo a perder se esta não se desencadeasse.<sup>8</sup> Estas leituras podem e devem questionar a

---

7 Usa-se aqui um conceito – o de perdurabilidade – que se retirou dos estudos de Fernando Rosas sobre a perduração no poder de Salazar e do Salazarismo e que tem a sua versão mais elaborada na obra de Rosas (2013).

8 Afirmação ouvida a Jack Levy numa conferência que pronunciou no Instituto da Defesa Nacional em 1 de outubro de 2014 no Seminário Internacional *Small Power is a Power? The role and resilience of small and medium powers during the Great War, 1914-1918*, Sessão Plenária VI – A Grande Guerra entre as Relações Internacionais e a História. Na correspondência que trocou com Jack Snyder a propósito das causas da eclosão, Levy afirma que em 1914, apesar de todas as grandes potências protagonistas estarem dispostas a arriscar a uma conflagração, nenhuma estava disposta a produzir uma guerra mundial (que o autor define como consequência da beligerância, ao lado da *Entente* franco-russa, da Grã-Bretanha). Esse seria o caso da Alemanha

ideia de pequenos Estados inermes – *powerless* – em face de colossos vizinhos. Pelo contrário, os pequenos Estados parecem igualmente dotados daquilo a que os anglo-saxónicos chamam de *agency*, que talvez se possa traduzir por agenciamento, ou seja, de capacidade de intervir com autonomia própria no quadro do tablado internacional, e mais relevantemente, de o influenciar.

Não deixa por isso de ser relevante a observação de João Chagas, um dos mais aguerridos propugnadores da nossa beligerância na Grande Guerra, quando em plena contenda, via descorçoado, o quão diferente acabara por ser o esforço e o conseqüente prestígio, quando comparava a prestação da Sérvia ou da Austrália, com a nossa:

“Alistaram-se até aqui no exército inglês 426.000 recrutas australianos. (...). A Austrália tem pouco mais de 4 milhões de habitantes. Portugal tem 6 milhões de habitantes. Forneceu penosamente um esforço de 45.000 homens e conclui tudo por um desastre” (Chagas, 1918, p. 166).

### **Estratégia Nacional e Forças Armadas**

O projeto de investigação visa igualmente estudar os processos de modernização militar das pequenas potências no quadro da sua inserção no sistema internacional e no contexto de crises e conflitos internacionais, de forma a aprofundar a questão da participação portuguesa na Grande Guerra e os mecanismos pelos quais pode Portugal enviar forças expedicionárias modernas e projetar poder bélico para teatros de guerra muito sofisticados e profundamente exigentes.

Interessa aqui debater uma visão: a de que as forças armadas nacionais tiveram como principal múnus, nos conflitos internacionais do século XX, a “experiência expedicionária”, a intervenção militar em cenários externos ou exteriores ao território metropolitano e como esta peculiar situação se compagina com a característica debilidade do poder bélico português (Duarte, 2015b). Interessa também aprofundar o conhecimento sobre o pensamento estratégico nacional e o pensamento estratégico militar nas suas vertentes naval, terrestre e aérea: trata-se de ver qual o impacto da Grande Guerra na compreensão que em Portugal se fazia dos fenómenos conflitual e estratégico.

Na realidade, a experiência militar portuguesa como força expedicionária não desponta com a Primeira Guerra Mundial. Pode-se afirmar que a origem desta experiência, na época contemporânea, se inicia com as expedições de conquista do ultramar no final do século XIX. Estas expedições mobilizam todavia quanto mais, alguns poucos milhares de homens. Todavia repetem-se ao longo da última década

---

que até ao fim assumiu erradamente que poderia assegurar a neutralidade britânica numa guerra continental, e quando se apercebeu de que Londres interviria, tentou algumas manobras diplomáticas de última hora para o evitar (Levy, 2015, pp. 210-211).

do século XIX e em princípios do século XX. E no total, fazem com que algumas dezenas de milhares de soldados cumpram missões de pacificação (guerra) no ultramar durante estes cerca de vinte anos.<sup>9</sup>

O envio de uma força militar para a Flandres em 1917-1918 – o Corpo Expedicionário Português (CEP) – é, na realidade, de uma dimensão muito maior. Está a falar-se de cerca de 60 mil efetivos, e para um teatro de operações com características radicalmente diferentes do africano. Em 1916 foi igualmente enviada para Moçambique uma poderosa expedição militar, que contaria com cerca de 5 mil efetivos (Arrifes, 2004, p. 126, nota 53), grande para o que seria habitual, não seria todavia de uma dimensão absolutamente destoante para o tipo de expedições que usualmente eram enviadas para o continente africano, em redor de alguns milhares de homens, em geral. O caso do Corpo Expedicionário Português eram assim um facto excecional. Mas seria excecional os seus propósitos e o seu desiderato final ou poder-se-ia enquadrar numa lógica política nacional, independentemente de a beligerância ter sido uma imposição de um partido? Por outras palavras, poderia o CEP, num quadro distinto e mais consensual ter existido igualmente?

Esta questão é relevante, tanto mais, como já se referiu, a beligerância portuguesa na Grande Guerra não é uma postura nacional, mas uma posição de partido, um partido hegemónico no quadro partidário português, mas que não representava de facto a efetiva vontade da maioria dos habitantes do país. Aqui, entra de novo em campo a relação entre os propósitos a almejar do coletivo político e as dinâmicas do contexto, em que se joga a perdurabilidade política necessária para prosseguir os objetivos teleológicos de um dado coletivo.

Os objetivos formais da beligerância são enunciados de antemão:

“... que a sorte de Portugal está ligada à sorte da Inglaterra e da França ...”; [...]  
“Poderíamos evitar a guerra se houvéssemos encarregado a Espanha de dirigir a nossa política externa, se abdicássemos da nossa personalidade europeia”; [...]  
“... foi o nosso passado que nos lançou na guerra a fim de garantir o nosso futuro”; [...]  
“... a aliança de Portugal com a Grã-Bretanha, em vez de significar vassalagem, significa autonomia e independência.” (Pascoaes, 1916, pp. 109-111).

Mas estes objetivos formais, tão expressivamente postos por Teixeira de Pascoaes, demonstram subliminarmente os objetivos reais que o intervencionismo democrático pretendiam alcançar com a guerra e que resultavam da busca, num contexto particularmente negativo, da perdurabilidade necessária à consecução posterior do

---

9 Uma informação sobre os efetivos das expedições para África entre 1891 e 1901 pode-se encontrar em Arrifes (2004, p. 295-Anexo I). Os dados referem-se às despesas mas indicam a composição, em efetivos, das expedições e vão de quase 3 mil efetivos em 1895 a pouco menos de 400 em 1901. Sobre o efetivo do CEP, ver por exemplo, Fraga (2010, p. 657, anexo 7).

projeto radical republicano. Estes objetivos passavam pela imprescindível necessidade de condicionar e constringer a liberdade de ação da Grã-Bretanha e da Espanha em relação a Portugal, por um lado, para ampliar a liberdade de ação interna do radicalismo democrático, adquirida por outro lado, pelo prestígio internacional e a paridade estratégica que supostamente a governação do Partido Republicano Português asseguraria com a beligerância nacional. A paridade estratégica que com a beligerância nacional os proponentes do intervencionismo pretendiam alcançar, inscrevia-se na sua busca de perdurabilidade interna e serviam o seu propósito de sobrevivência, a única forma com que assegurariam o triunfo último dos seus ideais políticos. A estratégia intervencionista servia, assim, a perdurabilidade política dos radicais republicanos, ação essa que tanto visava condicionar e constringer oponentes internos como adversários externos (a Espanha e a Grã-Bretanha). É isso que o texto de Teixeira de Pascoaes quer em última análise afirmar, ao usar termos como “personalidade europeia”, “autonomia” e “independência”, não “vassalagem”, na aliança com a Grã-Bretanha, e “garantia do nosso futuro”.

Dito isto, é também imprescindível observar que uma política, por muito delirante que possa no final verificar-se que foi, também tem de laborar sobre elementos contextuais compreensivos para a realidade coeva e de algum modo sirvam para mobilizar a sociedade em prol da sua consecução. É nesse sentido preciso talvez interpelar a natureza da percepção que os próprios portugueses tinham de si em 1914. Seria Portugal um país pequeno? Ou como dizia o Ministro da Marinha Celestino de Almeida em 1911, em plena Câmara dos Deputados, Portugal, com um domínio “colonial extensíssimo e valiosíssimo”, a “quarta nação do Mundo em preponderância colonial” era “grande nas nossas colónias”, em suma, com as colónias, a nação era um poder a contabilizar na Europa e no Mundo (Almeida, 1911, p. 4). A situação geopolítica de Portugal em 1914, e do regime republicano em particular, isolado numa sociedade arcaica internamente e assediado internacionalmente, sob pressão de diversas grandes potências, e em que se negociava a partilha das colónias portuguesas, instava à ação as correntes mais radicais do republicanismo. O intervencionismo, como asseveração da personalidade própria e autónoma de Portugal no tablado internacional, servia a afirmação de uma República periclitante, e dentro dela, daqueles que se viam como a sua mais pura linha ou corrente ideológica. O contexto anterior à guerra era altamente desfavorável ao regime instituído em 1910 e, para os radicais republicanos, qualquer concessão, interna ou externa, traria de novo a Portugal o regime monárquico, pelo que a guerra era a grande oportunidade de quebrar os impasses da República e dirimir a quadratura que a entibiava, a interna e a externa. O prestígio internacional e a unidade nacional que a intervenção na guerra poderia aportar seriam o bálsamo que revitalizaria a República, a República pela qual ansiavam os radicais republicanos (Duarte, 2015a).

Ora o intervencionismo só seria conseqüente com uma intervenção robusta no principal teatro de guerra da Primeira Guerra Mundial, a Flandres, e com um esforço militar à altura daquele campo de batalha. A defesa das colónias era relevante, mas evidentemente menor, quando o que se jogava na beligerância nacional era assegurar a sobrevivência do regime por via de uma ação de grande visibilidade internacional e potencial grande prestígio global. É plausível pensar que para os intervencionistas, para os guerristas, 60 mil homens não fosse suficiente para tão estrondoso fim. É credível pensar que julgavam possível mobilizar até 100 mil, talvez posteriormente chegar aos 300 mil homens e estacionar na Flandres um verdadeiro exército português. Esta visão é dita na revista *Águia*, em 1916, por um autor francês (Lebesgue, 1916, p. 167). Mas não seriam estas palavras, o sonho dos guerristas, ditas ademais por um notável e reputado autor estrangeiro, para mais francês, dado ser impossível evidenciar de forma tão clara o que se pretendia fazer com o envio de uma força expedicionária portuguesa para França, considerando a resistência do país à participação na guerra?

Essa força expedicionária, não seria, na leitura guerrista, um ponta-de-lança para a modernidade? Porquanto o contacto com uma realidade moderna e altamente sofisticada transformaria o Exército português, arcaico e politicamente retrógrado, num novo elemento, profundamente metamorfoseado e num aguilhão de contemporaneidade? Pode-se ponderar como linha de partida para esta investigação que a participação efetiva no teatro de guerra mais exigente seria assim um fator de modernização da máquina militar, tanto em termos técnicos, como, e mais relevante, em termos políticos e ideológicos. É preciso lançar igualmente esta hipótese adicional: porquanto em parte isso acabou por ser verdade – a modernização do Exército – mas não no sentido procurado pelos republicanos radicais e pelos guerristas. O Exército português profissionalizou-se mais e adquiriu uma personalidade mais própria e vincada, um maior sentido corporativo, que, dada a incapacidade que se teve no pós-guerra de renovar a República, conduziria inevitavelmente à Ditadura militar e ao “Estado Novo”, pelas espadas guardado. Seria o grande paradoxo do intervencionismo: armar a mão que liquidaria a Primeira República. Será que assim foi?

### **Lições do Passado: Estratégias Para o Futuro**

O projeto de investigação permite, ademais, introduzir uma questão relevante para o Portugal contemporâneo: o papel, tendo em conta as capacidades e as vulnerabilidades dos pequenos Estados como Portugal, no contexto das crises e guerras internacionais. Para mais hoje, em que tal como então acontecia, está-se inserido no quadro de uma transição de poder mundial.

Este estudo insere-se, assim, na mais relevante missão do IDN:

“O IDN tem como missão principal o apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação das questões de segurança e defesa.”

E como visão:

“Constituir-se como o principal centro português de pensamento estratégico sobre as questões da segurança e defesa nacional, através das suas atividades de investigação, formação, debate, divulgação e produção doutrinária; contribuir para o desenvolvimento de uma consciência nacional de segurança e defesa, constituindo-se como plataforma de encontro entre as instituições de segurança e defesa nacional e a sociedade.”<sup>10</sup>

Pensar estrategicamente, significa ler a realidade à luz de uma visão estratégica, isto é, uma ótica englobante, alargada, transversal e global (Coutau-Bégarie, 1999, pp. 403-407) – holista como se usa hoje dizer – que visa sobrepujar as resistências e oposições com que cada ator coletivo – na modernidade, em geral, um Estado – se defronta. Ademais, a estratégia pensa prospectivamente, visa agir no presente para edificar o futuro. E por isso parte da visão do futuro para o presente, e retorna ao porvir por ela transformado e burilado (Duarte, 2013, pp. 55-56). É por isso que a estratégia, diz H. Coutau Bégarie (1999, pp. 416-417), tem a dimensão militar como apenas uma das suas dimensões. Hoje, pensa a questão conflitual num quadro de vulnerabilidades e de potencialidades que possam colmatar aquelas, em suma, com uma visão englobante e englobadora.

E nesse sentido estamos a falar de um estudo que naturalmente mobiliza a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. A estratégia pensa estruturalmente, e assim, aqui se liga à História. Pensar em termos estruturais significa refletir sobre as linhas de longa duração que afetam a realidade de cada sociedade em contextos próprios e específicos. Como refere Walter Benjamin, cada situação temporal, cada contexto histórico é composto por uma constelação de tempos distintos na sua origem e no seu próprio tempo que se fundem num dado momento muito preciso, como um relâmpago, diz o autor metaforicamente (Benjamin, 2010, pp. 20 e 155). A compreensão de um dado acontecimento não deriva só do momento em que acontece, porquanto este traz com ele uma ampla riqueza de temporalidades diferenciadas, todas o afetando. Ora, o estudo do poder dos pequenos Estados durante a Grande Guerra não se limita ao tempo da guerra propriamente dito, mas discorre de outras temporalidades, que influem sobre as mentes e os acontecimentos coevos.

Ora, exatamente por essa razão, pode ser de maior relevo para o estudo e a compreensão da realidade presente e futura dos pequenos Estados, o conhecimento que se

---

10 Veja-se a “Apresentação do IDN” no *site* do Instituto da Defesa Nacional, em [http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao\\_IDN.pdf](http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf), consultado em 28 de setembro de 2016.

adquirir sobre a Primeira Guerra Mundial, tanto mais quando esta lança ainda uma “grande sombra”, para o bem e para o mal, sobre a história contemporânea da Europa e do globo. E desse ponto de vista, o estudo da Primeira Guerra Mundial sobre o poder dos pequenos Estados pode ser elucidativo a dois níveis: o histórico, dada a possível influência da Primeira Guerra Mundial na evolução deste tipo de entidades; e o teórico, considerando os aportes que um estudo ou investigação de um determinado período histórico podem trazer para o conhecimento geral do poder dos pequenos e médios Estados.

Neste sentido, e como ponto de partida de uma análise mais vasta, pode-se levantar pelo menos um dado interessante. Com o fim da Primeira Guerra Mundial e a história posterior da Europa e do mundo deu-se o fenómeno da multiplicação dos pequenos e médios Estados no continente e depois globalmente. Com efeito, em 1914, a Europa era composta por 23 Estados independentes, sendo uma boa parte do globo controlado por um reduzido número de soberanias europeias (seriam sete os Estados europeus que em 1914 tinham soberania efetiva sobre territórios ultramarinos de grande dimensão, a saber: Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Portugal, Itália e Holanda; note-se que destes cinco, três seriam hoje catalogados como pequenos Estados).<sup>11</sup> Globalmente, em 1914, haveria no mundo cerca de 40 Estados considerandos como independentes, sendo que a soberania de alguns era de duvidosa efetividade (caso da China ou da Pérsia, por exemplo). Hoje, a ONU reconhece 195 Estados com efetiva soberania.<sup>12</sup> E a Europa viu duplicar o número de Estados independentes e soberanos (são hoje mais de 40), quase todos eles de pequena ou média-pequena dimensão.<sup>13</sup> Assim, apesar de duas guerras mundiais e de um grande conflito entre superpotências, terá acontecido o inverso do que a geopolítica do início do século XX considerava como natural. Em vez de uma redução massiva de Estados, engolidos por super-impérios ou pan-regiões, temos a multiplicação de pequenas entidades nacionais. Como ponto de partida de um projeto de investigação sobre o poder dos pequenos Estados, não poderia ser dado mais fascinante.

Contribuir, assim, para aprofundar o conhecimento que campos como as Relações Internacionais, os Estudos de Segurança, a Estratégia e a História Internacional têm do papel dos Estados mais pequenos em momentos decisivos na vida internacio-

---

11 Poder-se-ia ainda falar da Espanha, mas os territórios ultramarinos sob sua soberania eram como que residuais.

12 Sobre os Estados reconhecidos pela ONU veja-se “Member States” em <http://www.un.org/en/member-states/>, consultado em 3 de outubro de 2016.

13 Sobre o número de Estados europeus e a colonização europeia, observaram-se vários atlas históricos como por exemplo o *Courrier International* (2005, 8.º Volume, 22: e 9.º Volume, 40) e Boniface (1999, pp. 12-14 e 105).

---

nal, é um dos grandes desígnios deste projeto que assume, assim, uma pretensão a ampliar teoreticamente o conhecimento sobre o poder dos pequenos e médios Estados e em consequência, sobre aquilo que pode capacitar um pequeno Estado como Portugal a alcançar os objetivos que para si se propõe.

### **Conclusão**

O projeto de investigação “Pensar Estrategicamente Portugal: A Inserção Internacional das Pequenas e Médias Potências e a Primeira Guerra Mundial” procura estudar o poder do pequeno Estado em geral, e de Portugal em particular. Este é o seu grande propósito. Para esse estudo, em detrimento de uma visão geral, procurou-se todavia um foco temporal que permitisse diferenciar situações e relevar aquilo que é específico de cada época, daquilo que é próprio a cada Estado, e do que pode ser tomado como geral e inscrito numa teoria geral do poder do pequeno e do médio Estado. Talvez seja por excesso que o projeto tenha inscrito como um dos seus mais importantes fitos adicionar conhecimento para uma teoria geral do poder do pequeno Estado.

Para chegar a essa almejada teoria, o projeto propõe-se perseguir três grandes temáticas:

- (1) A posição internacional de Portugal e a Primeira Guerra Mundial, em que se discorre sobre os quadros geopolítico e geoestratégico global, a situação do país nestes e as capacidades que se procuravam desenvolver para sobrepujar resistências aos interesses ditos nacionais. Neste campo, estar-se-á atento à ação e ao papel de outros pequenos Estados, que possam, numa lógica comparativa, tornar mais viva as virtualidades, as vulnerabilidades e as estratégias que Portugal desenvolvia para se inserir no sistema internacional com alguma margem de manobra.
- (2) A Estratégia nacional e Forças Armadas é outra das temáticas sobre a qual ponderar. Neste campo, interessa relevar o papel das Forças Armadas na estratégia geral nacional, visualizando quais as missões de que eram incumbidas e a sua relevância em termos nacionais, e mais relevantemente, internacionais. Nesse sentido, será analisada com profundidade o papel das Forças Armadas portuguesas na Grande Guerra e sua relação com os aliados de Portugal.
- (3) Por fim serão ponderadamente tiradas as lições do passado e as ilações estratégicas para o futuro. Um projeto de investigação inserido numa instituição como o Instituto da Defesa Nacional e suportado pelo Ministério da Defesa Nacional obriga, num certo sentido, a que o estudo do passado sirva de um modo mais evidente o futuro. A estratégia é um pensamento prospetivo e uma ação virada para o porvir. Inscreve-se numa lógica messiânica, se entendida esta como edificação de um melhor futuro. Nesse sentido, procurar,

com a ponderação de que toda a antevisão deve ser acompanhada, elementos, traços, linhas e modelos de ação que ajudam a capacitar Portugal é uma das missões mais relevantes deste projeto.

## Referências

- Almeida, C., 1911. Intervenção do Ministro da Marinha, Celestino de Almeida. *Diário da Câmara dos Deputados*. Sessão Nº 11 de 15 de Dezembro, p. 4.
- Arrifes, M. F., 2005. *A Primeira Guerra Mundial na África Portuguesa. Angola e Moçambique (1914-1918)*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.
- Benjamin, W., 2010. *O Anjo da História*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Boniface, P., Dir., 1999. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano.
- Chagas, J., s/d. *Diário I, 1914*, Lisboa: Edições Rolim.
- Chagas, J., s/d. *Diário III, 1918*, Lisboa: Edições Rolim.
- CIA, s/d. CIA Fact Book, Country Comparison – Population, *The World Fact Book*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016.
- CIA, s/d. CIA Fact Book, Country Comparison – Area, *The World Fact Book*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2147rank.html>, consultado em 26 de setembro de 2016.
- Coutau-Bégarie, H., 1999. *Traité de Stratégie*. Paris: Economica.
- Courrier Internacional, 2005. *Atlas da História Mundial*. 8.º e 9.º Volume. Barcelona: Editorial Sol.
- Couto, A. C., 2014. Tenente-General Abel Cabral Couto. Primeira Intervenção. In: A. C. Couto, J-G. Leandro e A. P. Duarte, coord, *Memória do Instituto da Defesa Nacional*. IDN Cadernos nº 13. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, pp. 46-54.
- Duarte, A. P., 2015a. A Guerra Civil Larvar e a Beligerância Portuguesa na Grande Guerra. In: A. J. Telo, coord, *A Grande Guerra: Um Século Depois - Atas*. Lisboa: Academia Militar/Fronteira do Caos, pp. 78-99.
- Duarte, A. P., 2015b. A Experiência Expedicionária das Forças Armadas Portuguesas no Século XX. *IDN Brief*, julho, pp. 8-15. Disponível em [http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_julho2015.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_julho2015.pdf).
- Duarte, A. P., 2014. Guerra total e abolição da guerra: para uma genealogia do conceito de segurança. In: M. M. T. Ribeiro, M. F. Rollo, I. F. Valente e A. Cunha, eds, *Pela Paz! For Peace! Pour la Paix! (1849-1939)*. Brussels: Peter Lang, pp. 71-89.
- Duarte, A. P., 2013. Estratégia: Origem e Fundamento. *Nação e Defesa*, nº 136, pp. 34-65.
- Duarte, A. P., 2012. Cidadania e Identidade. *IDN brief*, Março, pp. 2-6. Disponível em [http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_marco2012.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_marco2012.pdf).

- Fraga, L. A. da, 2010. *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os dois segmentos da política de guerra da 1ª República: 1916-1918*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Henig, R., 2010. *The League of Nations. The Peaces Conferences of 1919-1923 and their Aftermath*. London: Haus Publishing.
- Instituto da Defesa Nacional, s/d. Apresentação do IDN. In: Instituto da Defesa Nacional. Disponível em [http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao\\_IDN.pdf](http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf). Consultado em 28 de setembro de 2016.
- Lebesgue, P., 1916. Portugal et France. *A Águia: Portugal e a Guerra*, nº 52, 53 e 54, abril, maio e junho, pp. 166-169.
- Levy, J., 2015. Correspondence. Everyone's Favored Year for War – or Not?. *International Security*, 39(4), pp. 208-213.
- Losano, M. G., 2009. Karl Haushofer (1869-1946). O Pai da Geopolítica das Ditaduras Europeias. *Geopolítica* nº 3, pp. 271-299.
- Meneses, F. R. de, 2015. *A Grande Guerra de Afonso Costa*. Alfragide: Dom Quixote.
- Pascoaes, T. de 1916. A Guerra. *A Águia: Portugal e a Guerra*, nº 52, 53 e 54, abril, maio e junho, pp. 109-111.
- Payne, S. G., 2011. *Civil Europe in War, 1905-1949*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rosas, F., 2013. *Salazar e o Poder – A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, F., 2007. *Lisboa Revolucionária. Roteiro dos conflitos armados no século XX*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Rosas, F., 2003. *Pensamento e Acção Política. Portugal no Século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Reynolds, D., 2013. *The Long Shadow. The Great War and the Twentieth Century*. New York and London: Simon & Schuster.
- Snyder, J., 2015. Correspondence. Everyone's Favored Year for War – or Not?. *International Security*, 39(4), pp. 213-217.
- Soutou, G. H., 1989. *L'Or et le Sang. Les buts économiques de la Première Guerre Mondiale*. Paris: Fayard.
- Teixeira, N. S., 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa* nº 139, pp. 8-33.
- Telo, A. J., 2010-2011. *Primeira República*. Lisboa: Editorial Presença (2 Vols).
- Tilly, C., 1994. *Coercion, Capital and European States. AD. 990-1992*. Cambridge e Oxford: Blackwell.
- United Nations Organization. *Member States*. Disponível em <http://www.un.org/en/member-states/>, consultado em 3 de outubro de 2016.

# História de um Livro: *Portugal e a Grande Guerra*

Aniceto Afonso

*Coronel do Exército na situação de Reforma, Mestre em História Contemporânea de Portugal. Professor de História na Academia Militar de 1982 a 1985 e de 1999 a 2005 e diretor do Arquivo Histórico Militar de 1993 a 2007. Membro da Comissão Portuguesa de História Militar e investigador do Instituto de História Contemporânea. Autor de várias obras e estudos sobre a Grande Guerra e a Guerra Colonial.*

Carlos de Matos Gomes

*Coronel do Exército na situação de Reforma cumpriu comissões em Angola, Moçambique e Guiné durante a Guerra Colonial. Autor de várias obras e estudos sobre a Guerra Colonial e a Grande Guerra. Com o pseudónimo de Carlos Vale Ferraz tem mantido uma intensa atividade como romancista e ficcionista.*

## Resumo

O livro *Portugal e a Grande Guerra*, edição do Diário de Notícias, foi publicado em 2003-2004, em 52 fascículos semanais. A ideia de publicar este livro surgiu na sequência da anterior obra dos autores, também publicada pelo Diário de Notícias em 1997, com o título de *Guerra Colonial*. Foi a partir deste projeto que os autores pensaram abordar, através de uma obra de referência, cada um dos três conflitos contemporâneos de Portugal: a Guerra Colonial, a Grande Guerra e a Guerra Peninsular. Embora a abordagem da Guerra Peninsular não viesse a concretizar-se, essa ideia levou à apresentação de nova proposta ao Diário de Notícias, focando a Grande Guerra e a participação portuguesa, em fevereiro de 2001. A publicação dos fascículos estendeu-se de abril de 2003 a abril de 2004. A obra teve posteriormente mais duas edições.

## Abstract

### *History of a Book: "Portugal and the Great War"*

*The book "Portugal e a Grande Guerra", edited by the Portuguese daily "Diário de Notícias", was published in 2003-2004, in 52 weekly fascicles. The idea of publishing this book resulted from a previous work by the authors, also published by "Diário de Notícias" in 1997, with the title "Guerra Colonial". Based on this project the authors made a proposal to address the three conflicts of Portugal's contemporary history: the Colonial War, the Great War and the Peninsular War. Although the book about the Peninsular War did not materialized, the idea led to the presentation of a new proposal on February 2001 to "Diário de Notícias", focusing on the Great War and the Portuguese participation. The publication of the fascicles occurred from April 2003 to April 2004. The book had two more editions.*

## Introdução

Em 2003 publicámos o livro *Portugal e a Grande Guerra*, edição do *Diário de Notícias*. No texto de apresentação da obra, começámos por escrever o seguinte:

“A Grande Guerra, depois conhecida como Primeira Guerra Mundial, deflagrou na Europa nos primeiros dias de Agosto de 1914 e só terminou com a assinatura do Armistício, em 11 de Novembro de 1918.

Iniciada pela invasão da Bélgica pelas tropas da Alemanha, na convicção de uma campanha curta, a guerra só viria a parar cinquenta e dois meses depois, com 65 milhões de homens mobilizados, oito milhões e meio de mortos, 20 milhões de feridos, milhares e milhares de prisioneiros e desaparecidos. Só parou com o esgotamento de recursos, a destruição das cidades, a desolação dos campos e um imenso sofrimento. Estendeu-se dos campos da Flandres a todo o mundo. Da Europa ao Médio Oriente; da África ao Extremo Oriente; da América a todos os espaços marítimos. Todos os povos sofreram, beligerantes ou não, para que um mundo, supostamente novo, fosse edificado em cima de uma imensa dimensão de dor.

A Grande Guerra demonstrou como era frágil a ordem internacional, baseada no equilíbrio de poderes e na rede de alianças tecida por uma complexa e intrincada matriz de relações entre as nações.

O campo de batalha modificou-se. O mundo percebeu a sua nova dimensão. Passámos todos a ser vizinhos”.

A ideia de publicar este livro surgiu na sequência da anterior obra da nossa autoria, também publicada pelo *Diário de Notícias* em 1997, com o título de *Guerra Colonial*. Foi em julho de 1995 que apresentámos ao *Diário de Notícias* um projeto para publicação de uma obra sobre a Guerra Colonial, em fascículos. Logo em 25 de setembro assinámos o respetivo contrato. A publicação iniciou-se no dia 5 de outubro de 1997 e terminou um ano depois, com 52 fascículos semanais, com uma tiragem de cerca de 30 mil exemplares distribuídos gratuitamente com o jornal, às quintas-feiras. Nessa época, a publicação excedeu as expectativas que todos tínhamos, chegando a influenciar a estatística de vendas do jornal.

Foi a partir deste projeto que pensámos abordar, através de uma obra de referência, cada um dos três conflitos contemporâneos de Portugal: Guerra Colonial, Grande Guerra e Guerra Peninsular. E embora a abordagem da Guerra Peninsular não viesse a concretizar-se, essa ideia geral levou-nos a apresentar nova proposta ao *Diário de Notícias*, focando agora a Grande Guerra e a participação portuguesa, proposta datada de fevereiro de 2001. O contrato foi assinado em setembro desse ano. A publicação dos fascículos estendeu-se de abril de 2003 a abril de 2004, sendo o modelo em tudo semelhante ao da *Guerra Colonial*.

## A Proposta

No texto da proposta ao *Diário de Notícias*, definíamos assim o público destinatário do livro: “A obra destina-se ao público em geral, assumindo o carácter de divulga-

ção, e nunca de tese. Embora não existindo já a geração que participou na Guerra, as consequências para a História Contemporânea continuam a ser extensas, e a geração da guerra colonial, bem como a geração mais jovem, não deixará de se interessar pela guerra dos seus avós”. Deveria pois ser um “trabalho rigoroso, didático, apelativo, valorizando-se a descrição, a explicação e a imagem”<sup>1</sup>.

Desde logo sentimo-nos obrigados a concretizar o nosso plano, propondo uma organização baseada em grandes capítulos, por um lado, e num conjunto de temas específicos, a tratar em paralelo. Os grandes capítulos, com os diversos assuntos, seriam os seguintes:

1. Política geral
  - a. Antecedentes da Guerra
  - b. Tensões na Europa
  - c. O Mundo e o poder militar
  - d. A questão colonial
  - e. Causas próximas
  - f. Sistema de alianças
  - g. Mobilizações
  - h. Neutralidade belga
  - i. Alemanha: duas frentes
  - j. Intervenção britânica em França
  - k. Entrada dos Estados Unidos na Guerra
  - l. A revolução russa
  - m. Os problemas internos dos impérios centrais
  - n. Armistício e Conferência de Paz
  - o. Marcas da Guerra para o século XX

E justificando a nossa opção, esclarecíamos: “Este articulado permitirá que a situação internacional seja estudada e acompanhada ao longo dos fascículos, visando explicar como o mundo era no início da guerra, como se comportou e transformou ao longo do conflito e como ficou no pós-guerra. Neste capítulo serão naturalmente referidos os países com posições preponderantes no conflito, mas não deixarão de se mencionar todos aqueles que, pela sua vizinhança com Portugal (*e.g.* Espanha) ou pelo papel pontual que assumiram se tenham tornado importantes, em determinados contextos (*e.g.* Balcãs, Império Otomano, etc.)”<sup>2</sup>.

2. Política nacional
  - a. Afirmação internacional da República – posição face à Espanha
  - b. A dependência britânica e a questão colonial, face às ambições alemãs

---

1 Documento pessoal dos autores.

2 Documento pessoal dos autores.

- c. Da República à Guerra – quatro anos difíceis
- d. Posições das várias correntes políticas perante a Guerra
- e. A neutralidade do período 1914 a 1916
- f. Os pedidos franceses da artilharia portuguesa
- g. Desinteresse britânico na beligerância portuguesa
- h. A Guerra em Angola e Moçambique – Opções político-militares
- i. O Governo Pimenta de Castro e a Guerra – Desmobilização da Divisão Auxiliar
- j. O significado do 14 de Maio de 1915 em relação à Guerra
- k. A questão dos navios alemães e austríacos nos portos portugueses – a declaração de Guerra
- l. Negociações militares com a Grã-Bretanha e a França
- m. A “frente” interna e a Guerra – Resistências à política de intervenção na Europa
- n. Reflexos da luta política interna no seio do CEP
- o. O Sidonismo e a Guerra
- p. Novas convenções luso-britânicas
- q. Dificuldades no recompletamento de pessoal
- r. O papel dos Açores
- s. O Armistício e a participação portuguesa na Conferência de Paz
- t. Balanço da participação portuguesa na Guerra

E seguiam as justificações: “Neste capítulo, também tratado ao longo dos fascículos, de forma articulada com a situação internacional, procurar-se-á acompanhar a situação política portuguesa, em especial na sua relação com as questões militares e com a participação na guerra, tanto nos teatros coloniais como na Europa”.

- 3. Questões militares gerais (doutrinas, táticas, teatros de operações, batalhas)
  - a. Doutrinas e planos militares – uma Guerra curta e fulminante
  - b. Primeiras operações – Mapas da Guerra
  - c. O fogo vence o movimento – Estabilização das frentes
  - d. Guerra das trincheiras
  - e. Principais teatros de operações – Mapas e evolução
  - f. A Guerra em África – Operações nas colónias portuguesas
  - g. Frente Ocidental – Organização do campo de batalha; linhas e organização do terreno
  - h. Frente Ocidental – Batalhas principais, antes da chegada do CEP a França
  - i. Guerra no mar – Importância dos submarinos
  - j. Os primeiros passos da Guerra aérea
  - k. Guerra química
  - l. Informação e contrainformação

- m. Ações de reconhecimento
- n. Operações ofensivas
- o. Operações defensivas

Especificando as razões: “Procura-se, com este capítulo, analisar e explicar as principais questões militares que se prendem com a manobra, refletindo sobre a evolução prática dos princípios de aplicação das forças e das características dos campos de batalha. Integram-se alguns aspetos de atuação das forças portuguesas”<sup>3</sup>.

- 4. Organização militar – Aspetos gerais (orgânica, instrução, armamento, logística, comunicações, etc.)
  - a. Novas armas
  - b. Sistemas de transporte
  - c. Comunicações
  - d. Indústrias de guerra
  - e. A reorganização militar de 1911 em Portugal
  - f. O Exército Português em 1914
  - g. A Marinha Portuguesa em 1914
  - h. Primeiras medidas militares visando a intervenção
  - i. Angola e Moçambique – Mobilização, organização e equipamento das expedições
  - j. Rearmamento do Exército e da Marinha
  - k. Preparação de uma Grande Unidade para a frente ocidental
  - l. Instrução no Exército Português – o “milagre” de Tancos
  - m. Organização, fardamento e equipamento do CEP
  - n. Transporte do CEP para França
  - o. Instalação e instrução em território francês
  - p. O caso específico da artilharia portuguesa
  - q. Reorganização do CEP a duas Divisões
  - r. Dados estatísticos gerais e relativos às tropas portuguesas – Mortos, feridos, prisioneiros, etc.
  - s. Progressos tecnológicos resultantes da Guerra

Justificando: “Neste capítulo far-se-á uma comparação histórica da organização das principais forças em presença, com especial desenvolvimento dos aspetos que respeitam às forças portuguesas, tanto do CEP, como das expedições coloniais”.

- 5. O CEP e a Batalha de La Lys
  - a. Entrada do CEP em sector – Mapas e evolução. Primeiros combates.
  - b. Movimento de rotação nas linhas

---

3 Documento pessoal dos autores.

- c. Justiça e disciplina – Problemas disciplinares de natureza coletiva
- d. Informação e contrainformação
- e. Antecedentes da batalha de La Lys – o plano alemão
- f. Situação do CEP nas vésperas do ataque alemão
- g. O 9 de Abril
- h. Prisioneiros de guerra
- i. Desmantelamento do CEP depois da La Lys
- j. Últimas ações

Ou seja: “Este será um dos capítulos centrais da obra, abordado ao longo dos fascículos, focando especialmente o Corpo Expedicionário Português, no que respeita à ação militar propriamente dita”<sup>4</sup>. A estes capítulos principais juntar-se-iam outros cuja abordagem se tornava indispensável a uma obra de referência, organizados da seguinte forma:

- 6. A sociedade e a guerra
  - a. Da “Nação em Armas” à “Nação em Guerra”
  - b. As “Retaguardas”
  - c. A sociedade portuguesa e a Guerra – Apoios e resistências
  - d. Propaganda e contrapropaganda
  - e. A imprensa e a Guerra – Reportagens e artigos de opinião
  - f. Notícias da Guerra
  - g. Economia de Guerra
  - h. Arte e literatura de Guerra
  - i. A sociedade portuguesa no pós-Guerra
- 7. Protagonistas da guerra  
Pequenas biografias de figuras políticas e militares destacadas, nacionais e estrangeiras
- 8. Quotidianos e diversos
  - a. Atividade diária nas linhas
  - b. Alimentação e higiene
  - c. O apoio sanitário
  - d. Correspondência e censura
  - e. Visitas e cerimónias
  - f. Heroísmos e anti heroísmos
  - g. O fuzilado português
  - h. Organizações femininas de apoio
  - i. Recuperação de mutilados e gaseados

---

4 Documento pessoal dos autores.

- j. Cartas da frente
  - k. Poesias e canções das trincheiras
  - l. Os “estaminets”
  - m. O “falar francês”
  - n. Regresso das frentes de combate
  - o. Mortos em combate – Cemitérios e monumentos
  - p. Memórias de guerra
9. Cronologia da guerra.

Para além da estrutura de capítulos proposta, era nossa intenção abordar os seguintes temas, por forma a completar a informação referida: “Origens e justificações da guerra”, “Estratégia portuguesa e a sua participação na guerra”, “A guerra em Angola”, “A guerra em Moçambique”, “O Sidonismo e a guerra” e finalmente “A Grande Guerra, hoje”.

Terminada a apresentação do plano que nos propúnhamos desenvolver, passámos à indicação da equipa de autores já então contactados, comentando para cada um, o seu *curriculum* e os seus méritos: (1) autores do projeto e coordenadores – Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes; (2) Colaboradores principais – David Martelo, Luís Alves de Fraga e Nuno Santa Clara Gomes; (3) Outros colaboradores – António José Telo, António Ventura, Ernesto Castro Leal, Hipólito da la Torre Gomez, João Vieira Borges e Marília Guerreiro.

### **A Obra e as Várias Edições**

De uma forma geral o projeto foi seguido à risca. No final, a obra apresentou-se ao público nos 52 fascículos referidos e com as seguintes características: 624 páginas, 146 textos principais, 684 imagens, 70 infografias, 80 tabelas/quadros, 94 citações de protagonistas na margem da página, 46 pequenas biografias, 23 extratextos – alguns deles de homenagem a alguns países, como a Bélgica, França, Austrália-Nova Zelândia, Canadá, mas também à África do Sul, Grécia e Índia – e 20 quadros cronológicos.

Esta 1.<sup>a</sup> edição foi distribuída com o jornal *Diário de Notícias*, numa tiragem que rondou os 35 mil exemplares – no jornal calculava-se que tivessem sido encadernados 20% dos exemplares distribuídos e cujas coleções foram depois completadas na respetiva loja ou por encomenda.

Mais tarde, em 2010, constatando que a edição do *Diário de Notícias* estava completamente esgotada, aceitámos fazer uma nova edição com a editora QuidNovi, com características um pouco diferentes, embora com o mesmo texto. E passados três anos, em dezembro de 2013, já antecipando a evocação do centenário da Grande Guerra, a editora, agora sob a chancela da Verso da História, fez a sua 2.<sup>a</sup> edição, a qual integrou uma edição especial de 500 exemplares numerados e assinados pelos

autores.

O lançamento desta última edição foi feito no Forte do Bom Sucesso, em Lisboa, afeto à Liga dos Combatentes.

Tivemos oportunidade de dizer nessa ocasião o seguinte:

“Que a nova edição de *Portugal e a Grande Guerra* era uma homenagem aos soldados portugueses participantes na Grande Guerra, tanto os que estiveram presentes na frente de Angola, em 1914-1915; em Moçambique, entre 1914 e 1918; e em França, em 1917 e 1918, como os que defenderam o território nacional, incluindo as ilhas atlânticas. Lembrámos que foram também empenhados efetivos da Marinha, que participaram nas operações do Sul de Angola e do Norte de Moçambique, assim como na defesa das costas de Portugal, na defesa das rotas dos Açores e da Madeira e dos portos nacionais, e na segurança dos transportes marítimos utilizados pelas forças portuguesas. E que devíamos também contar alguns dos pioneiros da aviação portuguesa, que serviram nas forças francesas, e ainda um Corpo de Artilharia Pesada Independente (CAPI), que apoiou forças francesas em diversas situações, durante alguns meses do ano de 1918.”

Que Portugal mobilizou mais de 100 mil homens, dos quais mais de 18 mil para Angola, cerca de 30 mil para Moçambique, e mais de 55.000 para França.

Que no total, Portugal perdeu 7.760 homens, a que se somam mais de 16 mil feridos e mais de 13 mil prisioneiros e desaparecidos.

Que as circunstâncias em que as forças portuguesas foram empenhadas devem considerar-se muito deficientes, pois a sua instrução carecia de atualidade e continuidade, o armamento e equipamento estava, de forma geral, ultrapassado, a doutrina não evoluíra por forma a responder aos novos desafios, os serviços de apoio tiveram muita dificuldade em se adaptar às necessidades das tropas. Que durante o período da Grande Guerra foram mobilizados, por todos os beligerantes, 65 milhões de homens. Morreram nas frentes de combate 8,5 milhões, foram feridos 21 milhões, ficaram prisioneiros ou desaparecidos quase oito milhões. As baixas totais são portanto de mais de 37 milhões, quase 60% dos mobilizados. Mas falamos aqui só de militares. As baixas na população civil são também enormes.

Por fim, e retomando a obra inicial, *Portugal e a Grande Guerra*, a editora Verso da História, já em 2014, e no sentido de evocar o centenário do início da Guerra, preparou uma nova edição, em seis pequenos livros de 108 páginas cada um, distribuídos com o jornal *Público*, com uma tiragem de 4 mil exemplares.

### **Em Conclusão**

Não queremos deixar de dar testemunho do interesse que neste período de evocação da Grande Guerra tem havido nas escolas pelo estudo deste acontecimento e também do facto de este nosso livro estar a ser utilizado, em muitas delas, como base do ensino deste tema.

Na última escola em que estivemos, a Escola Secundária Leal da Câmara, em Rio de Mouro, o tema estava integrado no projeto da escola, havia uma exposição sobre a Grande Guerra, um conjunto de professores interessados, alunos que faziam perguntas e dois livros eleitos como base do projeto: *A Oeste Nada de Novo* de Erich Maria Remarque e o *Portugal e a Grande Guerra*.

Terminamos, com uma breve passagem do nosso texto de apresentação da obra, que consta em todas as edições:

“Seguimos o conflito passo a passo, frente a frente, batalha após batalha. Passamos os olhos pelas sociedades, pelos exércitos, pelos teatros de operações, pelas lutas de bastidores, pelos primórdios de novas formas de intervenção. Pesquisamos os campos de batalha, os quotidianos, os gabinetes dos estados-maiores e dos poderes políticos. Procuramos observar as novidades da tecnologia, as novidades da persuasão, a inesperada novidade de um mundo à escala de uma única guerra.

Situamos Portugal neste contexto. Seguimos, passo a passo, os seus passos em direção à beligerância. As polémicas da sua participação. As feridas sobreviventes.

Este nosso trabalho é um contributo. Temos a ideia de que fazia falta. Assim ele possa suscitar a reflexão que a Grande Guerra, como todas as guerras, merece” (Afonso e Gomes, 2003, 2010 e 2013).

## Referências

Afonso, A.; Gomes, C. M., coord., 2003. *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias, 52 fascículos.

Afonso, A.; Gomes, C. M., coord., 2010. *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa, Matosinhos: Quidnovi.

Afonso, A.; Gomes, C. M., Coord., 2013. *Portugal e a Grande Guerra*. Vila do Conde: Verso da História.

# Memórias da Grande Guerra: Passado, Presente e Futuro

João Moreira Tavares

*Licenciado em História e Mestre em História dos Séculos XIX e XX (Secção do Século XX) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL). É técnico superior do Arquivo Histórico Militar (AHM) e investigador do Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL. Autor de diversos trabalhos académicos, na sua maioria dedicados à Guerra Colonial e à divulgação e valorização do património documental do AHM. Concebeu e coordenou o Memorial Virtual aos Mortos da Grande Guerra, no âmbito do programa de atividades da comissão constituída para a evocação do Centenário da Participação Portuguesa na Primeira Guerra Mundial.*

## Resumo

A evocação do primeiro centenário da Grande Guerra, um pouco por todo o mundo, mas sobretudo na Europa, aumentou o interesse em aprofundar o conhecimento sobre este período tão marcante da História mundial. Os testemunhos que dele perduraram são muitos, mas as fontes documentais depositadas nos arquivos pelo seu número, diversidade e relevo para a compreensão deste complexo acontecimento merecem uma maior atenção que os restantes.

O presente artigo tem como propósito dar a conhecer os diferentes testemunhos existentes e projetos desenvolvidos no Arquivo Histórico Militar sobre a participação portuguesa na Grande Guerra contribuindo, desse modo, para o aproximar das fontes documentais dos investigadores e para o aparecimento de novos trabalhos e interpretações no âmbito da História militar nacional.

## Abstract

*Memories of the Great War: Past, Present and Future*

*The evocation of the first centenary of the Great War, all over the world but especially in Europe, increased the interest in furthering the knowledge of this striking period of world history. Although many testimonies endured, the documentary sources deposited in the archives deserve more attention than all the others, considering their number, diversity and relevance to understand these complex events. The article aims to publicize different existing testimonies and projects developed at the Military Historical Archive (AHM) concerning Portugal participation in the Great War, approximating documentary sources to researchers and bringing up new works and interpretations of the national military history.*

## Introdução

A evocação do primeiro centenário da Grande Guerra, um pouco por todo o mundo, mas sobretudo na Europa, aumentou o interesse em aprofundar o conhecimento sobre este período tão marcante da História mundial. Com um objetivo de estudo, evocativo ou em busca de informações sobre um familiar – do qual, na maior parte dos casos, se sabe apenas que esteve na guerra, mas tudo o resto se ignora – são cada vez mais os investigadores, as instituições e os particulares a demandarem o passado. Afinal, apesar de decorridos 100 anos, há, ainda, muito por conhecer, novas temáticas por explorar e trabalhos por realizar.

São muitos os testemunhos deste período que marcou não só aqueles que o viveram, mas também as gerações seguintes, pois as marcas da guerra perduraram por muitos e muitos anos em tempo de paz, na toponímia, nos monumentos das vilas e cidades, nas artes – nomeadamente na literatura, escultura, pintura, fotografia e no cinema –, na memória oral e popular das gentes e, obviamente, nas fontes documentais depositadas nos arquivos.

O presente artigo tem como propósito dar a conhecer os diferentes testemunhos existentes e projetos desenvolvidos no Arquivo Histórico Militar (AHM) sobre a participação portuguesa na Grande Guerra, como parte integrante de um trabalho mais amplo de divulgação e valorização do acervo deste arquivo, que tem vindo a ser realizado nos últimos anos e com o qual se pretende aproximar os investigadores das fontes documentais, contribuindo, desse modo, para o aparecimento de novos trabalhos e interpretações no âmbito da História militar nacional.

## O AHM: Guardiã Privilegiado das Memórias da Grande Guerra

O AHM, fiel depositário da documentação histórica do Exército Português, é um guardião de uma parte importante da memória coletiva nacional, pela riqueza, diversidade e grandeza do seu acervo. Nele podem ser desenvolvidas múltiplas temáticas e seguidos numerosos caminhos nos diferentes fundos documentais que o compõem, que se encontram organizados em cinco grupos de fundos:

- (1) As Divisões, que agregam toda a documentação que deu entrada no AHM de acordo com a primeira organização moderna do acervo que determinava a distribuição dos documentos numa primeira fase por duas divisões e que posteriormente evoluiu para quatro divisões, subdivididas em numerosas secções, com base em diferentes critérios<sup>1</sup>. Na primeira divisão foi integrada

---

1 A primeira organização moderna do acervo data de 1921, quando foi publicado o regulamento do AHM que constituiu a 1.ª e 2.ª Divisões. A estas, em fevereiro de 1924, com a publicação de um novo regulamento, foi acrescentada a 3.ª Divisão e, muito mais tarde, já em 1996, foi criada a 4.ª Divisão.

A partir de 1997 com a introdução de um novo princípio – o da proveniência, respeitador da integridade e estrutura orgânica da entidade produtora da documentação – de acordo com as

a documentação relativa às campanhas na metrópole e na Europa e períodos históricos intermédios. Na segunda divisão foram colocados os documentos relativos às expedições e campanhas ocorridas nos territórios ultramarinos. Na terceira divisão a documentação foi arrumada conforme os assuntos a que se referia. Deste modo, sobressai na primeira divisão um critério predominantemente cronológico, na segunda um geográfico e na terceira um temático<sup>2</sup>. A estas três divisões foi adicionada uma quarta<sup>3</sup> com documentação variada dos séculos XVII, XVIII e XIX, mas na sua maioria relacionada com o conde de Lippe<sup>4</sup>.

- (2) Os Fundos Especiais, que reúnem as coleções com características distintas das demais, como a iconografia, fototeca e os manuais e regulamentos militares.
- (3) Os Fundos Gerais, constituídos por fundos ou coleções de maior complexidade de tratamento arquivístico tendo em conta as origens múltiplas dos seus documentos.
- (4) Os Fundos Orgânicos, que incluem os fundos de unidades, estabelecimentos e órgãos do Exército que começaram a ser incorporados no AHM a partir do início da década de 90 do século passado.
- (5) Os Fundos Particulares, que integram os fundos e coleções produzidos por uma pessoa ou família entregues ao AHM.

Nestes cinco grupos de fundos destacam-se os que pela sua dimensão e relevância para o estudo da participação portuguesa na Grande Guerra suscitam um maior interesse e procura:

- (1) Na 1.<sup>a</sup> Divisão, a 35.<sup>a</sup> Secção que tem a documentação do Corpo Expedicionário Português (CEP) enviado para a frente europeia, mas não só. A preparação das tropas em Tancos, a oposição à sua partida para a frente, a defesa

---

regras da arquivística moderna, as divisões e respetivas secções foram fechadas, mantendo-se, porém, a sua organização original, tendo sido nessa ocasião que foram constituídos os cinco grupos de fundos.

- 2 Com base nestes critérios as secções agrupam a documentação referente a uma determinada campanha militar em que o Exército Português participou, a um território colonial ou a um assunto específico. Por exemplo: a Guerra Peninsular no caso da 1.<sup>a</sup> Divisão, Timor no que se refere à 2.<sup>a</sup> Divisão e Uniformes ou Justiça na 3.<sup>a</sup> Divisão.
- 3 Esta 4.<sup>a</sup> Divisão é composta por documentação vinda do Brasil em 1948 que para lá tinha sido levada, em 1807, aquando da deslocação da família real para aquela colónia. Ao contrário das outras divisões apenas tem uma única secção.
- 4 Wilhem Graf von Schaumburg-Lippe (1724-1777). Marechal-general e conde reinante de Schaumburg-Lippe. Chegou ao nosso País em 1762 para comandar as forças luso-britânicas na guerra declarada a Portugal pela Espanha e França. Para além desse comando empreendeu uma profunda e célebre reforma do Exército Português.

do continente e ilhas adjacentes, as relações com a Inglaterra e a França, o museu português da Grande Guerra e o Corpo de Artilharia Pesada e Independente (o CAPI)<sup>5</sup> são também algumas das principais temáticas que podem ser encontradas neste fundo.

- (2) Na 2.<sup>a</sup> Divisão, para a análise da guerra em África é incontornável a consulta das suas 2.<sup>a</sup>, 7.<sup>a</sup> e 10.<sup>a</sup> Secções, constituídas com documentação, respetivamente, referente a Angola, Moçambique e ao Ultramar<sup>6</sup>. Nelas sobressaem os relatórios das diferentes expedições, as muitas relações de mortos, a diversa documentação alusiva ao incidente e combate de Naulila, bem como a que diz respeito a uma outra faceta da guerra menos conhecida: os prisioneiros alemães e austríacos, na sua grande maioria civis, detidos em vários campos de internamento criados em Moçambique. Relações, plantas dos campos, fotografias deles e da rotina diária neles vividos e, ainda, dos próprios prisioneiros constituem a maioria desses documentos.
- (3) Na 3.<sup>a</sup> Divisão, a 1.<sup>a</sup>, 5.<sup>a</sup>, 17.<sup>a</sup> e 47.<sup>a</sup> Secções. A primeira possui os estudos e projetos relativos à preparação da defesa do país contra uma agressão externa. Na 5.<sup>a</sup> Secção encontram-se reunidos os relatórios relativos à instrução ministrada às tropas em Tancos<sup>7</sup>, enquanto a 17.<sup>a</sup> Secção tem também documentação sobre os prisioneiros alemães e austríacos, concretamente relações e processos individuais. Por fim, a 47.<sup>a</sup> Secção, correspondente à mapoteca, guarda muita e diversa cartografia referente aos teatros de operações africano e europeu. Desde simples croquis de postos militares ou regiões, passando por cartas de distritos, do sector do CEP até cartas de Angola, Moçambique e dos territórios alemães que lhes eram confinantes, bem como cartas de diversas frentes europeias.
- (4) Nos Fundos Especiais, os denominados 10, 110 e do Centro de Audiovisuais do Exército (CAVE)<sup>8</sup>, cuja múltipla iconografia neles depositada – constituída na sua maioria por milhares de fotografias – dá a conhecer os combatentes, a sua instrução, as trincheiras e os abrigos onde combateram, os lugares por onde andaram, os horrores da guerra, mas também a celebração da vitória, a sátira e o pitoresco existentes na propaganda. Neles se encontram os

---

5 O outro corpo expedicionário português enviado para a frente europeia.

6 Designação utilizada para abranger toda a documentação alusiva ao império no seu todo e não especificamente a uma colónia em concreto.

7 Sobre as instruções, temas de exercícios e relatórios veja-se as cotas: PTAHM-DIV/3/5/4/21/205 a 207, PT AHM-DIV/3/5/4/22/208 a 219 e PT AHM-DIV/3/5/4/23/220 a 224.

8 Entidade responsável no Exército Português pela cobertura fotográfica e cinematográfica dos eventos realizados no seu seio – cerimónias, instrução e atividade operacional. No período da Primeira Guerra Mundial tinha outra denominação: Secção Fotográfica e Cinematográfica do Exército.

trabalhos dos conhecidos fotógrafos Joshua Benoliel<sup>9</sup> e Arnaldo Garcês<sup>10</sup> que tão bem retrataram os acontecimentos político-militares e sociais ocorridos no período final da Monarquia e na 1.<sup>a</sup> República. Neles também existem mais fotografias dos prisioneiros alemães e austríacos, bem como, ainda, de outros Exércitos e frentes de guerra em que o Exército Português não esteve presente.

- (5) Nos Fundos Particulares, salientam-se os três referentes a ilustres combatentes em França. Os dos Generais Tamagnini<sup>11</sup> e Gomes da Costa<sup>12</sup>, respetivamente, comandantes do CEP e da sua 2.<sup>a</sup> Divisão à data da batalha de La Lys e do Capitão David Magno<sup>13</sup>, oficial de Infantaria n.º 13, que se distinguiu neste combate e por isso foi condecorado com a cruz de guerra.

Porém, de todos estes fundos é a 1.<sup>a</sup> Divisão/35.<sup>a</sup> Secção aquele que encerra em si o maior e mais importante núcleo de documentação sobre a Grande Guerra<sup>14</sup>. Obvia-

- 
- 9 Joshua Benoliel (1873-1932). Publicou as suas primeiras fotografias em 1898, ainda, como fotógrafo amador. Cinco anos depois, fez a sua estreia como profissional, com a publicação de uma reportagem sobre a visita do Rei de Espanha, Afonso XIII, a Portugal. Seguiram-se várias coberturas de visitas de outros chefes de Estado a Portugal. Fotografou as primeiras provas automobilísticas e os primeiros aviões, acontecimentos de índole político-militar, social, desportiva e de beneficência, bem como a vivência quotidiana das gentes. Pelo seu trabalho foi agraciado com diversas condecorações, nacionais e estrangeiras.
- 10 Arnaldo Garcês Rodrigues (1885-1964). Para além do convite do Ministro da Guerra, Norton de Matos, para fazer a cobertura fotográfica oficial dos exercícios da Divisão de Instrução foi também contratado para acompanhar o CEP em França, tendo para esse efeito sido equiparado a alferes. A maioria das fotografias que ilustram a campanha do CEP é da sua autoria.
- 11 Fernando Tamagnini de Abreu e Silva (1856-1924). Para além de ter sido o primeiro comandante do CEP – cargo que exerceu entre fevereiro de 1917 e julho de 1918 – foi também o comandante da Divisão de Instrução reunida em Tancos, em 1916.
- 12 Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929). Antes do comando da 2.<sup>a</sup> Divisão chefiou a 1.<sup>a</sup> Divisão do CEP. Na revolução de 1926, assumiu o comando das forças militares sublevadas, tendo, pouco depois, liderado o governo e ocupado as pastas da Guerra e do Interior, embora por um curto período, pois foi afastado do poder pelos seus antigos correligionários.
- 13 David José Gonçalves Magno (1877-1957). Comandou a 3.<sup>a</sup> Companhia do Batalhão de Infantaria n.º 13 do CEP, tendo combatido até ao dia 11 de abril, conjuntamente com tropas escocesas do 6.º Batalhão do Seaforth Highlanders, em Lawe-Les Lobes, próximo de Lacouture.
- 14 A origem deste fundo remonta a 7 de julho de 1919, aquando da desmobilização do CEP e consequente regresso das suas unidades a Portugal, com a entrega de caixotes contendo a documentação daquelas unidades e a constituição do Arquivo do CEP. No seu início este arquivo constituiu uma repartição de carácter transitório, à qual competia, para além da guarda dos documentos, a execução de certos trabalhos, burocráticos e administrativos, resultantes da liquidação do CEP em conjunto com a sua comissão liquidatária e a Direção dos Serviços de Estatística e Estado Civil daquele Corpo. Após quase 10 anos a funcionar de forma transitória o Arquivo do CEP passou, por fim, em 1929 a integrar o acervo do AHM, integração já prevista desde fevereiro de 1924, mas que ficou a aguardar a ocasião propícia para se concretizar.
-

mente pela sua dimensão, dado que é um dos maiores fundos do AHM, mas também pela grande profusão e diversidade de registos que o integram. Composto por 2.408 unidades de instalação (maioritariamente caixas), das quais 88 comportam os cerca de 77 mil boletins individuais dos militares (oficiais, sargentos e praças) e equiparados<sup>15</sup> do CEP, nele podem ser encontrados, entre outra tipologia documental: monografias, mapas da força, quadros orgânicos, relações de baixas, ordens de serviço de unidades, ordens de batalha do corpo, relatórios, circulares, proclamações às tropas, propaganda, cartografia, fotografias da linha da frente, documentação de cariz contabilístico e inúmera correspondência trocada entre diferentes entidades, nacionais e estrangeiras, bem como cartas particulares apreendidas aos soldados e suas famílias pela censura postal militar.

Para que se possa compreender melhor a riqueza e diversidade dos documentos do fundo do CEP, destacam-se, a título meramente exemplificativo, alguns daqueles que nos parecem dignos de maior realce, pelo seu valor histórico ou simplesmente pelo seu carácter singular.

Os boletins individuais dos militares do CEP, também designados por fichas do CEP, são os documentos da 1.<sup>a</sup> Divisão/35.<sup>a</sup> Secção mais conhecidos e de longe os mais pedidos para consulta e reprodução. Obedecendo a um formato padronizado, normalmente manuscritos, fornecem-nos dados biográficos sobre os militares a que dizem respeito – nome, estado civil, filiação, naturalidade, parente vivo mais próximo e sua residência – e um breve resumo da sua passagem pelo CEP desde o seu embarque até ao seu regresso ou morte.

O denominado *Livro dos Mortos por Concelhos* é outro dos documentos mais consultados e reproduzidos deste Fundo, para dar resposta às diversas solicitações de particulares e, sobretudo, de câmaras municipais que procuram saber quais os naturais de uma determinada localidade que faleceram ao serviço do CEP em França<sup>16</sup>. Através dele é possível conhecer um pouco melhor as origens destes militares – filiação, naturalidade, residência e data de nascimento –, a unidade territorial e do CEP a que pertenciam e a data da sua morte.

Sobre a preparação da entrada de Portugal na guerra, os exercícios das tropas em Tancos, o seu envio para a Flandres e as negociações com os aliados relevamos os seguintes documentos:

- O relatório da Missão Militar Portuguesa enviada a Inglaterra por ocasião da conflagração europeia, abrangendo o período compreendido entre 18 de outubro e 23 de novembro de 1914<sup>17</sup>;

---

15 Civis que devido aos seus conhecimentos técnicos foram mobilizados para no CEP desempenhar funções especializadas para as quais não havia militares qualificados ou em número suficiente para as cumprir. Por exemplo: o serviço postal e o de enfermagem.

16 A sua cota é PT AHM-DIV/1/35/1270B.

17 Ver PT AHM-DIV/1/35/1361.

- As resoluções tomadas sobre a Divisão de Instrução nas reuniões dos dias 4, 10, 21, 23, 27 e 30 de dezembro de 1915 e 3, 6 e 11 de janeiro de 1916<sup>18</sup>;
- Os diversos reconhecimentos do polígono de Tancos, estudos, informações e correspondência relativos à criação das condições logísticas e sanitárias para acolher naquele local a Divisão de Instrução que, com pormenor, dão a conhecer o evoluir dos trabalhos de captação e distribuição de água, construção e iluminação do acampamento e ampliação do cais ferroviário<sup>19</sup>;
- O ofício do Ministro da Guerra, Norton de Matos, para o chefe da Missão Militar britânica em Lisboa, sobre o reforço da força expedicionária portuguesa com uma 2.<sup>a</sup> Divisão, passando aquela força a constituir um Corpo de Exército, cujo armamento competiria ao governo britânico<sup>20</sup>;
- O memorando sobre as disposições para o emprego das forças portuguesas na zona britânica de operações em França e o seu aditamento, onde ficaram estabelecidos com que efetivo e em que condições o CEP combateria, bem como a sua dependência em relação ao Exército britânico<sup>21</sup>.

Relativamente ao desenrolar das operações militares, encontramos no Fundo do CEP extensos e detalhados relatórios, onde, para além da descrição meramente factual, são tecidas considerações e se identificam erros e deficiências. Veja-se, por exemplo, o relatório do general Gomes da Costa escrito após a batalha de La Lys, onde destaca as faltas de material, pessoal e organização, o desânimo reinante entre as tropas e a sua impreparação; não deixando, porém, de elogiar a bravura com que a 2.<sup>a</sup> Divisão se bateu no campo de batalha<sup>22</sup>.

As muitas narrativas, sob a forma de monografias, das unidades do CEP, nomeadamente dos Batalhões de Infantaria, algumas delas ilustradas, constituem preciosas fontes de informação sobre a atividade desenvolvida por aquelas unidades, mas

---

18 Ver PT AHM-DIV/1/35/1177/08.

19 Veja-se, por exemplo: PT AHM-DIV/1/35/1247/01 – Plantas dos acampamentos das unidades da Divisão de Instrução; PT AHM-DIV/1/35/1271/03 – Reconhecimento ao polígono de Tancos pelo Serviço de Saúde da Divisão de Instrução. 1915, setembro, 13. Reconhecimento do polígono de Tancos feito pelo Major Roberto da Cunha Baptista. 1915, outubro, 11. Estimativa da despesa a fazer com as instalações no polígono de Tancos e suas proximidades. 1915, outubro, 12; PT AHM-DIV/1/35/1305/04 – Estimativa da obra de captação, elevação e distribuição de água do vale do Seival no polígono de Tancos. 1916, fevereiro, 28. Estudos, orçamentos e correspondência trocada sobre a iluminação do polígono de Tancos. 1916, março-abril. Correspondência trocada sobre a necessidade de realizar obras nas estações ferroviárias de Tancos e do Entroncamento. 1916, fevereiro-março; PT AHM-DIV/1/35/1122/03 – Correspondência trocada sobre a necessidade de realizar obras nas estações ferroviárias de Tancos e do Entroncamento. 1916, março-abril.

20 Ver PT AHM-DIV/1/35/1178/5.

21 Ver PT AHM-DIV/1/35/1178/6.

22 Ver PT AHM-DIV/1/35/1344/12.

também, por vezes, nos podem dar a conhecer pequenos episódios relativos aos seus militares, que, a par da visão institucional, nos transmitem uma visão mais pessoal e humana dos acontecimentos e retratam o quotidiano das tropas em campanha<sup>23</sup>. Um bom exemplo disso são as monografias dos Batalhões de Infantaria 14, 29 e 35:

- O Tenente Batista da Silva, relator da História do 14, depois de descrever o embarque, a entrada e a ação do batalhão nas trincheiras, dá voz ao Sargento Teófilo António Saraiva que, de forma comovida, conta como se viu integrado no pelotão de fuzilamento do único soldado português condenado à pena de morte e como a sua arma não chegou a disparar, o que lhe valeu a prisão imediata e um processo disciplinar;
- Na História do 29 foram publicadas pelos oficiais do batalhão pequenas estórias bem-humoradas em verso alusivas ao seu dia-a-dia nas trincheiras;
- Na História do 35 é contada a captura de dois corpulentos alemães pelo Garganta – um pequeno soldado e de fraca aparência – o que causou espanto por parecer quase impossível tal façanha e a generosidade do Rato Cinzento – outro soldado – conhecido pelo seu apego à comida, mas que naquela ocasião avançou para os prisioneiros e com eles partilhou a sua ração. Importa salientar que, na véspera deste acontecimento, portugueses e alemães tinham estado sujeitos a um intenso bombardeamento mútuo.

O apuramento das baixas sofridas e doutros elementos com interesse para o estudo da participação portuguesa no conflito levou à compilação, já no pós-guerra, de muitas e diversas relações que podem ser encontradas, por exemplo, num livro elaborado, em 1934, pela Repartição de Estatística e Estado Civil do CEP, especificamente destinado a esse registo. Por ele ficamos a saber, para além de dados de natureza puramente estatística como o número de mobilizados, mortos, feridos, incapazes, desaparecidos e prisioneiros ou a duração média da permanência das unidades na linha da frente, o nome dos navios que transportaram tropas do CEP para Brest e as respetivas datas de chegada, bem como a identificação dos campos de prisioneiros onde foram internados ou dos cemitérios onde foram sepultados militares portugueses<sup>24</sup>.

Por fim, pela singularidade do seu conteúdo e por nos dar uma visão da guerra do ponto de vista dos seus mais humildes protagonistas, num formato diferente do documento oficial, uma referência à diversa correspondência particular apreendida pela censura postal militar. Por ela se ficam a conhecer as desventuras dos soldados por terras de França, o seu grande desagrado pela impossibilidade de gozar as licenças a que tinham direito, as suas maquinações para fugir à guerra

---

<sup>23</sup> Veja-se, por exemplo, as monografias constantes na cota PT AHM-DIV/1/35/1344.

<sup>24</sup> A sua cota é PT AHM-DIV/1/35/1401/9.

recorrendo a falsos pretextos, mas também os seus namoros com as *mademoiselles* francesas<sup>25</sup>.

### **O Legado do Passado Disponibilizado no Presente, a Pensar no Futuro**

Agora que se evoca o primeiro centenário da Grande Guerra, estas memórias começam a ser muito procuradas, pelo que cumpre ao AHM garantir a sua preservação, disponibilização e divulgação, para que sirvam no presente, mas também continuem no futuro a perpetuar o esforço militar português na Grande Guerra. Com esses propósitos o AHM, em 2013, lançou um projeto de descrição, digitalização e disponibilização *online*, na aplicação do AHM denominada *Digitarq*, disponível no sítio do Exército Português<sup>26</sup>, dos boletins individuais dos militares do CEP. Presentemente a sua pesquisa e leitura *online* são já possíveis, ainda que de forma limitada, mas progressivamente será alargada a um cada vez maior número de boletins, à medida que a sua digitalização, em curso, for avançando<sup>27</sup>. Este trabalho para além de contribuir para a preservação destes documentos, evitando a sua degradação por manuseamento e reprodução excessivos, possibilita também uma rápida, fácil e eficaz recuperação da informação no momento da consulta, bem como a sua leitura descentralizada, sem haver necessidade de recorrer ao suporte em papel e de efetuar uma deslocação física ao AHM.

Também com um propósito de preservação da memória, facilitar o acesso à informação contida nas fontes documentais recorrendo às novas tecnologias e para homenagear todos os combatentes portugueses que morreram ao serviço da Pátria, na Europa e em África, o AHM, juntamente com o Centro de Dados da Defesa, com a colaboração dos restantes arquivos militares nacionais, entre fevereiro de 2013 e abril de 2014, no âmbito do programa de atividades da Comissão constituída para a Evocação de Centenário da Grande Guerra, construiu o denominado *Memorial Virtual aos Mortos na Grande Guerra*, que se encontra também disponível *online*<sup>28</sup>. A estrutura deste sítio assenta em três núcleos temáticos – O Contexto, Os Homens e Os Espaços –, precedidos por uma página de apresentação do Memorial. Este tem como principal objetivo constituir-se num instrumento de pesquisa e obtenção de dados biográficos sobre os combatentes de todos os ramos das Forças Armadas – Aeronáutica, Exército e Marinha – mortos nos diferentes teatros de operações – Angola, França, Mar e Moçambique –, tendo sido criado no núcleo *Os Homens* um espaço interativo para esse fim.

---

25 Veja-se, por exemplo, as cartas constantes nas cotas PT AHM-DIV/1/35/85 e 86.

26 O seu endereço é <https://arqhist.exercito.pt/>.

27 No final de junho de 2015 todos os boletins se encontram descritos e a sua disponibilização já foi feita para todos os 3.447 oficiais e para cerca de 22.400 sargentos e praças.

28 O seu endereço é <http://www.memorialvirtual.defesa.pt/Paginas/Splash.aspx>.

Porém, pretendeu-se que o Memorial não se limitasse a providenciar esse tipo de informação biográfica concreta, mas que também assumisse uma função informativa mais ampla, que ajudasse a contextualizar e compreender as circunstâncias em que milhares de militares portugueses perderam a vida ao serviço da Pátria, conciliando o rigor científico com uma linguagem acessível a um público alargado. Daí existirem em cada núcleo diversos textos, da autoria de conceituados historiadores militares e civis, profusamente ilustrados por imagens de época, dedicados a variadas temáticas, todas elas associadas ao culto dos mortos, da sua memória, aos espaços em que os militares viveram, combateram e foram sepultados; havendo, ainda, no núcleo *Os Homens* um conjunto de dados estatísticos sobre as causas e locais de morte dos combatentes. O Memorial permite também a “visita virtual” ao local de sepultura quando tal é possível e a consulta do próprio boletim individual do militar existente no AHM através de uma ligação que foi criada para o *Digitarq*. Todavia, o Memorial não se encontra na presente data totalmente terminado, pois ainda se procede à associação dos boletins individuais do CEP que estão em falta, ao completar de registos e à introdução de novos combatentes, na sua maioria africanos, cujos dados não foi possível recolher na primeira fase do projeto.

O crescente número de consulentes e solicitações *online* que o AHM tem recebido, causa e efeito do desenvolvimento dos dois projetos descritos, constitui um motivo de orgulho e satisfação. Atestam a importância do trabalho realizado nos anos mais recentes no AHM, mas também comprovam o interesse gerado em torno da Grande Guerra e que a divulgação da História recorrendo às novas tecnologias é uma aposta ganha e um meio válido tanto no presente como no futuro, ao proporcionarem um rápido e eficaz acesso à informação, bastando para tal um simples clique num qualquer computador.

## Referências

### Arquivos

- PT AHM-DIV/1 – Portugal e Campanhas na Europa.
- PT AHM-DIV/1/35 – Corpo Expedicionário Português (1914-1919)
- PT AHM-DIV/1/35/85.
- PT AHM-DIV/1/35/86.
- PT AHM-DIV/1/35/1122/03.
- PT AHM-DIV/1/35/1177/08.
- PT AHM-DIV/1/35/1178/05.
- PT AHM-DIV/1/35/1178/06.
- PT AHM-DIV/1/35/1247/01.

PT AHM-DIV/1/35/1270B.  
PT AHM-DIV/1/35/1271/03.  
PT AHM-DIV/1/35/1305/04.  
PT AHM-DIV/1/35/1344.  
PT AHM-DIV/1/35/1361.  
PT AHM-DIV/1/35/1401/09.  
PT AHM-DIV/2 – Colónias/Ultramar.  
PT AHM-DIV/3 – Assuntos Militares Gerais.  
PT AHM-DIV/3/5 – Instrução Militar  
PT AHM-DIV/3/5/4/21/205 a 207.  
PT AHM-DIV/3/5/4/22/208 a 219.  
PT AHM-DIV/3/5/4/23/220 a 224.  
PT AHM-DIV/4 – Arquivo Militar de Lisboa.  
PT AHM-FE/10 – Iconografia.  
PT AHM-FE/110 – Fototeca.  
PT AHM-FE/CAVE – Fototeca.  
PT AHM-FP/51 – Tamagnini de Abreu e Silva.  
PT AHM-FP/55 – David Magno.  
PT AHM-FP/59 – Gomes da Costa.

Arquivo Histórico Militar, AHM, abril de 1992.

Boletim do AHM, vol. I a, LXVI, 1930-2005.

Guia do AHM, 2007.

Ordem do Exército, 1.ª Série, 1921 e 1924.

Tavares, J. M., 2014. Memórias da Grande Guerra no Arquivo Histórico Militar. *Jornal do Exército* n.º 640, pp. 36-43.

# Sobre Portugal e a Guerra na Frente Africana da Grande Guerra de 1914-1918\*

Nuno Lemos Pires

*Coronel de Infantaria/Operações Especiais, Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL, é atualmente o Comandante do Corpo de Alunos e Professor na Academia Militar. Exerceu funções de comando, estado-maior e ensino em diversas unidades e estabelecimentos das Forças Armadas. Esteve mais de cinco anos em serviço na NATO e participou em diversas missões internacionais, entre as quais se destacam: Moçambique, Angola, Paquistão e Afeganistão. Tem oito livros publicados e é autor de mais de 100 capítulos ou artigos em vários livros e publicações, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.*

## Resumo

Muito, mas mesmo muito, se poderá escrever sobre a primeira guerra em África e, por extensão, sobre a participação de Portugal nesta frente. Porque, em síntese, sempre houve e continuará a haver, muito pouco interesse sobre a frente africana, o que há é pouco, com visões demasiado nacionais e pessoais e muitos textos, em especial os mais antigos, eivados de uma grande carga política. Por fim falta, quase sempre, tanto a dimensão comparativa entre a ação das potências beligerante além do panorama geral e global como, fundamentalmente, dos efeitos sobre as populações nativas que não decidiram entrar na guerra mas foram as que mais a sofreram.

## Abstract

*About Portugal and the War in the African Front during the Great War of 1914-1918*

*Much could be written about the First World War in Africa as well as the Portuguese experience in this front. This is true, because, in a nutshell, there has always been little curiosity about Africa in WWI. It is also probable that this situation will continue. The little that has been published so far consists mainly of nationalistic visions and personal opinions, with the majority of texts, especially the oldest ones, revealing heavy political references. What is missing is a global and overall view, as well as a comparative analysis between all belligerents. Finally, almost no encompassing studies have been carried out over the effects of the War on the native populations which did not decide to enter it but being the ones that suffered the most.*

---

\* Comunicação efetuada no *workshop* “O Poder dos Pequenos e Médios Estados na Grande Guerra”, em 8 de abril de 2015 no Instituto da Defesa Nacional.

## **Introdução**

Muito, mas mesmo muito, se poderá escrever sobre a primeira guerra em África e, por extensão, sobre a participação de Portugal nesta frente. Porque, em síntese, o que há é pouco, com visões demasiado nacionais e pessoais e muitos textos, em especial os mais antigos, eivados de uma grande carga política.

Para este *workshop*, organizado em boa hora pelo Instituto da Defesa Nacional, foi pedido que explanássemos o ponto em que nos encontramos – individualmente e nos grupos de investigação da Academia Militar constituídos para o efeito<sup>1</sup>. Assim, dividimos este pequeno texto em duas partes, uma primeira sobre a panorâmica geral da investigação sobre a Grande Guerra em África e, uma segunda, o estado da arte, relativamente à participação portuguesa nesta frente.

Para simplificar a análise optámos por eleger alguns fatores, primeiro, seguidos da correspondente argumentação e acrescidos dos pontos de situação em que estão cada um dos pontos em destaque.

## **Perspetivas Sobre a Frente Africana na Primeira Guerra Mundial**

O primeiro fator parece evidente: sempre houve e continuará a haver, muito pouco interesse sobre a frente africana. A maioria das obras publicadas, e os estudos encontrados, são-no a partir das experiências nacionais não havendo, geralmente, uma dimensão comparada entre as potências beligerantes.

Não havendo uma dimensão comparada, encontramos um segundo fator (dos principais) que têm debilitado as análises construídas e apresentadas à estampa: são estudos por vezes incompletos e feitos, quase exclusivamente, a partir de uma perspetiva nacional. Em parte o segundo fator resulta do primeiro, do pouco interesse, porque também se poderá assim afirmar que o tema tem merecido pouco estudo, investigação e, ainda menor, divulgação e discussão ficando assim, apenas, pelas perspetivas (poucas) nacionais<sup>2</sup>.

Numa análise mais profunda ressalta um facto evidente que, ao contrário do que foi feito para outras frentes, não existem obras coletivas, com autores dos vários países participantes, a publicar um estudo comparado e crítico sobre a frente africana. Os que existem até hoje são estudos e publicações feitas a partir de um determinado autor usando fontes nacionais, internacionais e complementadas (nas melhores obras) com fontes recolhidas nos outros países. Mas quase não se encontra contraditório, discussão académica, visões debatidas e consensualizadas. Há as visões britânicas, as sul-africanas, as alemãs, as belgas, as portuguesas, as francesas e, praticamente, não há quaisquer visões africanas. Não há, em síntese, uma obra coletiva que inclua e discuta as várias visões.

---

1 Ver bibliografia.

2 Apresentamos na bibliografia algumas das principais obras entretanto publicadas.

Apresentamos, de seguida, o que pensamos serem as principais razões para estes dois fatores.

Embora existisse pouco interesse pela frente africana, a Europa demonstrou imenso interesse por África nos anos anteriores à guerra. O continente africano, no final do século XIX e princípio do XX, era considerado como extremamente importante para a Europa e, conseqüentemente, as disputas territoriais foram frequentes. O fundador da Alemanha, Bismark, tinha avisado que a procura de territórios em África levaria inevitavelmente a “conflitos indesejados”. Para lá das guerras denominadas de “pacificação” em toda a África apareciam agora as “guerras de brancos”, combatidas entre poderes europeus, sendo a mais notória a guerra Anglo-Bóer que levou, por exemplo, à mobilização de mais de 400 mil militares britânicos e deixou, no final deste conflito, a África do Sul, completamente arruinada. Alguns dos conflitos quase levaram a guerras abertas, opondo interesses entre a França e a Grã-Bretanha, ou entre a Alemanha e a França com a Grã-Bretanha e a Espanha, ou Portugal contra a Grã-Bretanha e, ainda, muita desconfiança de Portugal e da Bélgica sobre as reais possibilidades das negociações entre a Alemanha e a Grã-Bretanha sobre os territórios africanos. Mas, na verdade, as potências coloniais não se confrontaram militarmente, diretamente, opondo forças de umas às outras, em África, até ao início da Grande Guerra.

A Primeira Guerra Mundial, em África, envolveu inúmeras nações e povos: alemães, britânicos, portugueses, franceses, belgas, sul-africanos, indianos além dos inúmeros povos locais, que direta e indiretamente sofreram as agruras deste longuíssimo e vasto conflito. Apenas para dar uma ideia da magnitude dos efeitos desta guerra, lembramos que entre as vítimas deste conflito estão os 45 mil carregadores do Exército Britânico e, se contarmos com todas as forças africanas combatentes ao lado dos britânicos, os mortos atingiram os 100 mil, ou seja, tantos como os americanos que morreram na Grande Guerra. Decisivamente, no futuro teatro de operações africano, entre 1914 e 1918, a política pouco previra, antecipara, determinara e fizera para efetivar estratégias coerentes e exequíveis para as suas forças. De facto, nem a política global era conhecida, nem a clareza de visões se afirmava no continente africano. Decisores políticos e responsáveis operacionais divergiam na grande política, na aplicação da estratégia e no entendimento do papel respetivo que cabia a cada um para fortalecer uma posição comum político-militar. Todos desconfiavam de todos e pouco queriam colaborar entre si<sup>3</sup>.

---

3 Símbolo desta pouca vontade de colaborar está o desejo manifestado pela França de enviar, desde Madagáscar, um Corpo Expedicionário (*Corp Mobile*) com quatro batalhões para combater na África Oriental, com dois dos batalhões já prontos para partirem no início de 1915: um batalhão de malgaches e outro composto por forças europeias, crioulas, senegalesas e camaronesas. Mas a desconfiança britânica de que esta participação francesa era uma forma de, poste-

Os interesses de todos eram muito diversos e opostos: as rivalidades eram maiores que os objetivos de cooperação entre a Grã-Bretanha com Portugal, com a França e a Bélgica (Anderson, 2014, p. 36). Na Alemanha, o secretário para as colônias, Dr. Wilhelm Solf, ambicionava uma *Mittelafrika* alemã que fosse de costa a costa incluindo territórios belgas e portugueses. A Bélgica teve uma aproximação diferenciada ao conflito a partir do momento em que a Alemanha invadiu parte do seu território na Europa (Samson, 2013, pp. 33 e 53; Marques, 2012, p. 113; Anderson, 2014, pp. 18-19 e 23). Assim se explica, em parte, que partindo de um ambiente de enorme desconfiança, que as análises posteriores, enformassem de alguma desta carga emotiva e conflitual.

O terceiro fator que queremos eleger: a guerra em África era completamente distinta da que se combatia na Europa. Por exemplo, a África Oriental alemã, com quem Moçambique fazia fronteira a norte, era duas a três vezes superior à dimensão da Alemanha, sem estradas e apenas com duas linhas de caminho-de-ferro, com épocas de chuvas torrenciais e secas prolongadas, onde a água tinha por vezes mais valor do que o ouro. As vastas áreas em que se desenrolaram as operações estavam infestadas de doenças terríveis e marcadas pelos ataques permanentes por todo o tipo de animais: girafas que destroem as linhas telegráficas, hipopótamos que atacam as embarcações nos rios e as pessoas junto à água, leões que comem os soldados durante a noite, rinocerontes que atacam durante as marchas, elefantes que destroem as linhas de caminho-de-ferro, crocodilos que impedem que se atravessem os rios e até enxames de abelhas que atacam sem piedade quem se aproxime das suas colmeias. Não podia ser mais diferente do que das frias e lamacentas, contínuas, trincheiras da frente ocidental europeia.

Este era o ambiente comum a todas as nações que se defrontaram em África e, ao contrário do que ocorreu na Europa, a forma como cada um dos beligerantes lidou com as condições extremas em que teve de operar, foi porventura mais relevante do que a simples comparação entre o potencial de força que opunha os adversários.

O quarto fator que queremos levantar é, que no início da Grande Guerra, praticamente, todas as potências coloniais se encontram em situações idênticas de impreparação para um conflito entre potências coloniais – as forças estavam, exclusivamente, viradas apenas para insurgências internas e para a manutenção da ordem pública. O ponto de partida foi este, de nações que não se prepararam para se combater entre si:

“Em vésperas da Grande Guerra tanto a AOB como o Uganda estavam completamente impreparados e em nada esperavam que houvesse acontecimentos na

---

riormente, virem a reclamar mais territórios na região, levou à decisão de declinar a oferta (Abbot, 2002, p. 5).

região(...) apenas a 29 de julho de 1914 foi feito um aviso pelo comandante das forças, Sir Henry Belfield, para tomar medidas de precaução” (Sibley, 1974, pp. 15 e 18-19).

E “não havia planos para aumentar as forças em caso de necessidade”. Existe uma frase que resume bem a situação no início da guerra: “o Exército Britânico da AOB foi o único que combateu primeiro e só depois é que treinou”. Como exemplo desta falta de preparação, destaca-se que “no princípio da guerra ofereceram-se 3 mil voluntários para os KAR mas não havia transportes, armas ou munições” (Sibley, 1974, p. 16; Samson, 2013, pp. 34, 36 e 46).

“As forças em África foram pensadas para lidar com insurreições e manutenção da ordem pública, nunca para atuarem contra entidades externas” (Anderson, 2014, pp. 13-15).

As forças, o sistema de recrutamento, a organização e os equipamentos militares presentes estavam dimensionados para lidar apenas com a ordem interna e com possíveis, frequentes, sublevações e revoltas das populações locais.

O quinto grande fator que gostaríamos de destacar: os povos locais foram alheios à guerra que se travava mas foram, significativamente, os que mais sofreram com as consequências das alterações de fronteiras e soberanias seguintes.

Foi uma guerra essencialmente combatida por “proxys”. Foram as populações locais as que participaram em maior número, quer como combatentes, nomeadamente os askaris, quer como auxiliares, em especial os carregadores, quer pelos efeitos – as centenas de milhares de vítimas espalhadas por inúmeras e vastas regiões. Os atingidos em nada beneficiaram com os objetivos propostos, foram, apenas, vítimas e sofrendores dos efeitos que não propuseram, não defenderam e nunca desejaram. Apenas sofreram muitíssimo e os seus relatos da participação forçada ou voluntária, das rebeliões e submissões, foram ainda muito pouco investigados e analisados.

Também há um sexto fator que, por vezes, passa despercebido ao leitor e tem de ser mais analisado: houve divergências claras entre os africanos-europeus – nomeadamente os bóeres – e os europeus vindos diretamente da Grã-Bretanha.

No caso britânico foi evidente a força de objetivos políticos diferenciados entre os principais responsáveis da União Sul-Africana e as diretivas de Londres. Os sul-africanos queriam Moçambique mais do que a África Oriental Alemã (AOA) e estavam dispostos a um esforço considerável para atingir essa ambição. Londres, embora tenha concordado em parte com esta visão, tinha outros estrategas que aconselhavam um esforço mais moderado e contido que se traduziria – como era a vontade de Kitchener – em limitar a ação dos alemães ao interior do seu território. O sétimo, e grande fator, que gostaríamos de relevar é o tom, quase generalizado nas inúmeras obras e fontes consultadas, de acusações recíprocas sobre os comportamentos agressivos contras as populações, as permanentes ofensas veiculadas

entre combatentes, que traduzem muitas das frustrações pelos variados objetivos das campanhas que ninguém conseguiu efetivamente alcançar.

Porque, no final, todos perderam muito e alguns ganharam pouco, mas o preço foi igualmente elevadíssimo. O preço das vidas e dos recursos perdidos foi enorme. O desprestígio e o sacrifício imposto às populações locais deixou marcas profundas em todos os territórios. O mal-estar provocado pelas acusações e recriminações recíprocas, dentro e entre cada nação, foi em alguns casos, deslegante, mesquinho e mesmo enganador, e apenas traduziu a enorme frustração sentida por quem não conseguiu atingir os seus objetivos.

### **Dificuldades no Estudo Sobre Portugal e África na Grande Guerra**

O primeiro fator que gostaríamos de levantar é que, a maioria das análises sobre a participação portuguesa na Grande Guerra em África *se ficou pela leitura operacional*. Ou seja, há poucos estudos sobre a dimensão política, nacional e regional e, ainda menos, sobre a influência decisiva dos interesses opostos dos vários contendores.

O esforço militar português em África era então, como ainda o é hoje, pouco conhecido e pouco falado em Portugal, quando comparado com o esforço e a visibilidade do envio de forças para a Flandres europeia: “A organização e partida das forças expedicionárias a Angola e Moçambique quase que despercebida tem passado”. O então tenente-coronel de infantaria Barbosa tentou justificar esta apatia pública pela necessidade de se garantir o deslocamento por mar em segurança num “fundado receio de ataques inesperados em alto mar” e, por isso, na hora do embarque os combatentes portugueses vão “quase que abandonados, como que esquecidos, atravessam as ruas da cidade (...) cabisbaixos, silenciosos” e termina este autor: “parece que um misterioso silêncio envolve tudo quanto diga respeito ao nosso trabalho em África” (Barbosa, 1917, p. 837). Palavras premonitórias, infelizmente ainda plenas de atualidade, passados quase 100 anos.

O segundo fator, em parte comum a todas as restantes potências coloniais, mas muito mais evidente no caso português, foi a péssima preparação para estas operações, em especial, nos sistemas de sustentação da força. Portugal nunca tinha tido um sistema que permitisse, rapidamente, reforçar as colónias com uma expedição: “lacuna imperdoável na organização militar colonial é não existir uma preparação conveniente, para que uma força expedicionária da metrópole possa económica e prontamente marchar para apoiar as forças coloniais, nada está feito nesse sentido”. Era ainda reconhecido como devia ser privilegiado o recrutamento local em desfavor das expedições europeias porque “as tropas europeias custam muito mais caras e esgotam-se mais depressa do que as indígenas”. Reconhecia-se também o enorme desconhecimento do terreno e da região em geral (Barbosa, 1917, p. 841; Martins, 1920, pp. 110-111 e 411).

O Exército estava ainda, no domínio operacional, “completamente desatualizado no que diz respeito às novas correntes do pensamento militar” (Telo, 2014b, p. 13). Em 1914, em Portugal, não existiam os equipamentos necessários, os fardamentos e os armamentos para apetrechar os milhares das forças expedicionárias porque “não houve qualquer aquisição significativa de armamento ou equipamento desde 1908” (...) e porque a instituição tinha estagnado e regredido na sua evolução. Mesmo que se quisesse, em cima do início das operações em 1914, tentar reverter esta situação, era ainda mais difícil porque tudo se tinha agravado nos processos morosos de aquisição ao estrangeiro (numa época em que toda a Europa se encontrava em guerra). Era quase impossível adquirir as tão necessárias “estações de telegrafia sem fios, lençóis impermeáveis, automóveis e os seus pertences, por vezes os soros e as especialidades farmacêuticas, metralhadoras e munições, aviões e pertences”. Depois era necessário assegurar o transporte até Moçambique “somente em navios portugueses porque outros não havia”. Tudo praticamente faltava e pouco, ou quase nada, estava preparado para efetuar as ambiciosas expedições a milhares de quilómetros da Europa. Para cúmulo da impreparação, nem as inspeções médicas eram realizadas e entre os enviados havia muitos infetados com a sífilis (Marques, 2012, p. 76).

Terceiro fator, demasiadamente omitido em muitas das análises portuguesas, é que o Exército de 1914-1918, nada tinha a ver com o Exército Português das campanhas de África efetuadas nas décadas anteriores<sup>4</sup>. A partir do momento – em 1908, Regicídio – em que as “choças dos civis armados da Carbonária” se tinham infiltrado dentro das unidades do Exército, que a disciplina, a hierarquia, a organização e todo um sistema de comando e planeamento coerente tinha efetivamente desaparecido<sup>5</sup>.

Em 1917, três anos após o início das operações em Moçambique, o diagnóstico do estado das forças portuguesas era inequívoco: “a nula preparação do nosso exército para a guerra, a falta de recursos financeiros e ainda mais o tempo perdido na definição da nossa situação perante a guerra europeia”. Não se soube, ou deliberadamente não se quis definir um claro objetivo político em 1914 sobre o que fazer em Moçambique e, como vimos, desde pelo menos 1910, o Exército Português estava profundamente minado politicamente e incapaz de poder responder de forma coe-

---

4 “Antes de 1910, o Exército Português tinha dado inúmeras provas da sua eficácia nas campanhas onde se empenhava, quase todas no Império, onde 98% das operações são um sucesso (...) em Agosto de 1914, o Exército Português é uma sombra do que tinha sido anos antes” (Telo, 2014b, p. 12).

5 As denominadas choças da carbonária não atuavam junto dos oficiais mas antes junto dos “sargentos, cabos e soldados” (Telo, 2014b, pp. 2-5) minando assim completamente qualquer forma de autoridade normal num Exército.

rente a uma guerra mundial que se desenvolvia em múltiplas frentes. De 1914 a 1918 o Exército era “uma coisa híbrida, com um pé cá e outro lá, politizada e dividida, minada de clubes e associações secretas (...) era uma instituição sem alma e sem coesão” (Telo, 2014b, p. 13). Quando o poder político decidiu dividir o Exército internamente e colocar o corpo de oficiais “sob vigilância permanente de cabos e sargentos organizados clandestinamente dentro dos quartéis” estava declaradamente a sabotar qualquer hipótese desta prestigiada instituição poder operar de forma eficaz, e que, tradicionalmente, o fazia dentro de uma postura proactiva. Em 1911, para agravar todo este quadro, tinha sido decidida uma reforma – como muitas outras nunca passou verdadeiramente do papel e, em 1914, estava ainda muito longe de estar implementada –, que tinha uma motivação clara: reduzir a uma expressão mínima o corpo de oficiais profissionais e substituí-los por escolas de oficiais milicianos. A síntese não podia ser mais clara por António Telo: “O regime tinha debilitado fortemente em quatro anos a capacidade operacional das Forças Armadas, destruindo a sua disciplina, minando-as com grupos clandestinos dentro dos quartéis, tornando-as um instrumento da luta partidária, paralisando a sua modernização, reduzindo fortemente o seu moral” (Telo, 2014b, pp. 7, 9, 11 e 25). Quarto fator da dimensão nacional, Portugal apresentava, além de um prévio e agravado caos político e estrutural, uma relação de recursos, humanos, materiais e financeiros, muitíssimo menor que os seus aliados. Contra um mesmo inimigo, como por exemplo, as forças da AOA, os britânicos apresentaram sempre efetivos na ordem dos 30 mil a 60 mil combatentes (excluindo os carregadores), os belgas, várias dezenas de milhares e ambos utilizaram muito do seu esforço, recursos e tempo, na construção e edificação de sistemas completos de sustentação e apoio – desde um sistema fiável de pagamentos aos combatentes e carregadores, passando por adequadas linhas de comunicação até ao apoio em hospitais e distribuição de munições e alimentos. Portugal nunca atingiu a dezena de milhar de combatentes, sendo que a sua maior expedição não chegou sequer aos 5 mil homens e, porque tinha uma enorme e inóspita área para defender, teve imensas dificuldades em concentrar potencial para poder influenciar decisivamente os resultados dos combates. Para a dimensão do esforço português, enorme em termos nacionais, mas pequena quando comparada com a dimensão dos aliados que chegaram a ter “efetivos acumulados a atingir entre perto de 250 mil homens e, pouco mais ou menos, 210 mil homens”. No entanto, importa referir que foi um esforço tremendo e que saiu caríssimo a Portugal, e nada melhor do que a síntese de René Pélissier para entendermos a gravidade da situação: “todas as campanhas coloniais em Moçambique de 1855 a 1917, reunidas, custaram aos portugueses menos mortos que a sua intervenção na Grande Guerra na África Oriental” (Pélissier, 2000, vol. 2, pp. 387, 393 e 405). O quinto fator é a falta de estudos profundos sobre a realidade político-militar em Moçambique e Angola – papéis, interventores, objetivos e rivalidades. Falta carac-

terizar todas as parcelas das forças em presença, como se organizavam, como era exercido o comando e a sua sustentação. Basta lembrar a desadequação das forças metropolitanas para estas operações, as diversas forças em presença com grau muitíssimo diferenciado de preparação: Exército expedicionário metropolitano, Exército local, Milícias locais, Oficiais da metrópole e locais, Corpo de Polícia do Niassa e da Guarda Nacional Republicana de Lourenço Marques, os sipaios, carregadores e forças de diversas etnias moçambicanas e angolanas.

Também ainda estarão no início os estudos sobre a composição e influência das companhias privadas em Moçambique, bem como da sua lealdade e ligações. Como refere Pélissier, as populações recebiam, efetivamente, os alemães de braços abertos porque estavam cansadas e revoltadas pelos “contratos forçados na região da companhia do Niassa” e também pelo “recrutamento imposto pelos britânicos em 1914”. Os britânicos levantam a suspeita de cooperação entre a Companhia do Niassa e os alemães (inclusivamente ajudando no recrutamento de africanos na zona)<sup>6</sup>. Para Portugal esta era uma área em que “o Estado se encontrava ausente (cerca de 25% de todo o Moçambique) (...) por ordem de um Conselho de Administração londrino no qual preponderavam os interesses dos Randlords e, depois, dos banqueiros alemães”. No fundo estava-se em presença de uma “colónia privada no interior de uma colónia portuguesa” e que não estava em África para “a colonizar mas para dela extorquir o máximo lucro”. Esta foi uma constatação confirmada, com muita surpresa, pelas sucessivas expedições portuguesas enviadas da metrópole e talvez isso explique, também, além dos fatores referidos anteriormente, porque “os alemães, que eram copiosamente odiados pelos seus súbditos, nunca foram tomados por inimigos pelos Moçambicanos” (Pélissier, 2000, vol. 1, pp. 134, 391 e 396; e Vol. 2, p. 439). Os britânicos diziam claramente que os alemães tinham ascendência sobre a Companhia como podemos ler num dos documentos recolhidos: “Mr. Pieter Vuyk, de Amsterdão, admitiu que possuía as ações em nome de empresas alemãs”. Neste mesmo documento o general Smuts declarou que a Grã-Bretanha deve comprar estas ações alemãs, antes da guerra terminar, por forma a controlar, no futuro, a rica região e o acesso à importantíssima Vila de Porto Amélia. Smuts afirma ainda que a Companhia é deliberadamente “corrupta e cruel” (EvocIGG; P. Tip&Bel; 1917, NA T1 12131, pp. 7 e 8).

Esta dimensão, das companhias comerciais, a par da profusão da tipologia de forças e respetivas origens, necessita de um muito maior aprofundamento.

---

6 “A coluna dos Macondes, comandada pelo Major Cunha para abrir os 14 quilómetros de estrada (...), entre 27 de abril e 14 de junho de 1917 (...) destruíram 150 povoações indígenas, envolvendo-se em diversos combates com as populações revoltadas e descontentes com a ação da Companhia do Niassa” (Marques, 2012, p. 207).

As análises feitas pelos outros intervenientes, nomeadamente os britânicos e os alemães, foram marcadamente com preconceito sobre as possibilidades e características dos portugueses e sem terem em linha de conta o “caos político” que se vivia em Portugal. Revelaram, por outro lado, uma grande frustração nas suas análises próprias – porque a guerra começou muito mal para os britânicos e correu também muito mal para parte dos objetivos finais alemães, pelo que o “bode-expiatório” foram, muitas vezes, as forças portuguesas e a denominada colonização portuguesa.

O soldado português, africano ou europeu, cumpriu, sofreu muitíssimo e, em face das condições que lhe foram criadas e oferecidas, merece todo o respeito, admiração e melhor investigação. A par de britânicos, belgas, alemães e franceses, foi abnegado, lutou com a mesma galhardia e sentiu as mesmas dificuldades. Mas, enquanto os governos dos outros países decidiram agir e reagir em tempo, Portugal não conseguiu agir nem reagir e foi o soldado português, sozinho na frente de combate, a prestar serviço no meio de um corpo multifacetado e minado por inúmeros movimentos políticos, que tentou fazer o melhor que sabia e podia em nome de todos os seus cidadãos.

### **Em Síntese**

Os principais fatores levantados foram, ao nível internacional, os seguintes: o pouco interesse sobre a frente africana demonstrado na pouca historiografia produzida até hoje, as visões quase exclusivamente nacionais que têm sido publicadas, que a guerra em África era completamente distinta da que se combatia na Europa, que das forças em confronto, na realidade, as nações não se prepararam para se combater entre si, que os povos locais foram alheios à guerra e os que mais a sofreram, que houve efetivamente divergências claras entre os africanos-europeus e os europeus vindos diretamente da Grã-Bretanha e, finalmente, que o tom habitual em muitas das obras publicadas se encontra repleto de acusações recíprocas sobre os comportamentos agressivos contras as populações locais.

Ao nível nacional, destacámos: que a maioria das análises sobre a participação portuguesa na Grande Guerra em África se ficou pela leitura operacional esquecendo, muitas vezes, a importante dimensão política e estratégica, a péssima preparação de todas as forças participantes, e que o Exército se encontrava desde o início da guerra deliberadamente diminuído e minado, que Portugal sempre apresentou, face aos seus aliados, uma dimensão muito mais reduzida em recursos materiais, financeiros e humanos, que a realidade político-militar em Moçambique, incluindo a influência das entidades privadas foi esquecida, ignorada ou ainda muito pouco estudada.

O caminho da investigação nesta frente é imenso e necessita de muito aprofundamento e de novas interpretações. Precisa, acima de tudo, de contraditório e de

estudo cruzado entre todos os participantes, aliados e inimigos, povos europeus, asiáticos e africanos.

## Referências

- Abbot, P., 2002. *Armies in East Africa 1914-18*. Oxford: Osprey.
- Abecassis, F., 2014. *A Grande Guerra em Moçambique*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.
- Anderson, R., 2014. *The Forgotten Front – The East African Campaign 1914-1918*. Gloucestershire: History Press.
- Barbosa, E. A. A., 1917. O nosso esforço militar em África. *Revista Militar*, n.º 69, 12 de dezembro, pp. 836-843.
- Haywood, A., 1964. *The History of the Royal West African Frontier Force*. Aldershot: Gale & Ponden.
- Jordan, D. 2008. *The Balkans, Italy & Africa 1914-1918*. London: Amber Books.
- Lettow-Vorbeck, von, 1923. *As minhas memórias da África Oriental*. Lisboa: Revista Militar. Tradução de Abílio Pais dos Ramos.
- Martins, F., coord., 1938. *Documentos em Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Ática.
- Marques, R., 2012. *Os Fantasmas do Rovuma*. Lisboa: Oficina do Livro.
- Paice, E., 2008. *World War I – The African Front: an imperial war on the African Continent*. New York: Pegasus Books.
- Pélissier, R., 2000. *História de Moçambique: Formação e Oposição 1854-1918* (2 Vols). Lisboa: Editorial Estampa.
- Pires, N. L., 2014a. Recordar o esforço Português em Moçambique durante a Grande Guerra (1914-1918) através da Revista Militar. *Revista Militar*, 66(5), Número Temático extraordinário sobre: Portugal na I Guerra Mundial – Operações em África (1914-1918), Lisboa, pp. 429-458. Disponível em [http://www.revistamilitar.pt/art\\_texto\\_pdf.php?art\\_id=924](http://www.revistamilitar.pt/art_texto_pdf.php?art_id=924).
- Pires, N. L., 2014b. O Exército de Portugal no Início da Guerra: Ação, Reação e Omissão. In: *Livro de Atas do Colóquio Portugal e a I Guerra Mundial (1914-1918)*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 25-37. Disponível em <http://www.parlamento.pt/ArquivoDocumentacao/Documents/ColoquioPortIGM.pdf>.
- Pires, N. L., 2015. Moçambique e as opções de Heinrich Schnee e von Lettow-Vorbeck durante a Grande Guerra. In: *Livro de Atas do Seminário Portugal e as Campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra*. Lisboa: Fronteira do Caos/IESM.
- Samson, A., 2013. *World War I in Africa: The forgotten conflict among the European Powers*. London: I.B. Tauris.

Sibley, R., 1971. *Tanganikyan Guerrilla: East African Campaign 1914-18*. New York: Ballantine Books.

Teixeira, N. S., 2014. *Portugal e a Grande Guerra: entre a memória do passado e os desafios do futuro*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/Portugal%20e%20a%20Grande%20Guerra%20-%20entre%20a%20mem%C3%B3ria%20do%20passado%20e%20os%20desafios%20do%20futuro.pdf>.

Telo, A. J., 2014a. *Cronologia de 1914: Portugal na Grande Guerra*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/CRONOLOGIA%201914.pdf>

Telo, A. J., 2014b. *A beligerância portuguesa na Grande Guerra*. Disponível em <http://www.portugalgrandeguerra.defesa.pt/Documents/A%20BELIGER%C3%82NCIA%20PORTUGUESA%20NA%20GRANDE%20GUERRA%201.pdf>

Telo, A. J., 2015. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa* n.º 139, pp. 8-33. Disponível em <http://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD139.pdf>.

#### **Fundos documentais**

Comissão Organizadora da “Evocação dos 100 anos da Grande Guerra” – Projeto: “Tipologia da Conflitualidade e Beligerância Portuguesa na Grande Guerra” liderado pelo Professor Doutor António José Telo (EvocIGG- P. Tip&Bel), recolhidos em Portugal (arquivos); Londres, Paris, Washington e Friburgo.

# Comandar em África, 1914-1918: uma Abordagem Metodológica

Miguel Freire

*Tenente-Coronel de Cavalaria colocado na Academia Militar onde é professor da Unidade Curricular Tática de Cavalaria I e II e diretor da biblioteca. Lidera o projeto de investigação do CINAMIL sobre “Uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra – África”. Tem o Curso de Estado-maior, é Mestre (pré-Bolonha) em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada e doutorando em História e Estudos de Segurança e Defesa no ISCTE-IUL.*

## Resumo

O artigo apresenta de forma sucinta o projeto “Uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra – África”, financiado pelo Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). Assim, faz-se uma breve referência ao objetivo do projeto e à equipa de investigadores e de seguida, numa forma mais detalhada, aborda o debate metodológico do Grupo de Investigadores.

## Abstract

*To Command in Africa, 1914-1918: a Methodological Approach*

*The article presents the project “A Portuguese way of leading troops during Great War – Africa” which is financed by the Portuguese Military Academy Research Center (CINAMIL). It starts with a brief explanation about the project purpose and its researchers’ team. It also provides a more detailed discussion about the selected methodological approach.*

## Introdução

A pertinência do tema da liderança no contexto da Grande Guerra, nomeadamente em África, advém do facto de neste período a situação que as unidades do Exército português e os seus comandantes enfrentaram, logo no início das hostilidades, com a projeção para este continente de forças para a defesa da integridade dos territórios coloniais, ser completamente atípica pela introdução de duas novas realidades:

- (1) Um adversário técnico e taticamente superior. Em 1914 era muito provável um combate em território africano contra as forças alemãs, o que marcava uma rotura completa com os empenhamentos em África das últimas décadas.
- (2) Um exército inoperante. Desde a implantação da República, em 1910, que se vivia a nível nacional um ambiente de extrema instabilidade político-social que se repercutia em todos os setores da sociedade. O Exército português não estava alheio a este ambiente porque tinha sido e continuava a ser um dos protagonistas desta instabilidade e, por isso, absorvia também nas suas fileiras as cisões da própria sociedade que lhe minavam a disciplina e, por consequência, a sua capacidade de combater.

Ao contrário da maior parte dos países ocidentais<sup>1</sup>, a historiografia militar nacional não se tem debruçado de uma forma científica sobre o comando e liderança militar traduzidos no desempenho dos oficiais do Exército no exercício de funções de comando em operações de combate. Na realidade, desde o início do século XX, com as campanhas de pacificação nas diversas possessões ultramarinas, no período da Grande Guerra, em África e na Europa, e mais tarde nas campanhas de 1961-1974, Portugal viu sucessivas gerações de oficiais comandarem unidades em combate, ou contra adversários tática e tecnologicamente superiores – como foi o caso da Alemanha, na Grande Guerra – ou contra adversários que embora não fossem superiores tecnologicamente constituíam, pelo conhecimento e domínio do teatro de operações e convicção na causa, uma ameaça exigente. Apesar da dimensão destes empenhamentos não existem obras nacionais de referência sobre esta matéria.

Por outro lado, dentro do próprio exército, e uma vez mais em dissonância com o que se passa nos exércitos dos países aliados, não existe doutrina nacional sobre comando e liderança militar que substancie a formação de todos os seus quadros – independentemente da categoria de oficial, sargento ou praça –, qualquer que seja o vínculo profissional – do quadro permanente ou no regime de voluntariado ou

---

1 Talvez um dos mais ativos neste domínio seja o Reino Unido com Bowman e Connelly (2012), Jones (2013), Simpson (2014), e com a recente obra de Hodgkinson (2015). No caso do Canadá ver Brennan (2006) mas também de países mais pequenos ver Villemi (2010). No caso dos Estados Unidos da América e relativo à Segunda Guerra Mundial ver Barry (2013).

contrato. No caso dos manuais doutrinários sobre comando e liderança militar, a história é habitualmente o suporte de onde se extraem valores e as competências associadas a desempenhos relevantes. No caso do Exército português, a inexistência de doutrina nacional sobre comando e liderança militar – apesar da existência de alguns trabalhos com caráter científico nesta matéria – tornam ainda pobre a formação inicial e contínua de todos os quadros do Exército português.

O presente texto tem dois objetivos: primeiro, apresentar de forma sucinta o projeto intitulado “uma forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra – África”, financiado pelo Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL), fazendo uma breve referência ao objetivo do projeto e à equipa de investigadores; segundo, e de uma forma mais detalhada, abordar o percurso metodológico percorrido pelo grupo de investigadores do referido projeto, e difundir algumas das primeiras tendências. A sua organização reflete estes dois objetivos terminando com uma terceira parte dedicada ao futuro do projeto.

### **O Projeto**

O objetivo principal do projeto é caracterizar uma “forma portuguesa de comando e liderança militar na Grande Guerra” especificamente em África, no contexto das expedições para Angola e Moçambique de 1914 a 1918, contribuindo para um referencial de comando e liderança militar que possa orientar para desempenhos relevantes em condições de extrema adversidade caracterizada por ambientes físicos hostis, escassez de recursos humanos e materiais.

O estudo centra-se exclusivamente no desempenho dos oficiais comandantes de nível tático de unidades do exército mobilizadas a partir de Portugal continental. O universo em questão é de cerca de meia centena de oficiais. Para a prossecução do objetivo principal seguem-se três linhas de investigação denominadas por “oficiais comandantes”, “unidades mobilizadas” e “exército e sociedade” que se expandem nos seguintes Objetivos Parcelares (OP):

OP #1 – “Qual a formação académica e técnica dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918?”. Este OP enquadra-se na linha de investigação “exército e sociedade” e pretende identificar o padrão da formação académica;

OP #2 – Qual o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918?”. Este OP enquadra-se nas linhas de investigação “oficiais comandantes” e “exército e sociedade” e pretende identificar o perfil sociológico dos oficiais em análise;

OP #3 – “Como é que se caracterizava a cultura de comando de tropas no Exército Português no período de 1914-1918?”. Enquadra-se na linha de investigação “exército e sociedade” e pretende descrever a cultura institucional de comando no Exército em vésperas da Grande Guerra;

- OP #4 – “Qual o empenhamento operacional das unidades mobilizadas para África e o respetivo desempenho em combate?”. Enquadra-se na linha de investigação “unidades mobilizadas” e pretende sistematizar o desempenho operacional das unidades dos comandantes em estudo;
- OP #5 – “Qual a perceção de outros atores (aliados e adversários) sobre o desempenho das unidades e respetivos comandantes do Exército português?”. Este OP concorre para as linhas de investigação “oficiais comandantes” e “unidades mobilizadas” e pretende identificar a perceção ou análise feita pelos aliados (britânicos) e pelo inimigo (alemães) do desempenho operacional das expedições portuguesas e dos principais oficiais envolvidos;
- OP #6 – “De que forma o desempenho das unidades é consequência dos respetivos comandantes?”. Este OP concorre para as linhas de investigação “oficiais comandantes” e “unidades mobilizadas”, e pretende cruzar o perfil do comandante com o desempenho operacional da unidade;
- OP #7 – “Como pode ser interpretado o sucesso e o insucesso operacional das unidades com base no perfil dos seus comandantes?”. Este OP concorre para as linhas de investigação “oficiais comandantes” e “unidades mobilizadas”, e pretende identificar os atributos e qualidades pessoais/profissionais dos comandantes que conduziram operações militares com sucesso, e identificar as vulnerabilidades ou os condicionais externos que poderão ter estado na origem de resultados desastrosos traduzidos em sofrimento e perda de vidas humanas.

Depois de compreendermos o que é o projeto em curso e mesmo antes de detalhar o percurso metodológico, importa fazer uma breve análise sobre o objetivo do projeto e da própria equipa de investigadores.

### **Objetivo e Investigadores**

Financiado pelo CINAMIL, o projeto assume claramente o propósito de “contribuir para um referencial de comando e liderança militar que possa orientar para desempenhos relevantes em condições de extrema adversidade caracterizada por ambientes físicos hostis, escassez de recursos humanos e materiais” e que, por isto, permita robustecer o saber de experiência feita a ser colocado ao serviço da formação dos militares do Exército português, na forma de contributos para uma doutrina de Comando e Liderança.

Dada a natureza deste propósito não é de estranhar – mas também não era mandatório – que a constituição do grupo fosse maioritariamente composto por militares: oito dos nove elementos são militares, sendo seis oficiais do exército no ativo e um na reserva – com os postos de major e tenente-coronel – pertencentes à

Academia Militar (AM) e ao Instituto Universitário Militar (IUM), e dois são aspirantes a oficiais alunos da AM, portanto no princípio da sua vida militar. Um, e um só elemento, é civil e proveniente de uma universidade civil, mas com trabalhos académicos na área da sociologia militar e também com ligações familiares à instituição<sup>2</sup>. A natureza profissional da maioria dos investigadores e o objetivo do projeto são influenciadores da forma como a investigação é conduzida. No fundo trata-se maioritariamente de membros de uma organização – neste caso o Exército português – a estudar outros elementos dessa mesma organização, separando-os pouco mais de cem anos. O espaço temporal que medeia entre estes dois grupos de membros (oficiais) da mesma instituição remete-nos para uma situação de *anthropology of the familiar*, ou seja, como refere Kirke (2013) a organização não é estranha aos investigadores naquilo que é a perenidade das características de uma instituição tendencialmente conservadora e que mantém praticamente inalterável a natureza da sua missão – o uso da força armada –, mas cuja evolução em cem anos distancia os investigadores das atitudes e pressupostos do grupo a ser estudado. Tem sido uma constante, nos trabalhos de análise às fontes, o paralelismo entre a realidade profissional de há cem anos com a que é vivida hoje pelos investigadores. Nesta fase da investigação, considera-se que o estatuto de oficiais do exército da maioria dos investigadores tem ajudado a alargar o leque dos indicadores e das fontes primárias a investigar, mas será um aspeto a ter em atenção no evoluir da investigação, e que muito provavelmente será objeto de uma reflexão própria do projeto, muito na sequência de reflexões de alguns sociólogos (Carreiras e Castro, 2013).

### **O Percurso Metodológico**

A pesquisa é suportada em três linhas de investigação que se intercetam, mas que carecem de abordagens específicas e que têm levado a várias reflexões intra-projeto.

#### ***Exército e Sociedade***

O Exército é sempre, em maior ou menor extensão, uma consequência da sociedade onde está inserido. A importância desta linha de investigação advém do facto de ser hoje um dado adquirido a influência que a cultura tem não só na forma como os exércitos são, mas também na forma como estes combatem os seus adversários no campo de batalha. A sociedade – no sentido cultural – “contém modos de pensamento e costumes que se refletem em conceções de política, género e religião, as quais têm impacto na forma como essas sociedades combatem. A cultura militar

---

2 Mesmo entre investigadores civis que se debruçam sobre a instituição militar, a ligação familiar destes pode não ser uma questão marginal, ver Castro (2013).

está usualmente relacionada com a sua parente que é a cultura civil, contudo mantém alguma distinção, compreendendo uma autodefinição do que é o exército, as tradições operacionais e a doutrina marcial” (Lynn, 2008, citado em Watson, 2008, p. 531).

A dificuldade desta linha prende-se com a existência de dois tempos distintos do que foi a sociedade portuguesa: o antes e o após a implantação da República. Consequentemente há um Exército antes da implantação da República e um após. Objetivar o que foi essa transição nas medidas decretadas para a passagem de um exército monárquico semiprofissional para o que deveria ser uma milícia de cidadãos (Matos, 2004) é relativamente fácil. Nas medidas que foram efetivamente tomadas torna-se mais exigente. O verdadeiramente difícil é perceber o impacto que tiveram na mudança da vida interna das unidades do exército, no próprio corporativismo militar (Freire, 2009) e na forma como os oficiais passaram a encarar o seu papel de comandantes e o Exército enquanto força armada pronta para combater (Carrilho, 1985; Telo, 2010).

A compreensão da cultura do Exército e em particular do seu corpo de oficiais, antes e depois da implantação da República, requer a sua compreensão no contexto alargado da sociedade (Winter, 2014), mas também na especificidade da *praxis* do Exército, nomeadamente nas rotinas, justiça e ética militar (Freire, 2011). Esta é a linha de investigação que se tem revelado mais difícil de explorar.

### *Oficiais Comandantes*

Na linha de investigação – oficiais comandantes – e com os Objetivos Parcelares que lhe estão associados (2, 5, 6 e 7) foi necessário entender o “perfil sociológico” procurando os indicadores que se centrem nas principais tendências em relação às origens sociais, percurso académico e percurso profissional, no qual se destaca os parâmetros da experiência profissional, nomeadamente a experiência de serviço no ultramar, a experiência de comando, instrução e treino de tropas e em particular a eventual experiência de combate nas campanhas africanas (ou noutras) do fim do século XIX e início do século XX, bem como as funções de comando e/ou estado-maior desempenhadas em território nacional e nas colónias. Mas sem esquecer a perspetiva dos sociólogos da “sociocultura” dos militares, como um complexo interpretativo característico de um grupo social, integrando diversas dimensões de análise, a saber: “interesses (ou seja, lógicas de ação autocentradas); valores (que orientam em profundidade, a ação dos sujeitos, individuais e coletivos); atitudes (estrutura estável de opiniões e comportamentos); normas (prescrições detalhadas de procedimentos); práticas (desempenhos, experiências e sua racionalização); rituais (liturgia, gestos e expressões verbais, *habitus* estilizados); e símbolos (referências evocativas)” (Freire, 2011, p. 13).

**Quadro 1** – Indicadores e parâmetros para um perfil sociológico

Contributos para um perfil sociológico	
Indicadores	Parâmetros
Origens sociais	Família; origem geográfica
Percurso académico	Antes e durante a frequência da Escola do Exército: currículo; registo disciplinar; classificação de curso; aptidões reveladas.
Percurso profissional	Tempo e experiência de serviço no ultramar, de comando, instrução e treino de tropas; experiência de combate; funções de comando e/ou estado-maior (em território nacional e/ou nas colónias); avaliações de desempenho.

Sobre esta linha de investigação o projeto teve já oportunidade de apresentar algumas das conclusões parciais a que tem vindo a chegar. No XXIII Colóquio de História Militar (Freire e Varanda, 2014), em novembro de 2014, apresentou uma comunicação que se enquadrou no OP #1 – “Formação Académica e Técnica” dos oficiais do Exército que comandaram unidades em África, e pretendeu contribuir para a resposta à seguinte questão central: “Qual a formação académica e técnica dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918?” Para o efeito a investigação centrou-se na resposta a duas questões derivadas orientadas para o período em estudo (1880-1910): (1) De que forma os assuntos coloniais (militares e administrativos) faziam parte dos currículos dos diferentes cursos da Escola do Exército?; (2) Qual a “cultura de comando” que se ensinava na Escola do Exército?

Na resposta à primeira questão a investigação revelou que os assuntos coloniais aparecem nos currículos, apenas, com as reformas levadas a cabo após 1896 e consolidam-se: (1) nas vertentes administrativa, geográfica e organizacional com a 1.<sup>a</sup> Cadeira que abarcava a geografia, a organização militar e geral das colónias; (2) na vertente militar operacional, nas 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> Cadeiras que abarcavam matérias como a tática de infantaria nas guerras coloniais, de elementos de pequena guerra e ainda de corpos irregulares e guerrilhas, e ainda nos fatores que influenciavam as guerras coloniais: o inimigo, o terreno, deficiência de comunicações, o clima, sua influência nas operações militares e os recursos; (3) e na vertente histórica na 3.<sup>a</sup> Cadeira que contemplava as modificações a fazer na tática europeia segundo exemplos históricos que decorriam de expedições recentes como foram as campanhas nacionais de Moçambique entre 1894-98.

Na resposta à segunda questão as fontes consultadas foram manifestamente insuficientes para uma resposta cabal mas foi possível identificar alguns aspetos que levam a concluir que o “comando” e “ação de comandar” nunca se constituíram numa cadeira específica, nem tão pouco se encontram no descritivo programático

das cadeiras. Só nas sebtas de tática é que foram encontradas referências às qualidades dos comandantes militares, mas ainda assim numa lógica de combate clássico e em território europeu; contudo o assunto de “comando” e da “ação de comandar” constituiu-se no tema da Sessão Solene para inauguração dos Trabalhos Escolares no ano letivo de 1902-03, proferida pelo Major Fernando Maya. Nesta comunicação foi notório o peso dado à iniciativa como qualidade indispensável a um bom comandante.

Ainda nesta linha de investigação, em junho do corrente ano, no Seminário “Portugal e as campanhas de África: da imposição de soberania à Grande Guerra”, no Instituto Universitário Militar, o projeto apresentou a comunicação intitulada “Comandantes em África (1914-1918): Uma geração infortuna” (Assis, 2015). Nesta fase os investigadores centraram-se principalmente nos processos individuais dos oficiais em estudo existentes quer no Arquivo Histórico Militar, quer no Arquivo Geral do Exército. Foi também preciso compreender alguma da cultura institucional do próprio Exército, mas também da Escola do Exército, já que esta era central à compreensão do “percurso académico”.

Esta comunicação visou apresentar o estado da investigação relacionada com o objetivo parcial de compreender “qual o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918”. Este Objetivo Parcial enquadrou-se nas linhas de investigação “oficiais comandantes” e “exército e sociedade”. Para o efeito e na fase inicial da investigação apresentou-se, apenas, o perfil sociológico dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para Angola durante a 1.ª Expedição – da projeção, em setembro de 1914, até ao combate de Naulila, em dezembro do mesmo ano – num total de nove oficiais.

A investigação permitiu concluir que os oficiais da 1.ª Expedição a Angola tiveram formações diversas tendo em conta o período de formação na Escola do Exército: os que entraram antes de 1897 e os que o fizeram após essa data. Seis oficiais na primeira situação, com uma formação militar mais clássica, sem abordagem a assuntos coloniais, ao contrário de outros três. Quanto à existência de formação académica superior pré-Escola do Exército, apenas existem dois elementos que não frequentaram o ensino superior antes de ingressar na Escola do Exército. Quanto à classificação final durante a frequência na Escola do Exército, salienta-se que na sua maioria os oficiais da 1.ª Expedição eram últimos de curso (5 em 9): um 50.º em 151 com 11,1 valores; um 64.º em 64 com 10,2 valores; um 14.º em 16 com 12,1 valores; um 55.º em 56 com 10,8 valores; e um 10.º em 12 com 11,7 valores. As outras quatro situações são: um 1.º em 7 com 14,9 valores; um 5.º em 64 com 12,8 valores; um 9.º em 54 com 12,9 valores; e um 20.º em 37 com 11,5 valores;

Por outro lado, comparando as origens geográficas com a região onde estavam sediadas as unidades que foram comandar, apenas dois não se encontravam neste padrão: um natural de Lisboa era comandante da 12.ª companhia do 3.º batalhão

de infantaria do Regimento de Infantaria (RI14), sediado em Viseu; e outro nascido no Brasil, tendo feito os seus estudos liceais na Guarda e em Coimbra, era comandante da 2.<sup>a</sup> bateria de metralhadoras do 1.<sup>o</sup> Grupo de Metralhadoras, sediado em Lisboa.

Analisando os referidos oficiais pelo seu percurso profissional até à 1.<sup>a</sup> Expedição, temos como aspetos a considerar a idade e o tempo de serviço a contabilizar. Assim, verificouse uma média de 40 anos de idade e 20 anos de serviço, dos quais 11-12 anos em subalterno e 8-9 anos em Capitão. Quanto à experiência profissional verifica-se existirem quatro oficiais com experiência no ultramar, cinco com experiência de comando, instrução e treino de tropas e apenas três com experiência de combate. Por último, da análise feita às avaliações anuais dos oficiais em questão, verifica-se a existência de quatro deles com avaliações normais ou regulares, dois acima da média e dois excecionais.

De uma forma global, após a abordagem às origens, ao percurso académico e ao percurso profissional, de acordo com o tipo de carreira militar, segundo Morris Janowitz<sup>3</sup>, conclui-se que um único oficial se enquadra no perfil de carreira adaptativa, quanto ao tipo carreira-padrão pode-se inserir nele três casos, e no tipo rotineiro quatro. Para um dos oficiais não foi possível recolher informação suficiente.

### *Unidades Mobilizadas*

Na linha de investigação – unidades mobilizadas – e com os Objetivos Parcelares associados (4, 5, 6 e 7) procura-se uma relação entre causa-efeito na condução das operações, principalmente no papel da liderança dos comandantes como causa dos efeitos obtidos – desempenho tático, baixas sofridas e infligidas, etc.. Claro que a liderança não é a única causa nem muito menos pode sequer ser isolada, mas pretende-se, decorrente das linhas de investigação anteriores, tentar compreendê-la enquanto variável não material influenciadora dos resultados de operações/com-

---

3 Morris Janowitz que distingue três tipos de carreira militar: “a carreira-padrão (*standard*), a rotineira, e a adaptativa. No primeiro caso o oficial segue um modelo de carreira que compreende etapas obrigatórias, mas que exigem particular empenhamento pessoal, como frequência de escolas de comando e de estado-maior e adequado cumprimento de determinadas funções. Na carreira tipo rotineiro, o oficial cumpre as regras mínimas estabelecidas, mas em momentos cruciais para a progressão para a carreira não lhe é dada a oportunidade – ou não a aceita – superar certos obstáculos, como cursos especiais, cargos de estado-maior, etc. Nas carreiras tipo adaptativo encontramos oficiais que seguem uma carreira-padrão, mas que investem (e arriscam) em experiências adicionais, como especialidades raras, novas, ou ainda em fase experimental. Embora a carreira-padrão constitua a forma mais segura de atingir uma elevada posição hierárquica, são as carreiras de tipo adaptativo – e não apenas no domínio técnico – que ocasionam ascensões mais rápidas e fulgurantes” (Janowitz, citado em Carrilho, 1985, pp. 53–54)

bate, tal como refere (Biddle, 2007). Para prosseguir na investigação e uma vez que se referem ideias de “empenhamento operacional” e “desempenho em combate”, entendeu-se que o conceito de *military effectiveness*<sup>4</sup> fosse o ponto de partida para a procura de indicadores mensuráveis sobre o “empenhamento operacional” e o “desempenho em combate” das unidades estudadas. Murray e Millet (2010, p. 2) definem-na como o “processo através do qual as forças armadas convertem recursos em poder de combate”. Uma unidade militar completamente eficiente é a que consegue retirar o máximo da capacidade do poder de combate dos recursos física e politicamente disponibilizados. O poder de combate é a habilidade em destruir o inimigo enquanto se limitam os danos que este pode infligir<sup>5</sup>. No seguimento desta abordagem, os mesmos autores traduzem a *effectiveness* em quatro níveis diferentes – o político, o estratégico, o operacional e o tático<sup>6</sup> (Murray e Millet, 2010, p. 4). O nível que interessa nesta investigação é o tático que segundo os mesmos autores, é definido como “o nível da atividade militar que se refere às técnicas específicas usadas pelas unidades militares para combater em empenhamentos a fim de garantir os objetivos operacionais. As atividades táticas envolvem o movimento de forças no campo de batalha contra o inimigo, a provisão de fogo destrutivo contra forças inimigas ou alvos e a organização do apoio logístico diretamente aplicáveis aos empenhamentos” (Murray e Millet, 2010, p. 19)<sup>7</sup>. Numa outra perspetiva Brooks (2007, pp. 9-10) define *military effectiveness* como a “capacidade de criar poder militar com base nos recursos básicos do estado em bem-estar, tecnologia, dimensão da população e capital humano”, acrescentando que “pode ser medida pelo grau no qual as forças militares exibem quatro atributos cruciais: integração (*integration*) da atividade militar dentro e através de diferentes níveis; capacidade de resposta (*responsiveness*) aos constrangimentos internos e ao ambiente externo; competências (*high skill*), medido pela motivação e competências básicas do pessoal; e qualidade (*high quality*) que tem a ver com a dimensão do armamento e equipamento do Estado<sup>8</sup>. O interessante nesta abordagem é que a autora considera que as quatro propriedades são essenciais à *military effectiveness* mas que esta é uma variável

---

4 Por uma questão de fidelidade ao termo optou-se por o manter no original em inglês.

5 Tradução nossa.

6 Os autores defendem que “sem *political effectiveness*, todos os outros tipos de *effectiveness* ficam em perigo” o que constitui, assumidamente, um facto no caso particular do comando das unidades do Exército Português empenhadas em operações de combate na Grande Guerra – quer em África quer na Europa – pois, como referido anteriormente, desde a implantação da República que se vivia a nível nacional um ambiente de extrema instabilidade político-social que se repercutia também no Exército Português e lhe minavam a disciplina e, por consequência, a sua capacidade de combater.

7 Tradução nossa.

8 Tradução nossa.

dependente de outras independentes do quadro militar como sejam a cultura, a estrutura social, as instituições políticas, as relações civis-militares, a competição intraestatal e outros fatores internacionais como sejam as normas globais e as organizações internacionais. Destaca, ainda, um conjunto de atividades militares como variáveis causais, ou seja, aquelas através das quais as mudanças nas variáveis independentes influenciam a *military effectiveness*. As atividades militares elencadas incluem: o *assessment* estratégico; o comando e controlo estratégico; informações e monitorização interna; seleção, promoção e rotação de oficiais; comando e controlo tático; treino e educação. A questão da *military effectiveness* ou do *combat performance*<sup>9</sup> tem sido objeto de estudos e análises merecendo, naturalmente, uma adaptação ao objeto de estudo. Nesta matéria importa ainda destacar outras referências que orientadas especificamente para o regime político do Estado cujo *combat performance* se pretende avaliar, alertam para a importância do desempenho do soldado e da eficácia organizacional (Reiter e Stam III, 1998) e outras que exploram os recursos materiais (em quantidade e qualidade), tipo de regime, capital humano, as relações civil-militar e cultura nacional (Biddle e Long, 2004).

Para o projeto em curso, e na fase inicial de conceber um conjunto de indicadores capazes de mensurar o “empenhamento operacional” – ideia que procura englobar todas as atividades necessárias até ao combate – e o “desempenho em combate” – concebido como interação física com o adversário<sup>10</sup> – socorremo-nos de uma primeira abordagem que naturalmente nos encaminhava para aspetos correlacionados com o moral – como sejam o número de prisioneiros, de deserções, e baixas devidas a doença – e outros como influenciadores ou determinantes para o moral – como são o armamento disponível, a quantidade e a qualidade dos efetivos. Qualquer um destes conjuntos é plausível de uma análise quantitativa e/ou qualitativa (Fennell, 2014). Na procura de indicadores caracterizadores das unidades, aspetos como “baixas e níveis de doença”, “efetivos existentes”, “ratio oficial-soldados” e “questões disciplinares” são também determinantes (Wilcox, 2014). Ou seja, há a necessidade de caracterizar as unidades – treino, experiência, efetivos em pessoal e material orgânicos e existentes e a sua evolução ao longo da campanha; o mesmo com a disciplina, incluindo deserções e outras situações irregulares – mas também o seu percurso operacional incluindo as manobras preparatórias até ao combate – rácios de tempo e espaço por tipologia de operação: ofensiva, defensiva – e o combate propriamente dito – interação efetiva com o inimigo em resultados de terreno

---

9 Na bibliografia os conceitos confundem-se, incluindo um outro de *battlefield performance*.

10 A ideia de dividir “empenhamento operacional” e “desempenho tático” advém do facto de haver unidades que não chegando a combater – por razões que lhe podem ser alheias – estiveram fortemente empenhadas no contexto de uma manobra mais global e por isso merecem ser objeto de estudo.

conquistado/perdido, baixas infligidas/sofridas, etc.. Estes resultados permitirão analisar a consequência da “interação *skill*-material”, em que a *skill* é a variável causal não-material – treino, liderança, experiência de combate – que se traduz na capacidade de reduzir o tempo de exposição ao fogo inimigo e por isso garantir maior sobrevivência das forças (Biddle, 2007).

**Quadro 2** – Indicadores e parâmetros de sistematização das unidades

Contributos para a sistematização do empenhamento (operacional e de combate) das unidades	
Indicadores	Parâmetros
Caracterização	Efetivos pessoal (orgânicos e existentes, com a sua evolução cronológica); armamento e equipamento (orgânicos e existentes, com a sua evolução cronológica); justiça (deserções, punições, atos de bravura, etc.); tempo de treino, instrução e adaptação ao Teatro de Operações:
Empenhamento operacional	Rácios de tempo e espaço por tipologia de operação: ofensiva/defensiva; tempo de regeneração;
Desempenho em combate	Terreno conquistado/perdido, baixas (material e pessoal) infligidas/sofridas,

Nesta fase, as fontes primárias incontornáveis são os relatórios dos próprios comandantes bem como os registos – mapas da força, correspondência, etc., – das unidades, embora nalguns casos inexistentes como é o exemplo das unidades envolvidas no combate de Naulila, em 1914, na sequência da 1.<sup>a</sup> Expedição para o Sul de Angola. Biddle (2007) relembra que a natureza do combate tem dois lados, ou seja, não importa analisar isoladamente os pontos fortes de um dos contendores, essa análise deverá ser sempre condicionada pelo que é o inimigo em questão. Por esta razão nesta linha de investigação tenta-se incluir, sempre que possível, a perceção de adversários e aliados sobre a performance da unidade. Memórias e diários são também determinantes embora exigindo leitura atenta (Kleinreesink, 2014).

O projeto encontra-se na fase de recolha de dados para a sistematização da informação.

### O Caminho a Percorrer

O percurso metodológico aqui apresentado tem vindo a ser construído com base nos dados que vão sendo recolhidos mas também do processo de reflexão e análise dentro do próprio projeto. O objetivo do projeto, a natureza profissional da maior parte da equipa de investigadores e a escassez de alguns recursos, principalmente de tempo – mas também de trabalhos académicos sobre o Exército Por-

tuguês –, têm condicionado este percurso, que não deixa de ser extraordinariamente aliciante.

## Referências

- Assis, R., 2015. Comandantes em África (1914-1918). Uma Geração Infortuna. In: C. F. Afonso e V. L. Borges, coord., *Portugal e as Campanhas de África: da Imposição de Soberania à Grande Guerra*. Lisboa: IESM. Disponível em <http://www.iesm.pt/cisdi/images/pdf/ares8.pdf>.
- Barry, S. T., 2013. *Battalion Commanders at War*. Lawrence: University Press of Kansas.
- Biddle, S., 2007. Explaining Military Outcomes. In: R. A. Brook e E. Stanley, eds., *Creating Military Power: The Sources of Military Effectiveness*. Stanford: Stanford University Press.
- Biddle, S.; Long, S., 2004. Democracy and Military Effectiveness: A Deeper Look. *The Journal of Conflict Resolution*, 48(4), pp. 525–546.
- Bowman, T.; Connelly, M., 2012. *The Edwardian Army: Recruiting, Training and deploying the British Army, 1902-1914*. Oxford: Oxford University Press.
- Brennan, P., 2006. Good Men for a Hard Job: Infantry Battalion Commanders in the Canadian Expeditionary Force. *The Canadian Army Journal*, 9(1), pp. 9–28.
- Brooks, R. A., 2007. *The Impact of Culture, Society, Institutions, and International Forces on Military Effectiveness*. Stanford: Stanford University Press.
- Carreiras, H.; Castro, C., eds., 2013. *Qualitative Methods in Military Studies*. London: Routledge.
- Carrilho, M., 1985. *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*. Lisboa: INCM.
- Castro, C., 2013. Anthropological Methods and the Study of the Military: The Brazilian Experience. In: H. Carreiras e C. Castro, eds., *Qualitative Methods in Military Studies*. New York: Routledge, pp. 8-16.
- Fennell, J., 2014. Morale and Combat Performance: An Introduction. *Journal of Strategic Studies*, 37(6-7), pp. 796–798.
- Freire, J., 2011. *Elementos de Cultura Militar*. Lisboa: Edições Colibri.
- Freire, J., 2009. Poder Político e Sociedade. *Nação e Defesa*, 4(123), pp. 135–174.
- Freire, M.; Varanda, A., 2014. Aprender para Combater: a formação académica e técnica dos oficiais comandantes das unidades mobilizadas para África no período 1914-1918. Conferência no XXIII Colóquio de História Militar. Lisboa.
- Hodgkinson, P. E., 2015. *British Infantry Battalion Commanders in the First World War*. Surrey: Ashgate Publishing Limited.
- Jones, S., ed, 2013. *Stemming the Tide. Officers and Leadership in the British Expeditionary Force 1914*. Solihull: Helion and Company.

- Kirke, C., 2013. "Insider anthropology". In: H. Carreiras e C. Castro, eds., *Qualitative Methods in Military Studies*. New York: Routledge, pp. 17-30.
- Kleinreesink, E., 2014. Research "the most dangerous of all sources". Egodocuments. In: J. Soeters, P. Shields e S. Rietjen, eds., *Routledge Handbook of research Methods in Military Studies*. Oxon: Routledge. Disponível em [https://works.bepress.com/esmeralda\\_kleinreesink/12/download/](https://works.bepress.com/esmeralda_kleinreesink/12/download/).
- Lynn, J. A., 2008. *Battle. A History of Combat and Culture*. New York: Basic Books.
- Matos, L. S. de., 2004. República: Um 'Corpo com Alma'. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, eds., *Nova História Militar de Portugal* (Vol. 4). Lisboa: Circulo de Leitores, pp. 117-142.
- Millet, A. R.; Murray, W.; Watman, K. H., 2010. The Effectiveness of Military Organizations. In: W. Murray e A. R. Millet, eds, *Military Effectiveness: The First World War* (Vol. I). New York: Cambridge University Press, pp. 1-30.
- Reiter, D.; Stam III, A. C., 1998. Democracy and Battlefield Military Effectiveness. *Journal of Conflict Resolution*, 42(3), pp. 259-277.
- Simpson, K., 2014. The Officers. In: I. F. Beckett e K. Simpson, eds., *A Nation in Arms. The British Army in the First World War*. Yorkshire: Pen & Sword Military, pp. 64-97.
- Telo, A. J., 2010. *Primeira República I. Do sonho à realidade*. Lisboa: Editorial Presença.
- Villemi, P., 2010. Main Features of the Operational and Tactical Leadership in the Estonian War of Independence (1918-1920). *Baltic Security and Defence Review*, 12(1), pp. 158-183.
- Watson, A., 2008. Culture and Combat in the Western World, 1900-1945. *The Historical Journal*, 51(2), pp. 529-546.
- Wilcox, V., 2014. Morale and Battlefield Performance at Caporetto, 1917. *Journal of Strategic Studies*, 37(6-7), pp. 829-854.
- Winter, J., 2014. Army and Society: the Demographic Context. In: I. Beckett, ed., *A Nation in Arms. The British Army in the First World War*. Yorkshire: Pen & Sword Military, pp. 194-209.

# A Grande Guerra em África (1914-1918): Relatório de uma Comissão de Inquérito Realizada à 4.<sup>a</sup> Expedição a Moçambique, Comandada pelo Coronel Tomás de Sousa Rosa

José Luís Assis

*Doutor em História pela Universidade de Évora. É investigador integrado do Instituto de História Contemporânea – Grupo Ciência – CEHFCi da UE.*

## Resumo

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) levou Portugal a bater-se em duas frentes de batalha, em Angola e Moçambique em 1914 – a frente africana – e na europeia em 1917 – na Flandres. Para Moçambique foram enviadas quatro expedições; a 4.<sup>a</sup>, naquela data, para reforço da 3.<sup>a</sup> que teve como comandante o Coronel de Cavalaria Tomás de Sousa Rosa. A Expedição não decorreu como previsto – aliás como as anteriores – e foi nomeada uma comissão de inquérito para apurar as razões do seu insucesso. O estudo é o resultado de uma investigação centrada no *Relatório de uma Comissão de Inquérito realizada à 4.<sup>a</sup> Expedição a Moçambique sob o comando do Coronel Tomás de Sousa Rosa*. Nele incidimos particularmente na situação tática em que foi assumida o comando das forças, na organização e estado sanitário das mesmas, nas circunstâncias que determinaram as operações em Negomano, nos combates de Namacurra e operações em Quelimane.

## Abstract

*The Great War in Africa (1914-1918): a Commission of Inquiry Report to the 4<sup>th</sup> Expeditionary Force to Mozambique, Commanded by Colonel Tomás de Sousa Rosa*

*The article is the result of a research focused on the Commission Inquiry Report to the 4<sup>th</sup> Expeditionary Force to Mozambique under the command of Colonel Tomás de Sousa Rosa. The report addresses particularly the tactical situation when he assumed the command of the forces, its organization and health status and the circumstances that led to the operations in Negomano, Namacurra and Quelimane.*

## **Introdução**

A Primeira Grande Guerra (1914-1918) deixou as suas marcas em todos os domínios da sociedade contemporânea: do económico ao social; do técnico ao científico; da política interna à externa (Teixeira, 2004, p. 15). Em Portugal esses traços reflectiram-se na sociedade e deixaram marcas na historiografia portuguesa. Na entrada de Portugal na Guerra ao lado dos Aliados, vários fatores – o económico, o social, o político, a integridade colonial e a posição internacional – foram considerados e pesaram nessa tomada de decisão. Portugal bateu-se nas chancelarias e depois nas frentes de batalha: na frente africana, Angola e Moçambique, a partir de 1914; e na frente europeia, Flandres, de 1917.

Se a intervenção portuguesa no teatro colonial foi pacífica e mereceu o consenso das forças políticas e o apoio da opinião pública, no teatro europeu foi objeto de polémica e abriu clivagens na sociedade e vida política portuguesas (Teixeira, 2004, p. 15). Essas clivagens centraram-se em redor de três grandes problemáticas; a entrada de Portugal na guerra; a conduta e o esforço de guerra; o balanço da situação nacional depois do conflito. Apesar das fraturas ocorridas na sociedade portuguesa a que não foi indiferente o novo sistema político, a questão colonial permaneceu sempre como consenso, “na memória colectiva primeiro, e na historiografia, depois. Nunca, no debate político e na polémica historiográfica, se questionou esse objectivo nacional que foi a manutenção da integridade colonial do país” (Teixeira, 2004, p. 15). Talvez por esse motivo a historiografia não tenha sido fértil no estudo das colónias no contexto da Grande Guerra (Oliveira, 1993, pp. 193-236).

## **Análise do Relatório**

A 18 de Agosto de 1914, a presença de forças alemãs nas proximidades da fronteira de Moçambique levou à constituição de uma expedição àquela colónia. A expedição teve como objectivo fazer face a possíveis ataques alemães e prevenir a revolta dos nativos (Oliveira, 1994, p. 220). Além desta, foram formadas mais três expedições: a segunda que embarcou em outubro de 1915 teve como comandante o Major de Artilharia José Luís de Moura Mendes (1861-1918)<sup>1</sup>; a terceira para reforço da segunda, foi organizada a partir de um decreto de 25 de maio de 1916 e teve no comando o General José César Ferreira Gil (1858-1922)<sup>2</sup>; a quarta foi mobilizada para reforço da terceira e o seu embarque ocorreu escalonado de julho a outubro de 1917, sob o comando do Coronel de Cavalaria Tomás de Sousa Rosa (1867-1929) (Oliveira, 1994, p. 221).

A 12 de setembro, Sousa Rosa chegou a Mocímbo da Praia e assumiu o comando das forças expedicionárias, dando início à campanha no norte de Moçambique que

---

1 Ordem do Exército n.º 15, 1.ª Série, de 18 de Setembro de 1915.

2 Ordem do Exército n.º 11, 1.ª Série, de 30 de Maio de 1916.

as tropas alemãs aquarteladas no Tanganica (Tanzânia) ameaçavam invadir a todo o momento (Pereira, 2008, p. 207) A campanha foi marcada por diversas ações militares: o combate de Negomano a 25 de novembro de 1917; a defesa da serra Mecula entre os dias 3 e 8 de dezembro; o combate de Namacurra ocorrido nos dias 1, 2 e 3 de julho de 1918.

A expedição não decorreu como previsto e o Coronel Sousa Rosa pediu exoneração do cargo a 9 de julho de 1918 e no mês seguinte regressou a Lisboa. É neste campo menos conhecido da historiografia portuguesa e tendo por alicerce o *Relatório da Comissão de Inquérito à 4.ª Expedição a Moçambique* que procuraremos analisar as condições em que o General Sousa Rosa assumiu o comando da missão e as causas do seu insucesso.

A 19 de setembro de 1923, por despacho do Ministro da Guerra António Maria da Silva (1872-1950) foi nomeada uma comissão de inquérito formada pelos Generais José Rodrigues Lopes de Mendonça e Matos (1859-1935)<sup>3</sup>, João Pereira Bastos (1865-1951)<sup>4</sup> e Roberto da Cunha Baptista (1874-1932)<sup>5</sup>.

---

3 Frequentou a Escola Politécnica e a Escola do Exército onde, em 1881, terminou o curso de Artilharia. A 20 de janeiro de 1910 foi promovido a Tenente-Coronel e nomeado vogal da comissão responsável por estudar as espoletas universais *Systema Ehrardt* e o emprego do trinitro-totuleno no carregamento das granadas explosivas. A 20 de janeiro de 1912 ascendeu a Coronel e a 14 de dezembro foi nomeado Inspetor dos Monumentos Nacionais. A 18 de março de 1916 assumiu o comando da 2.ª Divisão do Exército. Passou à situação de reserva a 30 de abril de 1927 e dois anos depois à situação de reforma (Pereira da Costa, 2008, pp. 159-161).

4 A 11 de outubro de 1882 ingressou no Regimento de Infantaria n.º 16 e depois completou o curso da Arma de Artilharia. A 15 de outubro de 1910 foi nomeado vogal da comissão destinada a proceder à reorganização do Exército e da comissão destinada a propor as alterações à organização do Arsenal do Exército. Ocupou o cargo de Ministro da Guerra entre 9 de janeiro de 1913 e 9 de fevereiro de 1914. A 23 de março de 1917, fez parte da *Comissão Central de Propaganda e Orientação da Instrução Militar Preparatória* (Pereira da Costa, 2008, pp. 252-254).

5 Realizou os estudos preparatórios para a Arma de Artilharia na Escola Politécnica e concluiu o curso da mesma Arma na Escola do Exército. Em janeiro de 1900 foi mobilizado para a Província de Moçambique e em Abril do mesmo ano desembarcou em Lourenço Marques e foi deslocado para as regiões da fronteira sul e ocidental durante a Guerra Anglo-Bóer. Em agosto de 1908 foi promovido a capitão e no ano seguinte eleito deputado pelo Partido Regenerador Liberal. Entre janeiro de 1913 e fevereiro de 1914 desempenhou o cargo de chefe de gabinete do Ministro da Guerra, Coronel João Pereira Bastos, sendo promovido a major em dezembro de 1914. A 27 de dezembro de 1916 embarcou para França onde foi nomeado Chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português (Oliveira, 1994, p. 58). Em França ascendeu a Tenente-Coronel a 31 de março e a Coronel a 7 de setembro. A 25 de agosto de 1922, alcançou o posto de General e passou a comandante da 1.ª Divisão do Exército, cargo que exerceu até junho de 1924. A 14 de março de 1925, exerceu o cargo de Quartel-Mestre General e em maio seguinte o de presidente da comissão encarregada de estudar os estabelecimentos fabris dependentes do Ministério da Guerra que deveriam ser industrializados e propor as bases para a sua industrialização. Ainda neste último ano, entre 21 de abril e 18 de agosto, desempenhou

A comissão entendeu debruçar-se sobre os pontos constantes do relatório: 1. Considerações prévias; 2. Negomano – transferência do Quartel-General da Expedição de Chomba para Nacaturra; 3. Disposições tomadas pelo comandante da Expedição depois do combate de Negomano – organização e operação da coluna móvel; 4. O General Van-Deventer<sup>6</sup> assumiu o Comando Superior das forças Anglo-Portuguesas – a coluna de Muirite é mandada retirar; 5. Organização e operações da coluna móvel; 6. Namacurra – os alemães depois de terem atravessado o Lúrio, entram no distrito de Quelimane continuando a sua retirada para sul; 7. Quelimane, 20 de junho de 1918, Diretiva para a coluna de operações a Quelimane; Conclusão final.

Nas considerações prévias a Comissão deu atenção à situação em que o Coronel Sousa Rosa assumiu o comando das forças a 12 de setembro de 1917, bem como às tropas da expedição, concentradas entre a foz do Rio Rovuma e Nangadi.

A Comissão apreciou o relatório elaborado pelo Coronel Sousa Rosa na província de Moçambique e a correspondência trocada entre ele, o General Van Deventer, o Governador-geral da Província e o Governo Central em Lisboa e a ata das conferências realizadas em Chomba, nos dias 14 e 15 de outubro de 1917.

No que respeita a Negomano – transferência do Quartel-General da Expedição de Chomba para Nacaturra, a Comissão na procura das causas que estiveram na origem do revés do combate de 25 de novembro de 1917, analisou a situação das forças, particularmente, das colunas de Negomano e os núcleos concentrados em Chomba e Matchemba. Deu atenção às movimentações das forças alemãs sob o comando de Paul Emil von Letton-Vorbeck (1870-1964)<sup>7</sup>.

---

o cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército em substituição do General Artur Ivens Ferraz (1870-1933). Pelo seu desempenho na Primeira Grande Guerra foi agraciado pelo rei de Inglaterra com as insígnias de *Commander of Saint Michael and Saint George* e pelo governo da República Francesa com os graus de *Oficial e de Comendador da Legião de Honra* (Pereira da Costa, 2008, pp. 254-257).

6 O Tenente-General Jacob Louis Van Deventer (1874-1922) foi um comandante militar sul-africano. Nasceu em Ficksburgo no Estado Livre de Orange e faleceu em Pretória. Em 1896 iniciou a sua carreira militar nas forças republicanas do Transval, Pretória e combateu na Guerra Anglo-Bóer (1899-1902), na qual um ferimento grave lhe afectou a capacidade de falar. Na Grande Guerra retornou ao serviço e ordenou a formação das forças de Defesa da União na campanha alemã do Sudoeste Africano. Na campanha da África Oriental Alemã (1916-1918), comandou uma força expedicionária sul-africana e depois em 1917 e 1918 todas as forças imperiais britânicas na África Oriental (Samson, 2016).

7 Nasceu em 1870 no seio de uma família aristocrática militar. Era um oficial ambicioso, corajoso, de sangue frio, de uma saúde férrea e uma resistência física capaz de suportar as piores aspezes de uma campanha bastante desgastante como foi a da África Tropical durante a Primeira Grande Guerra. Logo no início da sua carreira académica demonstrou que iria ter uma ascensão rápida no oficialato alemão. Pertenceu ao Corpo de cadetes da Prússia antes de ingressar

Quanto às disposições tomadas pelo comandante da expedição depois do combate de Negomano a Comissão direcionou a sua atenção para o deslocamento das tropas alemãs a partir da sua entrada em território português avançando para montante de Lugenda para conseguir víveres, escapando à ação das tropas britânicas do General Van Deventer. Ocupa-se da maneira como foram distribuídas as forças em Muirite, Chomba, Nacature, Quissanga e Mocímbo da Praia e da polémica retirada e das tropas portuguesas de Porto Amélia para que as britânicas tivessem um livre acesso ao porto. Esta situação impediu a cooperação entre as forças portuguesas e as aliadas e contribuiu para que as tropas britânicas pudessem dispor de uma região com excelentes linhas de penetração enquanto as portuguesas foram deslocadas para uma região insalubre e estéril com linhas de penetração muito limitadas:

“As tropas britânicas ficavam dispostas de uma região com magníficas linhas de penetração, e as nossas operando em região insaluberrima e esteril, com linhas de comunicação só transitáveis por automoveis até limitados pontos, e onde a devastadora tsé-tsé destruía, implacavelmente, o gado cavalari e muar. As dificuldades havidas no futuro farão ver este grave erro.” (Mattos, Bastos, Baptista, 1923)<sup>8</sup>.

No que refere ao ponto em que o General Deventer assumiu o Comando Superior das Forças Anglo-Portuguesas – a Comissão debruçou-se sobre a reunião ocorrida em Dar-es-Salam a 29 de Janeiro de 1918 onde Sousa Rosa não pode estar presente. A 8 de fevereiro, Sousa Rosa teve conhecimento do conteúdo da ata e entendeu por bem que, “com o fim de ressaltar a sua responsabilidade”, que no n.º 2 da mesma fossem aditadas algumas observações:

“Eram bastante necessárias essas observações, apresentadas ao General Van-Deventer, na conferencia realisada, em 8 de Fevereiro, a bordo do transporte inglez ‘Lunka’, para que no futuro não lhe pudesse ser atribuída a responsabilidade da falta da ofen-

---

num dos mais prestigiados Regimentos da Guarda de Berlim. Em 1895 superou as provas e entrou na *Kriegsakademie* – Academia de Guerra – que era um pré-requisito para uma carreira no Estado-Maior Geral da Prússia. No Verão de 1900, Vorbeck voluntariou-se para os *Ostasiatisches Expeditionskorps* (*German East Asian Expedition Corps*), uma força internacional colonialista – Aliança das Oito Nações – Rússia, Estados Unidos, Reino Unido, Terceira República Francesa, Japão, Império Alemão, Áustria-Hungria e Reino de Itália na contenção da revolta dos Boxers na China. Durante as guerras Herero e Nama (1904-1905) no Sudoeste Africano foi adjunto do Comandante-em-Chefe das forças alemãs, Tenente-General Adrian Dietrich Lothar von Trotha (1848-1920). Depois dos atos brutais cometidos por Trotha sobre os Hereros derrotados, Vorbeck foi reconhecido como um oficial distinto da Infantaria Montada na campanha contra os Nama. As campanhas da China e no Sudoeste Africano levaram-no ao comando do 2.º Batalhão Naval em Wilhelmshaven (Eckard, 2016).

8 “O General Van-Deventer assume o Comando Superior das Forças Anglo-Portuguesas, a Coluna de Muirite é mandada retirar”, *Relatório de uma comissão de oficiais generais do Inquérito referente às acusações feitas ao General Tomás de Sousa Rosa enquanto comandante da Expedição a Moçambique em 1917*, p. 47. Arquivo Histórico Militar, Divisão /2/7/52/60.

siva das nossas tropas, iniciando-se com a travessia do rio Rovuma para o N. e indo no movimento convergente sobre Newala, como projetara fazer em 20 e dias seguintes de Outubro de 1917”<sup>9</sup>.

Num documento daquela importância, Sousa Rosa entendeu que deveria ficar consignado que foi em virtude de ordem do governo português a solicitação do governo inglês que a ação militar das tropas portuguesas se limitou apenas à demonstração de forças a Norte do Rovuma.

A 8 de fevereiro, na conferência realizada em Porto Amélia, o General Deventer voltou a insistir na retirada da coluna de Muirite para Chomba por entender que as unidades aí colocadas não contribuíam para a estratégia das operações.

A 11 de fevereiro, em Mocímboa da Praia, o Coronel Sousa Rosa recebeu do General Deventer a comunicação com o seguinte teor:

“Tenho a honra de avisar-vos oficialmente, em concordância com as instruções do Ministerio da Guerra Britanico e em conformidade 3.<sup>a</sup> da minuta da Conferencia havida em Lourenço Marques, em 29 de Janeiro, entre mim e o encarregado do Governo da Provincia, que assumo o Comando das Forças Aliadas, Portuguezas e Inglezas desde esta data”<sup>10</sup>.

A 17 de fevereiro foram retirados os géneros e as munições dos depósitos de Muirite e a coluna marchou sobre Nacature. Quanto à organização e operações da coluna móvel a Comissão deu importância à correspondência trocada entre o General Deventer e o Coronel Sousa Rosa:

“N.º 21 – General Van-Deventer manda dizer, quanto a linha Médo-Metarica esteja segura, espera empregar as forças portuguezas na maior capacidade activa e pede para organizar uma coluna movel de 1.000 a 1.200 espingardas com devido complemento de artilharia, ambulância, etc., e transportes. Será organizada com as tropas que se estão na linha Mocimboa da Praia-Chomba e estará pronta a mover-se ou embarcará minima noticia para qualquer ponto ao sul de Porto-Amélia. Mais deseja e mais cedo possivel o que o Coronel Sousa Rosa pode fazer estar constantemente informado do processo da organização da coluna”<sup>11</sup>.

Num telegrama Sousa Rosa respondeu com o seguinte teor:

“N.º 101, Referencia 24, dadas ordens precisas nomeação 6 companhias cada uma com 2 metralhadoras, e 1 bateria de artilharia. Companhias constituem 2 grupos, sendo Commando Superior confiado tenente-Coronel Salgado. Vou tratar organização serviços, contando breves dias ter coluna organizada. Irei comunicar progresso organização”<sup>12</sup>.

---

9 Idem, p. 51.

10 Idem, p. 52.

11 Idem, p. 53.

12 Idem, p. 54

Essas forças foram concentradas em Elala, Nangala, Nacatura e Mocimboa da Praia. Na análise ao relatório do Coronel Sousa Rosa a Comissão deu atenção ao movimento das forças aliadas sobre Montepuez e à evacuação dos abastecimentos e do material de guerra de Muirite. Destaca as dificuldades sentidas no abastecimento das forças por falta de transportes e carregadores e concluiu que o Coronel Sousa Rosa não teve responsabilidades na demora da organização da coluna móvel, nem na forma como decorreram as operações<sup>13</sup>.

No ponto Namacurra, a Comissão debruçou-se sobre as movimentações das forças de Von-Lettow a partir da transposição do rio Lúrio, quando escapavam à perseguição das forças britânicas com as quais tinha travado vários combates na região de M'Salu, a leste de Mahua. As forças alemãs bivacaram ao longo do rio Malema, afluente do Lúrio, uma das regiões mais férteis e de clima mais salubre e temperado da África Oriental. Von-Lettow, perante o perigo de ser envolvido, iludiu as colunas britânicas que o perseguiram e abandonou aquela região. Marchou sobre o alto Molocué e torneou a serra Namuli-Inagu e as forças inimigas que receava encontrar a barrar-lhe a estrada Malema – Alto Mulocué. A sua guarda avançada alcançou aquele último posto a 14 de junho de 1918 e o grosso do exército dois dias depois. No momento seguinte a Comissão debruçou-se sobre as movimentações do Exército alemão na região a norte da vila de Quelimane onde as forças britânicas comandadas pelo General Van Deventer esperavam esmagá-lo. Nesta região, as tropas alemãs capturaram patrulhas dos aliados e apoderaram-se de subsistências armazenadas e em trânsito à cabeça de carregadores. A 23 de junho, o Capitão Muller apossou-se do grande depósito da Companhia do Lugela e depois de distribuir géneros e roupa aos seus homens lançou fogo aos edifícios (Mattos, Bastos, Baptista, 1923, p. 71). Von Lettow-Vorbeck necessitado de encontrar depósitos de munições e informado da sua existência em “Kokosani”, Namacurra, ordenou a continuação da marcha para Sul<sup>14</sup>. A 1 de julho, as forças aliadas, posicionadas na margem esquerda do rio Nhamacurra, foram atacadas de surpresa e no dia 3 derrotadas, ficando os alemães na posse da fábrica de Boror e da estação de caminhos-de-ferro. Apresentada a ideia sumária da deslocação das forças alemãs pelo distrito de Quelimane passou à análise dos documentos. Analisou o relatório do Coronel Sousa Rosa e entendeu terem sido pertinentes e acertadas as suas posições ao considerar a situação do Lúrio idêntica à do Rovuma. No Lúrio, como no Rovuma, em vez das forças do Sul convergirem sobre o inimigo em coordenação com as forças

---

13 Para um estudo mais aprofundado sobre a logística aconselhamos a leitura de Arrifes (2004, pp. 144-148).

14 Para uma leitura sobre a forma como o Coronel Vorbeck utilizou a tática militar para derrotar as forças britânicas com um maior número de efetivos na Campanha do Leste Africano na Grande Guerra, leia-se Adgie (2001).

---

do Norte, Leste e Oeste como tinha proposto ao General Deventer, foram forçadas a uma defensiva passiva:

“Agora, como antes, em vez das forças do sul convergirem sobre o inimigo em activa cooperação com as forças do Norte, Leste e Oeste, como eu havia proposto ao Comando em Chefe, limitam-se á defensiva passiva esperando que o inimigo as venha atacar.” (Mattos, Bastos, Baptista, 1923, p. 72).

As tropas alemãs atravessaram o rio Lúrio sem quaisquer dificuldades<sup>15</sup> e aproveitaram-no como obstáculo para retardar a perseguição das colunas inglesas<sup>16</sup>. Neste ponto, Quelimane, a 20 de junho de 1918, sobre a diretiva para a coluna de operações a Quelimane, a Comissão começou por analisar a situação e os objetivos das forças inimigas na região de Alto Molocué e a missão das forças sobre o comando do Major Velez Carço. O distrito de Quelimane dispunha apenas de fracas guarnições e as plantações e fábricas estavam sob forte ameaça das razias das patrulhas alemãs. O Coronel Sousa Rosa, sem esperar pelas forças britânicas prometidas pelo General Van Deventer, mandou marchar para norte as tropas desembarcadas em Quelimane e telegrafou ao Ministério das Colónias nos seguintes termos:

“Cheguei hoje Quelimane. Vieram trez companhias seis metralhadoras que marcham imediatamente ocupar testa caminho ferro Mocuba. Vem mais trez companhias indígenas portuguesas. Uma companhia inglesa chega dia 28. Mando Luabo buscar Lindi 2 companhias inglesas. Inimigo mantem-se Alto Mulocué andando em sua perseguição forças portuguesas e inglesas”<sup>17</sup>.

No dia 21, o Coronel Sousa Rosa recebeu um telegrama do General Deventer no qual transmitia que o seu objetivo consistia em coagir o inimigo a dar combate entre Alto Molocué e Ille e, no caso de este escapar, forçá-lo a seguir na direção do mar ou para a Zambézia:

“Obrigai o inimigo a dar combate entre Alto Mulocué e Ille; no caso do inimigo escapar, o chefe vae tentar empurrar-o para o mar ou para a Zambézia. As forças de Quelimane tem uma acção muito importante, por esta razão, detendo o avanço do inimigo até que nossas forças em perseguição o alcançarem”<sup>18</sup>.

O Coronel Sousa Rosa no seu relatório acha o plano do General Deventer impreciso e considera “tudo deixava prever que, em breve, a ação do inimigo se exerceria fortemente e por surpresa, nalguma direção inesperada como de facto veio a suceder”<sup>19</sup>.

---

15 Ibidem.

16 Idem, p. 73.

17 Idem, p. 81.

18 Idem, p. 82.

19 Ibidem.

A 22, saíram de Mocímboa da Praia para Quelimane a 21.<sup>a</sup> e 39.<sup>a</sup> Companhias inglesas a que o General Deventer não considerou ser uma boa tática e que as forças portuguesas deviam ter aguardado e não tomar a ofensiva<sup>20</sup>. A 23, travaram-se combates com a 25.<sup>a</sup> Companhia indígena portuguesa sob o comando do Capitão Alpoim, que caíra numa emboscada e foi forçado a retirar, enquanto as forças alemãs se apossavam dos depósitos da Companhia do Lugela<sup>21</sup>.

A Comissão analisou as comunicações expedidas e recebidas pelo Quartel-General do Coronel Sousa Rosa e considerou: o telegrama do General Deventer para o Coronel Sousa Rosa onde aprecia muito desfavoravelmente a ação das tropas portuguesas<sup>22</sup>; a explicação do Coronel Sousa Rosa pela forma como se têm passado os factos a que se referia o General Deventer; o pedido de exoneração do comando da expedição pela posição e inferioridade que fora dada às tropas portuguesas pelo comando em chefe<sup>23</sup>.

No que observa à ordem de operações em Quelimane a Comissão esmiúça a situação do inimigo e das tropas aliadas. Releva que as informações inglesas que chegavam ao Quartel-General das forças expedicionárias eram “sempre tardias, incompletas e menos exactas”<sup>24</sup>.

Quanto aos combates de 1, 2 e 3 de julho, a Comissão começa por descrever a localização das infraestruturas mais importantes de Quelimane, os sectores de defesa e as unidades empenhadas. Depois apresenta uma descrição pormenorizada dos combates afirmando que a derrota em Nhamacurra não pode ser atribuída aos portugueses porque eram as forças de *askaris* britânicas os combatentes na primeira linha<sup>25</sup>. Assinala que não havia a mais pequena informação sobre a aproximação das forças alemãs e que a inexistência de um serviço de segurança montado convenientemente explica a surpresa do dia 1 de julho. Von Lettow-Vorbeck tinha montado um perfeito sistema de espionagem, que era dirigido pelo Engenheiro Spiess de nacionalidade suíça da Companhia de Boro<sup>26</sup>.

O Coronel Sousa Rosa no dia 1 ordenou que as duas Companhias que estavam em Munhiba comandadas pelo Major Oom do Valle marchassem o mais rápido possível sobre Namacurra. Da vila de Quelimane nenhum reforço foi enviado porque apenas existiam civis e indígenas auxiliares, num efetivo de 200 combatentes improvisados. Foi com estes homens que de acordo com o comando em chefe se estava a preparar a organização da defesa da vila de Quelimane numa frente de

---

20 Idem, pp. 82-83.

21 Idem, p. 84.

22 Idem, p. 86.

23 Idem, p. 88.

24 Idem, p. 99.

25 Idem, pp. 101-112.

26 Idem, p. 90.

mais de três quilómetros. Enquanto se feriam os combates em Namacurra, em Que-  
limane procedia-se aos preparativos defensivos.

### Conclusão

A Comissão no relatório concluiu: (1) que o Coronel Sousa Rosa não foi responsável pela atitude defensiva das suas tropas ao longo do Rovuma e que empregou todos os esforços para realizar o projeto de operações que tinha estabelecido; (2) ao Comandante da Expedição não pode ser atribuída a responsabilidade pelo desastre sofrido em Negomano no dia 25 de novembro de 1917 contra as forças alemãs; e (3) que na conferência realizada, a pedido do Coronel Sousa Rosa em Dar-es-Salam, a 8 de junho de 1918, insistiu particularmente com o comandante em chefe das tropas aliadas General Deventer que o futuro papel das forças portuguesas deveria ser mais ativo do que até então tinha sido.

### Referências

- Adgie, K. P., 2001. *Askaris, Asymmetry, and Small Wars: Operational Art and the German East African Campaign, 1914-1918*. Fort Leavenworth: School of Advanced Military Studies United States Army Command and General Staff College.
- Anderson, R., 2003. J. C. Smuts and J.I. Van Deventer: South African Commanders-in-Chief of a British Expeditionary Force. *Scientia Militaria South African Journal of Military Studies*, 31(2), pp. 117-141.
- Arrifes, M. F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique 1914-1918*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.
- Costa, A. J. P. da (2008). Tomás de Sousa Rosa, General (1867-1929). *Os generais do Exército Português*, Vol. III, Tomo I. Lisboa: Estado-Maior do Exército.
- Fraga, L. A., 2003. Portugal entre a Europa e as Colónias. In: A. Afonso e C. M. Gomes, coord, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias pp. 148-154.
- Eckard, M., 2016. Lottow-Vorbeck, Paul van, 1914-1918. *International Encyclopedia of the First World War*. Disponível em [http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/lettow-vorbeck\\_paul\\_von](http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/lettow-vorbeck_paul_von) [consultado em 25 de agosto de 2016].
- Oliveira, A. N. R., 1994. *O Teatro de Guerra Africano. Moçambique*, Vol. III. Lisboa: Estado-maior do Exército, pp. 193-236.
- Ordem do Exército n.º 11, 1.ª Serie, de 30 de Maio de 1916.
- Ordem do Exército n.º 15, 1.ª Serie, de 18 de Setembro de 1915.
- Relatório de uma comissão de oficiais generais do Inquérito referente às acusações feitas ao General Tomás de Sousa Rosa enquanto comandante da Expedição a Moçambique em 1917, Arquivo Histórico Militar, (AHM-DIV/2/7/52/60).

Samson, A., 2016. South Africa and the German East Africa Campaign (Union of South Africa), 1914-1918 [online], *International Encyclopedia of the First world War*. Disponível em [http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/south\\_africa\\_and\\_the\\_german\\_east\\_africa\\_campaign\\_union\\_of\\_south\\_africa](http://encyclopedia.1914-1918-online.net/article/south_africa_and_the_german_east_africa_campaign_union_of_south_africa) [consultado em 5 de agosto de 2016].

Telo, A. J., 2003. Campanha de Moçambique 1916-1918. In: A. Afonso e C. M. Gomes, coord, *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias, pp. 451-460.

# A Longa Marcha de Norton de Matos para a Guerra: a Frente Governamental

Helena Pinto Janeiro

*Investigadora do Instituto de História Contemporânea da FCSH/Universidade Nova de Lisboa. Historiadora no Museu do Aljube “Resistência e Liberdade”.*

## Resumo

Neste artigo discute-se o papel do Ministro da Guerra José Norton de Matos nos governos de José de Castro e Afonso Costa, no âmbito do processo que conduziu à beligerância portuguesa na Primeira Guerra Mundial. O seu combate pela beligerância começara já a ser travado em sede colonial e em sede partidária, passando até pelo envolvimento na revolução de 14 de maio de 1915. Foi sempre um combate eminentemente político que, especialmente a partir do momento em que conquista a pasta da Guerra, em 22 de julho de 1915, travará em várias frentes. A frente governamental, aqui analisada durante os oito meses iniciais do seu mandato que culminaram na declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de março de 1916, é uma delas.

## Abstract

***The Long March of Norton de Matos to War: the Governmental Front***

*This article discusses the role of the Minister for War, José Norton de Matos, in bringing Portugal into the First World War. He had long fought his case for belligerency, both in the colonies, as Governor General of Angola, and in Portugal, within the Democratic Party, being involved in the revolution of 14 May 1915. His struggle was always a highly political one and would be fought on various fronts, especially after his appointment to the War Ministry in July 1915. This article analyses his fight on the “governmental front”, with particular attention to his first eight months in office, in the cabinets of José de Castro and Afonso Costa, which culminated in Germany’s declaration of war on Portugal, on 9 March 1916.*

### **Introdução**

Neste artigo analisamos o papel de José Norton de Matos no processo que conduziu à beligerância portuguesa na Primeira Guerra Mundial, nos oito meses iniciais do seu mandato na pasta da guerra até à declaração de guerra da Alemanha à República Portuguesa em março de 1916. Mais do que nos aspectos militares, centrar-nos-emos na questão política. É certo que a sua luta para que a beligerância se oficializasse já ia longa e começara por ser conduzida em Angola que, em nome da República, governava quando a guerra deflagrara na Europa dois anos antes. É certo, ainda, que ganha um impulso decisivo quando o ex-governador decide entrar na aventura revolucionária que rebentará a 14 de maio de 1915, começando a conspirar com os seus correligionários do Partido Republicano Português (PRP), vulgo Partido Democrático, para derrubar o governo de Pimenta de Castro. O nosso foco será, porém, no combate pela beligerância em sede governamental, a partir do momento em que ganha a almejada pasta da guerra<sup>1</sup>.

A oportunidade surge a 21 de julho de 1915, num Conselho de Ministros particularmente agitado do governo do independente José de Castro que se prolonga pela madrugada de 22 adentro e no qual participa na qualidade de Ministro das Colónias. O tema quente da reunião é apresentado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros que dá conhecimento aos colegas do executivo da nota do governo britânico, aconselhando Portugal a desistir da ideia da intervenção na guerra. Não sendo propriamente um orador carismático, Norton empolga-se na denúncia da afronta que uma tal nota constitui para Portugal e, concomitantemente, na defesa da urgência de o país acelerar, custe o que custar, os preparativos militares para estar em condições de se defender de qualquer agressão externa. Até ao dia em que até a própria Grã-Bretanha se veria forçada a emendar a mão e vir solicitar o concurso militar da sua mais antiga aliada. Foi, escreverá mais tarde, “uma das grandes horas” (Matos, 2005, p. 127) da sua vida. Acabado o discurso, a pasta da guerra era sua. Ganhara finalmente a nomeação para o cargo, que nesse mesmo dia 22 é formalizada, com a recomposição ministerial do governo de Castro.

### **Norton de Matos e a Beligerância**

A partir de então Norton enceta uma marcha para a guerra que irá ser longa e, sob vários aspectos, assaz solitária pois, mesmo entre os seus correligionários mais tenazmente belicistas, nem sempre os ritmos dessa marcha serão coincidentes. Do trio que ficará conhecido como a equipa da guerra, Augusto Soares encontrava-se já no governo, com a pasta dos negócios estrangeiros. Afonso Costa seguir-se-lhe-á quando assumir formalmente a chefia do executivo no final de novembro. Dos três,

---

1 Revisitamos neste artigo algumas das considerações já parcialmente defendidas em Janeiro (2014, pp. 144-155).

Norton é o político que mais *literalmente faz* para que a República Portuguesa possa ir à guerra. Se Costa e Soares têm uma acção político-diplomático mais notória, Norton – que também actuará no plano da diplomacia de guerra<sup>2</sup> –, *faz*, antes de mais, *o exército*<sup>3</sup> que vai à guerra. Fá-lo para ir à guerra e fá-lo para provar, interna e externamente, que Portugal estava em condições de o fazer.

O Ministro da Guerra é aquele que mais acredita na estratégia do facto consumado: preparar no imediato o exército como se a República fosse já beligerante é a única forma de conseguir concretizar posteriormente a acção guerreira. Estar à espera, pelo contrário, que as diligências diplomáticas surtam efeito, deixando a preparação do exército para a guerra em banho-maria, é algo contra o qual Norton luta tenazmente. A identificação com a tendência política que, dentro do PRP, assim pensa (os “Jovens Turcos”), não podia ser maior. De facto, não foi apenas por terem sido estes últimos a patrocinar a sua entrada na política republicana que o ex-governador a eles de novo se acolhera, à vinda de Angola. Àquela pertença política inicial junta-se uma identificação de posições quanto ao tempo certo para a guerra. E o tempo certo é ontem, já passou e deve ser, quanto antes, apanhado. Norton não podia identificar-se mais com esta posição e este *timing*. Não por acaso, fora Álvaro de Castro a promovê-lo publicamente na abertura do Congresso do PRP que dera o tiro de partida para a revolução de Maio de 1915 (Janeiro, 2014, pp. 138-139). Na verdade, já no anterior congresso do partido, em maio de 1914, Castro advogara que o país deveria investir seriamente no rearmamento, com base num aumento de impostos, sem estar à espera para tal que a Inglaterra alterasse a sua posição quanto à hipótese da beligerância portuguesa. Contudo, a posição dele não vingara no seio do partido (Maltez, 2004, p. 219).

A partir do Verão de 1915, é Norton quem protagonizará esta tendência, antes de mais, tudo fazendo para convencer os seus pares no governo que os preparativos para a guerra têm de avançar e já. Toma posse da pasta da guerra no final de julho e logo em agosto chama o General Tamagnini Abreu e Silva ao ministério informando-o que o vai nomear para comandar uma Divisão que ia mobilizar:

“em Mafra, Tancos, Vendas Novas, ou onde melhor conviesse, instruí-a, equipal-a e municipal-a (*sic*), de forma a estar pronta para qualquer emergência acrescentando que poderia a Divisão ter de marchar para a França, para a África, ou não chegar mesmo a sahir de Portugal” (Marques, 2004, p. XVI).

---

2 Veja-se, em especial, as negociações que encetará com o governo de Lloyd George em maio e junho de 1917 (Janeiro, 2014, pp. 194-214).

3 Quando falamos aqui em *fazer – fazer o exército* ou *fazer a guerra* – recorremos a um conceito usado por dois políticos coevos, António José de Almeida e Jaime Cortesão, quando abordaram o tema da propaganda de guerra em Portugal: a *propaganda pelo facto*. Norton de Matos é o político que melhor encarnou este conceito, mesmo se a sua atuação à frente da pasta da guerra não deixou de passar também pela propaganda propriamente dita (Janeiro, 2010; Janeiro, 2013).

Nada estando definido politicamente, Norton trata de se acautelar “para qualquer emergência”, pondo também em marcha uma equipa que vai avançando com os preparativos para a mobilização, organização, concentração e instrução das tropas e tudo o mais necessário para tornar possível que o Exército português fosse à guerra na Europa.

O ministro admite, no entanto, que a colocação em marcha da máquina de guerra foi, em muitos aspectos, mais simbólica do que efectiva durante os meses que duraram os sucessivos e fugazes governos de José de Castro. O estado lastimoso do Exército não era nada que, na sua opinião, não se pudesse ultrapassar. Assim houvesse vontade, organização e dinheiro para o equipar e treinar. É certo que as verbas previstas estiveram longe de ser efectivamente disponibilizadas, mas o ministro não desiste. Resguardando-se para melhores dias, Norton finge não parar, como admite num curioso relatório, em que revela possuir um jogo de cintura político cada vez mais apurado:

*“Várias vezes levei o assunto a conselho, frisando bem a situação em que a Republica ia ficar se mais uma vez suspendesse a sua preparação para a guerra. Reconheci, porem, que tinha quasi que parar e quasi que parei, ou antes parei na realidade e apenas fingi que não parei, porque este fingir o julguei de conveniencia para a Republica”<sup>4</sup>.*

Se o núcleo duro da equipa que o vai auxiliar nos preparativos militares para a guerra está escolhido e, apesar de tudo, a trabalhar, a verdade é que, nos meses que se seguirão, a sua marcha para a guerra será feita de forma algo voluntarista e solitária. Basta ler as atas dos Conselhos de Ministros do governo seguinte, chefiado por Afonso Costa, para o qual Norton transitará com a mesma pasta. Entre o final de novembro de 1915 e o crítico mês de março do ano seguinte, que finalmente verá a beligerância acontecer, tanto os seus pares no governo como o próprio líder parecem ter alguma dificuldade em acompanhar a pressa de Norton em querer atuar como se o país estivesse já em guerra.

### **O Labor pela Beligerância**

Logo na primeira reunião do Conselho de Ministros do segundo governo de Afonso Costa, o Ministro dos Negócios Estrangeiros faz de alguma forma depender a concretização de novas diligências diplomáticas junto de Inglaterra, para conseguir que esta solicite a beligerância portuguesa, das garantias que o seu colega da Guerra lhe possa dar. Norton manifesta logo o desejo de ser ouvido, numa das sessões seguintes, sobre os preparativos já feitos e os que falta fazer (Marques, 1974, p. 15).

---

4 Arquivo Histórico Militar (AHM), 1/35, Cx. 1292, N.º 3, “Relatorio do major Norton de Mattos sobre a gerencia da pasta da guerra ao Ministério da presidencia do Dr. José de Castro (23 de Julho a 29 de novembro de 1915)”, s.l., s.d., fls. 8-9. Itálicos nossos.

---

O alvitre repetir-se-á em todos os Conselhos de Ministros que se seguirão. A ocasião para discutir o assunto nessa sede, porém, nunca aparecerá. Estranhamente, os preparativos militares para a guerra não parecem ser suficientemente prioritários para que o governo discuta extensamente no seu órgão colegial máximo o que o Ministro da Guerra tem para propor. É certo que vão sendo paulatinamente tomadas decisões relativas à aquisição de material de guerra ou à infraestruturização de um campo de treinos militar no centro do país: o polígono de Tancos. É certo, ainda, que o Conselho de Ministros vai pondo em marcha medidas de preparação financeira e económica para a guerra que acomodam medidas de grande impacto, da lavra de Norton de Matos, como a possibilidade legal de requisitar matérias-primas e meios de transporte estrangeiros, em trânsito em território português, bastando para tal alegar a sua indispensabilidade à defesa ou à economia nacional.

Para o Ministro da Guerra, porém, a marcha de Portugal para a guerra deveria ser bem mais decidida. A sua posição nas reuniões do Conselho de Ministros de Afonso Costa oscila entre a insistência e a exasperação. Afinal, apesar de todas as palavras e promessas, o governo e, nomeadamente, Afonso Costa, sob cujas ordens pela primeira vez Norton trabalha, deixam-no a falar — e a trabalhar — muito por sua conta. Logo a 30 de novembro, o Ministro da Guerra anuncia que “deseja poder informar o governo numa das suas próximas sessões” (Marques, 1974, p. 15)<sup>5</sup>. A 4 de dezembro, reforça a “urgência [que tem em] que o Conselho se dispusesse a ouvi-lo numa sessão a respeito das aquisições feitas na preparação para a guerra”. A 6, fica acordada a realização de um conselho para conhecimento da preparação que se tem feito pela pasta da Guerra. Três dias mais tarde Norton volta a insistir “na conveniência de um Conselho só para assuntos da preparação para a guerra” mas a verdade é que no início do ano seguinte ainda nada tinha acontecido. Na reunião de 3 de janeiro de 1916, insta para que ele se realize para que possa comunicar o que tem feito no sentido da preparação para a guerra e quer “saber também a opinião do Conselho, pois que a resolução de mobilizar quatro divisões é do Ministério transacto” mas a discussão é mais uma vez protelada.

A clarificação política pela qual anseia, tarda a acontecer. E ela é tão mais necessária quanto o espírito de descrença grassa no seio do próprio Estado-Maior, avisa Norton, espírito de descrença que se vem juntar ao ceticismo de muitos outros no país, alimentado pelos mais desencontrados boatos dos vários *lobbies* antibelicistas.

O boato de que o Depósito Central de Fardamentos iria arder é um deles. Norton toma medidas extra de prevenção e verifica pessoalmente que estão a ser seguidas. Debalde. Sabotagem antiguerrista ou não, a verdade é que o depósito começa a arder na noite de 13 de janeiro.

---

5 Até referência em contrário, as citações que se seguem são deste mesmo livro de atas (Marques, 2004, pp. 15, 28, 49 e 68).

Aos boatos, Norton prefere responder com realizações e energia, ao contrário da imprensa e do próprio Congresso da República, que discute e alimenta a tese de crime. A Câmara dos Deputados quer ouvir o ministro sobre esta última hipótese e uma comissão de inquérito acaba por ser criada a 19 de janeiro, por proposta dos deputados evolucionistas e apoio dos camachistas. A maioria democrática acaba por viabilizá-la, a contragosto.

A comissão, além de querer saber se terá existido um eventual crime de fogo posto, aproveita a ocasião para colocar igualmente sob escrutínio parlamentar alegadas irregularidades na questão da compra de materiais necessários ao esforço de guerra. O Deputado Simas Machado resume os boatos que circulam no país e alarmam a opinião pública:

“É a atoarda que culmina na aleivosia de que o incêndio foi mandado lançar pelos oficiais que são contrários à ida do exército para a guerra. Outra diz que o incêndio foi pôsto para se encobrir desfalques que havia no conselho administrativo daquele estabelecimento militar e ainda uma terceira assevera que se trata de liquidar certos e determinados abusos que se tem dado na compra de artigos e material destinado à preparação para a guerra. É uma atmosfera asfixiante, que é preciso desfazer-se, por qualquer forma, para honra e prestígio das instituições”<sup>6</sup>.

Presente na sessão parlamentar, o Ministro da Guerra dá o seu voto à proposta:

“Porque entende que ao Parlamento não deve ser coartado o amplo direito que tem de examinar todos os assuntos.”<sup>7</sup>

Lembra, não obstante, que está já a decorrer um inquérito militar e que se deve ter a maior cautela em lidar com a questão, pois os inimigos do país estão à espreita. Falar do assunto desta forma pública, transformando-o num mote de chicana partidária, é, para o ministro, algo absolutamente contrário aos interesses nacionais. É o que dirá aos deputados democráticos Barbosa de Magalhães e António da Fonseca, eleitos para a comissão de inquérito, quando, na noite do dia 25, o visitam em sua casa para o pôr a par da evolução dos trabalhos:

“Mais uma vez disse que tudo, sem uma única exceção, seria mostrado a Comissão; que era absolutamente necessário o maior sigilo em tudo que dissesse respeito a nossa preparação militar; que *de modo algum podia permitir que me colocassem na situação de Ministro sindicado*; que preferia dar por escrito os esclarecimentos que a comissão entendesse dever pedir-me”<sup>8</sup>.

---

6 *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão N.º 24, 19-01-1916, p. 4.

7 *Idem*, p. 8.

8 Arquivo Norton de Matos (ANM), *Diário do Ministro da Guerra Norton de Mattos*, janeiro e fevereiro 1916, miscelânea, entrada de 25-01-1916.

Bem ele sabe que o que o coloca nas bocas do mundo é a determinação em avançar, contra ventos e marés, no sentido da beligerância. A comissão não passaria, na sua opinião, de uma manobra:

“Contra a preparação do nosso exercito e contra a nossa logica intervenção na guerra, que será um facto desde que um exercito esteja preparado: – quer-se envolver o Ministro numa onda de lama, que afogue todas as vontades, todas as energias (...) que faça cair o Ministro e dispersar todos aqueles, poucos ainda, que o cercam”<sup>9</sup>.

Nesses dois meses de intensa ambiguidade antes que tudo se passe a encaixar sob o chapéu oficial da beligerância, o ministro alterna entre a acção enérgica e fazedora e o desânimo:

“Tenho horas em que o desanimo me dilacera, e esta é uma delas. – As encomendas feitas no Estrangeiro, e com as quais tanto dinheiro já se gastou, estão cercadas de milhões de dificuldades para se realizarem: – são demoras continuadas na remessa do latão de Hespemha; a despeito do fornecimento de granadas levantam-se duvidas que não sei como hei-de resolver; a remessa dos camions da America para Lisboa, quer pela elevação do preço dos transportes e das dificuldades de os arranjar, quer pela exigência do governo inglês em não deixar vir os artigos de borracha, que aos camions pertencem, se não via Inglaterra; a dificuldade de transporte dos cavalos adquiridos na Argentina; e todas as outras demoras, entraves e dificuldades de toda a espécie relativas a encomendas feitas la fora, – preocupam-me sobremaneira.

Na montagem do campo de Tancos vejo também parado, ou a andar com assombroso vagar, apesar de todas as minhas instancias e insistências, a montagem da agua e a construção das barracas.

Agora o incêndio do Deposito Central de Fardamentos, os enormes prejuízos que representa, as dificuldades quasi insuperáveis em que me coloca. Isto tudo junto ao resto: – á falta de organização de quasi todos os serviços do Paiz; às resistências passivas e más vontades de toda a espécie; aos nenhuns hábitos de trabalho; á perturbação causada em serviços que exigem a maior atenção do Ministro em cada instante pelas estéreis e irritantes questões parlamentares; os milhares de assuntos requeredores mas inadiáveis, a tratar pela pasta da guerra.

Poderei vencer tudo isto...”<sup>10</sup>.

Quando, a 22 de janeiro de 1916, o executivo discute a polémica gerada à volta do caso do incêndio, Norton volta a lembrar que ainda não tinha podido partilhar com o Conselho de Ministros “tudo o que sobre preparação para a guerra se tinha feito”, “como repetidamente o tem pedido” (Marques, 1974, p. 82). Ainda não será dessa vez que lhe será dada essa oportunidade, pois, na semana seguinte, dia 28, lembrará os colegas da urgência em pôr termo à indefinição quanto aos preparativos militares para a guerra pois:

---

9 *Idem*, entrada de 22-01-1916.

10 *Idem, ibidem*, entrada de 06-01-1916.

“Há muito que desejava saber se a opinião deste Ministério é conforme á resolução do anterior, de se prepararem quatro divisões, a fim de se poder fazer qualquer expedição sem que o País ficasse desguarnecido e sem reforços preparados” (Marques, 1974, p. 101).

Os acontecimentos entretanto precipitam-se, conjugando-se para que Portugal entre oficialmente na guerra em março. O Ministro da Guerra já não precisará de insistir com os colegas de governo para a clarificação dos termos em que devem ou não ser reforçados os preparativos para a beligerância. Na verdade, a premência da Grã-Bretanha em neutralizar os navios alemães surtos em portos portugueses, forçando o governo português a apreendê-los, leva-a a ceder à pressão deste último: a requisição dos navios será feita, sim, mas ao abrigo da Aliança Anglo-Portuguesa. A contragosto, o governo inglês concorda com a invocação da aliança e a República Portuguesa consegue, finalmente, a garantia desejada. Apreende os navios a 23 de fevereiro sabendo que, quando a Alemanha previsivelmente declarar guerra a Portugal por via desse acto, a Inglaterra apoiará a beligerância do velho aliado<sup>11</sup>. O acto da apreensão, bem como o modo como é realizada, é considerado por Norton como uma manifestação de patriotismo e de vitalidade do país:

“Realizou-se finalmente hoje a requisição dos navios alemães. Tudo correu bem. Talvez fosse melhor dispensar a salva á bandeira portuguesa; mas por outro la[do] temos necessidade de firmar o nosso patriotismo, de praticarmos certos actos que mostrem a nossa vitalidade. Hontem alguém aventou a ideia, de se esperar ainda mais, que não estavam as cousas preparadas, que eram absolutamente necessárias pelo menos 24 horas... Opus-me tenazmente; eram 11 horas; pois tudo devia estar feito antes do pôr do sol. E assim foi apesar de só se conseguir dar a ordem ao Leote do Rego ás 13 horas.

Veremos agora o resto. Mas julgo que isto um grande passo para diante, e sinto-me com mais animo e vontade para trabalhar”<sup>12</sup>.

Quando, a 9 de março acontece o expectável – a declaração de guerra da Alemanha a Portugal – e o país entra formalmente em guerra, Norton conserva a pasta da Guerra no governo dito de União Sagrada, formado logo na semana seguinte. Pode finalmente acelerar os preparativos militares. O objectivo é, a um tempo, tornar o polígono de Tancos, no centro do país; numa estrutura capaz de acolher duas dezenas de milhares de portugueses e transformá-los em soldados de um Exército da República que ainda em janeiro de 1916 avaliara com um rotundo «zero» (Marques,

---

11 A mudança do equilíbrio de forças no Mediterrâneo também ajudou, com a iminente entrada da Itália na guerra ao lado dos aliados: era agora menos provável que a beligerância portuguesa atirasse a Espanha para os braços dos alemães (Telo, 2014, p. 20)

12 Arquivo Norton de Matos (ANM), *Diário do Ministro da Guerra...*, miscelânea, entrada de 23-02-1916.

1974, p. 101). A longa marcha de Norton de Matos para a guerra está, assim, longe de concluída. Até que esta mole de gente chegue aos campos da Flandres e se constitua como Corpo de Exército, vai ser preciso travar uma luta tenaz em várias frentes e o Ministro da Guerra estará no cerne de todas elas. Não admira que a sua influência política no seio do governo e da galáxia republicana cresça a ponto de se tornar logo no ano seguinte um sério concorrente de Afonso Costa e, não tarda, um símbolo da própria República.

### **Conclusão**

Neste artigo, discutimos o papel de José Norton de Matos no combate pela beligerância no seio dos governos que se sucederam em Lisboa entre a revolução de 14 de Maio de 1915 e a declaração de guerra da Alemanha a Portugal a 9 de março de 1916. Argumentámos que, longe de ter sido o elo mais fraco do trio de ministros portugueses que ficaram conhecidos como a “equipa da guerra”, Norton de Matos esteve na linha da frente do combate político travado pelas elites do PRP-Partido Democrático para que a República Portuguesa entrasse oficialmente no conflito militar. Foi um combate travado em múltiplas frentes, espaços e tempos mas neste artigo centrámo-nos na frente governamental e, nesta, escolhemos o seu período inicial enquanto Ministro da Guerra, precisamente os oito meses que antecederam a formalização da posição portuguesa enquanto beligerante.

Recorrendo ao diário de Norton de Matos e outros escritos seus, bem como a atas de sessões parlamentares e de reuniões do Conselho de Ministros, acompanhámos a luta do Ministro da Guerra no seio dos executivos chefiados por José de Castro e por Afonso Costa. Verificámos que, numa primeira fase, Norton de Matos tem de se adaptar à realidade de indefinição que marca os governos politicamente frágeis de José de Castro, sendo obrigado a travar os preparativos para a guerra que começara por tomar. Finge, porém, não ter parado porque admiti-lo publicamente prejudicaria ainda mais o seu desiderato.

Quando, já na fase iniciada em novembro de 1915 com a chegada de António Costa à chefia do governo, tudo parece ficar finalmente bem encaminhado, o processo revelar-se-á bem mais difícil do que Norton de Matos antecipara. Não passa uma reunião do Conselho de Ministros sem que deixe de tentar que os preparativos militares para a guerra sejam extensamente debatidos. A verdade é que nunca conseguirá a almejada clarificação, apesar de medidas avulso que vai conseguindo fazer vingar junto dos seus pares no governo. A insistência e exasperação do Ministro da Guerra agrava-se nos inícios de 1916, quando a comissão de inquérito parlamentar ao incêndio do Depósito Central de Fardamentos se aproxima perigosamente de uma sindicância ao seu ministério e à sua política pró-beligerância e, nem mesmo assim, consegue que o órgão colegial máximo do governo esclareça inequivocamente a sua posição. Apesar da frustração por não conseguir impor o seu

ritmo aos seus colegas do executivo, desenvolve um jogo de cintura político que apurará nos governos que se sucederão no país após a Alemanha finalmente declarar guerra à República Portuguesa.

## Referências

- Janeiro, H. P., 2010. Tancos: a Génese de um Milagre. In: P. A. Oliveira, M. I. Rezola, eds., *O Longo Curso: Estudos em Homenagem a José Medeiros Ferreira*. Lisboa: Edições Tinta da China, pp. 87-106.
- Janeiro, H. P., 2013. The People in Arms in the People's Entertainment: Cinema and Political Propaganda in Portugal (1916-1917). *E-Journal of Portuguese History*, 11(2), pp. 50-73.
- Janeiro, H. P., 2014. *Norton de Matos, o Improvável Republicano: Um olhar sobre Portugal e o Império entre Afonso Costa e Salazar*. Tese de doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- Maltez, J. A. 2004. *Tradição e Revolução: Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, Vol. 2, (1910 – 2005). Lisboa: Tribuna da História.
- Marques, A. H. de O., ed., 1974. *O Segundo Governo Afonso Costa (1915-1916): Actas dos Conselhos de Ministros*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Marques, I. P., ed., 2004. *Memórias do General: [1915-1919]. "Os meus três comandos" de Fernando Tamagnini*. Viseu: SACRE.
- Matos, N., 2005. *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, Vol. 3. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Telo, A. J., 2014. Um Enquadramento Global para uma Guerra Global. *Nação e Defesa*, nº139, pp. 8-33.

## Fontes de arquivos

- Arquivo Histórico-Militar, 1/35, Cx. 1292, Nº 3, *Relatorio do major Norton de Mattos sobre a gerencia da pasta da guerra ao Ministério da presidencia do Dr. José de Castro (23 de Julho a 29 de novembro de 1915)*, s.l., s.d.
- Arquivo Norton de Matos, *Diário do Ministro da Guerra Norton de Mattos*, Janeiro e Fevereiro 1916, miscelânea, mns.
- Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão Nº 24 em 19-01-1916. Disponível em <http://debates.parlamento.pt/catalogo/r1/cd/01/02/01/024/1916-01-19>, data de acesso em 01 de outubro de 2015.

# Prisioneiros: a Face Esquecida da Guerra

Fátima Mariano

*Jornalista e investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC-FCSH/NOVA). Tem dedicado o seu trabalho ao estudo da condição feminina durante a 1.ª República Portuguesa e aos prisioneiros da Grande Guerra.*

## Resumo

Após o final da Primeira Guerra Mundial e ao longo da década de 20, vários antigos prisioneiros portugueses – sobretudo oficiais do Exército – publicaram em livro as suas memórias dos meses que viveram nos campos de concentração alemães. Contudo, durante o Estado Novo e mesmo após a revolução de 25 de Abril de 1974, a historiografia dedicada à Grande Guerra praticamente ignorou a experiência do cativo dos quase oito mil militares e civis capturados pela Alemanha em África e na Europa. Só na última década, com o aproximar do centenário da Primeira Guerra Mundial, assistimos ao recuperar dessas memórias perdidas.

## Abstract

### *Prisoners: The Forgotten Face of War*

*After the end of World War I and throughout the 20s, several former Portuguese prisoners – mostly Army officers – published their memories of the months lived in German concentration camps. However, during “Estado Novo” and even after the revolution of April 25, 1974, the historiography dedicated to Great War nearly ignored the experience of captivity of about eight thousands soldiers and civilians captured by Germany in Africa and Europe. Only in the last decade there was an effort to recover those lost memories.*

### O “Véu Bem Espesso” de Ferreira Martins

Em 1935, na sua obra em dois volumes *Portugal na Grande Guerra*, o antigo vice-chefe do Estado-Maior do Corpo Expedicionário Português (CEP) em França, o General Ferreira Martins, reconhece que “se fosse possível fazê-lo, o que esses infelizes camaradas narram do seu longo martírio físico e moral de prisioneiros daria um interessante e longo capítulo” (Martins, 1935, vol. 2, p. 119), mas pede que se corra “um véu bem espesso sobre esse cenário de horrores que foi a vida de fome, de miséria, de martírio, dos prisioneiros portugueses na Alemanha” (Martins, 1935, vol. 2, p. 120).

Afinal, “o prisioneiro foi o que falhou do ponto de vista militar” (Teixeira, 1992, p. 91), mesmo quando lutou até à última munição ou até quando as suas forças física e anímica o permitiram, e essa imagem do combatente que se deixou capturar pelas forças inimigas não se ajustava à imagem da heroicidade do militar português que era necessário enaltecer. Ao mesmo tempo, era preciso colocar também um véu sobre duras críticas dirigidas pelos antigos prisioneiros e suas famílias aos sucessivos governos da nação por se terem esquecido deles durante o cativo e após o seu regresso à Pátria.

O desejo de Ferreira Martins cumpriu-se. As obras memorialísticas dos antigos militares foram dadas à estampa logo após o seu regresso a Portugal e até meados da década de 20, “quando as feridas de guerra não tinham ainda sarado e o empenhamento nacionalista estava ainda exaltado” (Teixeira, 1992, p. 95). Especificamente sobre a experiência do cativo, aquela que até agora conseguimos localizar como sendo a de publicação mais tardia é a de António Braz (1935) intitulada *Como os Prisioneiros Portugueses Foram Tratados na Alemanha*, mas vários manuscritos mantiveram-se nos espólios das famílias e só nos anos mais recentes, com o aproximar do centenário da Primeira Guerra Mundial, têm vindo a tornar-se públicos.

Ao longo do “Estado Novo” e mesmo após a revolução de 25 de Abril de 1974, a historiografia portuguesa deixou que esse “véu bem espesso” se mantivesse sobre a experiência do cativo vivida por quase oito mil militares e civis durante a guerra de 1914-1918. Nas obras gerais sobre a participação portuguesa no primeiro conflito mundial, a questão dos prisioneiros reduz-se quase exclusivamente a uma discussão sobre números (Oliveira, 2011, p. 2), nem sempre coincidentes e sujeitos a um questionamento permanente.

Determinar o número exato de militares e de civis capturados pelas forças inimigas nos teatros de guerra europeu e africano será das missões mais difíceis que o/as estudioso/as desta temática têm pela frente. Obriga a um permanente cruzar de nomes citados nos diários e memórias escritos por quem viveu o conflito, com aqueles que a imprensa da época publicava – quase diariamente a partir de maio de 1918 –, as listas da Agência Central dos Prisioneiros de Guerra do Comité Internacional da Cruz Vermelha e da Cruz Vermelha Portuguesa (sedeado em Genebra), a

documentação existente nos arquivos Histórico Militar, Histórico Ultramarino, Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no arquivo e biblioteca da Liga dos Combatentes – que tem núcleos dispersos por todo o país –, no Imperial War Museum (Londres), a correspondência recebida pela secretaria particular do Rei espanhol Alfonso XIII e as cartas, postais, relatórios e outro tipo de documentos que estão na posse de familiares desses combatentes, só para citar algumas das principais fontes de informação.

Nos estudos mais recentes, impulsionados pela evocação do centenário da Grande Guerra, poucas páginas têm sido dedicadas aos prisioneiros e ao “cenário de horrores” no qual viveram durante meses e são escassas as referências à experiência de cativo dos que foram capturados em Angola e em Moçambique entre 1914 e 1918. O facto de a Primeira Guerra Mundial continuar ainda “a ser maioritariamente europeia e ocidental” (Arrifes, 2004, p. 17) e de muitas das fontes coevas sobre as tropas expedicionárias enviadas para África só recentemente começarem a ser tratadas arquivisticamente e a estarem disponíveis para consulta do(as) investigadores(as) terá também contribuído para que esta lacuna continue a existir. A historiografia portuguesa tem ainda um longo caminho a percorrer no que respeita à Primeira Guerra Mundial e à temática dos prisioneiros em particular, embora tenham já sido dados alguns passos em frente. A dispersão das fontes primárias – documentos escritos e iconografia – por arquivos nacionais, internacionais e de família, o desconhecimento do paradeiro de diversos documentos – como as atas dos Conselhos de Ministros realizados durante o período da guerra –, o não tratamento arquivístico de muitas fontes coevas e o mau estado de conservação em que algumas se encontram, são dificuldades que aqueles(as) que pretendem desbravar este caminho enfrentam.

### **Levantando a Ponta do Véu**

Apesar da inexistência de obras de fundo sobre os prisioneiros portugueses da Primeira Guerra Mundial, existem alguns estudos relevantes sobre esta temática que importa referir. Os mais antigos por nós identificados são dois artigos científicos que datam de finais da década de 80 e inícios da de 90 do século XX (Freitas, 1987; Teixeira, 1992).

No primeiro, recorrendo à imprensa da época e a obras memorialísticas – uma das quais inédita, o diário do então Tenente-Coronel Diocleciano Augusto Martins –, Maria Helena Brandão Cardoso de Menezes de Freitas centra a sua análise na carência alimentar que acompanhou os expedicionários durante todo o período de cativo na Europa e nas iniciativas que as organizações femininas portuguesas – particularmente a Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses e a Cruzada das Mulheres Portuguesas – promoveram para minorar o sofrimento desses combatentes.

Nuno Severiano Teixeira (1992, p. 94), depois de alertar para a necessidade de “procurar um *corpus documental* tão coerente e completo quanto possível” sobre esta questão, aborda sinteticamente a evolução do estatuto jurídico do prisioneiro de guerra ao longo da história, para se concentrar na experiência de vida dos militares portugueses detidos nos campos de concentração alemães nos anos de 1917 e 1918. Uma vez mais, não há referência aos militares capturados em território africano onde se registavam combates entre Portugal e a Alemanha desde finais de 1914.

Ainda na década de 90 do século XX, uma referência à obra de Ana Luísa Araújo Pinto (1996), que trata a temática de uma forma muito sumária e apenas para o teatro de guerra europeu. No capítulo dedicado à guerra nas colónias africanas, apresenta o número de militares que caíram nas mãos dos germânicos no ataque ao forte de Naulila (Angola), em 18 de dezembro de 1914, e ao posto de Negomano (Moçambique), em 25 de novembro de 1917, mas não os inclui nos quadros que apresenta sobre as baixas portuguesas em Moçambique (Teixeira, 1996, p. 76) e em Angola (*idem*, p. 86). Inclui, contudo, uma súmula das entrevistas que realizou a dez antigos combatentes, dois dos quais ex-prisioneiros, embora a publicação integral das mesmas tivesse enriquecido a investigação por se tratarem de uma fonte de informação de grande relevância para o estudo da participação de Portugal na Grande Guerra.

Das obras mais recentes, destacamos a de Marco Fortunato Arrifes (2004) sobre a grande guerra em Angola e em Moçambique, que inclui um subcapítulo dedicado aos prisioneiros, e a de Fernando Rita (2013) sobre a vida dos expedicionários nos três teatros de guerra. A partir do diário do 1.º cabo Sebastião Duarte – que integra o seu arquivo pessoal –, Rita narra o percurso deste militar desde o momento da captura na batalha de La Lys até ao regresso a casa, em 1919, e avança ainda com uma estimativa quanto ao número de soldados, praças e oficiais portugueses capturados entre 1914 e 1918 em território africano: 678 em Moçambique e 68 em Angola.

Por fim, gostaríamos de fazer referência a dois artigos da nossa autoria (Mariano, 2012; 2014). O primeiro sobre as iniciativas promovidas pelas mulheres portuguesas para tentar minorar o sofrimento dos militares e civis que estavam detidos nos campos de internamento alemães, com um enfoque especial no trabalho da Comissão Protetora dos Prisioneiros de Guerra Portugueses, constituída exclusivamente por mães, mulheres, irmãs e filhas desses homens. O segundo, sobre a vida dos prisioneiros (militares e civis) nos campos de concentração em África e na Europa, partindo da informação divulgada da imprensa da época e de obras memorialísticas, não só dos antigos combatentes portugueses, mas também dos relatos de ex-prisioneiros de outras nacionalidades, principalmente britânicos e franceses.

Na última década, assistimos ao resgate dessa memória perdida sobre a experiência do cativo por parte de familiares de antigos prisioneiros, através da reedição dos

seus diários (Braz, 2014; Lourinho, 2006) ou da publicação de manuscritos inéditos (Santos e Santos, 2008; 2014), acompanhadas de breves contextualizações históricas. De entre estas, destacamos a obra de Gil Manuel Santos e de Gil Filipe Santos por nos dar a conhecer o diário de um soldado – o único conhecido até ao momento –, uma vez que as obras memorialísticas publicadas até hoje são de praças e de oficiais, que mesmo nos campos de concentração recebiam um tratamento privilegiado quando comparado com o dos expedicionários de baixa patente – não eram obrigados a trabalhar e tinham direito a receber um soldo idêntico ao dos oficiais da mesma patente no Estado captor.

De ressaltar ainda iniciativas importantes como os “Dias da Memória”<sup>1</sup>, promovidos pelo projeto<sup>2</sup> *Portugal 1914-1918* do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, durante os quais o/as cidadão/ãs são convidado/as a partilharem informações sobre familiares e/ou conhecidos que tenham vivido no tempo da Primeira Guerra Mundial e que permitiram recolher dados muito relevantes sobre a experiência do cativo dos expedicionários portugueses.

Há também estudos realizados por investigadores(as) no âmbito dos seus projetos de mestrado (Lopes, 2012; Oliveira, 2011), que nos apresentam um quadro mais abrangente da vivência do cativo e exploram novas fontes coevas, nomeadamente o relatório sobre maus tratos a prisioneiros portugueses realizados por Pestana de Vasconcelos – delegado militar do Serviço de Prisioneiros de Guerra – ou o inquérito nacional a antigos presos coordenado pelo juiz Pedro de Castro.

### Um Véu de Esquecimento?

O véu de que falava Ferreira Martins em 1935 caíra já sobre os prisioneiros de guerra desde o dia em que o primeiro expedicionário foi capturado pelas forças alemãs em território africano, embora não tão espesso como aquele que o antigo subchefe do Estado-Maior do CEP pedira. Em 16 de julho de 1915, já depois da libertação dos 64 militares detidos durante o combate de Naulila (Angola), o senador Lima Duque revoltava-se contra o facto de tal se ter ficado a dever à Inglaterra e não “à intervenção diplomática, que o Governo tinha anunciado estar a efectuar-se”, perguntando o que estava “a fazer o Sr. Sidónio Pais em Berlim” (Mariano, 2014, p. 647). À semelhança de todas as interpelações feitas na Câmara dos Deputados e no Senado sobre os prisioneiros de guerra durante o conflito, também esta ficou sem resposta.

---

1 A 1.ª edição dos “Dias da Memória” realizou-se entre os dias 17 de 19 de outubro de 2014 na Assembleia da República; a 2.ª edição, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2015 na Casa dos Cubos, em Tomar; a 3.ª edição, nos dias 16 e 17 de outubro de 2015 na Academia Militar na Amadora.

2 Sobre este projeto consultar o portal disponível em <http://www.portugal1914.org/>.

Mas foi em solo europeu, e em particular na ofensiva de abril de 1918, que Portugal registou o maior número de prisioneiros. A partir desta data, assiste-se a uma mobilização geral da sociedade civil, que se multiplica em iniciativas para minorar o sofrimento dos expedicionários que sobreviviam nos campos de concentração, contrastando com a inércia dos políticos. A imprensa britânica e francesa saudou os portugueses pela forma heroica como resistiram ao ataque de 9 de abril, mas em Portugal, as diversas forças políticas estavam mais preocupadas a responsabilizarem-se mutuamente pelo “desastre” que a derrota em La Lys representava.

O Tenente-General Ferreira do Amaral, que participara na expedição de pacificação ao sul de Angola em 1915 e fora comandante do Batalhão de Infantaria 15 do CEP, não poupa críticas à deturpação dos factos, “pela confusão política”, sobre o que se passou na Batalha do Lys, que terá contribuído para que durante décadas, na memória coletiva e na própria historiografia portuguesa, esta tivesse sido recordada como “o desastre de 9 de Abril”:

“Os políticos denominados ‘democráticos’ vomitam pragas contra os chamados ‘sidonistas’, acusando-os de responsáveis pelo *desastre de 9 de Abril*, o que nos levou a concluir que estão convencidos, ou que sabem de fonte segura, que os ‘sidonistas’ pediram ao general alemão *a finesa*, de atacar os Portugueses, *sem falta*, nesse dia! Em reivindicativa, os ‘sidonistas’ despejam sobre os ‘democráticos’ as maiores diatribes, tornando-os responsáveis pelo *desastre de 9 de Abril*: e deste modo, devemos ou podemos concluir que os ‘sidonistas’ possuem documentos, em que provarão, a seu tempo, que o governo que mandou as tropas para o *front* ocidental, empregou todos os esforços para que os Portugueses fossem colocados num sector que de antemão se sabia dever ser atacado no dia 9 de Abril de 1918! Ambos os adversários chamam ‘DESASTRE’ ao que se passou nesse dia com os Portugueses, que procuraram evitar o avanço alemão até onde o seu máximo esforço o permitia. É caso para notar uma falta que ambos os partidos cometeram, para se poderem acusar mutuamente: foi o de não terem enviado *a tempo*, delegados especiais para assistir ao ‘DESASTRE!’” (Amaral, 1923, p. 9).

Referindo-se aos milhares de militares capturados pelos germânicos durante a batalha do Lys, Ferreira do Amaral, no mesmo tom irónico e crítico, escreve: “Quanto aos que foram aprisionados, esses, pedirão ao cidadão português desculpas sem fim, por não terem fugido logo de manhã e terem-se deixado ficar nos seus postos até se lhes acabarem as munições” (Amaral, 1923, p. 47).

Os relatos que nos chegaram sobre o que se passou nesse “9 de Abril” são unânimes quanto ao desânimo e ao cansaço das tropas e ao sentimento de abandono por parte daqueles que na altura governavam Portugal. Leiamos Augusto Casimiro, Capitão do Regimento de Infantaria 31: “Os nossos soldados tinham-se definitivamente convencido de que se de Portugal não vinham reforços em oficiais e praças, era somente porque os responsáveis do poder o não desejavam. E a estes se impôs a responsabilidade no crime que, abandonando os condenados, os exilados da

Flandres, – parecia consagrar pela sua reintegração de desertores e trãnsfugas da guerra, a incapacidade guerreira dos que haviam ficado em Portugal” (Casimiro, 1918, p. 21).

O regime político republicano tinha sofrido um revés em dezembro de 1917. Entre os dias 5 e 8 desse mês, Sidónio Pais encabeçara um golpe militar na sequência do qual foi exonerado o governo liderado por Afonso Costa e destituído o então Presidente da República, Bernardino Machado. Em 11 de dezembro, Sidónio Pais assume as pastas de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros e em 27, a chefia do Estado. Assiste-se a uma mudança na política de guerra, travando-se não só “a rendição dos contingentes”, mas também abandonando os prisioneiros de guerra (Oliveira, 2011, p. 94), embora, cinco dias após a assinatura do Armistício, Sidónio Pais tenha enviado aos militares internados no campo de Rastatt um telegrama no qual dizia que Portugal se lembrava “com carinho e reconhecimento dos seus filhos prisioneiros” e se congratulava pelo aproximar da “hora da liberdade e do regresso à Pátria” (Lourinho, 2006, p. 145).

Esta falta de interesse pelos destinos dos prisioneiros foi uma constante desde 1914. Em maio de 1917, o governo alemão propôs a Portugal “um acordo respeitando ao soldo a receber pelos oficiais portugueses” – tal como previsto nos tratados internacionais e à semelhança do que tinha feito com outras nações inimigas –, mas o governo luso só em meados de 1918 deu seguimento à proposta, segundo um telegrama enviado pelo embaixador espanhol em Berlim aos prisioneiros do campo de Breesen (Braz, 2014, p. 315). E só por “graciosa resolução do governo alemão”, os oficiais portugueses começaram a receber “pagamento igual ao dos oficiais ingleses”, conta o Capitão Adelino Delduque (1919, p. 1) nas páginas do jornal *A Capital*. Numa conferência pronunciada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 9 de agosto de 1918, à qual assistiram representantes do corpo diplomático e do Presidente da República, o Conde de Penha Garcia – membro do Comité de Socorros aos Militares e Civis Portugueses Prisioneiros de Guerra – critica o governo por ainda não ter conseguido um acordo para o repatriamento dos inválidos de guerra e o internamento num país neutral daqueles que se encontravam gravemente doentes (O Século, 1918, p. 1). Portugal também nunca alcançou qualquer acordo de troca de prisioneiros, como os que a Alemanha assinou com a Inglaterra e a França.

Ao contrário do que escreve Oliveira (2011, p. 79), apesar da lei de censura prévia, os principais títulos da imprensa nacional e regional deram amplo destaque à questão dos prisioneiros de guerra, divulgando os seus nomes, publicando cartas suas ou de seus familiares, dando a conhecer as iniciativas promovidas por inúmeras associações no sentido de aliviar o seu sofrimento e abrindo subscrições públicas a seu favor.

Nas páginas dos jornais, multiplicavam-se as críticas aos poderes políticos por se esquecerem dos milhares de portugueses detidos nos campos de concentração e

por não cumprirem as suas próprias promessas. Em 5 de novembro de 1918, o diário *A Capital* lembra que o governo tinha decretado que “às famílias dos prisioneiros fossem pagas as subvenções de campanha”. Esta seria uma forma de facilitar “meios para que essas famílias pudessem enviar aos seus entes queridos víveres e agasalhos”, mas “decorridos alguns meses”, as subvenções não tinham ainda sido pagas. Na Secretaria de Guerra, não havia “modo de remover as dificuldades” que se opunham à execução do projeto. “Dificuldades burocráticas – diz-se” (Diário de Notícias, 1918, p. 1). Na sessão de 4 de dezembro de 1918 da Câmara dos Deputados, José Vicente de Freitas explica que o não pagamento desse “subsídio correspondente à subvenção de campanha” se deve ao facto de o mesmo não ter ainda sido regulamentado.

Entre agosto e outubro de 1918, com a chegada a Portugal de vários militares que tinham conseguido fugir dos campos de passagem – como a Fortaleza de Lille, em França –, o comando do CEP decide interrogá-los sobre a experiência do cativo e recolher informações acerca “de materiais de guerra e depósitos de armamento; e a situação económica dos alemães” (Oliveira, 2011, p. 34), dados que não possuíam por terem estado pouco tempo detidos e nunca terem estado em campos de concentração.

A assinatura do Armistício, em 11 de novembro de 1918, determina a imediata libertação dos prisioneiros dos países aliados. O delegado português do Serviço de Prisioneiros de Guerra, o Major de infantaria Pestana de Vasconcelos, partira para França em setembro, mas só no dia 27 de dezembro, já na Holanda, dá início oficialmente ao processo de repatriamento (Oliveira, 2011: 90).

Sentindo-se uma vez mais esquecidos, alguns prisioneiros assumem regressar a casa por sua conta e risco. Em 3 de janeiro de 1919, António Pereira dos Santos e outros nove soldados portugueses misturaram-se com um grupo de militares italianos que estava a ser repatriado a partir do campo de Heilsberg, conseguindo ludibriar as autoridades alemãs – outros nove expedicionários tinham sido descobertos. Durante o trajeto, António acaba por separar-se dos seus camaradas, tendo chegado em 27 de janeiro a Cherburgo, cidade a partir da qual estavam a ser repatriados os antigos prisioneiros portugueses (Santos e Santos, 2008, pp. 115-120).

Em Cherburgo, o delegado do Serviço de Prisioneiros de Guerra, Pestana de Vasconcelos, interroga 50 militares de várias patentes com o objetivo de reunir o maior número possível de provas de que a Alemanha violara os tratados internacionais sobre o tratamento dos prisioneiros de guerra e assim, em sede de Conferência de Paz, exigir que a mesma ressarcisse Portugal. Desta forma, o Estado não teria de pagar “do seu próprio bolso reformas antecipadas e pensões de sangue às famílias dos homens mortos nos cativos” (Oliveira, 2011, p. 54). Em julho do mesmo ano, o juiz Pedro de Castro conclui um inquérito nacional a 100 antigos

prisioneiros realizado com o mesmo intuito, mas as pretensões portuguesas não foram atendidas.

Em 21 de março de 1919, o jornal *O Século* publica a carta de um antigo prisioneiro natural de Leiria, na qual este se insurge contra o facto de:

“Os poderes públicos parecer[em] nada se preocupar” com as dificuldades económicas e de saúde com as quais vários antigos companheiros se deparam: “[...] a maior parte dos nossos ex-prisioneiros precisam dum rigoroso tratamento para que possam readquirir a sua saúde abalada uns, e libertarem-se da morte que os procura a passos ligeiros outros. Muitos deles não têm recursos próprios para se poderem tratar convenientemente e os poderes públicos parece nada se preocuparem com isso, deixando de prover a um certo número de medidas a fim de lhes suavizar a vida, como concedendo alguns meses de vencimento e licenças de campanha, dando-lhes a preferência para qualquer emprego público ou particular, etc... Outros ainda necessitam que seja exigido das autoridades competentes o pagamento de todos os seus créditos pois ainda não foram pagos a diversos militares do C.E.P. consideráveis importâncias por eles remetidas às suas famílias há mais de um ano. Finalmente, que se torna necessário o pagamento exacto e em dia de todos os vencimentos a que por lei têm direito na metrópole e no estrangeiro” (*O Século*, 1919).

Quatro anos após o fim da guerra, Diocleciano Augusto Martins, entretanto promovido a general, lê um recorte de jornal intitulado “Os Esquecidos da Grande Guerra”, no qual o articulista lamenta que, em Portugal, “esses heróis se tornassem ‘esquecidos’ e não ‘ressuscitados’ – como em França se chamava, com respeito e admiração aos ex-prisioneiros franceses” (Freitas, 1987, p. 340). O “véu bem espesso” de Ferreira Martins tinha já começado a cair sobre os antigos prisioneiros portugueses.

## Referências

- Amaral, F. do, 1923. *A Batalha do Lys, a Batalha de Armentières ou o 9 de Abril*. Lisboa: Tipografia do Comércio.
- Arrifes, M. F., 2004. *A Primeira Grande Guerra na África Portuguesa. Angola e Moçambique 1914-1918*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional/Edições Cosmos.
- Braz, I., 2014. *Memórias esquecidas: a vida do Capitão António Braz*. Lisboa: Chiado Editora.
- Casimiro, A., 1918. *Calvários da Flandres*. Porto: Renascença Portuguesa.
- Delduque, A., 1919. Notas do cativo. Abandonados. *A Capital*, 25 de julho de 1919, p. 1.
- Diário de Notícias, 1918. Não se pagam as subvenções às suas famílias. *Diário de Notícias*, 5 de Novembro de 1918, p. 1.
- Freitas, M. H. B. C. M. de, 1987. Contributos para a História do Prisioneiro Português na Guerra de 1914/1918. *Revista de Ciências Históricas*, Vol. II, pp. 325-340.

- Lopes, C. J. A., 2012. *Os portugueses na Grande Guerra. Uma experiência de combate e de cativoiro*. Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, Área de Especialização em História Contemporânea. Lisboa: Universidade Aberta.
- Lourinho, M. H., 2006. *Prisioneiros Portugueses na Alemanha. 1ª Grande Guerra 1917-1919*. Lisboa: Edições Prefácio.
- Mariano, F., 2014. Memórias do Cativoiro: A Vida dos Portugueses nos Campos de Prisioneiros Alemães. *Actas do XIII Colóquio de História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 633-650.
- Mariano, F., 2012. Os esquecidos da guerra: o apoio das mulheres aos prisioneiros da 1.ª Guerra. *Revista Militar* n.º 2524, pp. 527-543.
- Martins, F., 1935. *Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editora Ática. 2 Volumes.
- Oliveira, M. J. M., 2011. “Deste Triste Viver” – Memórias dos prisioneiros de guerra portugueses na primeira guerra mundial. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa.
- O Século, 1919. Prisioneiros dos alemães – É preciso pagar o que aos nossos soldados se deve. *O Século*, 21 de março de 1919, p. 3.
- O Século, 1918. A situação dos prisioneiros de guerra – Uma conferência do sr. Conde de Penha Garcia. *O Século*, 9 de Agosto de 1918, p. 1.
- Pinto, A. L. A., 1996. *Memórias de um Dever Cumprido – Portugal na Primeira Grande Guerra*. Lisboa: Liga dos Combatentes.
- Rita, F., 2013. *Na Sombra do Expedicionário: A vida em combate de soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Porto: Fronteira do Caos, Editores.
- Santos, G. M. M. dos; G. F. C. Santos, 2014. *A Saga de um Combatente na I Guerra Mundial: De Chaves a Copenhaga*. Lisboa: Âncora Editora/Fundação Vox Populi.
- Santos, G. M. M. dos; G. F. C. Santos, 2008. *António Pereira dos Santos: de Chaves a Copenhaga – a Saga de um Combatente*. Lisboa: Edições Prefácio.
- Teixeira, N. S., 1992. A Fome e a Saudade. Os Prisioneiros Portugueses na Grande Guerra. *Penélope. Fazer e Desfazer a História* n.º 8, pp. 91-114.

# Desporto em Tempo de Guerra: os Jogos Interaliados

Rita Nunes

*Diretora do Gabinete de Estudos e Projetos do Comité Olímpico de Portugal e investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL.*

*Doutoranda em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Mestre em Estudos Olímpicos pela University of Peloponnese (Grécia) e Licenciada em Ciências do Desporto – Gestão do Desporto pela Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.*

## Resumo

A 11 de setembro de 1914 partiram de Lisboa as primeiras expedições militares portuguesas, com destino a Angola e a Moçambique. Seria contudo a declaração de guerra da Alemanha a Portugal a 9 de março de 1916 que iria provocar a mobilização do desporto nacional a favor do esforço de guerra. Logo no primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português (CEP), que partiu de Lisboa a 26 de janeiro de 1917 com destino à Flandres foi possível identificar a presença de atletas portugueses de renome.

A prática desportiva fez parte do quotidiano do CEP durante a sua permanência em França. Após a assinatura do Armistício a 11 de novembro de 1918 o principal objetivo dos soldados mobilizados era o regresso a casa. No entanto, a desmobilização das tropas não foi imediata. Para alguns destes soldados o regresso a casa demorou vários anos. Foi a pensar nestes homens que ainda se encontravam na Europa que, dois meses após o final da Grande Guerra, se iniciou a organização dos Jogos Interaliados.

## Abstract

### *Sports in a Time of War: The Inter-Allied Games*

*In September 11, 1914, the first Portuguese military expeditions left Lisbon to fight in Angola and Mozambique. It would be however Germany's declaration of war to Portugal on March 9, 1916 which caused the mobilization of national sport in favor of the war effort. On the first contingent of Portuguese Expeditionary Corps (CEP), which left Lisbon on 26 January 1917 to Flanders was possible to identify the presence of renowned Portuguese athletes.*

*Sport were part of CEP's daily life during their stay in France. After the signing of the Armistice on November 11, 1918 the main objective of the mobilized soldiers was to return home. However, the demobilization of troops was not immediate. For many soldiers returning home took several years. It was with these man in mind that the Inter-Allied Games were organized.*

### **A Organização Desportiva Portuguesa nas Vésperas da I Guerra Mundial**

No final do século XIX, quando um pouco por toda a Europa o desporto se tinha começado a “massificar”, a atividade desportiva em Portugal continuava circunscrita apenas a algumas camadas da população. De uma forma geral, as elites nacionais permaneciam, com honrosas exceções, bastante alheadas dos desenvolvimentos alcançados pelo desporto em Inglaterra ou França.

As instituições desportivas existentes em Portugal, como a Associação Naval de Lisboa (1856), o Real Gimnasio Clube Português (1875), o Clube Fluvial Portuense (1876), o Ginásio Clube Figueirense (1893), eram insuficientes para o papel e as funções que o desporto deveria desempenhar na sociedade.

No início do século XX, surgiram clubes como o Clube Internacional de Futebol (1902), Sport Lisboa e Benfica (1904) e Sporting Clube de Portugal (1906) que trouxeram uma nova dinâmica ao desporto, proporcionando uma melhoria do ponto de vista competitivo e possibilitando a internacionalização de alguns atletas portugueses.

Na fase final do reinado de D. Manuel II foram organizados os primeiros Jogos Olímpicos Nacionais, pela recém-criada Sociedade Promotora de Educação Física Nacional (1909). O objetivo da organização deste evento era despertar o interesse dos portugueses pela prática desportiva e preparar a participação de Portugal nos Jogos Olímpicos, que se iriam realizar em Estocolmo em 1912 (Pinheiro e Nunes, 2012).

Vale a pena sublinhar que seria com a instauração do regime republicano, que a ideia da criação de uma sociedade “regenerada” e de um “homem novo” começou a ganhar visibilidade, defendendo-se como necessária, a introdução da educação física nos programas de ensino escolar. Na verdade, alguns intelectuais portugueses, como o monárquico Ramalho Ortigão, tinham já defendido uma certa estratégia de consolidação da prática desportiva:

“A fisiologia moderna tem mostrado que a saúde não é mais que o justo e perfeito equilíbrio das diferentes forças inerentes ao nosso organismo (...) o exercício regular e metódico de todos os nossos membros e de todos os nossos órgãos é o único meio de manter o equilíbrio (...) A sistematização desse exercício regular e metódico chama-se ginástica” (Ortigão, 1887-1890, p. 952).

Os Jogos Olímpicos Nacionais organizaram-se anualmente até 1914, a terceira edição, realizada em 1912, serviu de prova de seleção dos atletas portugueses que iriam representar Portugal nos Jogos Olímpicos.

Mesmo sem o apoio do Estado foi possível, recorrendo à angariação de fundos através de uma subscrição pública e à organização de alguns certames desportivos, nomeadamente um sarau realizado no Coliseu dos Recreios a 22 de junho de 1912, angariar fundos para apoiar a equipa que iria a Estocolmo. António Pereira, António Stromp, Armando Cortesão, Fernando Correia, Francisco Lázaro e Joaquim Vital foram os primeiros atletas olímpicos portugueses (Pinheiro e Nunes, 2012).

Todo este processo de organização do desporto nacional acabaria por sofrer os impactos da Grande Guerra, perdendo algum dinamismo com a sua eclosão. Recorde-se que os preparativos dos Jogos Olímpicos de 1916, que se deveriam realizar em Berlim, foram interrompidos devido ao início da conflagração europeia.

### O Desporto e a Guerra

A relação entre militarismo, socialização e desporto é indissociável. Imagens de perda, dor e heroísmo são símbolos de unidade em momentos de sofrimento. Os campos de batalha e as competições desportivas, de um ponto de vista simbólico, locais onde as demonstrações patrióticas, são legitimadas e que tanto os heróis militares, como os ídolos desportivos são elementos cruciais à construção de uma nação moderna e poderosa, daí que o historiador Eric Hobsbawm tenha denominado o desporto como uma das práticas mais interessantes do século XIX (Hobsbawm e Ranger, 1983, p. 300).

Em Portugal, tal como iria acontecer um pouco por toda a Europa em guerra, logo em 1914 o incentivo à prática desportiva surgiu associado aos debates, transversais à sociedade, relativamente ao papel e posição que Portugal deveria tomar em relação ao conflito europeu.

A imprensa desportiva, com o argumento, de que a qualquer momento o país poderia ser chamado a intervir, saiu em defesa da introdução da educação física e de alguns desportos na preparação militar dos soldados, e na ocupação dos seus tempos de lazer, defendendo-se que um jovem bem preparado fisicamente seria um bom soldado e um melhor cidadão.

Logo a 15 de agosto de 1914 o jornal *O Sport de Lisboa* noticiava o início da guerra na Europa e o envolvimento dos atletas:

“Os maiores vultos mundiais do sport, as figuras mais prestigiosas e conhecidas das lutas desportivas partiram para o teatro mais ativo das lutas. *Foot-ballers* de renome, ciclistas de há dois dias, como Thys, Alavoine, Bussey, esgrimistas, homens de hipismo, atletas e tantos outros para lá foram, com o seu fardamento cor de terra, a sua arma a tiracolo, e o seu sorriso nos lábios. De cá de Portugal mesmo partiram alguns, que evocamos com saudade. E se todo o homem que combate leva para a luta o seu entusiasmo e a sua fé, este, o *sportsman*, leva, além disso, a sua musculatura maleável e dócil, o seu físico robustecido e treinado, e a força disciplinada do seu *sport*, que não são fatores de gratuito desprezo em ações de resistência e esforço corpóreo”<sup>1</sup>.

De Lisboa partiriam a 11 de setembro de 1914 as primeiras expedições militares portuguesas, com destino a Angola e a Moçambique. Apesar do clima quente e seco, as tropas foram incentivadas à prática desportiva. No entanto, fisicamente

---

1 Jornal *O Sport de Lisboa*, 15 de agosto de 1914.

exaustos pelos exercícios militares, foram poucos os soldados a dedicar-se ao exercício físico. Os banhos de mar eram bastante apreciados, assim como os jogos de cartas, mas estes por serem considerados causadores de tensões e rivalidades acabaram por ser proibidos.

Seria contudo a declaração de guerra da Alemanha a Portugal a 9 de março de 1916 que iria provocar a mobilização do desporto nacional a favor do esforço de guerra. Em finais de março, o Ministro da Guerra, Norton de Matos, por intermédio da Federação Portuguesa de Sports, solicitou que:

“Cada sociedade desportiva intensifique a sua ação, chamando um maior número de adeptos à causa que defende, ministrando-lhes, ao mesmo tempo, a instrução dos conhecimentos que a guerra de hoje veio indicar serem imprescindíveis ao homem, para a sua defesa e para a consecução do seu fim”<sup>2</sup>.

Não deixa por isso de ser interessante verificar que o único cartaz de propaganda de guerra de autoria nacional retrate o desporto.

Nele é possível observar num primeiro plano um futebolista e num segundo plano, dois regimentos de tropas em parada ao fundo, um navio de guerra com alguns dos seus tripulantes a dirigirem-se para terra numa pequena barça. A figura central do cartaz é o jogador, com um joelho envolto em ligaduras, numa clara alusão aos ferimentos que não o impossibilitavam de jogar, tal como acontecia no quotidiano de guerra onde um soldado, mesmo ferido nunca devia abandonar o combate (Zink, 2007).

O primeiro contingente do Corpo Expedicionário Português (CEP) partiu de Lisboa a 26 de janeiro de 1917 com destino à Flandres. Alguns atletas portugueses, como o então campeão de pesos e halteres, Álvaro Costa, e o atirador António Augusto Martins integraram o CEP.

Os jornais desportivos iam acompanhando e dando a conhecer ao público os seus desempenhos na frente, como se de uma competição se tratasse<sup>3</sup>.

### **O Desporto em Cenário de Guerra**

A prática desportiva fez parte do quotidiano do CEP durante a sua permanência em França. Estas atividades, organizadas entre os militares dos exércitos aliados, ou apenas entre as tropas do CEP eram momentos de descontração, indispensáveis à boa moral dos militares e ao êxito das operações.

Para além de alguns jogos de futebol e provas de atletismo, os concursos militares e desportivos tinham grande destaque. Nestes concursos era possível encontrar uma parte predominantemente militar e outra de carácter desportivo, onde sargen-

---

2 Jornal *O Sport de Lisboa*, 1 de abril de 1916.

3 Jornal *O Desporto*, 9 de agosto de 1917.

tos, cabos e soldados exaltavam as suas capacidades físicas, dando o seu melhor para ver o seu batalhão vencer.

A 25 de outubro de 1917 foi organizado um concurso militar e desportivo entre as tropas de infantaria do CEP no Campo Central de Instrução em Marthes. Do programa fizeram parte provas militares de utilização de baioneta, granadeiros de mão e de espingarda, metralhadoras ligeiras, tiro elementar e as provas desportivas, do jogo do pau, luta de tração e corridas de velocidade<sup>4</sup>. As tropas disputaram uma Taça de Honra, oferecida pelo Presidente da República, Bernardino Machado<sup>5</sup>.

A 7 de julho de 1918, quando a 2.<sup>a</sup> Divisão de combate se encontrava praticamente aniquilada na sequência da batalha de La Lys, e com a 1.<sup>a</sup> Divisão desfalcada de homens, as tropas portuguesas voltaram a participar num evento desportivo, desta vez em Colombes, organizado pela *Union des Sociétés Française de Sports Athletiques*. Do programa de provas faziam parte corridas de resistência, saltos em extensão e altura (com e sem impulso), lançamento do peso, corridas de velocidade, combates com baioneta, corridas de estafetas, saltos à vara, lançamento de granadas e do disco. O comandante do CEP, General Tamagnini de Abreu, aproveitou a ocasião para criticar, duramente, a pouca importância dada ao desporto no seio da instituição militar:

“O grande número de concorrentes (perto de 500) e os resultados por eles obtidos nas diferentes provas disputadas foram uma consequência de uma especial atenção que de há muito vem sendo dedicada ao ‘sport’ pelos exércitos aliados.

Infelizmente entre nós pouca ou nenhuma se lhe tem dedicado. Urge porém que se pense a sério no assunto e que à semelhança do que se faz em França, Itália, Bélgica (...) Se organizem no nosso exército centros, à testa dos quais se encontrem oficiais superiores, sendo o seu principal fim estudar e promover por todas as formas de desenvolvimento do ‘sport’ no exército, organizando concursos, despertando o interesse e fazendo criar o gosto por ele”<sup>6</sup>.

Vale a pena ter presente que na reforma republicana do exército, publicada a 26 de maio de 1911, uma das poucas referências à atividade desportiva dizia apenas respeito às funções das escolas de equitação e tiro<sup>7</sup>.

Uma última nota para sublinhar ainda o papel da imprensa desportiva, e a forma como se foi colocando ao serviço do país. Na edição de 14 de setembro de 1918 do

---

4 Arquivo Histórico Militar (AHM), PT/AHM/DIV/ 1/35/95/85, informação do Chefe Repartição Pires Monteiro sobre o Concurso entre os Batalhões do CEP, 18/9/917.

5 Arquivo Histórico Militar (AHM), PT/AHM/DIV/ 1/35/95/85, ofício do Comandante do CEP dirigido ao First Army H.Q. XI Corps em 21/10/917.

6 Arquivo Histórico Militar (AHM), PT/AHM/DIV/ 1/35/95/85, ofício do Comandante do CEP dirigido ao Diretor da 1.<sup>a</sup> Direção Geral da Secretaria da Guerra (4.<sup>a</sup> Repartição) e ao Presidente da Comissão Técnica de Infantaria em 28/8/918

7 Organização Geral do Exército, *Diário do Governo*, n.º 122, 1.<sup>a</sup> Série, de 26 de maio de 1911.

jornal *O Sport de Lisboa* iniciou uma subscrição nacional para enviar artigos desportivos aos prisioneiros portugueses na Alemanha, para que estes pudessem praticar alguns desportos nos campos onde se encontravam. Paralelamente realizou-se uma subscrição para recolha de fundos para os prisioneiros de guerra<sup>8</sup>.

### **A Desmobilização e os Jogos Inter-Aliados de 1919**

Após a assinatura do Armistício a 11 de novembro de 1918 o principal objetivo dos soldados mobilizados era o regresso a casa. No entanto, a desmobilização das tropas não foi imediata. Para alguns destes soldados o regresso a casa demorou vários anos.

Foi a pensar nestes homens que ainda se encontravam na Europa que, dois meses após o final da Grande Guerra, se iniciou a organização dos Jogos Interaliados.

Sob o comando do General John J. Pershing, comandante das forças norte-americanas na Europa, deu-se início à organização deste Jogos. Em janeiro de 1919 foram enviados convites para a participação às 29 nações que tinham estado no cenário de guerra.

Dezoito nações/Estados/reinos/territórios: Austrália, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Cuba, Checoslováquia, França, Grã-Bretanha, Grécia, Guatemala, Haiti, Hejaz, Honduras, Itália, Japão, Libéria, Montenegro, Nicarágua, Terra Nova, Nova Zelândia, Panamá, Polónia, Portugal, Roménia, Rússia, Sérvia, Sião e África do Sul, representantes dos cinco continentes, aceitaram o convite para competirem neste evento dirigido aos militares que tinham participado na Guerra ou que tinham servido as forças militares dos países aliados.

O Comité Consultivo para a organização destes Jogos, constituído por 43 pessoas oriundas de várias organizações e nacionalidades, integrou dois portugueses, o Tenente Mário da Cunha e o Capitão António Mascarenhas de Menezes.

O estádio Pershing, construído especificamente para o efeito pelas forças militares dos Estados Unidos da América em cooperação com a YMCA, foi o palco escolhido para a realização destas provas.

Realizados entre 22 de junho e 6 de julho de 1919, em Joinville, nos subúrbios de Paris, estiveram em prova cerca de 1500 homens que competiram em 24 modalidades, durante 15 dias. De acordo com relatório oficial, Portugal participou com 51 atletas em seis modalidades: boxe, esgrima, natação, polo aquático, remo e tiro.

Na cerimónia de abertura, que recebeu mais de vinte mil pessoas no estádio, as delegações desfilarão frente à tribuna onde os presidentes Woodrow Wilson, dos Estados Unidos da América e Raymond Poincaré de França se encontravam.

---

8 *Jornal O Sport de Lisboa*, 14 de setembro de 1918.

Tendo em conta o relatório oficial dos Jogos, Portugal desfilou entre a Nova Zelândia e a Roménia. No entanto, de acordo com a imprensa da época, a delegação Portuguesa e a Bandeira Nacional não estiveram presentes:

“No dia da inauguração do *stadium Pershing*, no desfile, nem um só, um só do *sportsmen* portugueses apareceu empunhando a nossa bandeira... Os únicos que não compareceram foram os portugueses”<sup>9</sup>.

Ao nível dos resultados destacam-se os alcançados pela esgrima. O segundo lugar e a respetiva medalha de prata na competição de espada por equipas coube ao Tenente Carlos Gonçalves, ao Major Veiga Ventura, ao Tenente Frederico Paredes, ao Tenente Jorge Paiva, ao Capitão António Mascarenhas e ao Tenente Fernando Farinha. Portugal ganhou os encontros frente à Checoslováquia por 21 pontos a 11, e à Bélgica por 22 a 9. Na final frente à França, Portugal cedeu com 29 pontos marcados e 36 sofridos<sup>10</sup>.

Em sabre, a equipa portuguesa constituída pelos Tenente-Coronel Horácio Ferreira, Capitão José S. Dias, Capitão António Sabbo, Coronel Vieira Rocha, Capitão Luiz Oliveira e Capitão Óscar Motta, conquistou a medalha de prata e na vertente individual, em espada, o Tenente Jorge Paiva ganhou igualmente a medalha de prata, o Tenente Frederico Paredes classificou-se em 6.º Lugar e em sabre o Capitão José S. Dias e o Capitão Luiz Oliveira chegaram às meias-finais.

Na modalidade de tiro, na prova de pistola, a equipa portuguesa classificou-se em 4.º lugar e na prova de espingarda no 7.º Lugar. Na competição de boxe o Tenente Silva Ruivo, que combateu com o campeão belga, desistiu no decorrer do 3.º *round*<sup>11</sup>. Relativamente ao polo aquático é referido no relatório oficial que um atleta português teve um acidente, impedindo a entrada da equipa na competição. No remo a equipa portuguesa de Shell-4 não conseguiu terminar a prova e a de Shell-8 não passou a eliminatória. Na natação, apesar dos registos de inscrições nas diversas provas, não há referência aos resultados alcançados por atletas portugueses.

Após a realização dos Jogos, o estádio Pershing foi oferecido ao povo francês pelos Estados Unidos da América sendo ainda hoje utilizado como uma área de recreação ao ar livre.

Como a Primeira Guerra Mundial se encarregaria de demonstrar, o desporto ajudou a promover a eficiência militar e a elevar o moral dos combatentes.

Independentemente da sua perícia e capacidades atléticas todos os soldados deveriam estar envolvidos. Na verdade, quer a guerra, quer o desporto devem ser entendidos e analisados como forças poderosas, essenciais ao processo de criação

---

9 Jornal *A Capital*, 4 de julho de 1919.

10 Jornal *A Capital*, 8 de julho de 1919.

11 Jornal *A Capital*, 10 de julho de 1919.

de comunidades imaginadas; soldados e atletas são elementos cruciais que nos ajudam a perceber o sucesso de um Estado, como seria demonstrado, de resto, pela ascensão dos EUA como primeira potência mundial, no pós-guerra.

## Referências

### Fontes Primárias

Arquivo Histórico Militar (A.H.M.)

### Documentação dos Órgãos de Soberania

*Diário do Governo* (1909 a 1974)

### Relatórios

*The Inter-Allied Games Official Report, Committee Games, 1919*. Disponível em <https://archive.org/details/cu31924014114353>, acessado em fevereiro de 2015.

### Publicações Periódicas

*Capital* (A)

*Desporto* (O)

*Sports de Lisboa* (O)

### Bibliografia

Hobsbawm, E.; Ranger, T., ed., 1983. *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.

Nunes, R., 2014. A Batalha dos Estádios. In: *1914-1918 Portugal Durante a Grande Guerra, Visão História* n.º 25, Setembro, pp. 42-43.

Ortigão, R., 1887-1890. *As Farpas. Crônicas de Jornal*. Lisboa: [s.n.t.].

Pinheiro, F.; Nunes, R., 2012. *Os 6 de Estocolmo. A primeira participação Portuguesa nos Jogos Olímpicos*. Coleção História e Desporto. Porto: Edições Afrontamento.

Zink, J. D., 2007. Um cartaz português da I Guerra Mundial: o jogo simbólico num caso emblemático de *marketing* político-militar. *Biblioteca Nacional, Tesouros, Iconografia*. Disponível em <http://purl.pt/369/1/ficha-obra-cartaz.html> [acessado em 30/08/2014].

# Mulheres Portuguesas em Tempo de Guerra (1914-1918)

Natividade Monteiro

*Licenciada em História, Mestre em Estudos sobre as Mulheres e doutoranda em História Contemporânea. Professora de História e investigadora do IHC da FCSH-UNL prepara tese de doutoramento sobre "A Mobilização das Mulheres Portuguesas durante a Grande Guerra". Faz parte da direção da Revista Faces de Eva. É membro dos órgãos sociais da APH - Associação de Professores de História, sócia da APEM - Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres e membro do Conselho Consultivo do Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães.*

## Resumo

Este artigo aborda o ativismo das mulheres portuguesas durante a Grande Guerra, materializado em experiências de intervenção social nas áreas da educação, da organização hospitalar, da assistência a feridos, doentes e mutilados e do apoio material e moral aos combatentes. O contributo patriótico de monárquicas e republicanas para o esforço de guerra concretizou-se em obras semelhantes, num cenário contaminado pelas lutas partidárias e religiosas e numa conjuntura política em que os governos as apoiaram ou hostilizaram, consoante as ideologias e estratégias na condução da guerra. A colaboração das mulheres no projeto nacionalista da beligerância portuguesa será contextualizado no movimento do voluntariado feminino dos países em guerra, procurando estabelecer ligações e influências na ação desenvolvida na frente interna e na frente de combate.

## Abstract

### *Portuguese Women in a Time of War (1914-1918)*

*This article addresses Portuguese women's activism during the First World War through experiences of social intervention in the following areas: education; hospital organization; assistance to the wounded, the sick and the maimed; material and moral support to the combatants. The patriotic contribution of royalist and republican women to the war effort was achieved in similar areas, in a scenario that was contaminated by partisan and religious struggles and in a political situation in which the governments either supported or antagonised them, according to the ideologies and strategies applied to the conduction of war. Women's collaboration in the nationalistic project of Portuguese belligerence will be linked to the women's volunteer movement in warring countries, making it possible to establish linkages and influences in the actions developed both at the home front and in the frontlines.*

### Nota Introdutória

No contexto do centenário da Grande Guerra multiplicam-se as iniciativas institucionais e os estudos académicos que visam evocar acontecimentos, homenagear protagonistas e aprofundar o conhecimento sobre os múltiplos cenários e as diversas experiências humanas de um conflito que, pela violência, destruição, sofrimento e morte causados, é considerado um dos episódios mais traumáticos da história europeia. A igualdade das forças militares em presença impediu uma vitória rápida para qualquer dos lados e a estratégia de ofensivas que caracterizaram a guerra das trincheiras, em frentes tão extensas, exigiu a mobilização de milhões de homens. *“Guerre longue, guerre d’hommes et guerre de matériel, la Grand Guerre a besoin du concours des femmes”* (Thébaud, 2013, p. 39).

Falar da guerra remete-nos para as representações de um universo masculino, cujo protagonismo tem sido legitimado pelas opções historiográficas que geralmente excluem as mulheres da memória das experiências de guerra ou as remetem para capítulos à parte nas grandes obras de História (Fraga, 2003; Carreira, 2004). A História das Mulheres, em expansão a partir dos anos setenta do século XX, tem dedicado muitos estudos à temática do género e da guerra, tanto a nível das histórias nacionais como numa perspetiva comparada (Hinonnet, Jenson, Michel e Weitz, 1987; Thébaud, 1995, 2013; Grayzel, 1999, 2013; Fell e Sharp, 2007), enquanto em Portugal existem apenas alguns estudos dispersos (Pimenta, 1989; Moura, 2006; Esteves, 2011; Monteiro 2011, 2014, 2015). Este artigo pretende refletir sobre a forma como as mulheres se mobilizaram e se comprometeram com o projeto nacionalista da beligerância portuguesa, bem como identificar as influências estrangeiras e as relações das organizações femininas com o poder político e avaliar se a guerra foi ou não um momento de afirmação, autonomia e libertação.

### Mobilização e Recrutamento das Mulheres

*“Les hommes ont la lutte et la gloire et la mort.  
Nous avons le travail patient, calme et fort”.*<sup>1</sup>

Adrienne Blanc-Péridier

A mobilização de milhões de homens para a guerra impôs às mulheres o dever de se incorporarem também no trabalho de retaguarda. A Grande Guerra esbateu as fronteiras entre a frente de combate e a frente interna, tanto pelo envolvimento de militares e civis no conflito, como pela propaganda e manipulação psicológica das massas (Hinonnet, Jenson, Michel e Weitz, 1987, p. 1). Nos países ocupados, as mulheres sofreram as violações e a maternidade indesejada, as deslocações, o traba-

---

1 Versos de *“Travaux des femmes”* em *Le Cântique de la Patrie*, de Adrienne Blanc-Péridier (1918). Paris: Plon. Citado em Françoise Thébaud (2013, p. 57).

lho forçado e a morte. “Que fazer com o fruto do inimigo?”, interrogavam-se os especialistas nos debates sobre eugenia, concluindo ser lícito o aborto para que a raça francesa não fosse contaminada com o sangue alemão (Thébaud, 2013; Grayzel, 1999). Os homens foram para a guerra em nome da honra e da glória da Pátria e as mulheres asseguraram a manutenção da sociedade civil, ocuparam os lugares dos homens em todas as atividades económicas, assumiram a sobrevivência da família e a educação dos filhos, sofreram os racionamentos e as privações, apoiaram os combatentes e os prisioneiros, assistiram aos feridos e choraram os mortos.

A maioria dos governos dos países beligerantes demorou a reconhecer a necessidade do contributo das mulheres, enquanto elas se foram mobilizando espontaneamente para o trabalho voluntário ou remunerado, consoante a classe social, as necessidades económicas e os anseios de libertação e de autonomia conjugados com o espírito caritativo e o envolvimento emocional e patriótico. A Alemanha cedo reconheceu o *Nationaler Frauendienst*, com funções de exército feminino auxiliar na administração, assistência e aprovisionamento, com o apoio do *Bund Deutscher Frauenvereine*, enquanto a Itália recusou, apesar do *Comitato Nazionale Femminile per l'Intervento Italiano* ter sugerido que se recrutassem todas as mulheres entre os 14 e os 48 anos. Todavia, elas mobilizaram-se para todo o serviço necessário ao esforço de guerra. Em Portugal, a Cruzada das Mulheres Portuguesas, pela voz de Ana de Castro Osório (1872-1935), sugeriu também ao governo a mobilização oficial das mulheres para substituir os homens, mas foi esta coletividade que o fez, officiosamente, através da “Inscrição Patriótica-Boletim de Adesão”, em Abril de 1916. Com a colaboração da imprensa, dos Governos Cívicos e das Subcomissões da Cruzada, as mulheres inscreviam-se, indicando o trabalho que pretendiam realizar a favor do esforço de guerra. A França contou com o apoio do *Conseil National des Femmes Françaises* e da *Union Française pour le Suffrage des Femmes* para o voluntariado feminino nos campos, nas fábricas, nos hospitais e na assistência. Também na Inglaterra, as organizações sufragistas *Women's Social and Political Union* e *National Union of Women's Suffrage Societies*, incentivaram a mobilização feminina para a causa belicista. Em todos os países beligerantes, as mulheres estiveram presentes na agricultura, na indústria, inclusive na indústria de armamento, nos transportes, na banca, na administração pública, no comércio, na saúde, na educação, na assistência social e nos serviços de apoio militar (Hinonnet, Jenson, Michel e Weitz, 1987; Thébaud, 1995, 2013; Grayzel, 2002; Fell e Sharp, 2007).

A Sérvia e a Rússia recrutaram as mulheres também para a frente de combate, destacando-se, respetivamente, a enfermeira-soldado Flora Sandes e a comandante dos Batalhões Femininos da Morte, Maria Bochkareva. Estes batalhões surgiram como suporte do governo provisório de Kerensky para dar uma lição aos homens desertores. Maria Bochkareva e Marina Yurlova já tinham combatido em batalhões masculinos (Grayzel, 1988, p. 55). Embora a ideia da mulher combatente repug-

nasse a todos os que recebavam a masculinização do sexo feminino, a Grã-Bretanha criou em 1917 o *Women's Army Auxiliary Corps* que reuniu 40 mil mulheres a prestarem serviço como mecânicas, condutoras, cozinheiras, dactilógrafas, telefonistas e secretárias, apesar das críticas e acusações de desonrarem o uniforme, renegarem o seu sexo e macaquearem os homens.

A mobilização para a enfermagem de guerra foi a mais consensual, porque o “cuidar” se ajustava aos papéis tradicionais das mulheres. Através da Cruz Vermelha, de associações femininas e instituições religiosas, muitas mulheres aderiram a uma profissão de mérito que conjugava a ajuda aos feridos de guerra e, por extensão, à nação, e lhes proporcionava liberdade, autonomia e reconhecimento social. A enfermeira foi, de longe, o mais visível emblema da Grande Guerra (Grayzel, 2013, p. 38). As três sociedades da *Croix-Rouge Française*, a *Société de Secours aux Blessés Militaires*, a *Union des Femmes de France* e a *Association des Dames Françaises* mobilizaram, em 1914, 23 mil diplomadas e em 1918 eram 100 mil as francesas ocupadas nos serviços de saúde militares, um número superior às 92 mil recrutadas pela Alemanha (Thébaud, 2013). A Grã-Bretanha, em que o mito de Florence Nightingale servia de modelo, recrutou também milhares de enfermeiras profissionais e voluntárias, exemplo seguido nos países da *Commonwealth* (Grayzel, 2013). Mais de meia centena destas enfermeiras prestaram serviço nos hospitais do Corpo Expedicionário Português (CEP), em Ambleteuse. A *Croce Rossa Italiana* recrutou 10 mil damas enfermeiras e as associações religiosas, feministas e filantrópicas recrutaram outras 10 mil que serviram em hospitais territoriais e de campanha, postos de socorros, ambulâncias e comboios sanitários (Bartoloni, 1998, 2003, 2005). O contributo das enfermeiras portuguesas foi bem mais modesto. Receberam formação na Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha e na Cruzada das Mulheres Portuguesas e prestaram serviço nos hospitais de Lisboa, Porto e Lourenço Marques e em França, no Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e nos Hospitais n.º 1 e n.º 2 do CEP, na base de Ambleteuse. Prestaram também serviço nos hospitais de sangue de primeira ou segunda linha e, na retaguarda, cuidaram de feridos, mutilados e doentes que convalesciam ou reaprendiam a viver e a trabalhar.

### **As Feministas entre o Nacionalismo e o Pacifismo**

A adesão das mulheres aos projetos belicistas dos governos nacionais não foi consensual. Houve uma minoria considerável de vozes pacifistas dissonantes que, apesar da censura e das perseguições, se reuniram na primavera de 1915 em dois congressos: o Congresso Internacional pela Paz, realizado em Berna pelas mulheres socialistas, lideradas por Clara Zetkin e Louise Saumoneau, e o I Congresso Internacional das Mulheres Pacifistas, realizado em Haia, ao qual compareceram 1.300 mulheres de países neutrais e beligerantes. Nesta reunião debateram-se as formas de alcançar a paz, a justiça e a igualdade de direitos políticos e fundou-se a Comis-

são Permanente para a Paz Futura que, em 1919, se transformou na Liga Internacional pela Paz e a Liberdade e que teve um papel relevante na Sociedade das Nações (Grayzel, 2002; Kuhlman, 2007). Sobretudo em França e na Alemanha, as pacifistas foram acusadas de traição e derrotismo e algumas foram presas. O julgamento de Hélène Brion, em Conselho de Guerra, é paradigmático. As feministas portuguesas, convidadas para o Congresso Pacifista, pela *International Women Suffrage Alliance*, não compareceram sob o argumento de que o pacifismo, naquela conjuntura, favorecia os interesses da Alemanha. Esta posição era consonante com a das feministas francesas que, enquanto a guerra durasse, não queriam ouvir falar de paz. Julie Siegfried e Avril de Saint-Croix, dirigentes do *Conseil National des Femmes Françaises*, publicaram um manifesto em que afirmavam não ser possível ser pacifista numa guerra puramente defensiva face ao “bárbaro” agressor alemão (Fell e Sharp, 2007, p. 53). Este manifesto foi publicado pelo jornal *A Semeadora*, como suporte da posição das portuguesas. Ana de Castro Osório também criticou as católicas que rezavam pela paz, afirmando que num país em guerra se devia rezar pela vitória, porque a paz sem vitória era inconcebível.

Em Portugal, as organizações femininas existentes no início da guerra identificavam-se com o feminismo republicano, maçónico e sufragista num movimento que emergiu no espaço público em 1906 pela via pacifista. Quando a guerra eclodiu, Maria Veleda (1871-1955), dirigente da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, ainda apelou à greve geral como meio de travar a barbárie do “imperialismo militarista, contrário aos valores da democracia, da liberdade, da paz e da igualdade dos povos, raças e sexos que há muito defendia” (Monteiro, 2011, p. 179). Perante o alastrar do conflito, defendeu a beligerância portuguesa, fiel ao programa radical do Partido Democrático. Na imprensa e na tribuna, adotou um discurso patriótico que apelava à unidade dos portugueses na defesa da integridade territorial, da identidade nacional e do reconhecimento e prestígio internacional do regime. Ana de Castro Osório, dirigente da Associação de Propaganda Feminista, que nunca aderiu ao pacifismo, encarava a guerra como a grande oportunidade para as mulheres mostrarem o seu valor, inteligência e capacidades de iniciativa na realização do trabalho ao serviço da Pátria e na construção de um futuro mais progressista, a fim de merecerem o reconhecimento social e político que há muito ambicionavam. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, dirigido por Adelaide Cabete, opôs-se inicialmente à guerra, mas por força das diretivas do *International Council of Women*, acabou por reconhecer imprópria a defesa do pacifismo.

À semelhança das feministas europeias, as portuguesas, pela voz das dirigentes mais emblemáticas, apoiaram o programa belicista do governo da União Sagrada ou conciliaram o pacifismo com o nacionalismo, enquanto a guerra durasse, afrouxando o movimento reivindicativo de direitos civis e políticos, nos quais se incluía o sufrágio feminino. Alison S. Fell e Ingrid Sharp (2007, p. 1) defendem que a Pri-

meira Guerra Mundial marcou o início da crise dos florescentes movimentos de mulheres na Europa e nos Estados Unidos da América e testou a força dos laços internacionais que se vinham tecendo desde os finais do século XIX. A guerra obrigou as militantes a optar entre o apoio ao seu país e a fidelidade à ideia dominante do “natural” pacifismo e da fraternidade internacional das mulheres. Também Françoise Thébaud (1995, pp. 68-69) conclui que as relações entre nacionalismo e pacifismo foram tensas e o nacionalismo venceu o pacifismo e derrotou o internacionalismo feminista como derrotou a internacional operária.

### **O Associativismo Feminino Republicano**

Aos primeiros ecos da guerra, Ana Castilho, Ana de Castro Osório, Antónia Bermudez e Maria Benedicta Mouzinho de Albuquerque Pinho fundaram a Comissão Feminina “Pela Pátria”, com o objetivo de fazer propaganda patriótica e mobilizar as mulheres portuguesas para a confeção de agasalhos e a recolha de donativos para os soldados e outras vítimas da guerra. Esta comissão nasceu na Associação de Propaganda Feminista, foi apoiada pela Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e constituiu a base da Cruzada das Mulheres Portuguesas. Outras feministas, como Maria Veleda, Filipa de Oliveira, Mariana Silva e Beatriz Pinheiro, acompanharam Leote do Rego na propaganda belicista, conferenciando em Lisboa e arredores. Antes de Portugal estar formalmente em guerra, foram enviados contingentes militares para as colónias africanas mas, na imprensa feminista, pouco se falava da guerra em África, ignorando as dificuldades que os combatentes ali enfrentavam. Todavia, as notícias sobre as “atrocidades” germânicas, bem como os apelos de solidariedade para com as mulheres belgas, francesas, polacas e sérvias, eram constantes, alinhando na propaganda da diabolização do inimigo. A imprensa feminista mantinha permutas com jornais de associações congêneres de toda a Europa, Brasil e América Latina, o que explica não só a circulação da informação mas também as ligações e as influências do movimento internacional. “O voluntariado feminino nos outros países em guerra constituiu exemplo e incentivo para as portuguesas que, partindo embora de diferentes motivações ideológicas e políticas, se mobilizaram e associaram em projetos de trabalho semelhantes” (Monteiro, 2014b, p. 15).

A Cruzada das Mulheres Portuguesas, a mais emblemática associação feminina criada para apoiar o projeto intervencionista da União Sagrada, nasceu a 27 de março de 1916, pela mão de Elzira Dantas Machado (1865-1942), esposa de Bernardino Machado. Os estatutos apresentam-na como “instituição patriótica e humanitária, destinada a prestar assistência material e moral aos que dela necessitassem por motivo do estado de guerra com a Alemanha” e a Comissão de Propaganda e Organização do Trabalho propunha-se “fazer obra de futuro”, porque o “futuro está nas mãos das mulheres, estando nas mãos das mães” (Osório, 1918). A cruzada

teve um núcleo fundador constituído por mulheres da elite republicana, esposas e filhas dos ministros do governo e dos partidos, sobretudo do Partido Democrático, cujos nomes mais sonantes presidiam às várias comissões e subcomissões, espalhadas pelo país, colónias e estrangeiro<sup>2</sup>. A cruzada uniu assim as republicanas sem experiência militante e as ativistas do associativismo feminista, como Ana de Castro Osório, que viria a ter grande destaque na direção da coletividade<sup>3</sup>. Esta dirigia *A Semeadora*, órgão de imprensa da Associação de Propaganda Feminista, dirigida por Elzira Dantas Machado que, também pertenceu, tal como as suas filhas, à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. *A Semeadora* transformou-se depois no órgão oficioso da cruzada, sendo enviado para a frente de combate. Outras associações femininas, feministas, maçónicas e beneficentes filiaram-se na cruzada, cumprindo-se deste modo a união das mulheres que se empenharam no esforço da guerra, tal como preconizava Ana de Castro Osório. Todavia, esta unidade excluía as monárquicas e católicas que trabalhavam noutra associação, mais de acordo com as suas crenças e ideais.

Muitas mulheres aderiram à cruzada para apoiar politicamente os maridos mas também porque acreditavam na relevância social do projeto a que se dedicaram, em nome dos interesses da Pátria. Outras conciliaram o nacionalismo com as aspirações de emancipação e valorização feminina. O governo apoiou a cruzada e delegou nas suas dirigentes poderes e responsabilidades que só a ele cabiam: organizar e assegurar a assistência material, moral e sanitária aos combatentes, famílias e órfãos. Esta atitude poderá dever-se às reivindicações femininas de maior intervenção social e mais direitos cívicos e políticos, mas também porque essas funções eram consideradas próprias das mulheres. Elas participaram na propaganda republicana e na defesa do regime, antes e depois da implantação da República e, apesar de os sucessivos governos ignorarem a reivindicação do voto, mais uma vez se entregaram às novas tarefas que a guerra exigia.

O governo concedeu à cruzada direitos e privilégios que só pertenciam à Cruz Vermelha pela Convenção de Genebra, cedeu-lhe edifícios, autorizou-a a lançar uma lotaria patriótica e isentou-a de franquia postal, regalias que negou ao associativismo monárquico e católico, o que lhe valeu acesas críticas da oposição. Pelo decreto n.º 2493, a cruzada podia formar enfermeiras, transportar e prestar cuidados de saúde aos feridos de guerra, tanto na retaguarda como na frente de combate. A Comissão de Hospitalização, presidida por Alzira Abreu Costa, fundou o Hospital de Campolide, com 1.200 camas, hospital modelo e centro de produção científica e de ensino médico-cirúrgico e de enfermagem, sob a direção do Dr. Francisco Gen-

---

2 Ver nomes das fundadoras, presidentes das comissões e sócias em Monteiro (2011). As ligações familiares podem ser vistas em Moura (2006).

3 Ver nomes das feministas que aderiram à cruzada em Monteiro (2011).

til. A mesma comissão instalou um Hospital de Recuperáveis em Hendaia, cuja organização se deve ao Professor Dr. Sílvio Rebelo, dirigido posteriormente pelo Dr. Gomes de Moura. Instalado no Casino Hotel de Hendaia, recebeu convalescentes dos Hospitais n.º 1 e n.º 2 da Base do CEP em Ambleteuse e empregou enfermeiras da Cruzada das Mulheres Portuguesas e da Cruz Vermelha Portuguesa. A Comissão de Assistência aos Militares Mobilizados, presidida por Ester Norton de Matos, fundou o Instituto de Reeducação dos Mutilados de Guerra em Arroios. Dirigido pelo Dr. Alfredo Tovar de Lemos, tinha oficinas próprias de próteses, usou as mais modernas técnicas de recuperação e formou enfermeiras com competências específicas para cuidar e reabilitar os mutilados. A Comissão de Enfermagem, presidida por Maria Isabel Mesquita de Carvalho e secretariada por Ana de Castro Osório, foi autorizada, pelo decreto n.º 3306, a criar uma escola de enfermeiras para hospitais militares do país e de corpos expedicionários que funcionou sob a direção da médica Sofia Quintino. O decreto n.º 3307 conferia às enfermeiras recrutadas para os serviços auxiliares de saúde militar a equiparação a Alferes e às enfermeiras-chefes a equiparação a Tenentes, com os mesmos direitos e deveres. As enfermeiras da cruzada, após a formação teórica, estagiaram e prestaram serviço nos hospitais da Estrela, Belém, Campolide e Arroios e, em França, nos Hospitais do CEP, em Ambleteuse e Hendaia.

A Comissão de Assistência às Mulheres dos Mobilizados, presidida por Maria Joana Queiroga de Almeida, fundou a Casa do Trabalho destinada a ensinar uma profissão e a empregar as mulheres que, na ausência dos homens, se transformaram no “ganha-pão” da família. Esta casa, criada à semelhança das que existiam em França, fornecia lojas e casas particulares, confeccionava a roupa branca dos hospitais e tinha uma creche para os filhos das operárias. A Comissão de Assistência aos Filhos dos Mobilizados em Campanha criou orfanatos, a Escola Profissional n.º 1, as Escolas Agrícolas e as Escolas de Rendas para habilitar as raparigas para o exercício de uma profissão. A cruzada estabeleceu uma rede de 72 subcomissões que secundavam a sua ação na província, nas colónias e no estrangeiro. As mulheres das elites emigradas no Brasil representavam a cruzada na Grande Comissão Portuguesa Pró-Pátria, fundada em março de 1916 no Rio de Janeiro, e com filiadãs em muitas cidades. Os portugueses do Brasil foram dos maiores contribuintes financeiros para as obras de Guerra da Cruzada, da Cruz Vermelha e da Casa dos Filhos dos Soldados.

De França chegou também a ideia das madrinhas de guerra. Monárquicas e republicanas organizaram-se para proporcionar a todos os combatentes apoio moral e material, através da correspondência e de pequenos mimos, como tabaco, agasalhos, alimentos, livros, revistas, jogos e instrumentos musicais. As monárquicas, sob a presidência de Sofia Burnay de Mello Breyner e a colaboração de Jane Bensaúde, anteciparam-se na organização da obra das madrinhas de guerra, o

que levou o/as republicano/as a acusá-las de proselitismo religioso (Moura, 2006, p. 64). Ana de Castro Osório apressou-se a anunciar publicamente que a cruzada era a verdadeira “madrinha de guerra de todos os soldados e das famílias que se lhe dirigem”, considerando que as republicanas saberiam melhor cumprir o dever de fazer dos combatentes bons cidadãos ao serviço da Pátria (Osório, 1918, p. 82).

A elite republicana feminina portuense aderiu à Junta Patriótica do Norte e formou o Núcleo Feminino de Assistência Infantil, sob a presidência de Filomena Nogueira de Oliveira, com a finalidade de organizar e gerir a Casa dos Filhos dos Soldados. Constituído por 21 mulheres assumidamente democratas e patriotas e apoiado por mais de 500 subscritoras, encarregou-se do acolhimento, educação e formação profissional dos órfãos da guerra, promoveu atividades culturais para angariar fundos e mobilizou a sociedade nortenha para apoiar o orfanato e participar nas manifestações cívicas em homenagem à memória dos que caíram em combate. A Casa dos Filhos dos Soldados acolheu 172 órfãos e garantiu-lhes a instrução primária e complementar, a educação moral e cívica e os lazeres indispensáveis à saúde do corpo e satisfação do espírito. Incutiu-lhes também o espírito de união, solidariedade e utilidade social (Monteiro, 2014a).

### **O Associativismo Monárquico e Católico**

Com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, as monárquicas e católicas anteciparam-se às republicanas e anunciaram a formação de uma associação, “sem cor política” e com fins caritativos, intitulada Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra. Dirigida pela Condessa de Burnay, Maria Amélia de Carvalho Burnay (1848-1924), que depois cedeu o lugar à Condessa de Ficalho, Maria Josefa de Mello (1863-1941), contava com os nomes mais sonantes da aristocracia e da alta burguesia, como Alcáçovas, Breyner, Mafra, Palmela, Pinto Basto, Rio Maior, Ulrich e Vanzeller, entre outros, conotados com os grandes negócios e a alta finança. Propunha-se a Assistência apoiar as vítimas da guerra e criar hospitais e cursos de enfermagem para assistir aos feridos em combate. O suporte masculino da associação era Tomás de Mello Breyner, um dos promotores da campanha a favor da assistência religiosa aos combatentes, o que suscitou dúvidas quanto às verdadeiras intenções da coletividade (Moura, 2006). O governo temeu a influência que esta poderia exercer numa sociedade já tão dividida quanto à guerra, ordenou uma apertada vigilância às suas atividades e não a autorizou a formar enfermeiras, obrigando as associadas e simpatizantes a frequentar os cursos da Cruz Vermelha. A partir de Maio de 1916, são muitas as mulheres da aristocracia a frequentar os cursos de enfermagem, de modo que a Cruz Vermelha, apesar das reticências iniciais de alguns membros do governo, será a primeira instituição a enviar uma formação sanitária para França que incluiu damas-enfermeiras.

A assistência foi apenas autorizada a criar obras de beneficência, em consonância com os valores “ancestralmente transmitidos” (Pimenta, 1989) e preservados por esta classe social. A inovação na intervenção pública e responsabilidades sociais do Estado estaria reservada às republicanas, símbolos da modernidade e do progresso que se pretendia imprimir ao país. Coartadas nos seus anseios, as monárquicas limitaram-se à criação da Casa Maternal, da Casa da Assistência e de um Dispensário que fornecia consultas médicas, alimentos e medicamentos às famílias mais necessitadas. Os núcleos das capitais de província e sedes de concelho replicavam estas obras caritativas e as Festas da Flor, outro ponto de rivalidade entre monárquicas e republicanas. Genoveva de Lima Mayer Ulrich foi a grande dinamizadora das Festas da Flor que mobilizaram cerca de 1.200 mulheres em Lisboa, Porto e Coimbra. Com as verbas recolhidas, ela propôs ao governo sidonista a fundação de um hospital para os soldados que regressassem psicologicamente afetados pelas experiências de guerra (Stone, 2011).

### **As Organizações Femininas e o Poder Político**

A cruzada foi tratada como parceira do governo no que toca à propaganda da guerra e ao apoio aos combatentes, famílias e órfãos. Seria do governo o dever de providenciar as estruturas de apoio ao esforço de guerra mas as mulheres anteciparam-se a qualquer iniciativa governamental e mobilizaram-se para assumir essa responsabilidade. O governo delegou funções mas condicionou o campo da ação feminina, consoante as simpatias políticas e ideológicas. A liberdade de monárquicas e católicas foi limitada e controlada por receio de que a sua influência social e religiosa pudesse ressurgir. O projeto de assistência hospitalar concretizou-se em parte, graças à participação direta ou indireta nos serviços de saúde da Cruz Vermelha. Esta instituição tinha na direção nomes das mais distintas famílias e foi sempre apoiada pelas elites, de modo que os conflitos ideológicos e religiosos irão refletir-se também nas relações entre o governo e a Cruz Vermelha. Esta foi condicionada nas suas funções, poderes e autonomia para conceber e gerir projetos próprios no contexto da guerra. O governo colocou-lhe entraves quando concedeu à cruzada direitos e benefícios que eram exclusivo seu pela Convenção de Genebra. As negociações para a construção do hospital em França foram dificultadas tanto por políticos como por militares que, aparentemente enredados em burocracias, tudo protelavam e nada decidiam, de modo que o hospital só foi inaugurado a 9 de abril de 1918, data da Batalha de La Lys. Esta inoperância foi criticada publicamente por alguns dirigentes da Cruz Vermelha e pela oposição política (Monteiro, 2014b).

O sidonismo alterou a relação de forças vigente. A cruzada foi denegrida e as mulheres, ligadas por laços familiares ao anterior governo, foram politicamente perseguidas, forçando algumas ao exílio com os respetivos maridos. A Comissão de

Enfermagem perdeu autonomia, os hospitais foram tomados pelo Estado e a cruzada perdeu poderes e campo de ação. A Assistência das Portuguesas às Vítimas da Guerra ganhou novo fôlego, visto a presidente, Condessa de Ficalho, ser admiradora e colaboradora assídua de Sidónio Pais. A vertente de cidadania política de que se revestiu a ação da primeira fase parece ter-se diluído nas obras de caridade, identificadas com as sopas dos pobres. As relações das mulheres com o poder político estiveram sujeitas às variações ideológicas dos governos e respetivas estratégias na conduta da guerra. O programa intervencionista da União Sagrada e o “triunfo da contramobilização” do sidonismo (Meneses, 2000) marcaram a ação de republicanas e monárquicas na medida em que umas e outras foram apoiadas ou hostilizadas, incentivadas ou restringidas, na sua ação pública de intervenção social e política (Monteiro, 2014b).

### Conclusões

A conquista do espaço público com o inerente reconhecimento social e político, permitiu às mulheres, na conjuntura da guerra, ocupar lugares e desempenhar funções que foram além do permitido e aceite em tempos de paz. Os políticos conferiram a esta situação um carácter provisório, enquanto as mulheres esperavam manter os postos de trabalho, a independência económica, a autonomia e a liberdade de ação que a guerra lhes permitiu. Todavia, elas continuaram reféns das políticas da guerra e do pós-guerra. Os combatentes, potenciais elementos disruptivos, tinham de ser reintegrados nos postos de trabalho, na sociedade e na família e, as mulheres deviam assegurar que esse regresso à normalidade se fizesse em clima de paz social, regressando ao lar e aos deveres da maternidade para repor a população, salvar a raça e regenerar a nação.

Resta a questão: até que ponto as novas experiências foram emancipadoras e em que medida o empenho na causa patriótica foi recompensado em direitos cívicos e políticos? Os estudos realizados concluem que as reais mudanças na vida das mulheres dependeram mais dos contextos políticos, sociais e culturais de cada país do que da guerra. A esperada recompensa pelo empenho e sacrifícios femininos não foi linear. O direito de voto, máxima expressão da cidadania política, foi-lhes concedido em alguns países ainda durante a guerra ou no seu rescaldo, enquanto outros o sonegaram até à Segunda Guerra Mundial ou até à década de 70, como no caso português. As experiências de guerra foram, pelo menos, emancipadoras para as jovens que beneficiaram de mais educação e do trabalho remunerado que lhes permitiu libertarem-se da tutela familiar, construir uma nova identidade e redefinir as relações sociais de género.

## Referências

- Bartoloni, S., 2005. *Donne nella Croce Rossa Italiana. Tra guerra e Impegno sociale*. Venezia: Marsilio Editori.
- Bartoloni, S., 2003. *Italiane alla Guerra: L'assistenza ai feriti 1915-1918*. Venezia: Marsilio Editori.
- Bartoloni, S., 1998. *Donne al Fronte. Le Infermiere Voluntarie nella Grande Guerra*. Roma: Jouvence.
- Blanc-Péridier, A., 1918. *Travaux des Femmes. Le Cantique de la Patrie*. Paris: Plon.
- Carreiras, H., 2004. As Mulheres e a Guerra. In: M. T. Barata e N. S. Teixeira, dir., *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 174-245.
- Esteves, J., 2011. Feminismo, Feminismos e Sufragismos na I República. In: Z. O. de Castro, J. Esteves e N. Monteiro, coord., *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa, Faces de Eva/CESNOVA/Colibri, pp. 19-46.
- Fell, A. S., 2007. 'French Women do not wish to talk about peace': Julie Siegfried and the Response of the Conseil National des Femmes Françaises to the First World War. In: A. S. Fell e I. Sharp, eds., *The Women's Movement in Wartime. International Perspectives, 1914-1919*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 53-66.
- Fell, A. S.; Sharp, I., 2007. Introduction. In: A. S. Fell e I. Sharp, eds., *The Women's Movement in Wartime. International Perspectives, 1914-1919*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 1-17.
- Fraga, L. A. de, 2003. Organizações Femininas Portuguesas. In: A. Afonso e C. M. Gomes, dir., *Portugal e a Grande Guerra*. Lisboa: Diário de Notícias.
- Grayzel, S. R., 2013. *Women and the First World War*. New York: Routledge.
- Grayzel, S. R., 1999. *Women's Identities at War. Gender, Motherhood and Politics in Britain and France during the First World War*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Hinonnet, M. R.; Jenson, J.; Michel, S.; Weitz, M. C., 1987. *Behind the Lines. Gender and the two World Wars*. New Haven and London: Yale University Press.
- Kuhlman, E., 2007. The 'Women's International League for Peace and Freedom' and Reconciliation after the Great War. In: A. S. Fell e I. Sharp, eds., *The Women's Movement in Wartime. International Perspectives, 1914-1919*. New York: Palgrave Macmillan, pp. 227-243.
- Meneses, F. R. de, 2000. *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Monteiro, N., 2015. Mulheres e Cidadania na I República. Mobilização e Migração na Guerra 1914-1918. In: M. M. Aguiar, G. Guedes e A. Santiago, coord., *40 Anos de Migrações em Liberdade*. Lisboa: Mulher Migrante-Associação de Estudo, Cooperação e Solidariedade, pp. 28-34.
- Monteiro, N., 2014a. Núcleo Feminino de Assistência Infantil da Junta Patriótica do Norte. In: J. Esteves e Z. O. de Castro, dir., *Feminae: Dicionário Contemporâneo*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), pp. 771-779.

- Monteiro, N., 2014b. As Mulheres Portuguesas e a Grande Guerra, *AmPHora*. Revista de Divulgação Histórica da Associação dos Professores de História, pp. 14-22. Lisboa: APH.
- Monteiro, N., 2011. “Pela Pátria e pela República”: As Mulheres Republicanas na I Guerra Mundial. In: J. Esteves, N. Monteiro e Z. O. de Castro, coord., *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa: Faces de Eva/CESNOVA/Colibri, pp. 178-215.
- Moura, M. L. de B., 2006. A Assistência aos Combatentes na I Guerra Mundial – Um Conflito Ideológico. *Revista Portuguesa de História*, Tomo XXXVIII, pp. 41-75. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Pimenta, M. T. V., 1989. As Mulheres Portuguesas na Guerra de 1914-1918. In: Actas do Seminário *As Mulheres, a Identidade Cultural e a Defesa Nacional*. Cadernos Condição Feminina n.º 29. Lisboa: Comissão da Condição Feminina, pp. 81-86.
- Stone, M. E., 2011. Vivências Monárquicas. In: *Mulheres na I República: Percursos, Conquistas e Derrotas*. Lisboa: Faces de Eva/CESNOVA/Colibri, pp. 125-144.
- Thébaud, F., 2013. *Les Femmes au temps de la guerre de 14*. Paris: Editions Payot et Rivages.
- Thébaud, F., 1995. A Grande Guerra. O Triunfo da Divisão Sexual do Trabalho. In: G. Duby e M. Perrot, orgs., *História das Mulheres no Ocidente: O Século XX* (Vol. V). Porto: Edições Afrontamento.

# A Universidade e a Guerra: a Mobilização da Universidade Portuguesa Durante a Primeira Guerra Mundial (1916-1918)

Ângela Salgueiro

*Doutorada em História Contemporânea e investigadora integrada do IHC-FCSH da Universidade Nova de Lisboa nas áreas de História da ciência contemporânea, dos laboratórios e institutos universitários e das políticas científicas em Portugal.*

## Resumo

O destacamento de contingentes militares para África, a partir de 1914, e a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 1916, forçaram o Ministério da Guerra a decretar a mobilização geral, redirecionando todos os recursos disponíveis em prol do esforço de guerra. As autoridades políticas e militares não pouparam os estabelecimentos de ensino superior, encaminhando professores, investigadores e alunos para vários serviços técnicos e para as escolas de oficiais milicianos, o que causou constrangimentos importantes no funcionamento regular destas instituições. Deste modo, analisa-se o impacto da mobilização geral nas universidades republicanas e nos estabelecimentos de ensino superior, o posicionamento destas instituições e da sua elite face à conjuntura bélica e identifica-se as soluções adotadas em virtude dos constrangimentos resultantes da mobilização geral.

## Abstract

*The University and the War: Portuguese Universities' Mobilization during the First World War (1916-1918)*

*The deployment of military contingents to Africa, since 1914, and Germany's war declaration to Portugal in 1916, forced the Portuguese War Office to decree a general mobilization, redirecting all available resources towards the war effort. The political and military authorities did not spare the higher education institutions, sending their teachers, researchers and students to various technical services and to militia schools, causing important constraints in the normal activities of those institutions. Therefore, it is analyzed the impact of the general mobilization in the Republican universities and higher education institutions, the position of these institutions and their elites under the war context, identifying the solutions adopted as a result of the constraints caused by the general mobilization.*

### **Introdução**

O início da Primeira Guerra Mundial coincidiu com uma conjuntura de expansão do ensino superior português, na sequência das reformas educativas de 1911 que determinaram a criação de novas universidades – em Lisboa e Porto – e de novas faculdades – pela organização das primeiras faculdades de letras – e de institutos e escolas técnicas superiores, como o Instituto Superior Técnico ou o Instituto Superior de Agronomia, permitindo um movimento de liberação, democratização e autonomização da universidade portuguesa.

Com a entrada de Portugal na guerra, em março de 1916, esta conjuntura modificou-se, o que teve efeitos importantes na atividade dos vários espaços – pedagógicos, científicos e assistenciais – e atores – professores, assistentes, investigadores, técnicos e alunos – e na evolução das práticas e das sociabilidades académicas e científicas. Deste modo, o presente artigo tem como objectivos principais: analisar o impacto da mobilização geral na universidade, encarada numa aceção lata; compreender o posicionamento dos estabelecimentos de ensino superior e da comunidade científica nacional na conjuntura de guerra; e identificar os projetos, as propostas e as soluções apresentadas para resolver os constrangimentos que emergiram durante o conflito.

### **A Mobilização Geral em Portugal**

Durante os dois primeiros anos do conflito as universidades prosseguiram a sua atividade científica e pedagógica com relativa normalidade, uma vez que os militares que seguiram nos corpos expedicionários para Angola e Moçambique integravam, na sua maioria, a estrutura militar nacional (Fraga, 2010b, p. 262). Simultaneamente, as dotações anuais aos estabelecimentos de ensino superior permaneceram estáveis e a frequência estudantil continuou a aumentar, no seguimento das reformas educativas de 1911.

Contudo, em março de 1916 esta realidade modificou-se significativamente com a declaração de guerra da Alemanha a Portugal, na sequência da publicação da “Lei das Subsistências” e da requisição dos navios alemães e austríacos surtos nos portos metropolitanos e coloniais nacionais. Em 20 de março desse mesmo ano<sup>1</sup>, Norton de Matos, Ministro da Guerra, seria autorizado a convocar, total ou parcialmente, as classes de licenciados que considerasse essenciais à organização de um futuro Corpo Expedicionário Português, privilegiando, então, a dos médicos, veterinários, engenheiros, farmacêuticos e licenciados em Ciências Matemáticas e Filosóficas. Estes médicos, veterinários e farmacêuticos seriam dispensados da frequência das escolas preparatórias de oficiais milicianos, recebendo a sua instrução

---

1 Ver Decreto n.º 2285, *Diário do Governo*, I Série, n.º 53, de 20-03-1916.

nos hospitais militares de 1.<sup>a</sup> classe de Lisboa e Porto e no hospital militar veterinário de Lisboa. Por sua vez, os engenheiros e os licenciados em Ciências Matemáticas e Filosóficas ingressariam, preferencialmente, na escola preparatória de oficiais milicianos de artilharia de costa, instalada no Campo Entrincheirado de Lisboa<sup>2</sup>.

No entanto, estas medidas estiveram longe de ser suficientes. A necessidade premente em expandir os corpos graduados do Exército, pelo aumento do número de oficiais milicianos que pudessem assegurar o funcionamento de serviços estratégicos (Fraga, 2010a, p. 96), como o de saúde, acabaria por resultar no alargamento progressivo dos critérios de mobilização, patente, por exemplo, na evolução das faixas etárias mobilizadas, o que teve efeitos importantes não só no corpo discente universitário, como no seu corpo docente e técnico. Assim, se em 1916 integravam as tropas ativas todos os indivíduos aptos, entre os 20 e os 30 anos, em 1917, essa mesma categoria contemplava já os militares entre os 20 e os 35 anos de idade:

**Quadro 1** – Categorias de oficiais-médicos milicianos

	1916	1917
Tropas Activas	20-30 anos	20-35 anos
Tropas de Reserva	30-40 anos	35-45 anos
Tropas de Reserva Territorial	40-45 anos	45-65 anos

Fonte: Decreto n.º 2658 de 1916 e Lei n.º 743 de 1917<sup>3</sup>.

Simultaneamente facilitou-se a progressão na hierarquia militar a alunos que ainda não haviam terminado os seus cursos superiores. Em maio de 1916 autorizou-se a promoção dos alunos do 5.º ano das Faculdades de Medicina e da Escola de Medicina Veterinária, respetivamente, a alferes médicos e a alferes veterinários milicianos. Os alunos dos anos intermédios dos mesmos cursos, que assentariam praça nas companhias de saúde e em Cavalaria n.º 4, eram elevados a aspirantes, o que lhes abria a possibilidade de progressão para o posto de alferes<sup>4</sup>, apesar da insuficiente prática médica.

Generalizou-se ainda a prática da requisição dos estudantes universitários, sobretudo dos que frequentavam os cursos de engenharia da Faculdade Técnica do Porto<sup>5</sup> e do Instituto Superior Técnico, para que os mesmos assegurassem o funcio-

---

2 Ver Decreto n.º 2367, *Diário do Governo*, I Série, n.º 85, de 04-05-1916.

3 Ver Decreto n.º 2658, *Diário do Governo*, I Série, n.º 199, de 30-09-1916 e Lei n.º 743, *Diário do Governo*, I Série, n.º 120, de 24-07-1917.

4 Ver Decreto n.º 2384, *Diário do Governo*, I Série, n.º 92, de 12-05-1916.

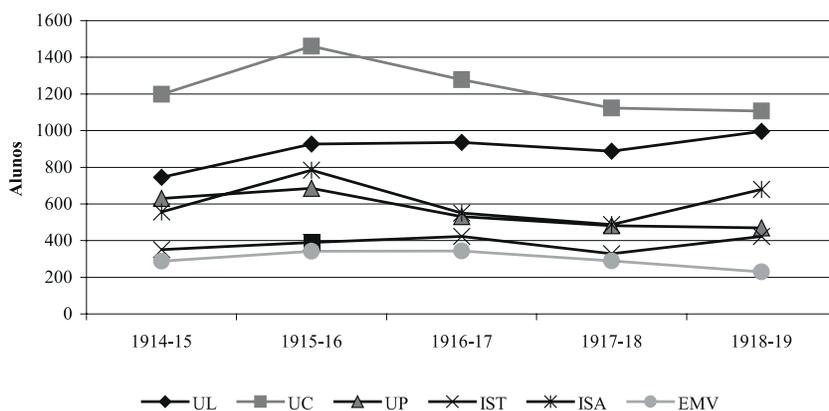
5 Consultar Faculdade de Engenharia da Faculdade do Porto, FEUP Arquivo, FT-UP, *Actas das Reuniões do Conselho Escolar 1915-1922*, Sessão do Conselho Escolar de 29 de novembro de 1916.

namento mínimo de alguns serviços estratégicos do país, como o era o caso do transporte ferroviário, indispensável ao transporte das tropas, evitando, desse modo, a sua paralisação numa conjuntura de intensa crispação social e de intensificação do movimento grevista.

### Efeitos da Mobilização Geral na Universidade

A entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial e a consequente mobilização geral decretada por Norton de Matos acabariam por determinar a subordinação de todos os recursos nacionais às necessidades do Ministério da Guerra, o que teve consequências evidentes no funcionamento das instituições de ensino superior e dos seus estabelecimentos de ensino e investigação. Desde logo, pelo decréscimo da frequência estudantil nos anos letivos de 1916-1917 e 1917-1918; pela insuficiência crónica das dotações orçamentais; pela ruptura das relações científicas entre Portugal e os Impérios Centrais; e, ainda, pela crise do pessoal docente e técnico. Relativamente à frequência estudantil, se no ano letivo de 1915-1916 estavam inscritos 4.589 alunos nos estabelecimentos de ensino superior portugueses – Universidade de Lisboa, Universidade de Coimbra, Universidade do Porto, Instituto Superior Técnico, Instituto Superior de Agronomia e Escola de Medicina Veterinária –, em 1916-1917 a variável inverteu-se, atingindo o seu valor mais baixo no ano letivo seguinte, o qual totalizou 3.598 inscrições.

**Gráfico 1** – Frequência estudantil dos estabelecimentos de ensino superior portugueses (1914-1919)



Fonte: República Portuguesa (1922; 1924).

No cômputo geral, as instituições mais afetadas por esta diminuição foram as Faculdades de Ciências de Lisboa, Coimbra e Porto, o Instituto Superior Técnico e

o Instituto Superior de Agronomia. Sobre o estado do ensino no Instituto Superior Técnico nesta fase, o Senador Alberto da Silveira afirmaria o seguinte:

“A forma como, nestes últimos anos, se tem legislado em assuntos que respeitam à mocidade que estuda, é lastimável e de perniciosos efeitos para o futuro dessa mesma mocidade. [...] Basta dizer que já neste momento existem apenas dois alunos na frequência dos cursos do Instituto Superior Técnico, e, se ainda assim esses dois alunos lá estão, é porque se encontram quase cegos. Todos os outros foram na rede varredoura para oficiais milicianos. / Imagine-se a leviandade, com que se está atirando com a mocidade portuguesa, para esse sorvedouro de vidas que se chama guerra”<sup>6</sup>.

Esta redução da frequência estudantil traduziu-se também na questão das dotações orçamentais, implicando uma diminuição das verbas obtidas através das propinas de inscrição anuais e das propinas de frequência dos laboratórios e institutos universitários, quer para a assistência às aulas práticas, quer para a realização dos trabalhos laboratoriais. O seu impacto foi grande numa conjuntura em que as dotações contempladas nos orçamentos de Estado não chegavam para suprir as necessidades crescentes das instituições, acentuadas pela inflação, pela desvalorização do escudo e pelo encarecimento do instrumental científico e dos combustíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários estabelecimentos. Deste modo, foi necessário evitar despesas extraordinárias, o que teve efeitos na deterioração dos edifícios das faculdades e na degradação das condições de vida do pessoal docente e administrativo. Por outro lado, foi essencial encontrar mercados alternativos para a obtenção de instrumental científico e matérias-primas, nomeadamente de reagentes, em virtude da quebra das relações diplomáticas entre Portugal e a Alemanha, o principal mercado fornecedor destes bens. Face a estas dificuldades foi necessário improvisar soluções. Assim, apostou-se na organização de oficinas de reparação de instrumentos científicos, de que foram bem representativas as oficinas de instrumentos de precisão instaladas junto dos Laboratórios de Física (Rodrigues, 1992, p. 88). Apostou-se também na troca de combustíveis caros e raros, como o gás, por outros mais económicos, como a lenha ou o ar carburado com gasolina<sup>7</sup>.

Além da dificuldade em obter equipamento científico, a quebra de relações com os Impérios Centrais perturbou bastante a mobilidade de professores e investigadores, impossibilitando-os de efetuar missões científicas e viagens de estudo às potências da Europa central. Transtornou, ainda, as redes internacionais de permuta de bibliografia e de publicações científicas e afectou a organização de gran-

---

6 Ver *Diário do Senado*, n.º 56, de 18-05-1917, pp. 7-9.

7 Consultar Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa, AH/MUHNAC-UL, fundo Faculdade de Ciências, série Correspondência recebida e expedida, registo de Correspondência 1917-1918, *Ofício do Director da FC-UL para o Ministro da Guerra*, de 21-11-1917, p. 1 (livro 689).

des eventos, nomeadamente de conferências e exposições (Crawford, 1988; Sánchez-Ron, 2011).

Outra consequência da expansão da mobilização militar em Portugal relacionou-se com o desvio de assistentes e professores universitários para atividades de índole militar, quer no serviço ativo, quer nos corpos de prevenção, situação que prejudicou gravemente o serviço docente nos anos de 1917 e 1918, e que foi mesmo encarada, pela Faculdade de Ciências de Coimbra, como uma profunda crise de pessoal docente (Rodrigues, 1992, pp. 101-103). O recrutamento afetou, sobretudo, a classe dos assistentes, muitos dos quais foram integrados nos Corpos de Exército enviados para a frente ocidental. A situação foi particularmente gravosa nas faculdades de ciências, muito sobrecarregadas com os cursos preparatórios para o ingresso nas Escolas Naval, de Guerra e preparatórias de oficiais milicianos, que ficaram, desse modo, sem a maioria do seu corpo docente. Simultaneamente, vários assistentes e professores assumiram cargos de responsabilidade nos serviços militares, pelos seus conhecimentos especializados em áreas estratégicas. Assim, tendo como caso de estudo o Serviço de Saúde podem mencionar-se os exemplos do professor Sílvio Rebelo, destacado para o Hospital de Hendaia, e dos assistentes António Pereira Flores, o qual prestou serviço no 32<sup>nd</sup> Stationary Hospital, e de Estêvão Pereira da Silva, responsável pelos serviços de Higiene e Bacteriologia do Corpo Expedicionário Português. Na frente interna podem referir-se os casos de Carlos França e João Marques dos Santos, enviados, respetivamente, para o Hospital Militar da Estrela e para o Hospital Militar de Coimbra, e do jovem Vítor Fontes, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, que trabalhou sucessivamente no Instituto Médico-Pedagógico de Santa Isabel, da Casa Pia de Lisboa, e no Instituto Militar de Arroios para a Reeducação dos Mutilados de Guerra (Salgueiro, 2015).

Para além da diminuição da frequência estudantil e da crise económico-financeira, os estabelecimentos de ensino superior viram-se privados do grosso do seu pessoal docente, o que colocou em causa a manutenção de um ensino regular, pelo fecho de várias cadeiras e cursos gerais e especiais, e a própria actividade dos gabinetes, laboratórios, institutos de investigação e museus anexos às mesmas instituições, de que foram bastante ilustrativos os casos do Laboratório de Física e do Jardim Botânico da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.

Em 1916 a direção do Laboratório de Física viu-se forçada a encerrar este estabelecimento pela mobilização do único assistente do laboratório. No ano seguinte, o professor Henrique Teixeira Bastos, em colaboração com o recém-licenciado Francisco Nazaré, procurou promover a reactivação do mesmo, em virtude do seu papel no ensino prático de Física em Coimbra. Contudo, nesse mesmo ano, Francisco Nazaré, então oficial miliciano de artilharia, seria também mobilizado, o que frustraria o plano de Teixeira Bastos (Rodrigues, 1992, pp. 107-108). Por sua vez, o Jardim Botânico entrou numa fase de relativa decadência, devida, principal-

mente, à escassez orçamental, que impedia a contratação do pessoal técnico necessário à conservação dos espécimes da instituição:

“Vi-me, pois, obrigado a suspender as obras e plantações iniciadas, e reduzir o pessoal ao estreito limite orçamentário. [...] declaro a V. Ex.<sup>a</sup> que gostosamente me verei substituído, se o Conselho da Faculdade ou qualquer entidade superior encontrar alguém que, sem os recursos materiais que julgo imprescindíveis, e por cuja obtenção tenho baldadamente lutado, conseguir manter o jardim botânico à altura da sua tradição e a sua função científica exigem” (Rodrigues, 1992, pp. 141-142).

### **Contestação e Projetos Alternativos**

A reação dos estabelecimentos universitários a esta conjuntura foi rápida e enérgica. Logo em 18 de outubro de 1916 a Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra oficiava aos ministérios da Guerra e da Instrução Pública alertando para as dificuldades resultantes da beligerância portuguesa, nomeadamente o perigo de paralisação de áreas de estudo centrais nos currículos científicos universitários (Rodrigues, 1992, pp. 102-103). Poucos dias depois, a Faculdade de Ciências do Porto solicitava a dispensa militar dos seus assistentes, em virtude de algumas das suas secções se encontrarem já bastante fragilizadas<sup>8</sup>. Em fevereiro de 1917, o professor Júlio Augusto Henriques tentou um entendimento entre as três Faculdades de Ciências, por forma a evitar a mobilização dos poucos assistentes que restavam<sup>9</sup>.

Contudo, estes pedidos não foram atendidos e a contestação dos conselhos escolares foi subindo de tom. Estes procuravam obter um estatuto especial, à semelhança do que se verificara em algumas das potências aliadas, que permitisse evitar o recrutamento indiscriminado do pessoal docente, tendo em atenção o risco eminente de paralisação das instituições<sup>10</sup>, com consequências imprevisíveis no imediato pós-guerra. O Ministério da Instrução Pública foi bastante sensível a esta problemática, secundando os esforços dos conselhos escolares e dos senados universitários na tentativa de isentar os professores do serviço militar. Contudo, os vários projetos apresentados ao executivo durante o ano de 1917 acabariam por sair

---

8 Consultar Arquivo Digital da Universidade do Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ADUP, FCUP, *Actas das Sessões do Conselho Académico 1907-1921*, Sessões do Conselho Escolar de 28 de outubro e de novembro de 1916, disponível em <http://hdl.handle.net/10405/42152>, acessado em 15 de setembro de 2015.

9 Consultar ADUP, FCUP, *Actas das Sessões do Conselho Académico 1907-1921*, Sessão do Conselho Escolar de 17 de fevereiro de 1917, disponível em <http://hdl.handle.net/10405/42152>, acessado em 15 de setembro de 2015.

10 Consultar Arquivo da Reitoria da Universidade de Lisboa/Serviços Partilhados Universidade de Lisboa, RUL/SPUL, *Actas do Senado 1916-1921*, Sessão do Senado de 24 de março de 1917, cota UL/S/13/121-1.

gorados, devido, em grande medida, ao peso que o Ministério da Guerra então gozava na gestão dos assuntos de Estado<sup>11</sup>.

Esta preocupação sentiu-se ainda nas elites científicas e intelectuais, que temiam os efeitos da beligerância na evolução da ciência nacional, então bastante dependente da universidade e da atividade dos seus laboratórios e institutos (Salgueiro, 2015). Simultaneamente questionavam a inexistência de um plano geral que previsse a transição de uma “economia de guerra” para uma “economia de paz”, quer em termos socioeconómicos, quer no âmbito técnico-científico, lembrando a possibilidade de escassearem especialistas, em virtude das intermitências do funcionamento dos estabelecimentos de ensino e das elevadas baixas sofridas nas frentes de combate. Uma das vozes mais ativas foi a de Matias Bolero Ferreira de Mira, o qual assinou vários artigos n’*A Lucta* sobre essa questão. Em abril de 1917, num texto intitulado “Exemplos de fóra”, Ferreira de Mira alertava para o perigo da mobilização generalizada da elite científica:

“[...] a elite do nosso País não é muito numerosa, nem será da melhor qualidade; essa mesma vai, porém, ser dizimada pela guerra [...] Algumas classes de elite, como os médicos, engenheiros, etc., são mesmo especialmente sacrificados, a ponto de se poder afirmar para breve a deficiência de práticos de medicina para as necessidades comuns do País. Se a guerra durar, não só o País terá perdido sangue e dinheiro, como também terá a sua elite consideravelmente reduzida [...] No entanto não se vêem sinais de que, no Terreiro do Paço, se pense nestas coisas” (Mira, 1917a, p. 1).

Pouco tempo depois, nas “Reflexões”, publicadas no seguimento das resoluções governamentais sobre o recrutamento de oficiais médicos milicianos, Ferreira de Mira criticava a excessiva subordinação das questões educativas às exigências da guerra:

“[...] fecham-se as aulas, e os professores e assistentes, conforme as suas idades e os seus préstimos, vão tratar de outra coisa – para os serviços de guerra uns, para a clínica civil outros. [...] Estas reflexões que aplicamos à classe médica, não cabem menos a outras; e pensando no que há-de ser a vida da nação amanhã [...] é com a maior apreensão que encaramos a nossa falta de indivíduos habilitados em serviços técnicos industriais, comerciais e agrícolas. A guerra devora-nos os trabalhadores do campo, e isso é, sem dúvida, um mal; mas maior mal é ainda que nos leve à condição de reduzir a proporções insignificantes a nossa elite de amanhã” (Mira, 1917b, p. 1).

Estas elites chamaram também para o debate público uma opção que havia estado ausente das preocupações do Ministério da Guerra, a da mobilização científica da universidade, como alternativa à mobilização geral decretada em março de 1916.

---

11 Consultar Arquivo da Reitoria da Universidade de Lisboa/Serviços Partilhados Universidade de Lisboa, RUL/SPUL, *Actas do Senado 1916-1921*, Sessão do Senado de 10 de julho de 1917, cota UL/S/13/121-1.

De facto, nos primeiros meses da guerra os vários países beligerantes seguiram o critério da mobilização geral, integrando professores, investigadores e alunos nos vários corpos militares, sem ter em consideração as suas especificidades ou competências particulares. No entanto, rapidamente perceberam que esta não era uma via eficaz, em virtude da elevada mortalidade, que colocava em causa o futuro científico das nações, e a crescente complexificação técnico-científica do conflito, que exigia uma actividade científica de grande fôlego, impossível se os especialistas se encontrassem em combate. Esta discussão teve um grande impacto internacional, sobretudo a partir do momento em que começaram a cair nas frentes de combate alguns cientistas eminentes, como o físico britânico Henry Moseley<sup>12</sup>. Optou-se então pela mobilização científica da academia, colocando os estabelecimentos de ensino e investigação ao serviço dos estados e das exigências da conjuntura de guerra. Os investigadores passaram a trabalhar em questões consideradas prioritárias, quer de âmbito militar, quer civil (Pattison, 1983, p. 522).

Apesar do debate suscitado, as autoridades militares portuguesas não pareceram muito interessadas em estreitar os laços com as universidades ou com os seus estabelecimentos de investigação científica, ainda que se tenham verificado alguns contactos esporádicos com os mesmos, relacionados, sobretudo, com questões de armamento e aeronáutica militar. Assim se justificam os ensaios sobre a resistência do ferro, para o fabrico de granadas, desenvolvidos no Laboratório de Ensaio de Materiais da Faculdade Técnica do Porto, a pedido da Companhia Aliança, proprietária da Fundação de Alfarelos<sup>13</sup>, e o estudo dos elementos meteorológicos das camadas altas da atmosfera, solicitado pela Direcção de Aeronáutica Militar aos observatórios e postos meteorológicos nacionais<sup>14</sup>.

### Considerações Finais

Em suma, a complexidade do binómio universidade e guerra e as suas múltiplas interdependências deixam-nos ainda várias questões em aberto: desde logo, se os Corpos do Exército podiam ter dispensado a base social proveniente da universidade, ou pelo menos parte dela, privilegiando a cooperação científica com os investigadores e cientistas e com os próprios laboratórios universitários? Depois, se haveria verdadeiramente possibilidade de adoptar o critério da mobilização científica, face às idiossincrasias políticas, económicas e sociais de Portugal? Por fim,

---

12 Ver Anon (s.d).

13 Consultar FEUP Arquivo, FT-UP, *Actas das reuniões do Conselho Escolar 1915-1922*, Sessão de 14 de dezembro de 1916.

14 Consultar AH/MUHNAC-UL, fundo Faculdade de Ciências, pasta Correspondência do Observatório Meteorológico, *Ofício da Direcção de Aeronáutica Militar para a Direcção Geral do Ensino Superior*, de 01-09-1919, p. 1 (cota 1695).

compreender os *inputs* da presença de professores, cientistas e investigadores nos teatros de guerra da Europa e de África.

Sobre esta última questão podem adiantar-se algumas tendências gerais. Desde logo, o progresso de especialidades clínicas, nomeadamente da Cirurgia e da Neurologia, que contaram com a presença dos principais especialistas nacionais nos hospitais de campanha da frente ocidental. E ainda o estímulo da ciência colonial, sobretudo em domínios como a Botânica e a Antropologia, favorecido pela presença de investigadores em África, que, em muitos casos, conciliaram as suas tarefas de natureza militar com as suas agendas particulares de investigação.

## Referências

### Arquivos

Arquivo da Faculdade de Engenharia da Faculdade do Porto (FEUP Arquivo, FT-UP).

Arquivo Histórico do Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa (AH/MUHNAC-UL).

Arquivo Digital da Universidade do Porto, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, (ADUP, FCUP).

Arquivo da Reitoria da Universidade de Lisboa/Serviços Partilhados Universidade de Lisboa.

Diário do Senado da República.

### Legislação

Lei n.º 743, *Diário do Governo*, I Série, n.º 120, de 24-07-1917.

Decreto n.º 2285, *Diário do Governo*, I Série, n.º 53, de 20-03-1916.

Decreto n.º 2367, *Diário do Governo*, I Série, n.º 85, de 04-05-1916.

Decreto n.º 2658, *Diário do Governo*, I Série, n.º 199, de 30-09-1916.

### Estudos

Anon., s.d. 'Dear Harry...' Henry Moseley: A Scientist Lost to War. *Special exhibition at the Museum of the History of Science*. Disponível em <http://www.mhs.ox.ac.uk/moseley/>. (acedido em 25-09-2015).

Crawford, E., 1988. Internationalism in Science as a Casualty of the First World War: Relations between German and Allied Scientists as Reflected in Nominations for the Nobel Prizes in Physics and Chemistry. *Social Science Information* n.º27, pp. 163-201.

Forman, P., 1973. Scientific Internationalism and the Weimar Physicists: The Ideology and Its Manipulation in Germany after World War I. *Isis* 64(2), pp. 150-180.

- Fraga, L. A. de, 2010a. Exército Português Preparado para a Guerra? In: A. Afonso e C. de M. Gomes, coord., *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: QuidNovi.
- Fraga, L. A. de, 2010b. Portugal. Mobilizações para a Guerra. In: A. Afonso e C. de M. Gomes, coord., *Portugal e a Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: QuidNovi.
- Mira, F. de, 1917a. Exemplos de fóra. *A Lucta*, 16-04-1917, p. 1.
- Mira, F. de, 1917b. Reflexões. *A Lucta*, 09-07-1917, p. 1.
- Pattison, M., 1983. Scientists, Inventors and the Military in Britain, 1915-19: The Munitions Inventions Department. *Social Studies of Science*, 13(4), pp. 521-568.
- República Portuguesa, 1922. *Anuário Estatístico de Portugal. Ano de 1917*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- República Portuguesa, 1924. *Anuário Estatístico de Portugal, Ano de 1919*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Rodrigues, M. A., 1992. *A Universidade de Coimbra no século XX*. Actas da Faculdade de Ciências, 1911-1927, Vol. I. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.
- Salgueiro, Â., 2015. *Ciência e Universidade na I República*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Lisboa: FCSH-UNL.
- Sánchez-Ron, J. M., 2011. *El Poder de la Ciencia. Historia Social, Política y Económica de la Ciencia*. Barcelona: Crítica.

# A Arma Submarina na Estratégia Alemã na Primeira Guerra Mundial

Marisa Fernandes

*Doutoranda em Estudos Estratégicos na Universidade de Lisboa e Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa. Investigadora no IHC-FCSH, no CIDIUM e no CINAV.*

## Resumo

O presente artigo demonstra em que medida é que a arma submarina integrou a estratégia da Alemanha imperial na Primeira Guerra Mundial, um império com uma única fronteira marítima, tendo levado ao surgimento de um novo conflito naval. Apesar da renitência inicial do Almirante Alfred von Tirpitz na construção de submarinos, os mesmos acabaram por ser utilizados na Grande Guerra, dando origem à guerra submarina irrestrita em 1917 e à entrada do Brasil na guerra como resultado do afundamento dos navios *Paraná*, *Tijuca*, *Lapa* e *Macau*.

Para que se compreenda a importância dos submarinos na estratégia alemã serão abordados também os tipos de submarinos desenvolvidos, a frota e a formação técnica das tripulações alemãs, bem como os afundamentos provocados.

## Abstract

*The Submarine Weapon in German's Strategy during the First World War*

*This article demonstrates how the submarine weapon integrated the strategy of imperial Germany in the First World War – an empire with only a maritime boundary - which resulted in the emergence of a new naval conflict. Despite the initial reluctance of Admiral Alfred von Tirpitz in supporting the construction of submarines, they were eventually used during the Great War, leading to an unrestricted submarine warfare in 1917 and Brazil's entry into the war as a result of the sinking of *Paraná*, *Tijuca*, *Lapa* and *Macau* ships. To understand the importance of submarines in German's strategy it is also analyzed the types of submarines developed, the fleet and the technical education of German crews, as well as the sinkings they've caused.*

*“Don’t look at it, and don’t touch it. If we take it up, other nations will; and it will be the greatest blow at our supremacy on the sea that can be imagined”.*

Admiral Earl St. Vicent, 1804<sup>1</sup>

## **Introdução**

O presente artigo, tendo como objetivo demonstrar em que medida é que a arma submarina integrou a estratégia da Alemanha Imperial na Primeira Guerra Mundial, encontra-se estruturado em seis partes: a primeira correspondente à introdução; a segunda à circunstância geopolítica da Alemanha Imperial: uma única fronteira marítima ameaçada de bloqueio – bloqueio esse que se viria a concretizar numa iniciativa da “Tríplice Entente”, como veremos; a terceira refere a renitência do Almirante Tirpitz na construção de uma esquadra de submarinos – que acreditamos, em certa medida, dever-se à influência da obra *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783*; a quarta trata da arma submarina na estratégia alemã na Primeira Grande Guerra, em que abordaremos os tipos de submarinos desenvolvidos pela Alemanha, a força submarina alemã – quanto aos submarinos construídos, em construção, projetados e perdidos –, a escola submarina alemã e a formação das tripulações e dos oficiais, bem como os afundamentos provocados pelos submarinos alemães; a quinta fala da guerra submarina irrestrita em 1917 e a entrada do Brasil na guerra – na sequência do afundamento dos navios *Paraná*, *Tijuca*, *Lapa* e *Macau*; e a sexta e última parte correspondente à conclusão: a utilização dos submarinos alemães e o surgimento de um novo tipo de conflito naval.

## **A Circunstância Geopolítica da Alemanha Imperial: Uma Única Fronteira Marítima e a Ameaça de Bloqueio**

Situando-se no centro da Europa, a Alemanha imperial dispunha de uma fronteira marítima a norte, que lhe permitia o acesso ao Mar do Norte, um mar aberto com acesso ao oceano Atlântico, e ao Mar Báltico, um mar fechado sem acesso ao oceano. Neste sentido, a Alemanha tinha no Mar do Norte uma porta a partir da qual poderia navegar para o mundo e transportar todo o tipo de bens por via marítima para este e deste para o seu espaço.

No início do século XX, poucas eram as cidades com acesso direto na costa do Mar do Norte. Os portos e os grandes centros urbanos e de comércio encontravam-se fora do alcance das armas inimigas de então. Por conseguinte, inicialmente, a costa alemã não tinha necessidade de investir muito na sua defesa, bastando valer-se das

---

1 Palavras do Almirante Earl St. Vicent em 1804 face à proposta feita à Inglaterra, pelo inventor americano Robert Fulton – que criou o primeiro submarino prático da história, o *Nautilus* – para a construção de um submarino destinado a ser usado contra a frota francesa (Gibson e Prendergast, 2002, p. V).

características naturais do seu espaço: as margens do Mar do Norte junto à Alemanha são rasas, impedindo que os navios de guerra inimigos cheguem próximo de terra. Além disso, há vários quilômetros de bancos de areia, sendo que muitos deles ficam expostos quando a maré está baixa (Showell, 2006, p. 27).

Contudo, a ameaça da ocorrência de bloqueios tornava-se cada vez mais real, sobretudo porque olhando para o Mar do Norte verifica-se a existência de apenas alguns lugares a partir dos quais os navios mercantes, vindos de várias partes do mundo, podem fazer a sua entrada ou saída no sistema de rios da Alemanha. Note-se que o Elba, o Weser, o Ems e o Reno, o maior, são os únicos rios da Alemanha que desaguam no Mar do Norte. Daí que a *Kaiserliche Marine*<sup>2</sup> rapidamente tenha percebido o papel que os submarinos poderiam ter na sua defesa em caso de bloqueio (Showell, 2006, p. 27).

### *Numa Iniciativa da Tríplice Entente: O Bloqueio é uma Realidade*

De acordo com Marc Ferro (2008, p. 143), desde 1914 que os Aliados procuravam arruinar o comércio marítimo das potências centrais, entre as quais se encontrava a Alemanha. A falta de matérias-primas e produtos transformados destinados ao fabrico de material de guerra levaria as potências centrais a capitular.

Com efeito, já nesta altura o comércio marítimo desempenhava um papel crucial na economia alemã, na medida em que era, assim, que a Alemanha obtinha algodão, manganês, estanho, metais raros, gorduras e “dez outros produtos necessários a uma indústria moderna e altamente competitiva”. Em 1914, a marinha mercante alemã comportava 5 milhões e 200 mil toneladas de arqueação, sendo que no caso da Áustria esse valor era de um milhão de toneladas. Após a declaração de guerra, 734 navios alemães encontraram refúgio em águas neutras, restando apenas cerca de 600 navios à Alemanha, o que representava 2 milhões e 875 mil toneladas; destas, 600 mil toneladas foram capturadas e “vários milhares de outras afundadas no fim do Verão” (Ferro, 2008, p. 144).

Inicialmente, a Alemanha não encarava a possibilidade da Primeira Guerra Mundial ser uma guerra longa, do mesmo modo que não acreditava numa guerra económica. Surpreendida pelas medidas que visavam a sua asfixia económica, isso não a preocupou nos primeiros tempos, pois o comércio com os países neutros – em particular a Escandinávia – era suficiente para garantir o intercâmbio com o ultramar e, portanto, as suas exportações mantiveram uma relativa estabilidade. A respeito dos países neutros, importa referir que em virtude das dificuldades que a Alemanha estava a encontrar uma vez declarada a guerra e, com o intuito de se reabastecer, esta apelou ao apoio dos países neutros. Estes estavam autorizados

---

2 Marinha Imperial ou do Kaiser (tradução nossa).

pelo direito dos povos a comerciar com os beligerantes desde que não se opusessem à inspeção de um dos beligerantes, não violassem um bloqueio e não transportassem mercadorias de contrabando (Ferro, 2008, pp. 144 e 146).

No entanto, quando a “Tríplice Entente” começou a querer controlar o comércio dos países neutros, a Alemanha e a Áustria reagiram primeiro com a guerra submarina como uma arma preventiva e depois como uma ameaça sem resultado. Em seguida, a Alemanha tentou quebrar o cerco de ferro da *Home Fleet*; a frota alemã bateu-se ousadamente com os ingleses, afundou-lhes mais navios do que os que ela própria perdeu mas, tenaz, mantinha-se fechada e, doravante, a *Kriegsmarine*<sup>3</sup> deixou de estar em situação de poder sair do Báltico. “A vitória da Jutlândia foi uma vitória sem resultados” (Ferro, 2008, p. 144).

Em meados de 1916, a Alemanha teve a colheita de cereal reduzida, devido à falta de adubos, em mais de um terço, o consumo de carne em dois terços e as importações de cobre em cinco sextos. Também a baixa progressiva e acentuada dos abastecimentos de algodão após a entrada dos Estados Unidos da América na Grande Guerra, motivou uma queda no fabrico dos têxteis, que a invenção do tecido de celulose como substituto não conseguiu evitar. Daí que em 1918, a crise do vestuário fosse considerada como ainda mais grave do que a da alimentação e a dos explosivos. A propósito dos explosivos é de referir que as importações de forragens, gado e gorduras provenientes da Suíça, da Holanda, entre outros, eram dificilmente controláveis (Ferro, 2008, p. 147).

Porém, à semelhança do que fizera com os têxteis, a Alemanha empenhava-se sempre que necessário no desenvolvimento de alternativas que lhe permitissem manter o funcionamento da sua indústria, fazendo uso do seu sentido prático e inventivo, como notado por Aquilino Ribeiro (1975, p. 81, *apud* Fernandes, 2014, pp. 232 e 233), ao afirmar que “artes e ciências consagraram-se a inventar o produto indispensável à economia nacional e às necessidades da guerra, de importação ou pouco comum no país bloqueado. A química aplicada, entre elas, foi a boa fada despenseira dos alemães. A todas as deficiências procurou dar remédio, matérias da indústria e matérias de alimentação, que nas vésperas do armistício se descobrira a borracha sintética, capaz de suprir o caucho, ouvi dizer.”<sup>4</sup>. Foi igualmente nesta altura que a Alemanha verificou que poderia passar sem o comércio com o mundo ocidental e que os países do Leste europeu “eram mais indispensáveis ao seu equilíbrio económico” porque dispunham de uma produ-

---

3 O nome correto é *Kaiserliche Marine*, isto é, a “Marinha Imperial ou do Kaiser”. *Kriegsmarine* foi o termo utilizado para a Marinha do III Reich.

4 Esta será uma característica que a Alemanha conservará até aos dias de hoje, reconhecendo-se como o país das ideias. Só no último ano a Alemanha foi o país europeu que mais patentes registou, num total de 31.647 (Burkhardt, 2015).

ção que lhe era complementar. Isto constituiu-se como motivação para o *Drang Nach Osten*<sup>5</sup> que se viria a defender na Segunda Guerra Mundial (Ferro, 2008, p. 147) e que motivaria a concretização da operação *Barbarossa* de invasão da União Soviética em 1941.

Efetivamente, o cerco económico à Alemanha e às outras potências centrais acabou por prejudicar o funcionamento da sua máquina de guerra, mas não teve nenhum efeito decisivo (Ferro, 2008, p. 147). Acabou, isso sim, por contribuir para o desenvolvimento e aplicação do submarino, sendo que a sua utilização de forma irrestrita conduziria à entrada dos Estados Unidos da América na Grande Guerra e estes sim teriam um efeito decisivo no desfecho da contenda.

### **A Renitência do Almirante Tirpitz na Construção de Submarinos**

Ao início, não havia interesse da parte do Almirante Alfred von Tirpitz na construção de submarinos, preferindo este, em alternativa investir essencialmente numa frota de cruzadores apoiada por couraçados. De notar que tanto a Alemanha como a Inglaterra apostavam nas frotas de superfície, e em particular nos cruzadores, como forma principal de meio de combate (Showell, 2006, pp. 27-28).

Assim se compreende que, quando questionado em 1899 acerca do desenvolvimento de submarinos, o conselheiro Busley respondeu que o presente momento era desadequado para a sua construção dado os resultados negativos que tinha obtido com as experiências. Busley alegou, a pedido de Tirpitz, que a falta de estabilidade longitudinal verificada durante as experiências não anunciava um futuro promissor para o desenvolvimento dos submarinos. Portanto, conforme também referiu, as autoridades navais alemãs estavam certas quando se recusaram a realizar maiores investimentos nas experiências com os submarinos, optando em alternativa por se dedicar à construção de cruzadores, couraçados e torpedeiros (Rössler, 2001, p. 17).

Também em 1901, num discurso para o *Reichstag*, Tirpitz afirmou que a Alemanha, graças à configuração das suas costas e à situação geográfica dos seus portos, não tinha necessidade nenhuma de submarinos, que ele considerava como armas puramente defensivas, sobretudo porque os primeiros submarinos construídos pela Alemanha funcionavam a gasolina. Adicionalmente, noutro discurso, Tirpitz defendeu que a Alemanha não tinha dinheiro para desperdiçar em embarcações experimentais, pelo que tais luxos deveriam ser deixados para Estados mais abastados como a França e a Inglaterra. Se a *Kaiserliche Marine* tivesse submarinos, esses submarinos teriam de ter um valor real e prático (Kelly, 2011, p. 354; Gibson e Prendergast, 2002, pp. 340 e 345).

---

5 Em direção ao Leste (tradução nossa).

Todavia, pressionado pela opinião pública e face à encomenda de três submarinos da classe *Karp* à empresa Germaniawerft pela Rússia<sup>6</sup>, que serviu como patrono da fase experimental de desenvolvimento dos submarinos na Alemanha, Tirpitz acabou por ceder, dando ordem a 22 de julho de 1904 para dar início à preparação dos projetos destinados à construção de submarinos para a *Kaiserliche Marine*, que deveriam ser semelhantes àqueles que haviam sido fabricados para a Rússia (Gibson e Prendergast, 2002, pp. 342 e 345; Rössler, 2001, pp. 17 e 21).

### *A Influência (e Superação) da Obra “The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783” na Kaiserliche Marine*

Considerado o pai das marinhas modernas, o Almirante americano Alfred Mahan publicou *The Influence of Sea Power Upon History 1660-1783* em 1890<sup>7</sup>, respeitando esta a um trabalho do domínio da geopolítica e da geoestratégia, produto do contexto histórico em que surgiu e no qual as marinhas assumiam funções essencialmente militares e seguiam uma estratégia competitiva entre si. Mahan debruçou-se essencialmente sobre a utilização do poder do Estado no mar, pois pretendia o domínio dos espaços marítimos para assim subjugar o mundo.

A obra depressa se tornou num sucesso pelo mundo e, também na própria Alemanha Imperial, onde Wilhelm II (1859-1941) acolheu com grande entusiasmo as ideias de Mahan e tornou possível a tradução da mesma para a língua alemã em 1896, tendo sido distribuídas cópias em todos os navios de guerra.

Em 1898, tendo como Secretário de Estado da Marinha do II Reich o Almirante Alfred von Tirpitz, para quem a Inglaterra constituía o principal inimigo alemão (Rahn, 2005, p. 199), iniciou-se a construção de uma frota de alto mar, que seria a segunda maior do mundo. A marinha, neste período, assumia uma importância crescente e prioritária para a Alemanha, graças, por um lado, à crescente capacidade tecnológica alemã e a uma ascendente burguesia comercial que, interessada na concretização de uma *Weltpolitik* para a Alemanha, pressionava por outro lado, um Kaiser ambicioso e desejoso de conquistar *ein Platz an der Sonne*<sup>8</sup> para a Alemanha.

---

6 É na guerra russo-japonesa de 1904-1905 que se encontra o embrião dos submarinos alemães. E é sobretudo na encomenda destes três submarinos que se encontra a gênese dos submarinos alemães (Gibson e Prendergast, 2002, pp. 340 e 244).

7 O ano de 1890 foi, na história alemã, o ano em que o Kaiser nomeou um novo chanceler na sequência da demissão apresentada por Otto von Bismarck (1815-1898). Coube a Leo von Caprivi (1831-1899) vir a ocupar esse lugar, tendo adotado seguidamente uma nova política externa, a *Weltpolitik* [Política Mundial, tradução nossa] com interesses para além dos tradicionais confinados ao espaço europeu – explorando, portanto, as possibilidades económicas da África, da Ásia e da América do Sul –, a fim de determinar quais as regiões que poderiam responder às necessidades de expansão continental e marítima do Reich.

8 Um lugar ao Sol (tradução nossa).

Neste sentido, será de recordar que com Tirpitz se fundou a *Deutscher Flottverein*<sup>9</sup>, um grupo de pressão que atuava diretamente sobre o Ministério da Marinha e recebia um considerável apoio financeiro das empresas Krupp e Stumm, responsáveis pela propaganda que defendia a necessidade da Alemanha possuir uma poderosa marinha para proteger o comércio marítimo e os interesses coloniais e apoiar o desejo de *Weltmacht*<sup>10</sup>.

A verdade é que também para o imperador alemão, Wilhelm II, neto da rainha Vitória e um grande admirador do poder naval inglês, o futuro estava no mar: poder imperial significava poder marítimo e o poder marítimo e imperial dependiam um do outro de tal modo que também não podiam existir um sem o outro. Cribbs (2004, p. 21) nota, por conseguinte, que com Wilhelm II a marinha saíria da sombra.

Mas regressando a Mahan, o essencial da obra em causa encontra-se no primeiro capítulo, relativo à discussão dos elementos de poder marítimo – a posição geográfica, a configuração física do território, a extensão do território, os recursos naturais e o clima, a população, o carácter do povo e o carácter do governo (Mahan, 1890, pp. 29-81), sendo que os demais capítulos se apresentam como constituintes de uma história militar do passado: partindo do princípio que aí se obtêm os ensinamentos que servirão como guias para o futuro.

Ocupando uma área superior àquela que é ocupada pela terra (Monteiro, 2013, p. 18), o mar proporciona as linhas de comunicação necessárias à circulação de riqueza de forma mais rápida e barata, o que nos conduz à ideia do comércio marítimo, um aspeto central na obra de Mahan, e consequentemente, ao domínio do mundo. Daí a importância de proteger o comércio marítimo próprio, algo que já nesta altura preocupava a Alemanha que cedo compreendeu o papel que *Die See als Straße des Welthandels*<sup>11</sup> teria para a competitividade da sua economia (Fernandes, 2013, p. 440).

Para que o Estado alcançasse poder no mar deveria, por conseguinte, possuir tanto uma marinha de guerra constituída por um elevado número de couraçados “de grandes dimensões e poder de fogo” (Monteiro, 2013, p. 33) capazes de destruir a frota inimiga na denominada “batalha decisiva” e, assim, obter o domínio do mar – numa estratégia marcadamente ofensiva de *power at the sea* (Till, *apud* Monteiro, 2009, p. 16), como uma marinha mercante de grande porte<sup>12</sup>. Os couraçados eram

---

9 Liga Naval Alemã (tradução nossa).

10 Poder Mundial (tradução nossa).

11 O mar como estrada do comércio mundial (tradução nossa).

12 Estas eram características muito influenciadas pela expansão territorial e corrida colonialista – para a obtenção de matérias-primas e o escoamento de produtos produzidos na metrópole e que se encontravam em situação de excedência –, e a competição na formação dos Impérios

entendidos como “navios de combate por excelência” por Mahan, fundamentais na *battleship mentality*, enquanto os cruzadores desempenhavam uma função de patrulhamento e escolta adquirindo maior velocidade e dispondo de maior capacidade de manobra<sup>13</sup> (Monteiro, 2013, p. 33); assim se compreende o interesse de Tirpitz na sua construção, tendo constituído uma grande frota de couraçados (Cribbs, 2004, p. 25).

Já a questão dos submarinos, que possibilitaria a guerra de corso<sup>14</sup>, parece ter sido desconsiderada por Mahan. Como salientado por Monteiro (2013, pp. 36-37), Mahan entendia que o objetivo primário das marinhas consistia na batalha entre as suas esquadras, desvalorizando a guerra contra a navegação comercial inimiga, tida como secundária, que viria a ser levada a cabo com a utilização dos submarinos pelos alemães. Apesar do “domínio do mar” conseguido pelos aliados, a verdade é que os submarinos alemães conseguiram afetar o fluxo do transporte marítimo entre aqueles. Aliás, a arma marítima mais efetiva utilizada pela *Kaiserliche Marine* nesta Grande Guerra não foi o couraçado, mas sim o submarino<sup>15</sup> (Cribbs, 2004, pp. 25-26).

Este parece ser, por conseguinte, um caso em que a *Kaiserliche Marine* superou a obra de Mahan, que não foi capaz de antecipar o papel que o submarino viria a desempenhar na Grande Guerra, nem tão pouco reconhecer a revolução que este traria para as operações navais, sobretudo a partir do momento em que foi declarada a guerra submarina irrestrita e as regras em que se verificava habitualmente a guerra no mar se alteraram.

### **A Arma Submarina na Estratégia Alemã na Primeira Grande Guerra**

Os primeiros planos de guerra, envolvendo a construção de submarinos alemães<sup>16</sup>, começaram quatro anos antes do início da guerra e quatro anos depois da construção da primeira classe de submarinos da *Kaiserliche Marine*, a U1, sendo que em

---

Ultramarinos, o que de algum modo contribuiu para o sucesso que as suas ideias tiveram na época em que surgiram e durante as duas Grandes Guerras Mundiais.

13 No entanto, os cruzadores e a flotilha que também eram característicos das esquadras deste período, não deveriam concorrer com os couraçados (Monteiro, 2013, p. 33).

14 Em que se privilegia a destruição ou interrupção das cadeias logísticas do inimigo, através do ataque à sua navegação mercante em alto mar (Monteiro, 2013, p. 36).

15 A Batalha da Jutlândia, ocorrida de 31 de maio a 1 junho de 1916, foi a maior batalha naval da Primeira Guerra Mundial e a maior concentração de navios de guerra – com destaque para os couraçados – da história. Estrategicamente, a batalha foi vencida pelos ingleses (Cribbs, 2004, pp. 24-25).

16 Embora seja de referir que a construção do primeiro submarino alemão, o *Brandtaucher*, se verificou em 1850, vinte e um anos antes da unificação alemã, graças ao engenheiro Wilhelm Bauer (1822-1875) (Rosentreter, 2014, pp. 15-16).

1914 a Alemanha já tinha cerca de 45 submarinos, prontos para entrar em serviço ou em construção (Showell, 2006, p. 49; Rössler, 2001, p. 38).

### *Os Tipos de Submarinos Desenvolvidos pela Alemanha*

Ao todo, foram desenvolvidas na Alemanha seis tipos diferentes de submarinos para a Primeira Guerra Mundial:

- os submarinos movidos a gasolina, classes U1-U18;
- os submarinos oceânicos movidos a *diesel* e com ataque recorrendo a torpedos, classes U19-U41, U43-U65, U81-U114, U135-U138 e U160-U167;
- os submarinos cruzeiro e os submarinos mercantes, classes U139-U142 e U151-U157;
- os submarinos costeiros UB fazendo o ataque com torpedos – UBI: classes UB1-UB17, UBII: classes UB18-UB47 e UBIII: classes UB48-UB155;
- os submarinos costeiros UC fazendo o ataque com minas explosivas – UCI: classes UC1-UC15, UCII: classes UC16-UC79 e UCIII: classes UC90-UC105;
- e, os submarinos oceânicos UE fazendo o ataque com minas explosivas – UEI: classes U71-U80 e UEII: classes U117-U126.

Com efeito, a primeira classe de submarinos alemães, que eram movidos a gasolina, surgiu em 1906, com o U1. No entanto, consta que nem o U1, o U2, o U3 ou o U4 tomaram parte em nenhuma operação militar ativa durante a Grande Guerra (Gibson e Prendergast, 2002, p. 346).

Depois, a partir de 1912-1913, passou a verificar-se a utilização de motores a *diesel* nos submarinos alemães, a começar com a classe U19, o que veio a transformar o papel do submarino de defensivo em ofensivo e tornou possível a sua utilização numa guerra envolvendo um bloqueio (Rössler, 2001, p. 31). Os primeiros submarinos com esta inovação foram construídos para dar resposta não a uma encomenda alemã, mas sim a uma encomenda italiana para construção do *Atropo*, o que ocorreu entre 1910 e 1912 (Gibson e Prendergast, 2002, p. 348).

Na verdade, importa assinalar que os primeiros submarinos construídos pela Alemanha destinaram-se à exportação<sup>17</sup>, sendo que sempre que existia uma inovação num submarino a mesma era, por norma, experimentada pelos compradores de submarinos e só depois pelos próprios alemães. E tal sucedia por razões de custo, pois o Almirante Tirpitz acreditava que os submarinos ainda se encontravam numa fase experimental e seria melhor a Alemanha aprender primeiro com as experiências e erros dos outros e só depois apostar na construção deste novo tipo de unidade naval (Kelly, 2011, p. 354).

---

17 Rössler (2001, p. 35) lembra inclusivamente que até ao início da guerra, a Alemanha e em particular o estaleiro de Kiel exportou em grande escala a sua tecnologia submarina.

Enquanto os submarinos cruzeiro, desenvolvidos durante a guerra submarina irrestrita de 1917, eram submergíveis de maiores dimensões concebidos para permanecer por longos períodos de tempo no mar, em áreas distantes da base, os submarinos mercantes foram criados para o transporte de cargas – com capacidade para transportar cerca de 700 toneladas –, como se fossem navios mercantes, sendo usados a partir e para locais que de outro modo estavam negados aos navios alemães devido à existência do bloqueio naval.

O submarino *Deutschland*, um dos sete construídos da classe U151 e o primeiro de dois empregue sem armamento, começou por ser um submarino mercante, tendo sido desenvolvido com fundos privados<sup>18</sup> e colocado ao serviço da *Norddeutsche Lloyd*, em 19 de fevereiro de 1917. Acabou por ser convertido num submarino cruzeiro, o U155 – juntamente com os outros seis submarinos mercantes existentes –, passando a ser operado pela *Kaiserliche Marine* (Showell, 2006, p. 63).

Os submarinos costeiros UB e UC eram adequados para navegação junto à costa, como o próprio nome permite concluir, tanto em canais – destinavam-se sobretudo a ser operados no Canal da Mancha – como em portos. Tratavam-se de submergíveis que eram capazes de chegar a áreas inacessíveis para submarinos com maiores dimensões, pesando menos e podendo igualmente ser construídos num menor período de tempo. Submergiam em apenas 22 segundos e podiam ser transportados, por partes, por comboio até à sua base operacional em Brugges (Rössler, 2001, pp. 39-44).

Finalmente, os submarinos oceânicos UE fazendo o ataque com minas explosivas correspondiam a submarinos de 600 a 700 toneladas com consideráveis facilidades de armazenamento a seco, permitindo não só transportar cerca de 34 minas, como também dispor de espaço para torpedos (Showell, 2006, pp. 57-58; Rössler, 2001, pp. 44-45).

### *A Força Submarina Alemã*

#### *Construídos, em Construção e Projetados*

Até novembro de 1918, aquando da assinatura do armistício, os submarinos alemães construídos, em construção e projetados perfaziam um total de 810, de acordo com dados de Gibson e Prendergast (2002, p. 351). Destes 810 submarinos, 390 foram construídos, 207 estavam em construção e 212 foram projetados.

Relativamente aos submarinos construídos, 142 pertenciam à classe U, 1 à classe UA, 143 à classe UB e 104 à classe UC. Quantos aos submarinos que se encontravam em construção, 59 eram da classe U, 59 da classe UB, 48 da classe UC e 41 da classe UE. Já no atinente aos submarinos projetados, 74 pertenceriam à classe U, 47 à classe UB, 40 à classe UC e 51 à classe UE (Gibson e Prendergast, 2002, p. 351).

---

<sup>18</sup> A ideia da sua construção partiu de um comerciante grossista de Bremen, Alfred Lohman (Rössler, 2001, p. 67).

Assim, podemos concluir que dos submarinos construídos a maioria pertencia à classe U e UB, dos submarinos em construção a maioria pertencia à classe U e UB e, finalmente, dos submarinos projetados a maioria seriam da classe U e UE.

### Perdas

No que respeita a perdas sofridas pela Alemanha Imperial, durante a Grande Guerra, de acordo com o tipo de submarinos e segundo dados de Gibson e Prendergast (2002, p. 352):

- em 1914, perderam-se no total 5 submarinos, os quais pertenciam à classe U;
- em 1915, perderam-se no total 19 submarinos, dos quais 14 pertenciam à classe U, 2 à classe UB e 3 à classe UC;
- em 1916, perderam-se no total 22 submarinos, dos quais 7 pertenciam à classe U, 8 à classe UB e 7 à classe UC;
- em 1917, perderam-se no total 63 submarinos, dos quais 19 pertenciam à classe U, 12 pertenciam à classe UB e 32 à classe UC;
- em 1918, perderam-se no total 69 submarinos, dos quais 17 pertenciam à classe U, 42 à classe UB e 10 à classe UC.

Na totalidade, durante todo o conflito, a Alemanha perdeu 178 submarinos, sendo que 62 eram da classe U, 64 da classe UB e 52 da classe UC. De assinalar que os anos de 1917 e de 1918 foram os anos em que se verificou uma maior perda de submarinos, sendo que em 1917 a classe mais afetada foi a UC e em 1918 foi a classe UB.

Importa igualmente salientar que para além das perdas, a destruição da força submarina alemã da Primeira Guerra Mundial verificou-se do seguinte modo:

- 176 submarinos renderam-se – 69 eram da classe U, 1 da classe UA, 64 da classe UB e 42 da classe UC;
- 14 foram afundados – 4 eram da classe U, 5 da classe UB e 5 da classe UC;
- 5 foram cedidos – eram da classe UB;
- 7 perderam-se a caminho da rendição – 3 eram da classe U, 1 da classe UB e 3 da classe UC;
- 2 não se renderam mas passaram para a posse de outrem – eram da classe UC;
- 8 ficaram divididos na Alemanha – 4 eram da classe U e 4 da classe UB (Gibson e Prendergast, 2002, p. 351).

Por fim, podemos concluir que os meios mais significativos de destruição da força submarina da Alemanha imperial foram a perda em guerra e a rendição.

### *Estaleiros Responsáveis pela Construção de Submarinos na Alemanha*

Durante a Primeira Guerra Mundial os submarinos alemães foram essencialmente construídos em dez estaleiros distintos (Uboat.net, 2015a), todos localizados no norte da Alemanha imperial mas em diferentes cidades:

- A.G. Weser e o Atlas Werke em Bremen;
- Flensburger Schiffbau em Flensburg;
- Germaniawerft em Kiel;
- Kaiserliche Werft em Danzig;
- Bremer Vulkan em Vegesack;
- Blohm & Voss, o Reiherstiegw, o Stülcken Sohn, e o Vulkan em Hamburg.

Destes estaleiros, aqueles em que se verificou uma maior produção de submarinos foram o Blohm & Voss em Hamburg, o A.G. Weser em Bremen e o Germaniawerft em Kiel.

### ***A Escola Submarina Alemã***

Localizada em Kiel, no norte da Alemanha, encontrava-se a escola submarina, ao qual pertencia o *SMS Vulkan*, navio rebocador de submarinos. Em associação com a escola encontravam-se também as seguintes unidades navais: *Vineta*, o navio de acomodação<sup>19</sup>; *Waldtraute*, em Eckernförde, destinado à prática submarina na baía; *Fürst Bismarck*, para o qual os recrutas eram convocados. Adicionalmente, para os cursos especializados existiam as unidades navais que se seguem: *Siegfried* para os marinheiros; *Kaiserin Augusta* para o armamento; *Mars* para a sinalização; *Acheron*, *Mentor* e *Nürnberg* para a engenharia (Koerver, 2010, p. 20).

Todos os submarinos da escola faziam testes experimentais a Norte no Pequeno Belt – estreito entre a ilha dinamarquesa de Funen e a península da Jutlândia – ou a Leste na Baía Lübeck. Para cursos mais extensivos, envolvendo, por exemplo, a utilização de torpedos ou o mergulho, existia um campo especial conhecido como a área prática submarina. Nos últimos anos da guerra, fazia-se de tudo para que o treino fosse o mais próximo possível de uma situação real (Koerver, 2010, p. 20).

### ***A Formação das Tripulações***

Todos os elementos da tripulação dos submarinos pertenciam ao *U-Boots Abteilung*<sup>20</sup> em Kiel, que funcionava como uma espécie de “depósito” central para o pessoal dos submarinos. As nomeações para este departamento eram feitas oficialmente, mas existia também a possibilidade de prestação de serviço voluntário<sup>21</sup>, sobretudo no caso dos suboficiais e dos marinheiros, mediante a realização de exame físico e profissional (Koerver, 2010, p. 21).

---

19 A acomodação também era feita em pavilhões situados em Kiel-Wik, que dispunham de capacidade para 2.500 a 3 mil homens (Koerver, 2010, p. 21).

20 Departamento de submarinos (tradução nossa).

21 O número de voluntários é sempre muito pequeno devido às condições difíceis e fatigantes encontradas na vida a bordo de um submarino (Koerver, 2010, p. 21).

Em geral, todas as categorias eram obrigadas a passar por um treino militar e profissional no Depósito de Divisão de Especialistas – constituído pela Divisão dos estaleiros, em Kiel e Wilhelmshaven; pela Divisão dos torpedos, em Kiel e Wilhelmshaven; e pela Divisão dos marinheiros, em Kiel e Wilhelmshaven, a que acrescenta, por vezes, um período de serviço geral (Koerver, 2010, p. 22).

De igual modo, todos os recrutas tinham de passar por um treino de infantaria com duração de oito a dez semanas, para se habituarem à disciplina. Embarcavam depois a bordo de um dos navios do depósito do *U-Boots Abteilung*, o *Acheron* ou o *Vineta*, onde frequentavam cursos teóricos e práticos, e ainda treinavam a navegação a bordo de submarinos. Concluído este treino, embarcavam diretamente nos submarinos, ou muito frequentemente passavam a integrar as guarnições de reserva das esquadras submarinas<sup>22</sup>. Refira-se que este método de instrução destinava-se a ser aplicado apenas ocasionalmente para a obtenção de homens treinados, mas não especializados, essenciais para os novos submarinos e especialmente para os centros de comando das esquadras (Koerver, 2010, p. 22).

### A Formação dos Oficiais

Os oficiais que nunca tinham servido a bordo de um submarino eram obrigados a frequentar um curso de pelo menos três meses, sendo que ao mesmo tempo tinham de fazer treino prático a bordo de um submarino. No entanto, como os submarinos nem sempre estavam disponíveis, os cursos acabavam por ter uma duração superior a três meses (Koerver, 2010, p. 21).

Havia duas categorias de oficiais: aqueles que se destinavam aos submarinos de maior dimensão, do tipo U e aqueles que se destinavam aos submarinos do tipo UB e UC. Os oficiais destinados a assumir o comando de imediato, assumiam-no normalmente nos submarinos do tipo UB e UC na Flandres. Daí que como resultado da sua pouca experiência, os resultados obtidos com estes submarinos eram medíocres e os alemães acabavam por desvalorizar o seu papel, atribuindo-lhes um pequeno valor militar. Depois de algum tempo de experiência, estes oficiais eram promovidos, podendo comandar submarinos de maior dimensão (Koerver, 2010, p. 21).

Adicionalmente, convém sublinhar que os submarinos da *Kaiserliche Marine* começaram por ser, em boa medida, comandados por oficiais da marinha mercante que

---

22 No início da guerra os submarinos alemães estavam organizados em quatro meias esquadras, sendo que a primeira encontrava-se em Wilhelmshaven, a segunda em Heligoland, a terceira e a quarta em Emden. Em outubro de 1915 formou-se a quinta meia esquadra em Danzig e, depois, em Libau. No fim de março de 1915 formou-se a sexta esquadra em Bruges e Ostende, e no outono desse mesmo ano constituiu-se uma meia esquadra no Mediterrâneo em Pola e Cattaro, e também outra em Constantinopla, usando esta cidade, Varna e, desde maio de 1918, Sebastopol (Koerver, 2010, p. 5).

se encontravam em situação de reserva. No entanto, estes só entravam em serviço nos submarinos depois de frequentarem um curso de instrução no *U-Boots Abteilung* (Koerver, 2010, p. 22).

Já os engenheiros oficiais para submarinos eram enviados para o *U-Boots Abteilung* como engenheiros navais ou como engenheiros estagiários. Os cursos especiais técnicos tinham também a duração de três meses. Para além dos cursos práticos de treino a bordo dos submarinos, alguns destes engenheiros eram enviados por algum tempo para *workshops* com o objetivo de efetuar um estudo particular do funcionamento dos motores (Koerver, 2010, p. 22).

### ***Os Afundamentos Provocados pelos Submarinos Alemães***

Durante a Primeira Guerra Mundial, os submarinos alemães terão afundado cerca de 7.656 navios. Deste número total, 15 navios foram afundados pelos alemães em 1914, 756 em 1915, 1.516 em 1916, 3.722 em 1917, 1.645 em 1918 e 2 em 1919 (Uboat.net, 2015b).

Neste sentido, o ano de 1917, em que a Alemanha declarou a guerra submarina irrestrita parece ter sido o ano em que se verificou um maior número de afundamentos.

Os piores anos em termos de resultado para os submarinos alemães foram os de 1914 e 1915, em que se verificaram 15 e 756 afundamentos respetivamente. Não consideramos que 1919 possa ser tomado em atenção, uma vez que a 11 de novembro de 1918 terá sido assinado o armistício com o objetivo de terminar as hostilidades. Ainda assim, importa referir que os afundamentos de 1919 verificaram-se logo no mês de janeiro, vários meses antes da assinatura do Tratado de Versaillles assinado a 28 de junho de 1919, de dois navios franceses, sendo que os submergíveis que os efetuaram foram dois submarinos costeiros, do tipo UC.

### **A Guerra Submarina Irrestrita em 1917 e a Entrada do Brasil na Guerra**

Depois da Batalha da Jutlândia ocorrida em maio/junho de 1916, o Almirante Reinhard Scheer, responsável pela frota de alto mar alemã, concluiu que nem a mais sucedida ação desta forçaria a Inglaterra a fazer a paz. Por isso mesmo, recomendou que a derrota da Inglaterra fosse preparada através da vida económica, recorrendo à utilização dos submarinos (Stevens, 2005, p. 22).

Até 1917, os submarinos informavam os navios antes de os atacarem, o que permitia poupar vidas humanas mediante a possibilidade da tripulação recorrer aos barcos salva-vidas. Por outro lado, e conhecida a sua posição, os submarinos ficavam numa posição de vulnerabilidade, já que os Aliados passavam a ter alguns dos seus navios mercantes armados com canhões e os comandantes também podiam alertar os navios-patrolha ou *destroyers* que se encontrassem próximos (Ferro, 2008, p. 147).

Seguindo esta lógica, a guerra submarina parecia não ter futuro, pelo que o Almirante Alfred von Tirpitz pediu, em meados de 1916, a demissão do comando supremo como protesto, tendo sido substituído pelo Almirante Eduard von Capelle que garantia que, se levada até às últimas condições, a guerra submarina possibilitaria o afundamento de 600 mil toneladas de navios por mês. Consequentemente, em menos de um ano, a Alemanha teria conseguido aniquilar uma boa parte da frota mercante inglesa, asfixiando a economia da Inglaterra (Ferro, 2008, p. 144 e 148; Stevens, 2005, p. 2).

Já o Chanceler Theobald von Bethmann-Hollweg manifestava-se contra, alegando que se a Alemanha declarasse a guerra submarina sem restrições, os Estados Unidos da América envolver-se-iam na Grande Guerra (Stone, 2011, p. 125).

Ademais, existiam ainda dois problemas: o direito internacional proibia o afundamento de navios civis (e talvez neutrais) sem aviso; e em 1915, os alemães não dispunham de submarinos suficientes para esta operação. Mas em 1916 tinham sido construídos 108 submarinos e um novo abrigo para submarinos mais ligeiros em Zeebrugge (Bélgica), o que possibilitava a ameaça ao transporte marítimo no Canal da Mancha (Stone, 2011, pp. 123-124).

Com efeito, a 9 de janeiro de 1917, presidindo ao Conselho da Coroa que debateria a questão da guerra submarina irrestrita, Wilhelm II ouviu falar o Chefe de Estado-Maior da Marinha, o Almirante Henning von Holtzendorff, que lhe garantiu, quando questionado sobre o efeito desta guerra na posição dos Estados Unidos da América, que “Como oficial dou a minha palavra a Vossa Majestade que nem um americano desembarcará no continente” (Gilbert, 2013, p. 458).

Por sua vez, Paul von Hindenburg, citou o decréscimo de mantimentos e munições que se dirigia à “Tríplice Entente”, apresentando tal como uma “grande vantagem”. Face a isto, o chanceler Theobald von Bethmann-Hollweg, desde sempre oponente da medida, acabou por retirar a sua oposição (Gilbert, 2013, p. 458), já que todos aqueles que eram responsáveis pela estratégia da Alemanha – que aqui tinha a política como subordinada – na guerra eram a favor.

Quanto a Wilhelm II, este não hesitou. De acordo com o chefe dos submarinos alemães, o Comodoro Bauer, a ideia era “obrigar a Grã-Bretanha a fazer a paz, o que decidiria toda a guerra”. E, portanto, a 1 de fevereiro de 1917 teve início a guerra submarina irrestrita (Gilbert, 2013, p. 459), passando a verificar-se também, a partir de então, contra os navios mercantes que, com bandeiras de países neutrais, serviam muitas vezes para transportar material de guerra inglês.

### *O Afundamento dos Navios Paraná, Tijuca, Lapa e Macau*

Quando começou a Primeira Guerra Mundial, o Brasil mantinha relações cordiais com os países beligerantes, sendo que a Alemanha até constituía mesmo o seu prin-

principal parceiro comercial, seguida pela Inglaterra e depois por França (Fagundes, s.d.). Para estes dois últimos países o Brasil exportava essencialmente cereais e café (Pamplona, 2014).

Face à declaração de guerra submarina irrestrita pela Alemanha em janeiro de 1917, o Brasil protestou ao mesmo tempo que os Estados Unidos da América decidiram romper relações diplomáticas com a Alemanha e convidar os Estados neutros a seguir-lhes o exemplo (Fagundes, s.d.).

O Brasil decidiu não o fazer, mas a 4 de abril desse mesmo ano teve o seu navio *Paraná* (Uboat.net, 2015c) afundado na costa francesa pelo submarino alemão UB 32, pertencente à classe UB II que, por sua vez, correspondia aos submarinos costeiros destinados à realização de ataques utilizando torpedos. Como consequência, o Brasil decidiu romper relações diplomáticas e consulares com a Alemanha.

De igual modo, o Ministro dos Negócios Estrangeiros brasileiro, Lauro Müller, ficou numa situação delicada, como resultado da sua ascendência alemã que o levava a apoiar pessoalmente a Alemanha, e também porque o rompimento de relações não era suficiente e crescia a pressão da opinião pública para que o Brasil entrasse na guerra. Neste sentido, Müller acabou por ser substituído na pasta dos negócios estrangeiros, em maio de 1917, por Nilo Peçanha, um apoiante dos aliados, que seria responsável pela mudança da posição brasileira em relação a esta situação (Araújo, 2014, p. 319; Fagundes, s.d.).

Adicionalmente, a 20 de maio também o navio *Tijuca* (Uboat.net, 2015d) foi afundado pelo submarino alemão UC 36, pertencente à classe UC II dos submarinos costeiros que realiza os seus ataques recorrendo a minas explosivas. Dois dias depois, o Brasil teve igualmente o navio *Lapa* (Uboat.net, 2015e) afundado pelo submarino U 47, pertencente à classe U 43 dos submarinos oceânicos com motor a diesel e ataque recorrendo a torpedos.

Neste sentido, o governo brasileiro solicitou ao congresso autorização para declarar sem efeito o decreto que estabelecia a neutralidade do país em relação à declaração de guerra dos EUA contra a Alemanha, bem como para utilizar os 45 navios mercantes alemães que se encontrassem ancorados em portos brasileiros. Foi em junho que o novo ministro dos negócios estrangeiros enviou uma mensagem aos governos estrangeiros, na qual revogava a neutralidade, justificando a mudança pela prática de solidariedade continental característica da política externa do Brasil, pelo respeito pela “Doutrina Monroe” e pela amizade tradicional com os Estados Unidos da América (Fagundes, s.d.).

Finalmente, a 18 de outubro, o submarino alemão U 93, pertencente à classe U 93 dos submarinos oceânicos com motor a diesel e ataque recorrendo a torpedos, afundou o navio Macau (Uboat.net, 2015f) na costa espanhola e, como consequência, a

17 de novembro, o Brasil declarou guerra à Alemanha<sup>23</sup>, sendo o único país da América do Sul a fazê-lo (Fagundes, s.d.).

Mas regressando à ideia de guerra submarina irrestrita, em 1917, se militarmente a mesma começou por ser um sucesso especialmente durante a Primavera, a verdade é que politicamente a mesma acabou por levar os Estados Unidos da América a entrarem na Guerra dois meses depois, mais concretamente a 6 de Abril de 1917 (Gilbert, 2013, pp. 475 e 476), o que contribuiria para a alteração do curso desta a desfavor da Alemanha.

### Conclusão

A Alemanha foi o primeiro país a utilizar submarinos na guerra, preferindo estes aos cruzadores, sobretudo depois da batalha da Jutlândia. Com efeito, a grande vantagem da arma submarina relaciona-se com a sua capacidade de atacar de surpresa, isto é, sem ser vista e sem originar suspeitas.

Apesar do considerável sucesso alcançado, os submarinos alemães da Primeira Guerra Mundial apresentavam no geral uma natureza experimental, vindo a arma submarina a ser aperfeiçoada, posteriormente, e com enormes avanços durante o período entre guerras, num escritório clandestino na Holanda. Recorde-se que o Tratado de Versalhes proíbia<sup>24</sup> a construção ou aquisição alemã – até com fins industriais – de submarinos.

Por outro lado, e de uma maneira geral, o uso da arma submarina na Primeira Guerra Mundial levou ao surgimento de um novo tipo de conflito naval, a guerra antissubmarina, bem como de técnicas e nova tecnologia a esta associada (Clancy, 1993, p. 5).

Entre as técnicas encontravam-se a navegação por comboio e o *Q-ship*, assim como armas e sensores como o detetor antissubmarino (ASDIC/sonar) e a bomba de profundidade (Clancy, 1993, p. 5).

No que respeita ao comboio, este tratava-se de um grupo de navios que navegavam juntos de forma a apoiarem-se e a protegerem-se mutuamente. Os navios mercantes passaram a circular escoltados por *destroyers*, igualmente conhecidos como contratorpedeiros, o que tornava esta técnica mais ofensiva do que defensiva. Para tal contribuía o facto de que o comandante do submarino deixaria de poder escolher o

---

23 O contributo do Brasil para a guerra resultou no envio de uma Divisão Naval de Operações de Guerra (DNOG) composta por oito navios e destinada a operar com a Marinha britânica, de uma equipa de saúde composta por cerca de 100 médicos e dezenas de enfermeiras e auxiliares para França, e de 13 pilotos e 24 oficiais destinados a operar juntamente com o exército francês em missões de observação e treino. Convém igualmente referir a ajuda comercial prestada pelo país, nomeadamente a venda de alimentos e minérios e o transporte de bens.

24 Sobre este assunto da proibição consultar The Avalon Project, 2008. *The Versailles Treaty June 28, 1919. Part V: Military, Naval and Air Clauses*. Secção II: Cláusulas Navais, Artigo 191.º.

lugar, o momento e o alcance para levar a cabo um ataque, do mesmo modo que não poderia mais vir à superfície para realizar um ataque, nem fugir depois de realizar um ataque a um navio mercante e antes dos navios de guerra chegarem porque tinham passado a navegar juntos. Além do mais, a utilização do comboio permitia utilizar em simultâneo qualquer uma das outras técnicas, armas e sensores da guerra antissubmarina. Era, por isso mesmo, a escassez de oportunidades, e não propriamente o facto de os navios circularem em comboio, que tornava esta tática tão difícil de lidar para os submarinos alemães. Na verdade, não existia forma destes preverem qual a rota dos comboios com certeza e, portanto, de se colocarem no caminho destes (Compton-Hall, 1991, p. 103).

O *Q-ship* correspondia a um navio mercante que se encontra fortemente armado, mas esse armamento estava escondido. Este navio tinha como objetivo funcionar como isco para os submarinos, atraindo-os a fazer ataques de superfície. Assim, o navio tinha a possibilidade de abrir fogo sobre os submarinos e afundá-los. Foi o que sucedeu, entre 1915 e 1918, a cerca de doze submarinos, segundo nota Compton-Hall (1991, pp. 98-99).

O detetor antissubmarino (ASDIC/sonar) foi criado já perto do fim da Primeira Guerra Mundial e permitia detetar a presença de um submarino, mediante o envio de uma onda de som através da água, que atinge o objeto e regressa à origem (Uboat.net, 2015g). Para além do sonar foi também inventado o hidrofone, “capaz de detetar ruídos subaquáticos” (Stone, 2011, p. 128). Ao contrário do sonar, o hidrofone, enquanto “ouvido artificial” (Compton-Hall, 1991, p. 91) apenas funciona(va) como recetor, não emitindo qualquer tipo de som aquando do encontro com algum objeto físico. O hidrofone corresponde a um instrumento elétrico que reconhece os sons através de frequências, transformando-as seguidamente num sinal elétrico.

A bomba de profundidade trata-se da mais antiga arma antissubmarina, tendo sido desenvolvida por volta de 1911. Explodia debaixo de água, provocando danos nos submarinos mesmo sem atingir diretamente os seus cascos (Frith, 2011, p. 29). Como colocá-la muito próximo dos submarinos era extremamente difícil, o que acontecia era que o afundamento destes apenas se verificava depois de acumularem vários ataques com bombas de profundidade – até cerca de 300 – ao longo de muitas horas (Uboat.net, 2015). Isso não impede, todavia, que Compton-Hall (1991, p. 100) as considere como as armas antissubmarinas mais letais.

Por fim, apesar dos ganhos conseguidos pela Alemanha com o submarino na guerra e da proibição dos mesmos pelo Tratado de Versalhes, é de referir que o papel do submarino no âmbito da estratégia marítima apenas seria reconhecido mais tarde pelo Almirante Raoul Castex (1878-1968) na sua obra *Théories Stratégiques*, publicada entre 1929 e 1935 (Monteiro, 2013, p. 36).

## Referências

- Araújo, J. S. de, 2014. “A guerra que vai acabar com todas as guerras”: o Brasil na Primeira Grande Guerra – a mobilização da sociedade e o engajamento da Marinha – 1917-1918. *História: Debates e Tendências*, 14(2), pp. 318-333. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/download/4575/3067> [acedido em 25/09/2015].
- Burkhardt, M., 2015. Im Land der Ideen. *Deutsch Perfekt* nº8, pp. 52-56.
- Clancy, T., 1993. *Submarine: a Guided Tour inside a Nuclear Warship*. London: Harper Collins Publishers.
- Compton-Hall, R., 1991. *Submarines and the War at Sea 1914-1918*. London: Macmillian.
- Cribbs, D., 2004. *The Influence of Maritime Theorists Alfred Thayer Mahan and Sir Julian Corbett on the Development of German Naval Strategy 1930-1936*. Kansas: Nimble Books LLC.
- Fagundes, L., s.d. Participação Brasileira na Primeira Guerra Mundial [s.n.t.]. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPAC3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf> [acedido em 20/09/2015].
- Fernandes, M., 2014. A *Alemanha Ensanguentada* de Aquilino Ribeiro: O Testemunho de um Autor Português sobre o Desejo de Vingança Alemão nascido de Versailles. *Revista de Ciências Militares*, 2(2), pp. 221-242.
- Fernandes, M., 2013. Mahan, Corbett e o Poder Naval Alemão nos Desafios do Mar no Século XXI. In: *O Reencontro com o Mar no Século XXI*, Colóquio realizado de 12-16 de novembro de 2012. Almada: Marinha/Escola Naval, pp. 436-443.
- Ferro, M., 2008. *A Grande Guerra 1914-1918*. Lisboa: Edições 70.
- Frith, A., 2011. *Submarines*. London: Usborne Publishing.
- Gibson, R. H. e Prendergast, M., 2002. *The German Submarine Warfare 1914-1918* (reedição). Penzance: Periscope Publishing Ltd. Great Britain, Constable & Co Ltd. (1.ª ed., 1931).
- Gilbert, M., 2013. *A Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- Macedo, A. e Prange, N., 2014. O Brasil na Primeira Guerra Mundial. *Jornal da PUC*, 26(280), 2 de maio, p. 7. Rio de Janeiro: PUC. Disponível em [http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/media/jornal\\_da\\_puc\\_280.pdf](http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/media/jornal_da_puc_280.pdf) [acedido em 25/09/2015].
- Kelly, P. J., 2011. *Tirpitz and the Imperial German Navy*. Indiana: Indiana University Press.
- Koerver, H., 2010. *German Submarine Warfare 1914-1918 in the Eyes of British Intelligence*. Berlin: LIS Reinisch.
- Mahan, A., 1890. *The Influence of Sea Power upon History 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company.
- Monteiro, N., 2013. *Mahan: 7 Virtudes e 7 Pecados*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Monteiro, N., 2009. Mahan, Corbett e o Poder Naval no século XXI. Lisboa: Academia de Marinha. Disponível em <http://www.marinha.pt/PT/amarinha/actividade/areacultu>

- ral/academiademarinha/Documents/Mahan,%20Corbett%20e%20o%20poder%20naval%20no%20s%C3%A9c.%20XXI.pdf [accedido em 16/05/2012].
- Pamplona, I., 2014. O dia em que o Brasil declarou guerra ao Império Alemão. *Deutsche Welle*. Disponível em <http://www.dw.com/pt/o-dia-em-que-o-brasil-declarou-guerra-ao-imp%C3%A9rio-alem%C3%A3o/a-17824787> [accedido em 25/09/2015].
- Rahn, W., 2005. *Deutsche Marinen im Wandel: Vom Symbol nationaler Einheit zum Instrument internationaler Sicherheit*. München: Oldenbourg.
- Rosentreter, R., 2014. *Deutsche Kriegsschiffe: Die U-Boote der Kaiserlichen Marine und deren Vorläufer bis 1918*. Stuttgart: Motor buch Verlag.
- Rössler, E., 2001. *The U-Boat: The Evolution and Technical History of German Submarines*. London: Cassell & Co.
- Showell, J. M., 2006. *The U-Boat Century: German Submarine Warfare 1906-2006*. London: Chatham Publishing.
- Stevens, D., 2005. A Critical Vulnerability: The Impact of the Submarine Threat on Australia's Maritime Defence 1915-1954. *Papers in Australian Maritime Affairs n°15*. Canberra: Sea Power Centre-Australia/Department of Defence. Disponível em <http://www.navy.gov.au/sites/default/files/documents/PIAMA15.pdf> [accedido em 28/09/2015].
- Stone, N., 2011. *Primeira Guerra Mundial. Uma História Concisa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- The Avalon Project, 2008. The Versailles Treaty June 28, 1919. Part V: Military, Naval and Air Clauses. *The Yale Law School*. Disponível em Lillian Goldman Law Library <http://avalon.law.yale.edu/imt/partv.asp> [accedido em 28/09/2015].
- Uboat.net, 2015a. U-boat Shipyards during WWI. *Uboat.net*. Disponível em <http://www.uboaat.net:8080/wwi/types/shipyards.html> [accedido em 21/09/2015].
- Uboat.net, 2015b. Ship losses by month. *Uboat.net*. Disponível em [http://www.uboaat.net:8080/wwi/ships\\_hit/losses\\_year.html](http://www.uboaat.net:8080/wwi/ships_hit/losses_year.html) [accedido em 28/09/2015].
- Uboat.net, 2015c. Ships hit during WWI: Parana. *Uboat.net*. Disponível em [http://uboaat.net/wwi/ships\\_hit/4669.html](http://uboaat.net/wwi/ships_hit/4669.html) [accedido em 25/09/2015].
- Uboat.net, 2015d. Ships hit during WWI: Tijuca. *Uboat.net*. Disponível em [http://uboaat.net/wwi/ships\\_hit/6910.html](http://uboaat.net/wwi/ships_hit/6910.html) [accedido em 25/09/2015].
- Uboat.net, 2015e. Ships hit during WWI: Lapa. *Uboat.net*. Disponível em [http://uboaat.net/wwi/ships\\_hit/3502.html](http://uboaat.net/wwi/ships_hit/3502.html) [accedido em 25/09/2015].
- Uboat.net, 2015f. Ships hit during WWI: Macao. *Uboat.net*. Disponível em [http://uboaat.net/wwi/ships\\_hit/3798.html](http://uboaat.net/wwi/ships_hit/3798.html) [accedido em 25/09/2015].
- Uboat.net, 2015g. Fighting the U-boats: Weapons and Technologies. ASDIC/SONAR. *Uboat.net*. Disponível em <http://uboaat.net/allies/technical/asdic.htm> [accedido em 25/09/2015].
- Uboat.net, 2015h. Fighting the U-boats: Weapons and Technologies. Depth Charges. *Uboat.net*. Disponível em [http://uboaat.net/allies/technical/depth\\_charges.htm](http://uboaat.net/allies/technical/depth_charges.htm) [accedido em 25/09/2015].

# A Guerra no Mar Durante a Grande Guerra: Aspectos Militares e Civis do Envolvimento Português

## Fontes para o seu Estudo: o Caso do *Lugre Rio Cávado*<sup>1</sup>

Paulo Costa

*Mestrando em História Contemporânea e investigador integrado do IHC. Tem investigado as ações de submarinos imperiais alemães em águas portuguesas durante a Grande Guerra, envolvendo tanto a Marinha de Guerra como as frotas de comércio e de pesca. Atualmente está a elaborar a sua tese sobre a localização do destroço do caça-minas Roberto Ivens.*

### Resumo

O presente artigo apresenta uma fonte inédita para o estudo das ações de guerra que envolveram a marinha mercante portuguesa durante a Grande Guerra. Talvez pela escassez e dispersão de fontes que permitam conhecer o quotidiano da frota mercante durante o conflito, a sua historiografia é praticamente inexistente. A 14 de outubro de 1918, o submarino imperial alemão U139, comandado pelo *Kapitanleutnant* Lothar Arnauld de la Perière atacou e afundou o patrulha-de-alto-mar *Augusto de Castilho* entre a Madeira e os Açores, no que é possivelmente o mais célebre episódio da participação da Armada Portuguesa na Grande Guerra. O U139 transportava uma câmara de filmar e as imagens registadas após o combate tornaram-se uma fonte preciosa para o conhecimento desse episódio e das circunstâncias do afundamento do navio. No entanto, manteve-se totalmente ignorado um outro filme igualmente captado nessa mesma patrulha do U139: o ataque e afundamento do *lugre* português *Rio Cávado* a 1 de outubro de 1918, ao largo da costa da Galiza. É esse segundo filme que nos propomos apresentar neste artigo, procurando realçar o seu valor enquanto fonte para o conhecimento das ações e das táticas de guerra levadas a cabo contra os navios mercantes e, neste caso específico, contribuir para a historiografia da marinha mercante portuguesa.

### Abstract

*The War at Sea during the Great War: Military and Civilian Aspects of the Portuguese Involvement – Sources to its Study: The Case of ‘Rio Cávado Lugre’*

*This article presents an unprecedented study of war actions involving the Portuguese merchant navy during the Great War. Maybe due to the scarcity and dispersal of sources, the historiography of the Portuguese merchant fleet during the conflict is practically nonexistent. On October 14<sup>th</sup> 1918, German imperial U-boat U139, under the command of *Kapitanleutnant* Lothar Arnauld de la Perière, attacked and sunk the patrol-boat *Augusto de Castilho*, in what became the most outstanding episode of the Portuguese Navy involvement in the Great War. Because the U139 carried a camera on board, the movie made that day is an important source for knowing what happened. However, a second movie shoot during the same patrol remained completely unknown until now: the attack to the schooner *Rio Cávado* off the coast of Spain on October 1<sup>st</sup> 1918. It's this second movie that we focus in, stressing its value as a source for the study of the submarine war and the dangers the Portuguese merchant navy faced.*

---

1 No período que mediou entre a redação do presente trabalho e a sua efetiva publicação, o autor teve acesso à pretensa câmara de filmar de Kurt Von Pistor. As conclusões dessa observação não estão, naturalmente, expressas neste texto.

### **Introdução: As Fontes para o Estudo da Marinha Mercante Portuguesa durante a Grande Guerra**

Com a entrada de Portugal na Grande Guerra em março de 1916, toda a sua frota mercante se torna de imediato uma presa legal para o inimigo. Durante os quase três anos da participação portuguesa no conflito estimou-se que as perdas de navios arvorando o pavilhão português tenham representado, sensivelmente, 21% do total da frota mercante nacional existente antes da entrada na guerra (Inso, 2006, p. 174). Com um número total de perdas que ainda hoje não é plenamente conhecido, mas que se calcula ronde as 100 embarcações (Costa, 2014, p. 226) localizar toda a informação, oficial ou não, relativa a estes afundamentos é uma tarefa que requer perseverança.

A delegação portuguesa enviada à Conferência de Paz de 1918-1919 em Paris, que viria a dar origem ao Tratado de Versailles, tentou reunir toda a informação oficial necessária para sustentar a pretensão portuguesa quanto às reparações e compensações pelo esforço de guerra. Ao coligir todas as perdas e danos ocorridos como consequência da entrada de Portugal na Grande Guerra, a delegação considerou naturalmente as perdas da frota mercante.

Através da leitura das atas das sessões da delegação, rapidamente nos apercebemos das dificuldades encontradas. Constituída uma subcomissão de navegação, com a missão de definir a indemnização a pedir por torpedeamentos e assuntos relacionados, esta subcomissão reúne a 2 de dezembro de 1918 tendo presente os documentos “que puderam ser obtidos” (Cruz, 2009, p. 102). Já em janeiro de 1919, numa outra sessão onde é abordado o mesmo tema, o delegado técnico à conferência, Dr. Santos Viegas, elabora uma apresentação dos prejuízos salvaguardando que o faz “com os elementos de que atualmente dispõe” (Cruz, 2009, p. 118). Na sessão de 7 de fevereiro reconhece-se o atraso na apresentação à conferência de dados concretos, pois o processo das perdas diretas, “por falta de documentos, está incompleto” (Cruz, 2009, p. 140). No final do mês de fevereiro a subcomissão é confrontada com um questionário, para o qual se pede resposta imediata, e que pretende conhecer a quantia que Portugal reclama como reparação. A resposta dada é que se poderá apresentar apenas uma “avaliação sumária” (Cruz, 2009, p. 172).

Num ambiente que revela grande dificuldade na compilação de dados, a delegação portuguesa elabora duas listagens de embarcações perdidas – uma alfabética e outra por tonelagem – que exibem entre si uma divergência de seis navios!

Torna-se evidente que a dispersão de protestos de mar e relatórios de datas distintas pelas capitánias do país, tão diversas quanto os portos de registo das embarcações afundadas e das respetivas tripulações, bem como a correspondência dos consulados portugueses dos locais onde os náufragos iniciam o seu repatriamento, são um obstáculo a quem pretende coligir toda esta informação recorrendo à documentação oficial, como foi o caso da delegação portuguesa.

Mais tarde, e já fora do contexto da Conferência de Paz, surgirão outras fontes que constituem essencialmente uma narrativa de memórias, como é exemplo a revista *Neptuno*, órgão do sindicato dos oficiais da marinha mercante, que a partir de 1925 publica alguns relatos numa rubrica que teve por título “Fragmentos Históricos da nossa Marinha Mercante durante a Grande Guerra”. Mas se a publicação destas reminiscências se proporciona entre os oficiais da marinha mercante, tripulantes dos navios a vapor, o mesmo tipo de iniciativa não se conhece entre as simples tripulações de pescadores.

Acerca da dificuldade em apurar factos relativos às perdas de navios mercantes portugueses durante a Grande Guerra, o Capitão-de-Fragata Jaime Correia do Inso escreve em 1939:

“Se coligir elementos para a história da acção da nossa Marinha Militar durante a guerra já se torna trabalho fatigante e moroso devido à dispersão e, por vezes, à insuficiência de documentação, ao tratar-se da Marinha Mercante, a surpresa pelas dificuldades encontradas excede tóda a expectativa” (Inso, 2006, p. 171).

Perante estes factos, e perante a escassez de fontes conhecidas e acessíveis, é importante localizar e salvaguardar todos os documentos que nos permitam conhecer os que foram as vivências da marinha mercante portuguesa durante a Grande Guerra, para proceder ao seu posterior estudo e divulgação.

### **Os Submarinos Imperiais Alemães U35 e U139: Duas Patrulhas, Dois Filmes**

Não conhecemos fontes documentais ou bibliográficas que nos permitam afirmar se foi frequente ou não a existência de câmaras de filmar a bordo dos submarinos imperiais alemães durante a Grande Guerra.

Sabemos que os Estados envolvidos no conflito realizaram filmes essencialmente destinados a fins de propaganda, e que a própria marinha alemã possuía equipamento cinematográfico com os respetivos operadores, os *cameraman* (Smither, 2000, p. 32), mas o que pretendemos abordar por agora é a existência de câmaras de filmar a bordo de submarinos em missões de combate, e não a mera captação de imagens para fins de propaganda em navios ancorados ou em exercícios.

Pelo menos em duas ocasiões distintas sob as ordens do mesmo comandante, o Kapitanleutnant Lothar Arnauld de la Perière, dois submarinos imperiais alemães transportaram a bordo uma câmara de filmar e captaram imagens durante uma missão. Primeiro o U35, na patrulha em que esteve no Algarve, a 24 de abril de 1917, em cujo filme identificamos claramente a Ponta de Sagres, as ilhas do Martinhal, e o vapor dinamarquês *Nordsoen* encalhado perto da Ponta dos Caminhos. Mais tarde o U139, na patrulha em que ataca e afunda o *Augusto de Castilho* em 14 de outubro de 1918.

Tanto quanto conseguimos apurar até à data de publicação deste artigo, e salvaguardando-se a possibilidade de novos dados virem posteriormente a surgir, estes

são os dois filmes comumente mencionados por investigadores alemães (Lorscher, 2015) e que estão há alguns anos disponíveis para visionamento através da Internet. Conhece-se ainda uma referência a um título que menciona o submarino-cruzador U155, da classe *Deutschland*, mas este título não foi localizado, desconhecendo-se o seu conteúdo.

Quanto às patrulhas do U35 e do U139, embora num caso mais do que no outro, as fontes pouco nos revelam sobre a decisão de transportar uma câmara a bordo, sobre o modelo do equipamento ou sobre quem a operava.

Na patrulha do U35, entre março e maio de 1917, presume-se que a opção de enviar um *cameraman*, juntamente com a tripulação, se ficou a dever às expectativas criadas pelos sucessos anteriores de Arnauld de la Perière, esperando-se assim obter imagens passíveis de serem usadas como propaganda (Smither, 2000, p. 50), o que de facto se veio a concretizar. As imagens captadas durante a patrulha foram montadas num filme que se intitulou *Der Magische Gurtel*, e exibidas em salas de cinema. Do *cameraman* sabe-se apenas que se chamava Loeser, mas Arnauld de la Perière lembrava-se dele pela sua fraca resistência ao enjoo (Thomas, 2002, p. 159) e não por qualquer situação relacionada com as filmagens em si. Aliás, no diário de guerra do U35 não existe nenhuma menção a um *cameraman* a bordo.

Na patrulha do U139, a câmara seria de um pequeno modelo portátil e estava na posse do oficial Kurt Von Pistor (Cutileiro, 1976, p. 8). Segundo a mesma fonte, foi este oficial alemão que captou as imagens do *Augusto de Castilho* após o combate.

Enquanto da patrulha do U35 são conhecidos cerca de 43 minutos de filme, da patrulha do U139 foram divulgados até hoje apenas os 5 minutos sobre os últimos momentos do patrulha-de-alto-mar *Augusto de Castilho*.

### **O Filme sobre o Afundamento do Patrulha-de-alto-mar *Augusto de Castilho***

O modo como o filme sobre o afundamento do *Augusto de Castilho* chegou a Portugal é fruto de uma sucessão de curiosas circunstâncias, que o pintor Alberto Cutileiro descreve na primeira pessoa, na sua pequena obra publicada pelo Centro de Estudos da Marinha (Cutileiro, 1976).

O oficial Kurt Von Pistor foi camarada do capitão-de-mar-e-guerra da Marinha Imperial Alemã Peter Ernesto Heiffe, de ascendência portuguesa. A sua mãe era irmã do almirante Ivens Ferraz<sup>1</sup>. Peter Ernesto Heiffe trocava habitualmente correspondência com José Gonçalves Gomes, engenheiro amigo do armador Vasco Bensaúde. Cria-se assim uma cadeia de contactos que culmina na década de 1930, com a oferta do filme “ainda na caixa original de folha” (Cutileiro, 1976, p. 7) ao Museu de Marinha, por intermédio de Vasco Bensaúde, que o traz pessoalmente da Alemanha.

---

1 Não confundir com o seu contemporâneo General do Exército Ivens Ferraz.

Ainda segundo Alberto Cutileiro (1976, p. 7), foi ele próprio que levou o filme em mão ao seu amigo Dr. Félix Ribeiro, diretor da Cinemateca Nacional, para se fazer uma cópia a partir do internegativo.

Na manhã do dia 14 de outubro de 1959, aniversário do afundamento do *Augusto de Castilho*, realizou-se um visionamento na antiga Secretaria de Estado da Informação, no Palácio Foz, onde estiveram presentes, Jaime Correia do Inso, diretor do Museu de Marinha, Marques Esparteiro, Fortê Rebelo, subdiretor do Museu, Ferreira Diniz e Frazão de Vasconcelos.

Anos mais tarde, na sequência de um contacto efetuado por uma empresa alemã de medicamentos, que procurava uma carta náutica quinhentista portuguesa para efeitos de publicidade, Alberto Cutileiro conheceu um antigo oficial da marinha alemã, Fritz Hans Muller, que por sua vez tinha sido vizinho da família Pistor em Hanôver. Fritz Hans Muller vinha regularmente de férias a Portugal, tendo sempre mantido contacto com Alberto Cutileiro, e referindo conhecer a existência da câmara de filmar de Kurt Von Pistor. Alberto Cutileiro não precisa a data, mas escreve ter tentado a aproximação entre Hans Muller e o diretor do Museu de Marinha para que este adquirisse a câmara, mas o diretor adoeceu gravemente antes de concretizado qualquer acordo, e de seguida o subdiretor faleceu igualmente, tendo a eventual aquisição sido adiada indefinidamente. A pretensa câmara de filmar de Kurt Von Pistor, que filmou o afundamento do *Augusto de Castilho*, terá sido então trocada por uma carta náutica portuguesa que era propriedade do Centro Português de Uniformologia e Iconografia Histórica-Militar Portuguesa, de que Alberto Cutileiro era membro. O referido centro foi entretanto extinto, e o paradeiro da câmara é atualmente desconhecido. No livro de Alberto Cutileiro de 1976 podemos observar duas fotografias de uma câmara de modelo portátil que ostenta num dos lados, aparentemente pintado, a cruz de ferro, a bandeira alemã, e a inscrição *flotillen n1 untersesboot U-139*.

No entanto a situação concernente à identificação da câmara de filmar e à sua relação com o filme do *Augusto de Castilho* não é totalmente clara. A câmara, cujas fotografias se podem observar no livro de Cutileiro de 1976, foi identificada como sendo um exemplar do modelo *kinamo* da marca *Zeiss Ikon*, modelo este que só foi comercializado em 1926 (Pimentel, 2015). Este modelo era alimentado por cassetes de 25 metros de película de 35mm que a 16 imagens por segundo corresponderiam a pouco mais de 1'30" de filme. Ora tanto o filme do *Augusto de Castilho* como o do lugre *Rio Cávado* contêm sequências mais longas, o que sugere que tenham sido captados por uma câmara profissional e não por uma câmara portátil (Pimentel, 2015). Ao mesmo tempo a estabilidade dos enquadramentos também sugere o uso de tripé. Em vários momentos o objeto da filmagem afasta-se do centro do enquadramento, o que não nos parece fazer sentido no caso de estar a ser usada uma câmara portátil.

Julgamos que esta questão permanecerá ainda em aberto, juntamente com a eventual possibilidade de o U139 transportar um protótipo da câmara do modelo referido.

Relativamente ao suporte do filme, só é possível identificar a película dos intertítulos em alemão como sendo Zeiss Ikon Agfa. Da restante película original confirma-se apenas que é de 35mm.

Quanto ao filme do *Augusto de Castilho* foram feitas várias cópias. Duas de 16mm, uma para o Museu de Marinha e outra para a Biblioteca Central de Marinha, bem como duas cópias de 35mm que permaneceram na posse da Cinemateca Nacional (Piçarra, 2014).

Hoje em dia o filme pode ser visionado na internet através de um *link* existente no site da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema.

### **O Filme sobre o Afundamento do Lugre *Rio Cávado***

Será compreensível o entusiasmo causado pela existência do filme sobre o *Augusto de Castilho* em Alberto Cutileiro, Vasco Bensaúde, nos oficiais superiores do Museu de Marinha ou outros seus contemporâneos que, presumimos, de algum modo se tenham empenhado na sua divulgação. Por exemplo, de acordo com uma peça do jornalista Carlos Fragoso na publicação *Animatógrafo* de 20 de junho de 1938, decorreu em Lisboa uma projeção do filme num espetáculo em honra da Falange Espanhola (Piçarra, 2014).

Mas paralelamente ao interesse gerado pela existência do filme sobre o patrulha-de-alto-mar *Augusto de Castilho*, foram totalmente ignorados os restantes metros de película que também se encontravam dentro da já referida “caixa original de folha”, e que constituem um outro filme de 8 minutos, neste caso sobre o afundamento do lugre *Rio Cávado*.

Na sua missão em direção ao Atlântico, o U139 cruzou-se com o lugre *Rio Cávado* no Golfo da Biscaia em condições distintas daquelas em que viria a encontrar o *Augusto de Castilho* treze dias mais tarde. E que condições foram essas? Primeiro, tal como se pode observar no filme, um mar “chão” de uma calma total. Segundo, o encontro é com um navio mercante à vela, desarmado, e não com um navio de guerra artilhado. Nessas circunstâncias, em que o mar não está agitado e por isso o convés do submarino se mantém uma superfície estável, e ao mesmo tempo não existe a condicionante de estar debaixo de fogo inimigo, o *cameraman* pode proceder à captação de imagens sem riscos de maior. O ataque ao lugre *Rio Cávado* é registado desde o seu início, com as duas peças de 150mm do U139 fazendo fogo, por contraste com o filme do *Augusto de Castilho* cujas primeiras imagens são captadas já após o combate.

**Foto 1** – O lugre *Rio Cávado* a afundar-se após salva de artilharia, observado do convés do U139



Fonte: Fotograma do Filme “O Afundamento do lugre *Rio Cávado*”, Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

Assim sendo, o filme do ataque ao lugre *Rio Cávado* regista todas as fases do ataque a um navio mercante, desde os primeiros tiros de aviso até ao derradeiro afundamento da embarcação, de acordo com o método descrito anos mais tarde pelo próprio Arnauld de la Perière: o submarino navegando à superfície abre fogo de aviso sobre o navio mercante que, desarmado e, na maior parte dos casos, mais lento, se vê obrigado a deter a marcha para salvar a sua tripulação de uma morte certa por bombardeamento e afundamento. Ao capitão é ordenado que se aproxime do submarino atacante num bote salva-vidas, transportando consigo a documentação relativa ao seu navio e à carga, a fim de ser inspecionado.

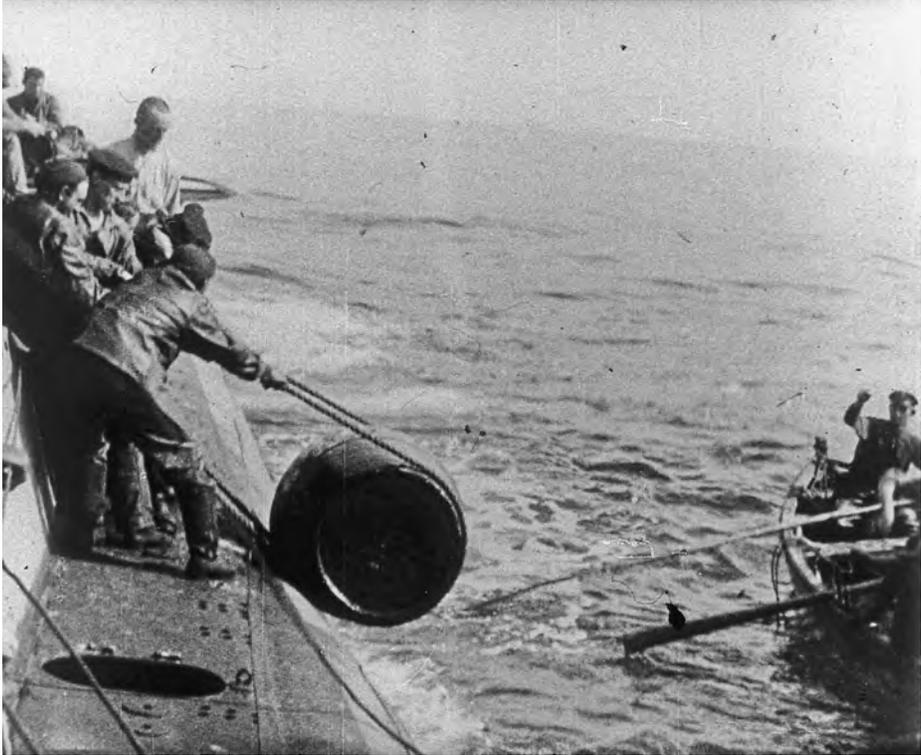
**Foto 2** – O U139 aproxima-se do lugre *Rio Cávado* para verificar o seu afundamento



Fonte: Fotograma do Filme “O Afundamento do lugre Rio Cávado”, Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

Era dado um prazo de poucos minutos à tripulação para abandonar o navio nos botes salva-vidas, que muitas vezes não tinha tempo de transportar consigo nada mais do que a roupa que tinha no corpo. Por último, o navio era afundado através de cargas explosivas colocadas nos porões abaixo da linha de flutuação por marinheiros alemães que se deslocavam a bordo, a tiros de artilharia ou mesmo através da combinação desses dois modos (Thomas, 2002, pp. 146-147). Este método permitia aos comandantes dos submarinos confirmarem a identidade do navio atacado e ficar a saber qual a tonelagem afundada. Ao mesmo tempo poupavam os torpedos para alvos mais valiosos, ou para ataques que só pudessem realizar submersos. Também não era incomum, os marinheiros alemães recuperarem mantimentos, água ou mesmo combustível antes de afundarem o navio inimigo, o que juntamente com uma criteriosa escolha quanto ao uso de torpedos lhes permitia prolongar as patrulhas.

**Foto 3** – Após o afundamento do lugre *Rio Cávado*, os marinheiros alemães recuperaram alguns dos barris de vinho que este transportava.



Fonte: Fotograma do Filme “O Afundamento do lugre *Rio Cávado*”, Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema.

Tal como no filme do *Augusto de Castilho*, também neste filme foram colocados intertítulos, quadros com legendas que funcionam como separadores e que nos ajudam a reconhecer as diferentes fases do ataque. São ao todo onze momentos que as legendas descrevem, começando com o fogo de ambas as peças de 150mm instaladas no convés do U139 até ao afundamento do lugre. As imagens captadas pelo *cameraman* ilustram não só todos os momentos descritos por Arnauld de la Perière, como ainda o caricato episódio da recuperação pelos marinheiros alemães de alguns barris de vinho do *Rio Cávado* que flutuavam no mar, e terminam com a tripulação do U139 no convés do submarino a encher termos com vinho, em ambiente de clara e animada descontração.

### **O Lugre *Rio Cávado***

O *Rio Cávado* foi construído em 1918 por José de Azevedo Linhares, construtor naval com estaleiro na freguesia de Fão, concelho de Esposende, e batizado precisamente com o nome do rio que atravessa o concelho. Tinha de comprimento 43 metros, de boca 9 metros e 25 centímetros, e de pontal 4 metros e 35 centímetros. De acordo com a declaração do seu construtor aparelhava como palhabote e não como lugre, e na sua construção foram usadas madeiras de pinho bravo, pinho manso e carvalho. Foi encomendado por João Ferreira dos Santos<sup>2</sup>, pela quantia de 20 mil escudos.

A 27 de maio de 1918 é lavrado o auto de vistoria pelo Primeiro-Tenente António Gabriel Ferreira, delegado marítimo do porto de Esposende, que se faz acompanhar pelos peritos Francisco Ferreira, construtor naval, João da Costa Ferreira, oficial da marinha mercante, e Manuel Martins de Abreu, mestre-calafate, sendo o navio nessa data propriedade da Empresa de Navegação de Fão. Os peritos foram “intimados ao juramento sob o qual deviam proceder em tudo conforme a sua consciência lhes ditasse”<sup>3</sup> e após examinarem com “toda a atenção e minuciosidade”<sup>4</sup>, foram unânimes em declarar que “está solidamente construído de madeira de pinho nacional e carvalho, muito bem pregado e cavilhado com pregos e cavilhas de ferro zincado e no fundo cavilhas da madeira de massarenduba, curvado com segurança precisa e nas condições necessárias a satisfazer cabalmente o fim a que se destina”<sup>5</sup>.

No dia seguinte é emitido pela capitania do porto de Viana do Castelo o seu certificado de arqueação pelo processo Moorson, referindo Esposende como porto de registo.

A 8 de agosto de 1918 o encomendador João Ferreira dos Santos requer à capitania da cidade do Porto que se proceda ao registo em seu nome.

Por fim, a 20 de agosto, a 2.<sup>a</sup> Repartição da Direção Geral da Marinha comunica ao Departamento Marítimo do Norte que já foi concedido passaporte ao lugre *Rio Cávado* e que lhe pertence o distintivo HRIC do código internacional de sinais.

De notar na documentação encontrada que o construtor se refere à embarcação como palhabote, enquanto o certificado de data anterior e o posterior pedido de registo do proprietário mencionam um lugre. Presumimos que a subcomissão de navegação presente na Conferência de Paz de 1918-1919 se tenha confrontado com este tipo de incoerências ao analisar a documentação a que tinha acesso.

---

2 Negociante em Lisboa, com escritório na Rua dos Fanqueiros, n.º 38, 3.º direito.

3 Registos de Propriedades, Pasta 7, 1918 mês de agosto, n.º 151, Manuscrito, BCM-AH – Núcleo 10-A.

4 Idem, ibidem.

5 Idem, ibidem.

A 24 de setembro o *Rio Cávado* partiu da cidade do Porto com destino a Bristol, no Reino Unido, com uma carga de vinho. Segundo o protesto de mar lavrado a 7 de outubro na presença do vice-Cônsul português em Ferrol, Don Nicasio Perez Moreno, foi no dia 1 de outubro, pelas 18 horas e 5 minutos, que no ponto aproximado definido pelas coordenadas Lat. 45° 42' 8" Norte e Long. 11° 50' 5" Oeste o lugre *Rio Cávado* foi intimado a deter viagem por um submarino alemão que sobre ele disparou 13 tiros de canhão. Sempre debaixo de fogo o Capitão José Henriques Frazão arriou um bote e, juntamente com outros elementos da tripulação, foi-lhe ordenado que atracasse ao submarino. Foram inquiridos sobre a sua nacionalidade, carga e destino, bem como pela documentação do navio. Ao responderem que a documentação oficial se encontrava ainda a bordo, três militares alemães entraram no bote transportando um saco com bombas e foram rebocados pelo submarino até ao *Rio Cávado*. Os marinheiros portugueses tornaram a embarcar no seu navio, onde lhes foi dado o prazo de 15 minutos para arriarem uma segunda embarcação e abandonar definitivamente o *Rio Cávado*. O primeiro bote ficou na posse dos alemães, que entretanto se apoderaram de toda a documentação, incluindo as cédulas dos tripulantes. De bordo do submarino, o comandante alemão ordena-lhes que sigam o rumo de Sudeste para alcançarem as costas de Espanha. A tripulação portuguesa passa assim as 80 horas seguintes, com "muito mar e vento"<sup>6</sup>, desembarcando por fim na Cova do Cabo Prior, em Ferrol, na Galiza, onde a sua embarcação se partiu de encontro às pedras.

A 6 de outubro o Cônsul português na Corunha informa o Ministério dos Negócios Estrangeiros por telegrama que o *Rio Cávado* foi afundado a 290 milhas do Cabo Prior mas os 11 tripulantes chegaram todos a terra. Eram eles o Capitão José Henriques Frazão, o piloto António Augusto Cardoso, o cozinheiro Eduardo Saraiva, e os marinheiros João Maria, António Vicente Macedo, João Alves, Francisco Thomaz, Manuel de Matos, João Verdeano, Eduardo Pereira Videira e Francisco Monteiro. De acordo com uma relação de valores do Departamento Marítimo do Norte foi pago aos membros da tripulação um salário cessante pelo prejuízo do afundamento, que variou entre um valor máximo de 500 Escudos para o capitão José Henriques Frazão e um mínimo de 35 Escudos para o marinheiro Francisco Monteiro.

Quando do seu afundamento o lugre *Rio Cávado* tinha contratado nada menos do que 10 apólices de seguro, em 10 companhias distintas, o que deu lugar a indemnizações num total de 124.500 Escudos<sup>7</sup>.

---

6 Protestos e Averiguações, Pasta 41, BCM-AH – Núcleo 10-A.

7 Sinistros Indemnizados, Comissão Executiva dos Tratados de Paz, MNE-AHD.

### **O Valor do Filme sobre o Lugre *Rio Cávado* enquanto Fonte**

Julgamos inquestionável que o filme sobre o afundamento do lugre *Rio Cávado* constitui sob vários aspetos uma fonte de informação, precisamente aquilo que se classifica como *documento registado* (Mendes, 1993, pp. 110-111), destacando o valor científico-pedagógico das fontes cinematográficas, a par da fotografia e do registo áudio, enquanto recursos relevantes para o estudo da história contemporânea.

Ao mesmo tempo, num momento em que se comemora o centenário da participação portuguesa na Grande Guerra e se pretende divulgar a sua memória junto da população em geral, sublinhamos também o valor da imagem filmada, pelo que esta possui de elucidativo e atraente quando aplicada ao ensino e divulgação da História.

Se se analisar o filme à luz tanto do protesto de mar do Capitão José Henriques Frazão como da descrição das táticas levadas a cabo pelo próprio *Kapitanleutnant* Lothar Arnould de la Perière ao atacar navios mercantes, vemos como estas três fontes se complementam de modo a proporcionar-nos uma narrativa historiográfica mais rigorosa.

Numa temática ainda pouco explorada como é a historiografia da marinha mercante portuguesa, num contexto em que as fontes são escassas, consideramos que o filme sobre o ataque e afundamento do lugre *Rio Cávado* agora apresentado constitui uma fonte que merece ser preservada, estudada e divulgada.

### **Referências**

- Afundamento do Augusto Castilho*. 1918. Disponível em <http://www.cinemateca.pt/Cinemateca-Digital/Ficha.aspx?obraid=2261&type=Video>. [Consultado em 13 de Setembro 2015]
- Afundamento do lugre Rio Cávado*. 1918. 35mm, V. IG, 8', 16 ips. Lisboa: Cinemateca Portuguesa, Museu do Cinema. [Visionado em 10 de Novembro de 2014].
- Costa, P., 2014. "As perdas da frota mercante portuguesa durante a Primeira Grande Guerra". *Jornadas do Mar 2014*, 11-14 Novembro 2014. Alfeite: Escola Naval, Marinha Portuguesa.
- Cutileiro, A., 1976. *O combate do caça-minas «Augusto de Castilho» com o submarino Alemão «U.139» visto através do relatório do 1º oficial encarregado da artilharia, capitão-tenente Kurt Von Pistor*. Lisboa: Centro de Estudos da Marinha.
- Cruz, D.I., 2009. *Estratégia Portuguesa na Conferência de Paz 1918-1919 – As actas da delegação portuguesa*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Inso, J. C., 1937-1939. *Anais do Clube Militar Naval/A Marinha Portuguesa na Grande Guerra*, 2006. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Lorscher, O., 2015. *Discussão sobre filmes existentes e divulgados* [email] (mensagem para Paulo Costa em 26 de Abril de 2015).

Mendes, J. M. A., 1993. *A História como Ciência – Fontes, Metodologia e Teorização* (3.<sup>a</sup> edição). Coimbra: Coimbra Editora.

Piçarra, M. C., 2014. *Discussão sobre proveniência de fontes* [email] (mensagem para Paulo Costa em 27 de Outubro de 2014).

Pimentel, J., 2015. *Discussão sobre características técnicas de material cinematográfico* [email] (mensagem para Paulo Costa em 8 e 9 de Outubro de 2015).

Smither, R., ed., 2000. *Der magische gurtel – Deutsche uboote wider England*. London: Lloyd's Register of Shipping on behalf of the Imperial War Museum.

Thomas, L., 2002. *Raiders of the Deep*. Penzance: Periscope Publishing.

### **Arquivos**

Arquivo Histórico-Diplomático do MNE – Comissão Executiva dos Tratados de Paz.

Arquivo Nacional de Imagens em Movimento – Cinemateca Portuguesa/Museu do Cinema.

Biblioteca Central da Marinha – Arquivo Histórico.

Núcleo 10-A – Departamento Marítimo do Norte – Capitania do Porto do Douro.



Extra Dossîe

# A Primavera dos Faraós

Vasco Rato

*Professor de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Lusitana de Lisboa.*

## Resumo

Considerados os casos da Tunísia, Egito, Bahrein e Líbia, este artigo aborda os processos de contestação popular que ficaram conhecidos como a “Primavera Árabe”. Analisam-se as razões que levaram à crise dos regimes autoritários da região e as estratégias delineadas pelas elites como resposta à mobilização oposicionista. Face à contestação de 1970 no sul da Europa, alastrou para a América Latina, a Ásia e, em finais dos anos 1980 para a Europa Central, os autocratas responderam através de uma de duas estratégias de sobrevivência: a cooptação ou a repressão. Verifica-se que os regimes que utilizaram um grau elevado de violência aumentaram as suas probabilidades de sobrevivência. Porém, como ilustram os casos de Hosni Mubarak e Ben Ali, removidos da chefia do Estado porque perderam o apoio das suas respetivas instituições militares, as forças armadas foram atores determinantes ao longo da “Primavera Árabe”.

## Abstract

### *The Spring of the Pharaohs*

*Analyzing the cases of Tunisia, Egypt, Bahrain and Libya, this article considers the popular uprisings that came to be collectively known as the “Arab Spring”. The reasons underpinning the crisis of the Arab authoritarian regimes and the strategies undertaken to respond to popular opposition are also considered. Cooptation and repression were the dominant elite strategies, both designed to assure the survival of authoritarian rule. Regimes opting for a high degree of violence increased their chances of survival. As the Egyptian and Tunisian cases clearly illustrate, the role of the armed forces was a determinant factor in explaining the outcomes of the “Arab Spring”.*

Inaugurada em meados dos anos 1970, no sul da Europa, a “terceira vaga de democratização” rapidamente alastrou para a América Latina, a Ásia e, mais tarde, para as autocracias comunistas da Europa de Leste<sup>1</sup>. Dir-se-á que, no último quartel do século XX, um número significativo de democracias liberais, muitas visivelmente imperfeitas e profundamente instáveis, substituíam os regimes ditatoriais que, há décadas, perduravam em várias regiões do globo. Todavia, uma região – o mundo árabe – distinguiu-se por constituir a clara exceção a esta vaga de democratização. Altamente repressivas, as tiranias do Magrebe e do Médio Oriente permaneciam congeladas no tempo, imunes aos ventos da mudança que se faziam sentir no resto do globo.

Subitamente, nas semanas finais de 2010 e nos primeiros meses de 2011, os despotismos do grande Médio Oriente seriam redondamente abalados pela contestação popular que desafiava o *status quo* arcaico construído ao longo de décadas. Iniciadas na Tunísia, nas derradeiras semanas de dezembro de 2010, as revoltas que ficariam conhecidas como a “Primavera Árabe” estenderam-se, num efeito dominó, a vários países. Perante a estupefação de um mundo habituado à paralisção política vigente no Medio Oriente, Hosni Mubarak e Muammar al-Qadaffi, dois tiranos que encarnavam essa mesma resistência à mudança, seriam depositos. A queda do “faraó Mubarak”, escassas semanas após Zine el-Abidine Ben Ali ter abruptamente abandonado a Tunísia, gerou enorme expectativa junto das populações incrédulas que acompanhavam os acontecimentos através da *al-Jazeera* e da *al-Arabiya*. Afinal, os tiranos revelavam-se homens de palha vulneráveis à fúria da rua árabe.

É certo que, com a passagem do tempo, verificou-se que nem todos os déspotas seriam afastados pelos manifestantes que congregaram nas praças das grandes cidades árabes. Mas a força do exemplo contagiou países como Marrocos, Argélia e Jordânia, cujas elites iniciaram processos de reforma a fim de esvaziar as reivindicações oposicionistas. Até a Arábia Saudita, um dos países mais opacos do mundo árabe, sucumbia perante os novos ventos. Determinada a estancar o descontentamento existente no reino, a casa real canalizava vastos recursos financeiros para programas sociais – em finais de fevereiro de 2011, o Rei Abdullah anuncia que o reino disponibilizará mais de 36 mil de milhões de dólares só para a habitação social e a criação de empregos – que pudessem atenuar a ira das populações (SUS-RIS, 2011). Tremeram, mas estes regimes sobreviveram.

Sem margem de dúvida, os acontecimentos mais trágicos da “Primavera Árabe” ocorreram na Síria, onde a contestação pacífica inicial rapidamente degenerou

---

1 Sobre a “terceira vaga de democratização” ver Huntington (1991). Para uma avaliação do conceito ver Shin (1994).

numa longa, sangrenta e sectária guerra civil<sup>2</sup>. À medida que se acentuou a desintegração do Estado sírio, abriu-se um vazio que possibilitou as barbaridades perpetradas pelo autodenominado “Estado Islâmico do Iraque e do (Sham) Levante” (ISIL) e, mais tarde, a inesperada intervenção militar russa em defesa do clã al-Assad. Cinco anos depois, o impasse militar continua, e dificilmente a Síria voltará a ser um Estado funcional com as suas fronteiras intactas.

A “Primavera Árabe”, designação analiticamente imperfeita na medida em que engloba processos e desfechos diferenciados, levanta um conjunto de questões analíticas<sup>3</sup>. Desde logo, quais as razões subjacentes à onda de contestação a regimes autoritários que, poucas semanas antes, pareciam escudados da mobilização popular e imunes à mudança sociopolítica? Regimes que, a bom rigor, pareciam imunes à modernidade. Igualmente importante, qual a razão que explica a queda de alguns autocratas e, noutros casos, a permanência dos tiranos no poder? Parte da resposta a esta última interrogação reside nas estratégias adotadas pelas elites para fazer frente às crises. Face à contestação de 1970 no sul da Europa, que alastrou para a América Latina, a Ásia e, em finais dos anos 1980 para a Europa Central, os autocratas responderam através de uma de duas estratégias de sobrevivência: a cooptação ou a repressão. A primeira estratégia – a cooptação – seria adotada, *inter alia*, na Jordânia, na Arábia Saudita e em Marrocos. A segunda estratégia – a repressão – foi utilizada de forma inequívoca em países como a Líbia, o Bahrein, a Síria e, antes, na década de 1990, na Argélia. Em alguns casos, como no Egito de Mubarak, as elites autoritárias recorreram, em fases distintas da contestação popular, a ambas as estratégias. Não obstante, independentemente da estratégia, o objetivo último era a sobrevivência.

Se o desfecho da contestação se saldou por resultados distintos em cada país, é igualmente verdade que três tipos de *outcomes* podem ser identificados. Primeiro, como se verificou na Tunísia e no Egito, o colapso do tirano seria, pelo menos numa fase inicial, acompanhado por alterações substanciais à distribuição do poder. Segundo, países como a Arábia Saudita, o Bahrein e Marrocos conservaram o *status quo*, introduzindo “medidas reformistas” que, na maioria dos casos, eram meramente cosméticas. Terceiro, no Iémen, na Líbia e na Síria assistiu-se ao colapso do Estado, à desagregação total do poder político. Mais uma vez, a variável que, em

---

2 Sobre os acontecimentos recentes na Síria, ver Abboud (2016), Ajami (2012), Hokayem (2013), Yassin-Kassab e Al-Shami (2016) e Lister (2015). Um excelente relato dos primeiros meses do conflito pode ser encontrado em Yazbek (2012). Análises do regime *baathista* de al-Assad incluem, Lesch (2012) e Hinnebusch (2002). Para uma avaliação mais favorável do regime ver Seale (1990).

3 As revoltas de 2010/2011 foram, em bom rigor, a segunda “Primavera Árabe”, expressão utilizada em 2005 para descrever as mudanças que decorriam no Iraque, Líbano, Kuwait e outros países árabes.

larga medida, explica este resultado foi a estratégia adotada pelas elites autoritárias em resposta à contestação, ou seja, a decisão de optar por negociar uma parcela do poder ou pela resistência. Nos casos onde se escolheu o caminho da resistência, verifica-se que os regimes que utilizaram um grau elevado de violência aumentaram as suas probabilidades de sobrevivência. Convém, por último, considerar o papel das potências externas que, em alguns casos, foi decisiva para derrubar a tirania – a NATO na Líbia –, ou para impedir o seu colapso – a Rússia na Síria.

Este artigo aborda os processos de contestação popular que ficaram conhecidos como a “Primavera Árabe”. Analisa as razões que levaram à crise dos regimes autoritários da região, alguns dos quais colapsaram. Daí que o foco da análise seja as estratégias delineadas pelas elites como resposta à mobilização oposicionista. Por conseguinte, e por manifesta falta de espaço, os eventos que seguiram às crises consideradas neste artigo não são objeto de análise. Também atendendo às limitações de espaço, serão considerados os casos da Tunísia, Egito, Bahrein e Líbia, mas excluídos os casos do Iémen e da Síria, dois países onde se assistiu à implosão do estado e que mergulharam na guerra civil.

#### **Tunísia: o Súbito Advento da “Primavera”**

À primeira vista, nada indicava que a Tunísia seria o primeiro – e mais bem-sucedido – palco da “Primavera Árabe” (Gana, 2013). No entanto, tudo mudaria no dia 17 de dezembro de 2010. Em Sidi Bouzid, localidade situada a 110 quilómetros de Tunes, Muhammed Bouazizi, um vendedor ambulante nascido em 1985, cujo carro de fruta fora repetidamente confiscado pela polícia e cujos inúmeros protestos junto das autoridades foram liminarmente ignorados, imolou-se à frente do palácio do governador local. Morreria mais tarde, a 4 de janeiro de 2011.

A “Revolução de Jasmim” saldou-se, em breves semanas, pela vertiginosa implosão do regime autoritário tunisiano chefiado por Zine el-Abidine Ben Ali, que, em novembro de 1987, montara um golpe de Estado palaciano contra Habib Bourguiba, o líder histórico do país que conduzira a Tunísia à independência e que, em 1975, fora designado “presidente vitalício” (Ware, 1998 e 1985). Determinado a legitimar o seu poder, Ben Ali liberta presos políticos e promete realizar eleições livres. Porém, rapidamente o pluralismo limitado dos primeiros tempos daria lugar a um regime autocrático assente na repressão das forças de segurança e da polícia secreta<sup>4</sup>.

Instalado na presidência, Ben Ali deu seguimento às grandes linhas políticas traçadas por Bourguiba: laicismo, educação universal, alargamento dos direitos da mulher, economia de mercado atenuada por algum estatismo e alinhamento com o

---

4 Sobre os anos de Ben Ali, ver Perkins (2004, capítulo 7) e Alexander (2016).

Ocidente. Tal como na esmagadora maioria dos países árabes, existia, na Tunísia, um pacto informal entre o regime e a população. Aquele proporcionava a melhoria das condições socioeconómicas da população; esta eximia-se de participar na política, deixando o poder nas mãos das elites que dominavam o Estado. Esse bem-estar expressava-se de várias formas: na criação ou melhoria de infraestruturas públicas, redistribuição das terras agrárias, industrialização e empregos na administração pública. Adicionalmente, os bens essenciais, desde o pão à eletricidade, eram subsidiados pelo Estado. Crucialmente, o pressuposto do pacto era, muito simplesmente, de que a justiça equitativa balizava as decisões dos autocratas.

Independentemente das suas especificidades locais, este modelo vigorava em todos os países árabes. Com a passagem dos anos, e as disfuncionalidades que tal modelo acarretava num contexto de globalização, tornou-se impossível preservar o modelo na sua plenitude. No caso específico da Tunísia, um sinal inequívoco do seu esgotamento dá-se em 1984, quando Bourguiba, acatando um programa de austeridade imposto pelo Fundo Monetário Internacional, tenta reformar o modelo (Dillman, 2001). Depois de utilizar a violência para suprimir as manifestações massivas que ficaram conhecidas como os émeutes *du pain* e que deixaram mais de uma centena de mortos, as reformas – incluindo o fim dos subsídios aos bens alimentares – são abandonadas. Quatro anos depois, o “presidente vitalício” era destituído por “razões médicas”.

À semelhança da situação nos demais regimes autoritários da região, o poder de Ben Ali assentava em três pilares fundamentais. Primeiro, um partido único, o Rassemblement Contitutionnel Démocratique – sucessor do Parti Socialiste Dusturien do presidente Habib Bourguiba –, que hegemonizava a sociedade, delimitando assim o espaço de contestação ao poder vigente. Segundo, um poderoso Ministério de Comunicação e Propaganda que mantinha os *media* ao serviço do regime, e, assim, delineava os contornos da discussão pública e da dissidência tolerada. Por último, e à semelhança de vários regimes contestados durante a “Primavera Árabe”, um poderoso serviço de *intelligence* – a feroz *mukhabarat* – acima de qualquer escrutínio, que sistematicamente reprimia os movimentos políticos oposicionistas.

A centralização do poder nas mãos de Ben Ali também permitia a concentração de riqueza por parte da família alargada do presidente<sup>5</sup>. Com a generalização da corrupção e do nepotismo, o clã Ben Ali obteve contratos lucrativos e o controlo das maiores e mais rentáveis empresas. À medida que a família Ben Ali se apoderava das melhores oportunidades económicas, grande parte dos empresários, excluídos destes negócios rentáveis, transferiam-se para o campo oposicionista. Em larga medida, a Tunísia transformou-se num empreendimento cleptocrático, uma cou-

---

5 Sobre a corrupção generalizada durante os anos de Ben Ali ver Rijkers, Freund e Nucifora (2014) e Dreisbach e Joyce (2014).

tada familiar cujo símbolo mais notório, e mais detestado pela população, era Leila Trabelsi, a segunda mulher do presidente<sup>6</sup>. Contrastando com a pobreza do país, a ostentação do clã criou um sentimento de injustiça e de ausência de oportunidades que minou a legitimidade do regime e das elites. Neste caldo cultural, a autoimolação de Bouazizi imediatamente passou a simbolizar uma rejeição inequívoca da corrupção generalizada, da ostentação da família do presidente e dos índices elevados de desemprego jovem. A autoimolação de Bouazizi encontrou eco em todo o mundo árabe porque, em maior ou menor grau, todos estes males flagelavam a região.

Dir-se-á que o ato desesperado de um vendedor ambulante de Sidi Bouzid fora o fósforo que incendiou a pradaria. Todavia, o protesto de Bouazizi ganha alcance nacional através da ação de vários grupos da sociedade civil; incluindo a Ordem dos Advogados, grupos de direitos humanos, associações estudantis e a *Union Générale Tunisienne du Travail* (UGTT). Esta confederação sindical rompeu, em 1976, com o “presidente vitalício” Bourguiba, e, dois anos depois, organiza uma greve geral que provocou protestos generalizados no país que seriam suprimidos pelas forças de segurança do regime. Não surpreende, pois, que a UGTT fosse, no início de 2011, e depois de alguma hesitação resultante do calculismo da sua liderança, a organização que contribuiu decisivamente para mobilizar as massas contra o regime<sup>7</sup>. Essa mobilização seria facilitada pela partilha de informações através das redes sociais, nomeadamente o Twitter e o Facebook. É certo que a revolução na Tunísia, e nos demais países do Médio Oriente, beneficiou das redes digitais que os regimes autoritários revelaram dificuldade em controlar<sup>8</sup>. Mas as redes sociais foram apenas um instrumento para organizar uma população que deixara de reconhecer legitimidade aos seus governantes.

A intensidade das manifestações populares levaram Ben Ali, no dia 14 de janeiro de 2011, a abandonar o país. Tentou, numa primeira fase, utilizar as forças de segurança para desmobilizar os manifestantes. Quando os protestos se intensificam, admite não voltar a candidatar-se nas eleições presidenciais seguintes e remodela o seu governo. Mas era demasiado tarde para concessões (Cody e Warrick, 2011).

Independentemente da dimensão e intensidade dos protestos, o fator principal que explica a queda da tirania foi a decisão tomada pelas chefias militares de não intervir para preservar o regime. Constituídas por 35 mil homens, as forças armadas

---

6 Um dos retratos mais interessantes sobre a corrupção do regime, o papel de Leila Trabelsi e os negócios da “família” foi feito pelo embaixador americano, Robert Godec, em 2008 e, posteriormente, tornado público através do Wikileaks (2008).

7 Sobre o papel da UGTT, ver Netterström (2016).

8 Análises empíricas interessantes, que divergem deste artigo, são as de Howard, Duffy, Freelon, Hussain, Mari e Mazaid (2011) e Malik (2014).

eram relativamente pequenas. Por outro lado, Ben Ali, que nunca confiara na instituição militar, utilizou as forças policiais para manter o seu poder, permitindo que as forças armadas se mantivessem à margem da repressão. Considerando que a instituição militar entendia que a sua missão primordial era garantir a preservação do Estado – e não a conservação de um regime específico –, os chefes militares recusaram-se a suprimir os manifestantes. O chefe do estado-maior das forças armadas, Rachid Ammar, solicitado a ordenar aos militares para saírem em defesa do regime, recusa<sup>9</sup>. Seria este distanciamento dos militares relativamente a Ben Ali que determinaria o fim do seu poder.

Com efeito, ao abandonarem Ben Ali, as forças armadas quebraram a coesão da elite do regime, tornando impossível a adoção de uma estratégia de sobrevivência mais robusta. Na ausência da intervenção dos militares – ou da ameaça credível dessa intervenção para restabelecer a ordem – o regime estava condenado. Porque a corrupção do regime havia afugentado praticamente todas as classes sociais, e porque o partido hegemónico se transformara num veículo de distribuição de benesses para a família e os aliados do presidente, Ben Ali encontrava-se isolado politicamente. Quando as forças policiais já não conseguem conter a contestação, e as forças armadas se recusam a apoiar o presidente, restava a fuga.

A fuga de Ben Ali – que acaba por se exilar na Arábia Saudita – permite ao Conselho Constitucional designar Fouad Mebazzâ como presidente interino e convocar, para 23 de outubro de 2011, eleições para uma Assembleia Constituinte. Considerado livre e justo, o escrutínio salda-se pela vitória dos islamitas do *Ennahada*, movimento político clandestino durante o período autoritário. Marcadamente conservador na sua orientação, o *Ennahada* opôs-se aos salafistas tunisinos, que pretendiam fazer da *sharia* a principal fonte da nova constituição tunisina, aprovada a 26 de janeiro de 2014. Nesse mesmo ano, ocorrem as primeiras eleições legislativas e presidenciais; Caïd Essebsi, um histórico do nacionalismo secular, é o primeiro presidente eleito através de eleições pluralistas.

### **Egito: o Faraó na Rua**

Tal como acontecera na Tunísia com o presidente Ben Ali, a decisão das chefias militares egípcias de não intervirem para suprimir os manifestantes da praça Tahir selou o destino político de Hosni Mubarak. Retirado o apoio dos militares à estratégia de Mubarak de enfrentar a crise através do aumento da repressão, definindo assim um limite claro ao grau de violência que o faraó poderia utilizar, os manifestantes de Tahir sabiam que o déspota estava cercado. Por outras palavras, quando a instituição militar finalmente se demarca do ditador, torna-se claro que

---

9 Sobre o papel das forças armadas neste período, ver Brooks (2013).

Mubarak não iria sobreviver. Com efeito, a instituição militar abandonou Mubarak para conservar o vasto poder, tanto político como económico, que detinha no país. Não obstante a sua disponibilidade para substituir o tirano, as forças armadas não pretendiam derrubar o regime onde desempenhavam o papel central. Grande parte da conflitualidade política que seguia à substituição de Mubarak, e que somente termina com o golpe de Estado que leva o General al-Sisi à presidência, deve-se, portanto, à tentativa da instituição militar de preservar o fundamental do regime fundado por Gamal Abdel Nasser e perpetuado por Anwar al-Sadat, Hosni Mubarak e Abdel al-Sisi.

Liderado pelo Movimento dos Oficiais Livres, o golpe militar de 1952 derruba o Rei Faruq e origina uma mudança tectónica na política árabe. Certamente uma das figuras mais marcantes do mundo árabe, Gamal Abdel Nasser assume a liderança do governo revolucionário depois de afastar Muhammad Naguib e desenvolve a sua ideologia pan-arabista, assente no socialismo, no anti-imperialismo e no nacionalismo árabe<sup>10</sup>. A ascensão de Nasser representava uma rutura com as elites políticas dominantes desde a independência dos países árabes, elites frequente e diretamente apoiadas pelas antigas potências coloniais. Eram as mesmas elites que, em 1948, se revelaram incapazes de suprimir a independência de Israel, mesmo depois de vários países árabes terem lançado uma investida militar conjunta contra o Estado hebraico.

A inovação política de Nasser residia na utilização das forças armadas como a instituição de vanguarda que cumpriria o desenvolvimento e independência nacionais. Na ausência de outras classes modernizadoras, restava aos militares assumirem o poder e, através do modelo socialista estatizante, efetuar o desenvolvimento nacional<sup>11</sup>. Tal como na esmagadora maioria dos países árabes, existia, no Egito, um pacto informal entre um regime que proporcionava a melhoria das condições de vida das massas em troca da não-participação do povo na política. As elites, dominando o Estado, garantiam o bem-estar através das infraestruturas públicas, da reforma agrária, da industrialização e da criação de empregos permanentes na administração pública. Também os bens essenciais – pão, transportes, gasolina, electricidade, etc. – eram subsidiados pelo Estado para aliviar os efeitos da inflação e dos rendimentos baixos. Os primeiros anos de Nasser saldar-se-iam por avanços significativos nestas áreas, o que gerou a lealdade das massas ao regime e, igualmente crucial, às forças armadas.

---

10 Sobre o nasserismo, ver Nasser (1955), St. John (1960); Hopwood (1993, capítulo 5); Beattie (1994), El-Ghonemy (2004).

11 Existe uma literatura vastíssima em volta do papel da instituição militar em processos de modernização. Dois artigos pioneiros sobre o tema são: Bill (1969) e Nordlinger (1970). Sobre o caso egípcio ver Abdel-Malek (1962) e Perlmutter (1981).

---

Na frente externa, dado a dependência das elites tradicionais relativamente às potências coloniais, uma política anti-imperialista seria o corolário natural do projeto modernizador de Nasser. No âmbito desse combate ao imperialismo, a “ameaça sionista” encarnada por Israel era entendida como a consequência direta das opções geopolíticas traçadas pelas potências coloniais. Esta visão nasserista apontava, portanto, para um inexorável confronto com Israel, investida militar essa lançada pelos países árabes em outubro de 1967. A Guerra dos Seis Dias saldou-se pela vitória inequívoca de Israel, que passou a ocupar a zona leste de Jerusalém, os Montes Golã e a Península do Sinai. O estrondoso fracasso árabe, marcado pela incompetência dos líderes que conduziram a guerra, condenaria o nasserismo e minava a legitimidade de vários regimes nacionalistas da região. Para as massas árabes, a inépcia militar dos regimes seculares árabes provocaria o descrédito das elites dominantes (Oren, 2002, pp. 305-327).

Em consequência da morte do presidente Nasser, em outubro de 1970, abre-se o caminho para uma tentativa de relegitimar o regime. Cabe às forças armadas, o pilar central do poder autoritário egípcio, determinar a escolha do sucessor de Nasser. Essa escolha recai sobre Anwar al-Sadat, na altura vice-presidente do país. Sadat traça uma nova orientação para o Egito: repudia a aliança militar com Moscovo, junta-se a Washington, desmonta as políticas socialistas de Nasser e mostra uma abertura em relação à Irmandade Muçulmana, que Nasser reprimira. Igualmente importante, prepara-se para fazer a guerra contra Israel (Lippman, 1989).

Lançada em outubro de 1973, a ofensiva militar árabe contra Israel, depois dos insucessos de 1948 e, sobretudo, da humilhação às mãos do Estado hebraico aquando da Guerra dos Seis Dias, constitui um sucesso relativo do Egito. Por isso mesmo, o desfecho da Guerra de Yom Kipur leva al-Sadat a consolidar o seu poder. Paradoxalmente, seria esse mesmo sucesso militar que permite a al-Sadat dar o passo histórico de discursar no Knesset e celebrar um tratado de paz com Telavive. E seria essa decisão histórica que teria repercussões monumentais na região, e, anos mais tarde, em 1981, seria a causa da morte de al-Sadat às mãos de assassinos da *Jihad* Islâmica, que o acusara de traição à causa árabe e ao islão.

Após o assassinato de al-Sadat, a instituição militar reúne-se em volta de Mubarak, herói militar da Guerra de Yom Kipur e vice-presidente de al-Sadat. Instalado na chefia do Estado, enfatiza a ameaça terrorista e o perigo representado pela Irmandade Muçulmana para justificar a declaração do estado de emergência e inaugura uma onda generalizada de repressão. A repressão será largamente conduzida pela polícia e pelos serviços secretos do regime. Dava-se o primeiro passo no sentido de criar um aparato de segurança nacional – a polícia e a temida *mukhabarat* – assente no Ministério do Interior que seria responsável pela supressão das correntes oposicionistas. Concomitantemente, o domínio da sociedade e da política será assegurado.

---

rado através do Partido Nacional Democrático – herdeiro da União Socialista Árabe de Nasser.

Porque preserva a orientação estratégica do Egito traçada por al-Sadat, Mubarak tranquiliza os seus aliados internacionais. Mantém inalteradas as relações privilegiadas com os Estados Unidos, e, igualmente relevante, honra os Acordos de Camp David e o Tratado de Paz com Israel. Estas opções estratégicas, em conjugação com os fracassos económicos e sociais do regime, conduzem à crescente radicalização da oposição. Nos anos 80, grupos salafistas erguem-se contra o Estado egípcio. Mubarak, à semelhança do regime militar argelino, inicia uma guerra sem quartel contra os islamitas, particularmente depois do massacre de 58 turistas em Luxor, em novembro de 1997 (Wright, 2006, pp. 256-257; al-Sayyid, 2003, pp. 7-21).

Mas o esmagamento dos jihadistas apenas prolonga por algum tempo a vida do regime. Curiosamente, em termos macroeconómicos, o Egito era um caso inequívoco de sucesso. Em 2008, a economia crescia a um ritmo de 7,2% ano e, depois da crise financeira mundial, mantinha um crescimento de 4,7% em 2009 (Quartey, 2010, p. 258). Todavia, a crescente desigualdade, a pobreza extrema e o desemprego jovem, aliado à fraude eleitoral das legislativas de novembro de 2010, agravaram o descontentamento de vários sectores sociais. A ineficácia do Estado egípcio em áreas tão críticas como a educação, a saúde e o apoio social contribuíram para o enraizamento da popularidade da Irmandade Muçulmana, que prestava serviços sociais à população, assim substituindo o Estado. A importância geoestratégica do país, a força política do islamismo e a cooperação do Cairo na luta global contra o terrorismo, convencem a Casa Branca a seguir uma abordagem cautelosa face ao repentino processo de mudança.

As gigantescas manifestações de contestação ao regime de Mubarak, do dia 25 de janeiro de 2011, tiveram como causa imediata a repressão policial. No “Dia da Revolta”, quinze mil manifestantes ocuparam a praça Tahrir, a partir da qual se organiza a contestação alargada ao tirano<sup>12</sup>. Com a intensificação dos protestos, no dia 28 de janeiro, a “Sexta-feira da Ira”, a violência nas ruas de Cairo culmina com o incêndio da sede do Partido Nacional Democrático, símbolo da corrupção e da arbitrariedade do faraó, e o veículo usado por Gamal Mubarak para se afirmar na política egípcia. Perante a extensão da contestação, à qual – e apesar das hesitações – se junta a Irmandade Muçulmana, os aliados internacionais de Mubarak distanciam-se do regime. Particularmente branda, a primeira reação de Barack Obama salda-se pela condenação genérica da violência e pelo apelo à diminuição das tensões. Contudo, dias depois, a 30 de janeiro, Hillary Clinton afirma a necessidade de uma nova solução política que termine numa transição democrática (Landler, 2011).

---

12 Sobre a revolução da praça Tahrir que derrubou Mubarak, ver Cook (2013), Osman (2013) e Cambanis (2015).

Protestos de grande intensidade marcam os primeiros dias de fevereiro de 2011. Crescentemente isolado, e numa tentativa de apaziguar a ira dos manifestantes, Mubarak afirma que não apresentará a sua candidatura às eleições presidenciais de setembro, mas, talvez acreditando que ainda comanda os acontecimentos, acrescenta que tenciona cumprir o seu mandato até à realização do escrutínio (Khalaf e Saleh, 2011). Trata-se de uma tentativa de estabelecer um compromisso informal com os contestatários, assente na convicção de que a palavra do faraó seria o suficiente para os desmobilizar. Se Mubarak conseguisse esse resultado, eventualmente poderia conservar o poder. No mínimo, ganhava tempo suficiente para gerir a sua sucessão; há muito que Mubarak planeava colocar o seu filho Gamal na presidência.

Em resposta, a 11 de fevereiro, centenas de milhares de manifestantes exigem a demissão imediata do ditador. Acantonado, e abandonado pelas forças armadas e seus aliados internacionais, Mubarak refugia-se em Sharm el-Sheik, onde, pouco tempo depois, será detido. A queda de Mubarak deve-se à retirada do apoio ao faraó por parte da instituição militar. Perante as câmaras de televisão, no dia 11 de fevereiro, o vice-presidente Omar Suleiman, homem forte da *mukhabarat*, anuncia que o Conselho Supremo das Forças Armadas, presidido pelo Ministro da Defesa, Hussein Tantawi, iria assumir o controlo do Estado (Shadid, 2011). As novas autoridades militares comprometem-se com eleições livres, mas rapidamente se verifica que a hierarquia militar, agindo através do Conselho Supremo das Forças Armadas, pretende definir os contornos da transição. Porém, a capacidade da instituição militar para tutelar a transição revelar-se-á limitada, e Muhammed Morsi, candidato da Irmandade Muçulmana, emerge como vencedor das eleições presidenciais.

Mas o triunfo de Morsi não passa de uma vitória de Pirro. Incapaz de criar pontes e consensos entre as fações religiosas e sociais, nomeadamente os militares, Morsi via-se a braços com a estagnação económica – aumento da inflação e dos preços dos bens essenciais acompanhado pela fuga dos investidores estrangeiros – e uma relação conflituosa com a oposição política, acusada pelo novo governo de conspiração (Black, 2013). Um ano depois de assumir a chefia do Estado, praticamente destituído de margem de manobra política, Morsi declara que a função presidencial não estaria sujeita à supervisão judicial. Perante esta deriva autoritária do novo presidente, Tahrir volta a ser palco de manifestações massivas tanto a favor como contra Morsi e a Irmandade Muçulmana. Finalmente, em julho de 2013, as forças armadas removem Morsi do poder<sup>13</sup>. Em resposta, a Irmandade Muçulmana organiza a contestação de rua ao General al-Sisi e exige a libertação de Morsi, detido pelos militares.

---

13 Sobre o fracasso de Morsi, ver Trager (2016), Kirkpatrick (2013), Gerbaudo (2013), Sayigh (2012) e Colombo (2014).

Como presidente interino, foi escolhido Adly Mansour, que marca eleições presidenciais para maio de 2014, depois de uma revisão da lei eleitoral presidencial e de um referendo nacional que aprovara a nova constituição em janeiro desse ano. É eleito como presidente do Egito, com 96,91% dos votos, o ex-Ministro da Defesa – cargo que, entre agosto de 2012 e março de 2014, acumula com a chefia operacional das forças armadas – Abdel Fattah al-Sisi. Na presidência, al-Sisi criminaliza a Irmandade Muçulmana e adota legislação antiterrorista draconiana. A importância regional do Egito leva Washington a procurar normalizar a sua relação privilegiada com Cairo.

Se as forças armadas da Tunísia se mantiveram afastadas da transição política, os militares egípcios desempenharam um papel central na transição do seu país. Mubarak seria afastado para que as forças armadas continuassem a ser o *pivot* do regime, mesmo que, para atingir esse objetivo, fosse necessário ceder temporariamente perante as reivindicações da rua. Quando as exigências dos manifestantes e a vitória eleitoral de Morsi comprometem o papel político dos militares, passa-se de uma tutela militar do processo de democratização para a fase de intervenção direta, ou seja, o golpe militar que afasta Morsi da presidência (Hauslohner, 2014). Os manifestantes e a Irmandade Muçulmana conseguiram remover o faraó do poder, mas não conseguiram a pretendida alteração do regime que Mubarak encabeçou durante décadas. Dir-se-á que o *status quo* abalou, mas conseguiu conservar o essencial do regime criado por Nasser. Tal como no passado, o Egito continua a ser uma ditadura militar e as forças armadas a instituição dominante no país.

### **A “Primavera” nas Baionetas Estrangeiras**

Na sequência das vertiginosas mudanças verificadas na Tunísia e no Egito, o Bahrein aparentava ser o próximo dominó a tombar. Habitado por menos de milhão e meio de pessoas, o reino do Bahrein é maioritariamente xiita. Todavia, desde 1783, o poder político encontra-se concentrado nas mãos da família real sunita al-Khalifa, originária do Qatar. Sob a proteção do Reino Unido até 1971, ano em que Londres se retira do Golfo Pérsico, a família real resiste à tentativa de absorção do país pelo Irão, que reclama o Bahrein como província<sup>14</sup>. Apesar da reivindicação territorial iraniana ter sido formalmente abandonada em 1970, os al-Khalifa continuaram a olhar para os Estados Unidos e para a Arábia Saudita como garantes da sua soberania, alegadamente ameaçada pela “quinta coluna” xiita dentro das fronteiras do país.

Em 1973, após a retirada de Londres, o Emir Isa bin al-Khalifa promulga uma constituição que garante a criação de um parlamento independente e livremente eleito.

---

14 Sobre a história do Bahrein, ver Lawson (1989) e Matthiesen (2013).

Gera-se a esperança junto da maioria xiita que o novo parlamento possa finalmente dar voz a esta comunidade. Porém, em 1975, menos de dois anos depois das primeiras eleições, e perante as críticas oposicionistas dos agrupamentos xiitas, o emir suspende a constituição e demite o parlamento. Promulga uma Lei de Segurança do Estado que coloca limitações draconianas às liberdades individuais, efetivamente colocando um ponto final no processo de abertura.

Em 1999, Hamad bin Isa al-Khalifa substitui seu pai na chefia do Estado e promete uma nova era de liberdades e o retorno à abertura política (Wright, 2006). No ano seguinte, cumprindo as suas promessas, al-Khalifa apresenta uma Carta de Ação Nacional que prevê o estabelecimento de uma monarquia constitucional e a extensão das liberdades políticas. Garante aos xiitas que o parlamento será representativo, o que certamente explica a razão por que 98,4% da população aprova a Carta em referendo. Porém, a nova constituição institucionaliza uma assembleia bicameral que atribuía mais poderes à câmara alta, cujos membros eram nomeados pela monarquia, do que à câmara baixa eleita por sufrágio popular. Em 2002, al-Khalifa declara-se o primeiro Rei do país. A maioria xiita considera estas mudanças como uma traição às promessas da reforma e acusa o regime de discriminação sistémica (Wehrey, 2014, pp. 41-45). A partir deste momento, as “reformas” passaram a ser vistas pela minoria sunita como uma reivindicação exclusiva da comunidade xiita, um instrumento para a conquista do poder no país. Em vez de um projeto genuinamente nacional de modernização política, a liberalização passa a ser conotada com uma agenda de cariz sectária. Está criado o impasse.

Antes das manifestações da praça Pearl, as eleições de 2010 foram objeto de críticas extensas por parte da maioria xiita. Acusa-se o governo de praticar *gerrymandering*, ou seja, de definir as fronteiras dos distritos eleitorais de modo a conceder vantagens eleitorais à comunidade sunita. Por outro lado, um mês antes das eleições, e invocando a lei antiterrorista de 2006, o governo ordena a detenção de vinte e três líderes xiitas. Ainda assim, a *al-Wefaq*, a maior associação política xiita do país, obtém uma pluralidade dos representantes da câmara baixa (Voice of America, 2010). É neste quadro de tensão política que a queda de Mubarak no Egito inspira a comunidade xiita a convocar novas manifestações, na esperança de ver aprovada uma agenda reformista politicamente equitativa.

No dia 17 de fevereiro, que ficaria conhecido como a “Quinta-feira Sangrenta”, as forças de segurança do regime assaltam a rotunda onde se concentravam os manifestantes xiitas, resultando na morte de 74 pessoas e mais de 600 feridos. Um dia depois, temendo uma investida mais violenta sobre os manifestantes, o presidente Barack Obama e Hillary Clinton condenaram a ação das forças de segurança<sup>15</sup>. Mas

---

15 Para uma visão crítica relativamente à reação de Washington aos acontecimentos ocorridos no Bahrein ver Diamond (2013).

as maiores manifestações ocorreriam uma semana depois, nos dias 22 e 25 de fevereiro. Confrontado com uma rebelião que ameaçava escalar, o príncipe-herdeiro Salman al-Khalifa apresenta um plano de reformas e convida os representantes dos manifestantes a iniciarem um diálogo formal com o regime. A 13 de março, o príncipe articula “sete princípios” que balizariam esse diálogo nacional – entre eles, um parlamento independente, um governo que respeitasse os anseios do povo e a criação de círculos eleitorais mais representativos (Lilli, 2015, p. 174). Com efeito, tratava-se de uma proposta que ia ao encontro das reivindicações tradicionais da oposição xiita. É justamente neste momento de abertura política que a *al-Wefaq*, manifestamente saturada com promessas de reformas nunca cumpridas pela família al-Khalifa, comete o seu maior erro estratégico: recusa o diálogo.

Em consequência desta decisão, no dia seguinte, a 14 de março, o *Gulf Cooperation Council* (GCC), a pedido do governo bahreinita, envia para o país um contingente militar do *Peninsula Shield Force*, composto por mais de mil soldados sauditas e 600 polícias dos Emirados Árabes Unidos (Nuruzzaman, 2013). Para todos os efeitos, o reino passa a ser um país ocupado pelas monarquias sunitas vizinhas. O Rei Hamad decreta um estado de emergência de três meses e, com a ajuda das tropas do GCC, as forças de segurança do Bahrein removem os manifestantes da praça Pearl, demolindo o *Pearl Monument*. Tendo a tensão social acalmado, o Rei acaba por levantar o estado de emergência antes da data prevista e, em 29 de junho, é criada a *Bahrain Independent Commission of Inquiry*, composta por cinco personalidades independentes, incumbida de averiguar os incidentes e eventuais violações dos direitos humanos<sup>16</sup>.

A “Primavera Árabe” bahreinita seria interrompida pela intervenção externa da potência regional sunita, a Arábia Saudita, com o apoio dos Estados Unidos, cuja Quinta Esquadra Naval se encontra sediada no Bahrein. A preocupação subjacente à intervenção era clara: o receio de que o processo de democratização terminasse com a conquista do poder pela maioria xiita que, depois, alinharia o reino com o Irão. Para além das implicações que tal mudança estratégica acarretaria para a região, a Arábia Saudita, receosa da sua própria minoria xiita da Província Oriental (Ash Sharqiyah), temia que um Bahrein dominado pelo xiismo incentivaria os xiitas sauditas a contestarem os al-Saud. Dir-se-á que a democratização do Bahrein sucumbiu perante a guerra fria que opõe o Irão e a Arábia Saudita em todo o grande Médio Oriente (Kinninmont, 2012, pp. 20-23)<sup>17</sup>.

A atuação de potências externas também determinou os destinos da Primavera Árabe na Líbia<sup>18</sup>. Contudo, no caso líbio, as considerações geoestratégias das gran-

---

16 Sobre os acontecimentos posteriores à intervenção militar saudita, ver Kinninmont (2012).

17 Ver também Mabon (2012; 2013).

18 Ver também Daalder e Stavridis (2012), Kuperman (2013) e Chivvis (2014).

des potências ocidentais produziram um desfecho deveras distinto: o colapso do tirano. Mas o fim do regime de Muammer al-Qadafi seria acompanhado pela implosão do estado líbio. Neste vazio de poder em que se transforma a Líbia depois da queda do ditador, as milícias que combateram al-Qadafi assumiram o controle de parcelas do território e o Estado Islâmico estabeleceu um centro de operações na costa leste, um palco a partir do qual visa estender a sua influência para o Magrebe. As quedas de Ben Ali e de Hosni Mubarak também inspiraram os protestos líbios que, seis meses mais tarde, culminaram com a morte do déspota. Uma semana após a queda do “faraó egípcio”, dezenas de milhares de manifestantes anti-Qadafi assumiam o controle da administração de Benghazi. Conquistada a cidade, grupos armados partiam a caminho de Trípoli determinados a derrubar o tirano que durante mais de quatro décadas impôs a sua visão excêntrica do mundo à população líbia e que preparava um dos seus filhos – Saif al-Islam al-Qadafi – como seu sucessor.

Em 1969, então um jovem oficial do exército de 27 anos, al-Qadafi lidera o golpe de Estado que afasta o Rei Idris I<sup>19</sup>. Forma-se um Conselho de Comando Revolucionário Líbio que abole a monarquia e proclama o estabelecimento da República Árabe Líbia. Sinalizando a sua adesão às ideais pan-arabistas de Nasser, al-Qadafi e os militares revolucionários adotam o lema que configura todo um programa político: “Liberdade, Socialismo e Unidade”. Os oficiais que lideraram o golpe organizam a União Socialista Árabe, que se torna, nos primeiros anos da nova república, o partido único que sustenta politicamente o regime. Ao longo dessa primeira década de poder, al-Qadafi emerge como a figura preponderante da nova ordem e, mais tarde, líder único. Com a passagem das décadas, tornou-se evidente que o pensamento político de al-Qadafi era uma amálgama pessoal, altamente idiossincrática, de ideais pan-arabistas, pan-islâmicas, pan-africanas e socialistas. Na frente externa, a Líbia de al-Qadafi aproxima-se da União Soviética, desta forma afastando-se dos Estados Unidos e do Reino Unido. O apoio líbio ao terrorismo internacional também afasta por várias décadas Trípoli das capitais ocidentais, fazendo do país um pária internacional.

No plano interno, a visão do líder líbio será explicitada nas páginas do seu célebre *Livro Verde*, uma tentativa algo confusa de fazer a síntese entre o islamismo, o comunismo e o capitalismo (Pargeter, 2012, pp. 85-91). O modelo político articulado através do *Livro Verde* transpõe-se para o Estado com a proclamação da Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, depois Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia (Hajjar, 1980). Oficialmente descrita como uma democracia direta das massas populares, a Jamahiriya era, no fundo, um despotismo absoluto dominado por Muammer al-Qadafi e o clã que o rodeava.

---

19 Sobre os anos de al-Qadafi, ver, Vandewalle (1998; 2008) e Pargeter (2012).

As primeiras manifestações populares contra o regime começam em fevereiro de 2011. As autoridades respondem com uma feroz vaga de repressão, resultando na divisão do país em blocos pró e anti-Qadaffi. A divisão correspondia a clivagens históricas que, ao longo dos anos de vigência do regime autocrático, foram contidas por al-Qadaffi. Divisões tribais, regionais e religiosas vieram ao de cima à medida que se consolidaram os dois blocos. Mais tarde, afastado o tirano, e perante o colapso do Estado, as lutas que se começaram a evidenciar durante a insurreição contra o regime de al-Qadaffi garantiam que a Líbia emergia do caos como um Estado falhado espartilhado entre diversas milícias.

Talvez indicando a sua plena descolagem face à realidade do país, al-Qadaffi julgava ser imune à contestação que alastrava na região. As primeiras grandes manifestações ocorreram no dia 17 de fevereiro na cidade de Benghazi, local onde o regime sempre enfrentara maior resistência e onde manifestações periódicas anti-Qadaffi tinham ocorrido no passado recente. Rapidamente os protestos evoluíram para a insurreição armada, e o regime perde o controlo definitivo de Benghazi e outras cidades do leste. O regime reage com violência extrema e, talvez mais importante, al-Qadaffi, perante os *media* internacionais, declara que irá de “casa a casa” para “limpar” os “ratos e baratas”, mesmo que para isso fosse necessário fazer “correr rios de sangue” (Rojas, 2011). A intenção de al-Qadaffi, expressa numa linguagem sanguinária raramente utilizada publicamente, levanta o espectro de um massacre sem paralelo e, por isso, incentiva os Estados Unidos, França e Reino Unido a equacionar a intervenção militar.

A situação de al-Qadaffi deteriora-se quando, no dia 11 de março, a Liga Árabe solicita junto das Nações Unidas o estabelecimento de uma zona de interdição aérea para proteger as populações civis (Bronner e Sanger, 2011). Com a ofensiva de al-Qadaffi contra os rebeldes de Benghazi a decorrer, Mustafa Abdul Jalil, o líder do Conselho Nacional de Transição, avisa a comunidade internacional que a retomada da cidade pode custar meio milhão de vidas. Perante a ameaça humanitária criada pela ofensiva de al-Qadaffi, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adotou, em 17 de março de 2011, a Resolução 1973, proposta pela França, Reino Unido e Líbano<sup>20</sup>. Exige-se o fim da violência contra a população civil e cria-se uma zona de interdição aérea para assegurar esse fim. Autoriza-se o uso de “todos os meios necessários” para proteger a população civil, exceto a formação de uma “força de ocupação estrangeira”. Desta forma se excluía o modelo de intervenção usado no Iraque para derrubar Saddam Hussein, optando-se pelo modelo que levou ao afastamento de Slobodan Milosevic do poder.

Mas, desde o início, era evidente que a resolução iria além do mero estabelecimento de uma zona de segurança aérea e da proteção da população civil. Curiosamente, e

---

20 Para uma discussão sobre esta questão ver Schmitt (2011).

revelando uma inesperada ingenuidade ou indiferença perante esse propósito, Rússia e a China abstiveram-se, assim garantindo a passagem da resolução. Duas razões talvez expliquem este sentido de voto dos dois membros permanentes do Conselho de Segurança. Primeiro, Moscovo e Pequim não possuíam interesses estratégicos na Líbia, nem relações de proximidade com al-Qadaffi. Segundo, e menos verosímil, nem a Rússia nem a China esperaram que a proteção da população civil se transformasse numa missão de mudança de regime.

De qualquer forma, a intervenção militar na Líbia começou no dia 19 de março, dois dias após a passagem da Resolução 1973, com caças franceses a atacarem uma coluna de tropas leais a al-Qadaffi que caminhava para Benghazi (Kirkpatrick, Erlanger, Bumiller, 2011). Ao mesmo tempo, submarinos britânicos lançavam mísseis *Tomahawk* com o intuito de degradar as defesas aéreas do regime. Dez países – posteriormente, mais sete aderiram – da Europa e Médio Oriente formam a coligação internacional e, a 31 de março, a NATO assume o comando das operações. Em consequência dos bombardeamentos, a ofensiva preconizada das forças de al-Qadaffi contra os rebeldes de Benghazi é abortada e, para todos os efeitos, a NATO passa, *de facto*, a ser a força aérea dos rebeldes. A missão de proteger a população civil dava lugar a uma ofensiva militar desenhada para derrubar o déspota.

Seis meses depois, a 20 de outubro de 2011, obrigado a abandonar Trípoli, com o seu regime destruído, o déspota procura resistir até ao fim em Sirte, bastião das forças leais a al-Qadaffi. Cercado por combatentes de milícias rebeldes, o faraó é capturado e sumariamente executado. Dir-se-á que a morte do déspota constituía uma antevisão do caos e arbitrariedade que caracterizaria a Líbia pós-Qadaffi. Após a execução de al-Qadaffi, intensificaram-se as diferenças tribais, religiosas, regionais e ideológicas no país. Neste momento, existem dois parlamentos que reclamam a legitimidade política no país, enquanto a ausência de um Estado funcional permite ao “Estado Islâmico” controlar uma faixa de terra junto ao litoral que utiliza para lançar ataques a alvos ocidentais (Engel, 2015).

### **As Lições da “Primavera”**

As revoltas da “Primavera Árabe” foram, antes de mais, uma brusca e frequentemente violenta expressão popular de descontentamento generalizado com a vida política na região. Milhões de pessoas rumaram às ruas e ocuparam as praças das grandes cidades árabes porque rejeitavam o *status quo*, porque chegaram à conclusão que o estado das coisas era simplesmente inaceitável. Tratava-se de protestos difusos, contra a ordem estabelecida. Esta era simultaneamente a força e a fraqueza dos movimentos que saíram à rua contra os tiranos. Era uma fonte de força porque potencializava uma grande unidade oposicionista; era a fonte de fraqueza porque, uma vez assegurado o derrube do déspota, os movimentos fragmentavam-se ante a necessidade de fazer escolhas políticas sobre a configuração do futuro regime.

Essa fragmentação, por sua vez, abre o caminho a retrocessos, como acontece no Cairo quando os militares derrubam o presidente Muhammed Morsi.

Salienta-se que as revoltas não resultaram de crises económicas; isto é, o *driver* da contestação de massas não foi a fraca *performance* económica dos regimes. Até porque as economias dos países analisados neste trabalho passavam por uma fase de crescimento relativamente robusto. Na década anterior à queda de Ben Ali, a economia tunisina cresceu, em média, 5% ano. Verifica-se, também, um aumento de rendimento *per capita* de 3,2715 USD (em 2005) para 4,176 USD (em 2010)<sup>21</sup>. No caso egípcio, o Produto Interno Bruto registava um aumento real de 7,2% (em 2008), antes de recuar, na sequência da crise financeira internacional, para uns respeitáveis 4,7% (em 2009)<sup>22</sup>. Números semelhantes podem ser citados para o Bahrein. Já a Líbia, com as suas vastíssimas reservas energéticas, poderia apontar, nos anos de al-Qadaffi, para um dos rendimentos *per capita* mais elevados do mundo. Se é verdade que as economias árabes não ficaram inteiramente imunes aos choques provocados pela crise de 2007/08, é igualmente verdade que esses choques foram absorvidos com alguma celeridade.

Procurando explicar as causas da “Primavera Árabe”, a questão verdadeiramente importante não é a de saber se os indicadores macroeconómicos apontavam para o crescimento mais ou menos robusto do Produto Interno Bruto. A verdadeira questão essencial é outra: como eram distribuídos os ganhos económicos e que tipo de acesso existia às oportunidades que o crescimento produzia, independentemente das especificidades nacionais inerentes a esses critérios? Em todos os casos analisados, existiam duas perceções generalizadas na rua árabe. Primeiro, os ganhos não eram distribuídos segundo critérios de justiça, mas sim através da corrupção (Robbins e Jamal, 2015). Não surpreende, pois, que os regimes contestados eram todos acusados de corrupção generalizada. Segundo, os frutos do crescimento económico estavam a ser canalizados para as “famílias” dos tiranos, para uma casta cujo acesso ao poder garantia-lhe o acesso ao enriquecimento. No caso específico da Tunísia, a casta devoradora resumia-se à família alargada de Ben Ali, simbolizada na pessoa da mulher do presidente. No caso do Bahrein e outras monarquias do Golfo, nem sempre era possível distinguir entre a riqueza nacional e a riqueza da casa real.

No Egito, uma sociedade consideravelmente mais complexa, o conceito “família” era mais vasto: a casta englobava o universo dos aliados e colaboradores de Hosni Mubarak. Quando, em novembro de 2008, o Cairo anuncia um ambicioso programa de privatizações – que visa complementar as privatizações de 1991, impostas pelo

---

21 Os valores são da *Statistiques Tunisie* e podem ser consultados em <http://regions.ins.tn/qmaotte/tunisia-gdp-per-capita>.

22 Os valores são da *Egypt Data Portal* e podem ser consultados em <http://egypt.opendataforafrica.org/ppwkczy/egypt-gdp>.

FMI – desenhado para dismantelar o modelo económico de Nasser, Mubarak deliberou que seria o seu filho Gamal– e putativo sucessor – a supervisioná-lo (Saif e Choucair, 2008). Com efeito, seria Gamal a determinar os grupos – invariavelmente aliados da família Mubarak – a serem beneficiados com os ativos alienados pelo Estado. No caso líbio, a família al-Qadaffi assumiu um papel preponderante na vida económica do país. Apontado com sucessor do tirano, o filho mais velho de al-Qadaffi, Saif al-Islam al-Gadaffi, advogava o reformismo económico, um programa de privatizações e a abertura ao investimento estrangeiro. O mesmo padrão verificou-se na Síria e no Iémen. Dito de forma mais simples, nas sociedades árabes gerou-se a convicção de que as lideranças políticas utilizavam o poder para acumular fortunas para as suas famílias, amigos e aliados. Daí que as acusações de corrupção feitas pelos manifestantes em praticamente todos os países tocados pelos ventos da “Primavera Árabe” devem ser entendidas como uma condenação política dos regimes, e não apenas como uma censura moral da corrupção (Clancy-Smith, 2016).<sup>23</sup>

O problema da corrupção talvez fosse ultrapassável se os autocratas conseguissem preservar o pacto informal há décadas em vigor entre as lideranças e a população; isto é, se, em troca da desmobilização política, o Estado continuasse a garantir um nível aceitável de bem-estar coletivo. Estados com vastas reservas de gás e petróleo conseguiram aumentar os gastos com programas sociais e, assim, preservaram a estabilidade. A Líbia e as monarquias do Golfo, particularmente a Arábia Saudita, optaram por esta estratégia. Mas era uma escolha vedada às elites na Tunísia e no Egito, destituídos de recursos energéticos e a braços com a necessidade de reduzir encargos orçamentais correntes. À medida que os apoios e subsídios eram retirados aos bens essenciais, os preços aumentavam vertiginosamente. No Egito, por exemplo, os preços dos alimentos essenciais subiram em 19% no ano anterior ao início da contestação a Mubarak (Gaub, 2012). A erosão do regime agudizava-se à medida que se rompia o pacto informal com a população.

Particularmente grave era o facto de as economias árabes serem incapazes de gerar empregos em número suficiente para as suas populações jovens. Os investimentos massivos feitos ao longo de décadas na educação serviram para qualificar faixas significativas da população, para possibilitar que aspirassem à mobilidade social. A aposta na educação era, aliás, uma das conquistas invocadas pelos autocratas para legitimarem o seu poder. Porém, a ausência de inovação na economia, e o peso

---

23 Todavia, em 2013, na sequência das revoluções árabes, a “Transparência Internacional” elaborou um estudo de opinião que revelava que em três dos quatros países inquiridos – Egito, Tunísia e Iémen – a opinião pública considerava que a corrupção aumentara desde o colapso dos tiranos. No Egito, 80% dos inquiridos responderam afirmativamente. A Líbia constituiu a exceção; 46% afirmaram que houvera uma diminuição da corrupção (Torchia, 2013).

esmagador do funcionalismo público – por exemplo, 70% dos postos de trabalho na Líbia eram no sector público –, significava que não era possível gerar empregos em número suficiente para absorver os quadros qualificados. Dos 2,4 milhões de egípcios que se encontravam desempregados em 2009, 35% possuíam graus universitários – no Cairo, a percentagem subia para os 54%. Considerando que 60% da população dos países árabes tem idade inferior a 30 anos, e 30% encontra-se na faixa dos 14 a 24 anos de idade, percebe-se o colossal *youth bulge* existente nas sociedades do Magrebe e do Médio Oriente (Hoffman e Jamal, 2012). Por exemplo, no Bahrein, em 2010, 42% da população tinha uma idade inferior a 20 anos, e apenas 4,1% tinha mais do que 65 anos de idade. Face às expectativas frustradas pela promessa de novas oportunidades e mobilidade social resultantes da educação universal, não surpreende que a “Primavera Árabe” fosse largamente conduzida por jovens com menos de trinta anos.

Com efeito, as revoluções que consubstanciam a “Primavera Árabe” foram dinamizadas pelas camadas mais jovens de sociedades extremamente jovens. Há, no mundo árabe, um número elevado de jovens que sente, de forma desproporcional, os efeitos do desemprego e da ausência de oportunidades. Tudo isto é inegável. Contudo, o que vale a pena frisar é que a natureza do problema é política e não económica. Depois de terem gerado tremendas expectativas junto das suas populações, os despotismos desta região revelaram-se incapazes de responderem às novas exigências sociais que resultaram dos projetos de modernização lançados por estes regimes na década de 1960. Não conseguem, em 2010/2011, responder às novas realidades porque, em larga medida, as instituições criadas 40 anos antes mostraram-se demasiado rígidas para absorver novas camadas sociais que, compreensivelmente, se alienaram das instituições políticas ossificadas. Daí que os manifestantes tenham insistido na necessidade de romper com o *status quo*, com as coisas como elas eram. Numa palavra, exigiam o fim da estagnação.

Confrontados com a estagnação provocada por regimes que, depois de quatro décadas, fossilizaram, os manifestantes que saíram para as ruas durante a “Primavera Árabe” direcionaram a sua ira contra quem se empenhara em criar regimes dinásticos. Na década de 1990, o presidente sírio Hafez al-Assad estabeleceu o precedente ao transformar a sua ditadura republicana num regime dinástico (Ahram, 2002; Taylor, 2014, pp. 83-113). É certo que a tradição dinástica tem raízes profundas nas sociedades tribais do Magrebe e do Médio Oriente, mas a promessa igualitária republicana do nasserismo e do baathismo não era compaginável com o estabelecimento de dinastias políticas. Assad, portanto, inovou quando começa a preparar o seu filho Basel para o suceder na presidência síria. Todavia, quando, em 1994, Basel morre num acidente de viação, outro filho, Bashar, emerge como putativo herdeiro do poder ditatorial de al-Assad. Ao mesmo tempo, no Egito, Gamal Mubarak, o mais novo dos dois filhos do presidente Hosni Mubarak, começa a ser preparado

como sucessor do presidente octogenário. Na Líbia, al-Qadaffi, no poder em Trípoli desde 1969, toma passos para transferir o poder para um dos seus filhos, Saif al-Islam. Se a perpetuação de regimes arcaicos era crescentemente inaceitável para grande parte das populações árabes, a perpetuação do poder da família durante mais uma geração era, simplesmente, inimaginável.

Esta tentativa de estabelecer dinastias familiares resultava da natureza intrínseca dos regimes criados pelos faraós. Dito de forma diferente, os autocratas, por razões de lealdade, rodeavam-se com elementos da sua família direta, muitos dos quais ocupavam os lugares mais sensíveis no aparato de segurança nacional. A penetração das famílias nas estruturas do Estado – e, sobretudo, nos serviços de informações (*mukhabarat*) e nas forças armadas – contribuiu para a “desinstitucionalização” dos regimes, ou seja, as instituições eram crescentemente destituídas de autoridade e esvaziadas de legitimidade (Sadiki, 2009). Confundia-se o Estado com o poder pessoal do tirano e da “família”. Por conseguinte, quando o Estado deixa de ter capacidade para responder ao aumento de expectativas da população, não era possível evitar que a responsabilidade pelas disfuncionalidades do sistema fosse diretamente atribuída ao déspota. Então qual a razão que leva os ditadores a enfraquecerem o Estado e a esvaziarem as instituições? A resposta é óbvia: instituições estatais fortes – particularmente as forças armadas – constituíam uma fonte alternativa de legitimidade e de poder, constituíam uma ameaça ao poder absoluto do tirano. Alias, golpes de Estado eram tudo menos infrequentes na região.

Eis uma das razões que explica os desfechos dissimilares nos vários países. Na Tunísia, a instituição militar, que se via como o garante da integridade do Estado, mantivera alguma distância relativamente ao regime. Por isso, instigada a suprimir a população, permitiu o afastamento do ditador e o desmantelamento do regime. A Tunísia foi, de facto, o único país onde se assiste à mudança pacífica de regime. Na Líbia também se verificou a mudança de regime, mas através de uma intervenção militar externa. A natureza pessoalista do regime, e a fraqueza das suas instituições, incluindo as forças armadas, levou à implosão de um Estado que já era extremamente débil. No Egito, a instituição militar afasta o déspota para preservar o essencial do regime, e os privilégios das forças armadas, criado pelo Movimento dos Oficiais Livres. No Bahrein, as reivindicações dos manifestantes incidiram sobre a natureza institucional da monarquia, particularmente os poderes do parlamento e a natureza da representação política da maioria xiita.

Com efeito, o papel adotado pelas forças armadas nos processos de contestação aos regimes autocráticos revelar-se-ia determinante para o sucesso ou fracasso da transição<sup>24</sup>. Dir-se-á que quanto mais coesa era a instituição militar, mais capacidade

---

24 Para um excelente estudo comparativo do papel das forças armadas na “Primavera Árabe” ver Barany (2011).

detinham para moldar o processo revolucionário. Um dos aspetos que explica a violentíssima mudança na Líbia reside no facto de al-Qadaffi, temendo golpes de Estado, ter, ao longo das décadas, enfraquecido as forças armadas, substituindo-as por tropas especiais pessoalmente leais e usualmente comandadas por membros da família (Gaub, 2013). O padrão repetia-se na Síria, no Iémen e, antes disso, no Iraque de Saddam Hussein.

Mas talvez o caso egípcio seja de todos, o mais interessante. Aí as forças armadas eram os fundadores do regime, a vanguarda do projeto de modernização nacional nasserista, a instituição que tutelava o regime e escolhia os chefes de Estado que, esperava-se, respeitariam o poder e os interesses corporativos da instituição. Mubarak verdadeiramente nunca tentou enfraquecer a instituição; pelo contrário, até aumentou o papel das forças armadas na economia. Pode-se dizer que, para a hierarquia militar, a intenção de Mubarak de firmar a sucessão dinástica de Gamal era o principal perigo que se adivinhava no horizonte. A criação de uma dinastia teria, como consequência, o resultado de minar o papel tutelar das forças armadas sob o regime, de criar uma legitimidade dinástica que, mais cedo ou mais tarde, forçosamente colidiria com os interesses corporativos da instituição militar. Impunha-se, portanto, remover Mubarak para conservar o essencial.

Seria impossível avaliar a “Primeira Árabe” sem referir o impacto da intervenção das potências externas que se envolveram no *tsunami* revolucionário que assolou o Magrebe e o Médio Oriente. No Iémen e na Síria, a intervenção militar de países como a Rússia, a Arábia Saudita e os Estados Unidos não produziu uma façanha vitoriosa; mas certamente evitou a derrota de al-Assad e das forças que combatem os Houthis iemenitas. Quanto à Líbia, nenhuma dúvida pode restar quanto ao papel determinante desempenhado pela NATO no desaire de al-Qadaffi. Se a NATO não fosse a *de facto* força aérea dos insurretos, al-Qadaffi provavelmente teria sobrevivido à insurreição. A questão, então, passa a ser: por que razão a NATO tomou a decisão de intervir?<sup>25</sup> Os motivos da França parecerem relativamente óbvios: depois dos erros cometidos na Tunísia, o presidente francês, Nicolas Sarkozy, viu na Líbia uma oportunidade para reconquistar a popularidade perdida junto da opinião pública francesa (Vinocur, 2011). Quanto aos Estados Unidos, agir na Líbia, uma opção que dividia a administração Obama, afigurava-se como uma oportunidade para retomar a iniciativa política na região depois das respostas tardias e algo contraditórias dadas pela Casa Branca aquando dos protestos no Egito.

Obama confrontava-se com a seguinte dúvida: se a guerra contra o terrorismo trouxe ganhos geoestratégicos para os Estados Unidos, os acontecimentos verificados no Egito colocavam Washington perante o dilema de saber como apoiar uma

---

25 Sobre os fatores que levaram as potências a intervir militarmente na Líbia, ver Byman (2013).

agenda de democratização em países autocráticos mas estrategicamente vitais? Dito de outra forma, como conciliar o imperativo estratégico de apoiar ditadores no curto prazo para assegurar a estabilidade com o compromisso de promover a democratização a longo prazo? O dilema, já expresso no célebre “discurso do Cairo” de 2009 proferido por Barack Obama, resultava de outro paradoxo: os processos de democratização em sociedades radicalizadas por regimes autocráticos apoiados pelos Estados Unidos aumentavam o risco de que os governos sucessores fossem adversos aos interesses de Washington. A vitória dos *ayatollahs* no Irão exemplifica os perigos inerentes a ruturas revolucionárias com regimes longamente apoiados pela Casa Branca. De acordo com esta analogia, prosseguir a democratização em países como o Egito levantava o risco de aliados – como era Hosni Mubarak – serem substituídos por movimentos islamitas profundamente hostis aos interesses americanos. Estes dilemas explicam as ambiguidades de Barack Obama quando confrontado com as manifestações na praça Tahrir nos primeiros meses de 2011.

Por outro lado, vários regimes árabes, incluindo o líbio, davam um contributo importante para o esforço americano contra o terrorismo internacional. Por exemplo, após os atentados de 11 de Setembro de 2001, Tunes mostrou-se solidária com a “*war on terror*” da administração Bush (The White House, 2004). Apesar do manifesto autoritarismo do regime, a solidez, estabilidade e o carácter secularista do governo tunisino faziam de Ben Ali um relevante aliado regional de Washington. A situação não era muito diferente na Jordânia, no Egito, na Argélia ou no Iémen. Por isso, durante o período que antecede a queda do antigo líder tunisino, as autoridades americanas são acusadas de morosidade em declarar o seu apoio às manifestações antigovernamentais. A resposta norte-americana aos acontecimentos torna-se progressivamente mais favorável à nova ordem política tunisina, e, depois da fuga de Ben Ali, Barack Obama finalmente “condena o uso da violência contra cidadãos pacificamente expressando as suas opiniões na Tunísia, e eu aplaudo a coragem e a dignidade do povo da Tunísia”. Mas o apoio expresso ao processo revolucionário tunisino, tido como democrático, não era sinónimo de apoio aos movimentos contestatários que começaram a grassar no Médio Oriente.

Outra, e eventualmente mais profunda, ironia da “Primavera Árabe” prende-se com o dilema que suscitou em Israel. Dir-se-á que o Estado hebraico, desde o advento dos regimes nacionalistas árabes que utilizavam a retórica anti-israelita para mobilizar apoios nacionais, sabia o que esperar dos seus vizinhos árabes. A previsibilidade relativa dos Estados árabes era um ativo estratégico para os chefes militares israelitas. As mudanças associadas à “Primavera Árabe” representavam, por várias razões, um perigo tremendo para Telavive. Primeiro, introduziam novos atores políticos – tais como a Irmandade Muçulmana – que, previsivelmente, seriam mais implacáveis com Israel do que os líderes nacionalistas. Isto porque governos que emergissem do sufrágio popular teriam a tendência para ser mais beligerantes

na medida em que as campanhas eleitorais provocavam uma corrida à retórica anti-israelita. A experiência de Israel com as eleições na Autoridade Palestiniana – e os resultados obtidos pelo Hamas na Faixa de Gaza – demonstravam que a democratização árabe tendencialmente aumentava o perigo existencial enfrentado por Israel. Com efeito, a campanha eleitoral egípcia, e a presidência de Morsi, serviram para confirmar os receios quanto à segurança do Estado hebraico.

Não eram só os israelitas que temiam a abertura política e a subsequente dinâmica resultante da competição eleitoral em Estados árabes recém-democratizados. As minorias que habitavam estes países só poderiam olhar para a democratização com alguma inquietação. É certo que grupos historicamente discriminados, como a tribo Warfalla na Líbia ou os xiitas do Bahrein, ansiavam pela mudança. Mas é igualmente verdade que a minoria cristã copta no Egito, os cristãos sírios, os curdos e os alauitas não poderiam senão ter uma posição mais ambígua em relação a qualquer alteração de poder. Estes anseios confirmaram-se no Egito quando grupos islamitas provocaram motins que vitimizaram centenas de cristãos coptas. Na Síria, o problema tornar-se-ia ainda mais dramático à medida que a guerra civil se prolongava. Porque as alternativas eram consideravelmente piores, as minorias cristã, curda, alauita, yazidi e outras acabariam por apoiar o regime de al-Assad à medida que as milícias sunitas dominavam a insurreição síria. Na Tunísia, perante a possibilidades de os islamitas do *Ennahda* questionarem o laicismo, grupos ligados aos diretos das mulheres passaram a desempenhar um papel de crescente resistência à tentativa de islamizar o país.

Na ausência de instituições que possam atenuar a demagogia e garantir os direitos cívicos e políticos das minorias, a democracia transforma-se numa lógica implacável de maiorias a governar contra minorias. Dir-se-á que a virtude da política democrática reside na proteção concedida às minorias face às tentações hegemónicas das maiorias. Este caminho de impor a hegemonia maioritária foi evitado na Tunísia, mas foi seguido por Muhammed Morsi antes de ser derrubado pelos militares egípcios. Capazes de mobilizar as maiorias em vários países árabes, os movimentos islamitas ameaçam utilizar a democracia eleitoral para erguerem novas tiranias. Ante esta possibilidade, não surpreende que vários grupos minoritários acabaram por apoiar o mal conhecido, seja ele al-Assad ou al-Sidi. Mas, ao enveredar pelo caminho menos mau, não se resolvem os impasses estruturais que provocaram as rebeliões da “Primavera Árabe”. As causas permanecem; apenas se alongou o horizonte da crise.

Por último, um aspeto positivo: as revoluções árabes revelaram a ineficácia da estratégia jihadista seguida pela *al-Qaeda* e os demais grupos salafistas. As guerras insurreccionais que estes grupos conduziram durante décadas contra os autocratas da Argélia, da Arábia Saudita, do Egito e outros países saldaram-se pelo fracasso. Na Argélia e no Egito, o Estado respondeu com igual violência. Ao mesmo tempo,

a ameaça que estas organizações comportavam davam aos regimes autocráticos uma justificação para manter ou, em muitos casos, intensificar a repressão. Até al-Qadaffi e al-Assad, em nome do combate ao terrorismo, conseguiram obter a anuência de países ocidentais quando surgiam as reprovações relativamente às violações dos direitos humanos. Ironicamente, seria a contestação pacífica de populações saturadas com os faraós que abalava as tiranias, e em alguns casos, levaram o faraó a abandonar o poder. Dir-se-á que os resultados da “Primavera Árabe” foram poucos, mas, comparados com os resultados obtidos pela *al-Qaeda* e seus aliados, foram inegavelmente mais extensos e duradouros.

### **Conclusão**

Dir-se-á, com cinco anos de retrospectiva, que as esperanças expressadas pela euforia das massas populares que ocuparam as ruas e as praças ao longo da “Primavera Árabe” dificilmente poderiam ser cumpridas. As revoltas, por muito orgânicas que fossem, esgotaram-se no objetivo que unia os contestatários: remover o tirano. Concretizado o derrube do ditador, frequentemente sobrevivia a ditadura porque o movimento popular se desagregara. Com efeito, apenas na Tunísia se afastou o autocrata e se desmantelou o regime autoritário. Visto numa ótica de democratização, muito dificilmente se poderá afirmar que a “Primavera Árabe” se cumpriu.

No entanto, onde eleições foram realizadas, a mobilização política e as campanhas eleitorais tiveram a consequência de aprofundar as clivagens que há muito permeavam estas sociedades. Isto numa fase em que as instituições representativas em vias de criação se revelaram manifestamente incapazes de absorver as reivindicações oriundas da sociedade civil. O resultado foram os impasses conhecidos – o caso mais evidente foi o egípcio – e o subsequente regresso ao poder autoritário.

Certamente o legado mais trágico da “Primavera Árabe” vive-se na Síria, onde, cinco anos depois do início da guerra civil, ainda não se vislumbra o fim da chacina. Não deixa pois de ser paradoxal que os ganhos do autoproclamado “Estado Islâmico no Iraque” e na Síria resultaram dos fracassos da “Primavera Árabe”, de processos que se saldaram pelo desmoronamento do Estado sírio. Os processos revolucionários líbio e iemenita também produziram guerras civis, Estados falhados e, em ambos os países, o “Estado Islâmico” preencheu o vazio.

Por último, a ironia da “Primavera Árabe” reside no facto de que os tiranos que mais intensamente utilizaram a força contra os manifestantes foram os que resistiram no poder. Hosni Mubarak e Ben Ali foram removidos da chefia do Estado porque perderam o apoio das suas respetivas instituições militares, as mais profissionalizadas do mundo árabe. Cinco anos depois, continuam a ser os militares que determinam os destinos de grande parte da região. Este dado, na medida em que as instituições militares proporcionam algumas garantias de estabilidade regional, tranquiliza muitas potências estrangeiras. Mas, em última análise, foram justa-

mente este tipo de regimes que criaram as condições que produziram as rebeliões da “Primavera Árabe”. Se assim é, haverá, num futuro mais ou menos próximo, outra “Primavera” das nações árabes.

## Referências

- Abboud, S. N., 2016. *Syria*. Cambridge: Polity Press.
- Abdel-Malek, A., 1962. *Egypt: Société Militaire*. Paris: Editions de Seuil.
- Ahram, A. I., 2002. Iraq and Syria: The Dilemma of Dynasty. *Middle East Quarterly*, 9(2), pp. 33-42.
- Ajami, F., 2012. *The Syrian Rebellion*. Stanford: Hoover Institution Press.
- Alexander, C., 2016. *Tunisia: From Stability to Revolution in the Maghreb*. New York: Routledge.
- al-Sayyid, M. K., 2003. “The Other Side of the Islamist Movement”. *Global Policy Program Working Paper n°33*, Carnegie Endowment for International Peace, pp. 7-21, disponível em <http://carnegieendowment.org/files/wp33.pdf>.
- Barany, Z., 2011. The Role of the Military. *Journal of Democracy*, 22(4), pp. 24-35.
- Beattie, K. J., 1994. *Egypt during the Nasser Years: Ideology, Politics, and Civil Society*. Boulder: Westview Press.
- Bill, J. A., 1969. The Military and Modernization in the Middle East. *Comparative Politics*, 2(1), pp. 41-62.
- Black, I., 2013. Mohamed Morsi: the Egyptian opposition charge sheet. *The Guardian*, 13 de julho de 2013, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2013/jul/03/mohamed-morsi-egypt-president-opposition>.
- Bronner, E.; Sanger, D. E., 2011. Arab League Endorses No-Flight Zone over Libya. *The New York Times*, 12 de março de 2011, disponível em [http://www.nytimes.com/2011/03/13/world/middleeast/13libya.html?pagewanted=all&\\_r=0](http://www.nytimes.com/2011/03/13/world/middleeast/13libya.html?pagewanted=all&_r=0).
- Brooks, R., 2013. Abandoned at the Palace: Why the Tunisian Military Defected from the Ben Ali Regime in January 2011. *Journal of Strategic Studies*, 36(2), pp. 205-220.
- Byman, D., 2013. Explaining the Western Response to the Arab Spring. *Journal of Strategic Studies*, 36(2), pp. 289-320.
- Cambanis, T., 2015. *Once Upon a Revolution: An Egyptian Story*. New York: Simon & Schuster.
- Chivvis, C. S., 2014. *Toppling Qaddafi: Libya and the Limits of Liberal Intervention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clancy-Smith, J., 2016. Lessons from a Small Place: The Dignity Revolutions in Tunisia, North Africa, and the Globe. In: M. L. Haas e D. W. Lesch, eds., *The Arab Spring: The Hope and Reality of the Uprisings* (2<sup>nd</sup> ed.). Boulder: Westview, pp. 10-39.

- Cody, E.; Warrick, J., 2011. Tunisia's president flees the country. *The Washington Post*, 15 de janeiro de 2011, disponível em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2011/01/14/AR2011011406895.html>.
- Colombo, S., 2014. The Military, Egyptian Bag-snatchers. *Insight Egypt*, nº5, disponível em [http://www.iai.it/sites/default/files/inegypt\\_05.pdf](http://www.iai.it/sites/default/files/inegypt_05.pdf).
- Cook, S. A., 2013. *The Struggle for Egypt: From Nasser to Tahrir Square*. Oxford: Oxford University Press.
- Daalder, I. H.; Stavridis, J. G., 2012. NATO's Victory in Libya: The Right Way to Run an Intervention. *Foreign Affairs*, 91(2), pp. 2-7.
- Diamond, L., 2013. Forsaken by the West: Obama and the Betrayal of Democracy in Bahrain. *The Atlantic*, 9 de janeiro de 2013, disponível em <http://www.theatlantic.com/international/archive/2013/01/forsaken-by-the-west-obama-and-the-betrayal-of-democracy-in-bahrain/266994>.
- Dillman, B., 2001. Facing the Market in North Africa. *Middle East Journal*, 55(2), pp. 198-215.
- Dreisbach, T; Joyce, R., 2014. Revealing Tunisia's Corruption under Ben Ali. *Al Jazeera English*, 27 de março de 2014, disponível em <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2014/03/revealing-tunisia-corruption-under-ben-ali-201432785825560542.html>.
- El-Ghonemy, M. R., 2004. An assessment of Egypt's Development Strategy, 1952-1970. In: E. Podes e O. Winckler. eds., *Rethinking Nasserism: Revolution and Historical Memory in Modern Egypt*. Gainesville: University Press of Florida, pp. 253-263.
- Engel, A., 2015. The Islamic State's Expansion in Libya. *Policy Watch* nº 2371, The Washington Institute for Near East Policy, 11 de fevereiro de 2015, disponível em <http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/other/POL2371-WithNotes.pdf>.
- Gana, N., 2013. *The Making of the Tunisian Revolution: Contexts, Architects, Prospects*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Gaub, F., 2013. The Libyan Armed Forces between Coup-Proofing and Repression. *Journal of Strategic Studies*, 36(2), pp. 221-244.
- Gaub, F., 2012. Understanding Instability: Lessons from the Arab Spring. *Arts and Humanities Research Council*, disponível em <http://www.ahrc.ac.uk/documents/project-reports-and-reviews/ahrc-public-policy-series/understanding-instability-lessons-from-the-arab-spring>.
- Gerbaudo, P., 2013. The Roots of the Coup. *Soundings*, nº 54, pp. 104-114, disponível em [https://www.lwbooks.co.uk/sites/default/files/s54\\_09gerbaudo.pdf](https://www.lwbooks.co.uk/sites/default/files/s54_09gerbaudo.pdf).
- Hajjar, S. G., 1980. The Jamahiriya Experiment in Libya: Qadhafi and Rousseau. *The Journal of Modern African Studies*, 18(2), pp. 181-200.
- Hauslohner, A., 2014. Egypt's 'Military Inc.' expands its control of the economy. *The Guardian*, 18 de março de 2014, disponível em <https://www.theguardian.com/world/2014/mar/18/egypt-military-economy-power-elections>.

- Hinnebusch, R., 2002. *Syria: Revolution from Above*. New York: Routledge.
- Hoffman, M.; Jamal, A., 2012. The Youth and the Arab Spring: Cohort Differences and Similarities. *Middle East Law and Governance*, 4(1), pp. 168-188.
- Hokayem, E., 2013. *Syria's Uprising and the Fracturing of the Levant*. London: Routledge.
- Hopwood, D., 1993. *Egypt, Politics and Society, 1945-1990*. New York: Routledge.
- Howard, P. N.; Duffy, A.; Freelon, D.; Hussain, M.; Mari, W.; Mazaid, M., 2011. Opening Closed Regimes: What Was the Role of Social Media During the Arab Spring? *Project on Information Technology & Political Islam, Working Paper 2011.1*, disponível em <https://www.library.cornell.edu/colldev/mideast/RoLe%20of%20Social%20Media%20During%20the%20Arab%20Spring.pdf>.
- Huntington, S. P., 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: Oklahoma University Press.
- Khalaf, R.; Saleh, H., 2011. Defiant Mubarak Refuses to Resign. *Financial Times*, 11 de fevereiro de 2011, disponível em <https://www.ft.com/content/07668e56-352d-11e0-9810-00144fe-abdc0>.
- Kirkpatrick, D., 2013. Army Ousts Egypt's President; Morsi is Taken into Military Custody. *The New York Times*, 3 de julho de 2013, disponível em <http://www.nytimes.com/2013/07/04/world/middleeast/egypt.html>.
- Kirkpatrick, D. D.; Erlanger S.; Bumiller, E., 2011. Allies Open Air Assault on Qaddafi's Forces in Libya. *The New York Times*, 19 de março de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/03/20/world/africa/20libya.html?pagewanted=all>.
- Kinninmont, J., 2012. Bahrain: Beyond the Impasse. *Chatham House, RIIA*, disponível em <https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Middle%20East/pr0612kinninmont.pdf>.
- Kuperman, A. J., 2013. A Model Humanitarian Intervention? Reassessing NATO's Libya Campaign. *International Security*, 38(1), pp. 105-136.
- Landler, M., 2011. Clinton Calls for 'Orderly Transition' in Egypt. *The New York Times*, 30 de janeiro de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/01/31/world/middleeast/31diplo.html>.
- Lawson, F. H., 1989. *Bahrain: The Modernization of Autocracy*. Boulder: Westview Press.
- Lesch, D. W., 2012. *Syria: The Fall of the House of Assad*. New Haven: Yale University Press.
- Lilli, E., 2015. Foreign Actors: A Double-Edged Sword Hanging over Contentious Politics in the Middle East". In: F. A. Gerges, ed., *Contentious Politics in the Middle East: Popular Resistance and Marginalized Activism beyond the Arab Uprisings*. New York: Palgrave, pp. 169-195.
- Lippman, T. W., 1989. *Egypt after Nasser: Sadat, Peace, and the Mirage of Prosperity*. St. Paul: Paragon House.

- Lister, C., 2015. *The Syrian Jihad: Al-Qaeda, the Islamic State and the Evolution of an Insurgency*. Oxford: Oxford University Press.
- Mabon, S., 2013. *Saudi Arabia and Iran: Power and Rivalry in the Middle East*. London: I. B. Tauris.
- Mabon, S., 2012. The Battle for Bahrain: Iranian-Saudi Rivalry. *Middle East Policy*, 19(2), pp. 84-97.
- Malik, N. A., 2014. Revolutionizing the Revolution: An Examination of Social Media's Role in the Egyptian Arab Spring. *Undergraduate Honors Thesis Collection, Paper n° 197*, disponível em <http://digitalcommons.butler.edu/ugtheses/197>.
- Matthiesen, T., 2013. *Sectarian Gulf: Bahrain, Saudi Arabia, and the Arab Spring that Wasn't*. Stanford: Stanford University Press.
- Nasser, G. A., 1955. *Egypt's Liberation: The Philosophy of the Revolution*. New York: Public Affairs Press.
- Netterstrøm, K. L., 2016. The Tunisian General Labor Union and the Advent of Democracy. *The Middle East Journal*, 70(3), pp. 383-398.
- Nordlinger, E. A., 1970. Soldiers in Mufti: The Impact of Military Rule upon Economic and Social Change in the Non-Western States. *American Political Science Review*, 64(4), pp. 1131-1148.
- Nuruzzaman, M., 2013. Politics, Economics and Saudi Military Intervention in Bahrain. *Journal of Contemporary Asia*, 43(2), pp. 363-378.
- Oren, M. B., 2002. *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Modern Middle East*. New York: Random House.
- Osman, T., 2013. *Egypt on the Brink: From Nasser to the Muslim Brotherhood*. New Haven: Yale University Press.
- Pargeter, A., 2012. *Libya: The Rise and Fall of Qaddafi*. New Haven: Yale University Press.
- Perkins, K. J., 2004. *A History of Modern Tunisia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Perlmutter, A., 1981. *Political Roles and Military Rulers*. London: Routledge.
- Quartey, K., 2010. The Impact of the Global Economic Crisis on Africa. In: J. Mangala, ed., *Africa and the New World Era: from Humanitarianism to a Strategic View*. New York: Palgrave, pp. 247-262.
- Rijkers, B.; Freund, C.; Nucifora, A., 2014. All in the Family: State Capture in Tunisia. *The World Bank Policy Research Working Paper 6810*, disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/pt/440461468173649062/pdf/WPS6810.pdf>.
- Robbins, M.; Jamal, A., 2015. Social Justice and the Arab Spring: Evidence from the Arab Barometer. *Arab Barometer Working Paper n°1*, disponível em <http://www.arabbarometer.org/content/wp1-michael-robbins-and-amaney-jamal-social-justice-and-arab-spring-2015>.

- Rojas, J-P. F., 2011. Muammar Gaddafi in his own words. *The Telegraph*, 20 de outubro de 2011, disponível em <http://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/africaandindianocean/libya/8838644/Muammar-Gaddafi-in-his-own-words.html>.
- Sadiki, L., 2009. Like Father, Like Son: Dynastic Republicanism in the Middle East. *Policy Outlook*, Carnegie Endowment for International Peace, disponível em [http://carnegieendowment.org/files/dynastic\\_republicanism.pdf](http://carnegieendowment.org/files/dynastic_republicanism.pdf).
- Saif, I.; Choucair, F., 2008. Egypt's Privatization Initiative Raises Questions. *Carnegie Endowment for International Peace*, 2 de dezembro de 2008, disponível em <http://carnegieendowment.org/sada/?fa=22479>.
- Sayigh, Y., 2012. Above the State: The Officers' Republic in Egypt. *The Carnegie Papers*, disponível em [http://carnegieendowment.org/files/officers\\_republic1.pdf](http://carnegieendowment.org/files/officers_republic1.pdf).
- Schmitt, M. N., 2011. Wings over Libya: The No-Fly Zone in Legal Perspective. *Yale Journal of International Law Online*, 36(2), pp. 45-58, disponível em <http://the-beacon.info/blog/wp-content/uploads/2011/05/wings-over-libya.pdf>.
- Seale, P., 1990. *Asad: The Struggle for the Middle East*. Berkeley: University of California Press.
- Shadid, A., 2011. Egyptian Military Dissolves Parliament. *The New York Times*, 13 de fevereiro de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/02/14/world/middleeast/14egypt.html?pagewanted=all>.
- Shin, D.C., 1994. On the Third Wave of Democratisation: A Synthesis and Evaluation of Recent Theory and Research. *World Politics*, 47(1), pp. 135-170.
- St. John, R., 1960. *The Boss: The Story of Gamal Abdel Nasser*. New York: McGraw-Hill.
- SUSRIS, 2011. King Abdullah Orders Social Benefits Package. *Saudi-US Relations Information Service*, 23 de fevereiro de 2011, disponível em <http://susris.com/2011/02/23/king-abdullah-orders-social-benefits-package>.
- Wikileaks, 2008. Corruption in Tunisia: What's Yours is Mine, 23 de junho de 2008, disponível em [https://wikileaks.org/plusd/cables/08TUNIS679\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/08TUNIS679_a.html).
- Taylor, W. C., 2014. *Military Responses to the Arab Uprisings and the Future of Civil-Military Relations in the Middle East: Analysis from Egypt, Tunisia, Libya, and Syria*. New York: Palgrave.
- The White House, 2004. President Bush Discusses War on Terrorism with Tunisian President. *The White House*, 18 de fevereiro de 2004, disponível em <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2004/02/20040218-2.html>.
- Torchia, A., 2013. Corruption worsened in Arab countries since uprisings: poll. *Reuters*, 9 de julho de 2013. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-mideast-corruption-survey-idUSBRE96805U20130709>.
- Trager, E., 2016. *Arab Fall: How the Muslim Brotherhood Won and Lost Egypt in 891 Days*. Washington: Georgetown University Press.
- Vandewalle, D., 2008. *Libya Since 1969: Qadhafi's Revolution Revisited*. New York: Palgrave.

- Vandewalle, D., 1998. *Libya since Independence: Oil and State-Building*. Ithaca: Cornell University Press.
- Vinocur, J., 2011. Libyan War Not a Sure Thing to Save Sarkozy. *The New York Times*, 11 de abril de 2011, disponível em <http://www.nytimes.com/2011/04/12/world/europe/12iht-politicus12.html>.
- Voice of America, 2010. Shiítes Advance in Bahrain Elections. *Voice of America*, 23 de outubro de 2010, disponível em <http://www.voanews.com/a/opposition-falls-short-of-majority-in-bahrain-election-105623528/128788.html>.
- Ware, L. B., 1988. Ben Ali's Constitutional Coup in Tunisia. *Middle East Journal*, 42(4), pp. 587-601.
- Ware, L. B., 1985. The Role of the Tunisian Military in the Post-Bourgiba Era. *Middle East Journal*, 39(1), pp. 27-47.
- Wehrey, F. M., 2014. *Sectarian Politics in the Gulf: From the Iraq War to the Arab Uprisings*. New York: Columbia University Press.
- Wright, L., 2006. *The Looming Tower. Al-Qaeda and the Road to 9/11*. New York: Vintage Books.
- Wright, S., 2006. Generational Change and Elite-Driven Reforms in the Kingdom of Bahrain. *Durham Middle East Papers, Sir William Luce Publication Series n°7*.
- Yassin-Kassab; Al-Shami, 2016. *Burning Country: Syrians in Revolution and War*. London: Pluto Books.
- Yazbek, S., 2012. *A Woman in the Crossfire: Diaries of the Syrian Revolution*. London: Haus Publishing.

# Why Democracy is its Own Worst Enemy?

*Cristiano Cabrita*

*Holds a Ph.D. in Political Science and International Relations from the Institute for Political Studies (Catholic University of Portugal) with a thesis on American Grand Strategy, neoconservatism and US Foreign Policy. He also holds a B.A. and a M.Sc. in International Relations from Lusíada University of Lisbon. In 2005 he earned an A.A. from the Institute for European Studies (Catholic University of Portugal). In 2008/2009, he was a visiting student at the University of Oxford (St. Antony's College) with a Calouste Gulbenkian Foundation scholarship. Along with it, he is also an investigator at The Research Center of the Institute for Political Studies (CIEP). He is currently a foreign affairs columnist of the Portuguese magazine Sábado. Since 2006 he works at the Mayor's office of his hometown, Albufeira, where is the Head of the Division of Communication, Public Relations and International Relations. Author of the book "Neoconservatism and American Foreign Policy", his primary research interests include American Foreign Policy; International Politics (namely Latin America and Asia-Pacific); Security Studies; Comparative Politics; Political Theory and International Relations Theory.*

## **Abstract**

The challenges that lay ahead for democracy are so serious that few political scientists have the courage to risk their reputation and pin down with relative accuracy what will happen on a five/ten/fifteen year basis. As a matter of fact, when the term "democracy" and "enemy" is used in the same sentence there's a natural and immediate tendency – for those who are lucky enough to live in electoral democracies – to look over the fence and not to our own backyard. That is to say, democracy's enemies, our enemies, are some sort of mythological creatures that live far far away from our perfect democratic bubble. This reasoning can be in part seen in the on-going debate about democracy's struggle against its external enemies. During the cold war period democracy was at "war" with communism and, before that, with national-socialism and fascism. Currently, democracy faces new enemies: global authoritarianism, international terrorism, religious extremism and Islamic fundamentalism. This thoughtfulness is only partly true. At least it's not the only reason why we are debating this matter today. According to this paper – and that's precisely part of the problem – democracy is to some extent its own worst enemy. Why? Because most of the issues that we're debating today are a result of a certain apathy and disentanglement of liberal democracies around the world in the last decade.

## **Resumo**

***Porque é que a Democracia é a sua Pior Inimiga?***

*Os desafios futuros que se colocam à democracia são tão graves que os cientistas políticos têm dificuldade (e coragem) em identificar com clareza o que vai acontecer nas próximas décadas. De facto, quando os termos "democracia" e "inimigo" são utilizados na mesma frase existe uma tendência natural, por parte daqueles que vivem nas sociedades democráticas do Ocidente, em procurar a fonte de todos os problemas fora da chamada "bolha democrática" ocidental. Ou seja, os "inimigos democráticos" – os nossos próprios inimigos – são criaturas mitológicas que vivem num horizonte longínquo. Na atualidade, esta linha de pensamento tem sido visível em torno do debate sobre a luta da democracia contra os seus "inimigos externos". Esta asserção não é inédita, nem recente. Durante o período da Guerra-Fria fomentou-se a ideia de que a democracia estava em "guerra" com o comunismo e, antes disso, com o nacional-socialismo e fascismo. Recentemente, estes "inimigos externos" ganharam uma nova dimensão com a emergência do autoritarismo mundial, do terrorismo internacional, do extremismo religioso e do fundamentalismo islâmico. O problema é que esta asserção está errada. Ou, pelo menos, não está totalmente correta. Concretamente, segundo o argumento explanado neste artigo, a democracia é, em certa medida, a sua pior inimiga. Porque? Porque a maioria das questões que estão hoje em dia a ser debatidas resultam de um elevado grau de inépcia, apatia, alheamento e desinteresse por parte das democracias liberais.*

The challenges that lay ahead for democracy are so serious that few political scientists have the courage to risk their reputation and pin down with relative accuracy what will happen on a five/ten/fifteen year basis. We probably will not find a completely satisfactory solution for most of the problems in hand shortly.

With this in mind, as an initial disclaimer, perhaps it is imperative to say at the outset that when the term “democracy” and “enemy” is used in the same sentence there’s a natural and immediate tendency – for those who are lucky enough to live in electoral democracies – to look over the fence and not to our own backyard. That is to say, democracy’s enemies, our enemies, are some sort of mythological creatures that live far, far away from our perfect democratic bubble. This reasoning can be in part seen in the on-going debate about democracy’s struggle against its external enemies. During the Cold War period democracy was at “war” with communism and, before that, with national-socialism and fascism. Currently, democracy faces new enemies: global authoritarianism, international terrorism, religious extremism and Islamic fundamentalism. This thoughtfulness is only partly true. At least it’s not the only reason why we are debating this matter today. Let’s elaborate on that last point.

Sir Winston Churchill’s famous quote is more than meaningful to describe the argument presented here: “When there is no enemy within, the enemies outside cannot hurt you”. From this point of view – and that’s precisely part of the problem – democracy is to some extent its own worst enemy. Why? Because most of the issues that we’re debating today are a result of a certain apathy and disentanglement of liberal democracies around the world in the last decade. One might say that this problem has two dimensions.

First, that lethargy fostered a deterioration of democracy’s quality at a state level. This “enemy” is rooted deeply inside the democratic system and is responsible for corruption and the undermining of the rule of law. In fact, we have witnessed a decay of democracy’s fundamental principles in western democracies. In the United States phenomenon’s like Donald Trump walk alongside with the lack of political legitimacy originated by Gerrymandering or The Two-Party System. In the United Kingdom and other parliamentary systems the problem is roughly the same with the first-past-the-post (FPTP) system. In France Marine Le Pen stormed the political foundations of democracy. In the European Union (EU) “democracy” remains a vague concept with the current top-down procedure and an elite-led process. Brazil’s impeachment process is just one more example of democracy’s corruption. In Portugal democracy’s paradoxes engendered a prime minister that wasn’t the most voted for in the last parliamentary elections. Last May, Austria just made a last-minute swerve away from the far right. On top of that, voter turnout has been in decline since the mid-1980s.

Secondly, consequently, and as a direct result of what’s happened at a state level, mainly in the US and Europe, it also cultivated an evident lack of legitimacy abroad.

As a result of this backdrop, democratic principles became more unappealing. The image of democracy is suffering in the world. Why should countries like Thailand; Bangladesh; Turkey and Ukraine (all of them with democratic breakdowns) look up to the United States, Brazil or Europe? They probably won't. One cannot speak of democracy promotion without first solving countless problems at State level. What is the point of having NATO "institutionalizing" democracy if the United States, France or the UK don't lead by example? What is the point of establishing Europe as a democracy lighthouse for neighbouring countries if we are currently witnessing the decline of democracy in East-Central Europe? What is the point of it all if EU Member States, like Hungary, are subjugated by far-right ideals and live under "populist democracies"? Again, what is the point of it all if EU Member States contradict the democratic spirit responsible for the construction of the EU project in the first place? Don't get the story wrong. The formula used by the United States after the II World War – the creation of a highly institutionalised political, economic and military international order established mainly on the principles of democracy, free-markets and peace – is still, to a certain extent, the best way to solve some of the current problems internationally. But we can't simply discard the state level perspective. Furthermore, Western states' inability to incorporate the normative dimension into foreign policy became more obvious and democracy promotion is nowadays a big "grey area". This situation paved the way to the resurgence of anti-democratic forces that are undermining democracy worldwide. The economic and political rise of authoritarian regimes (Russia, China, Venezuela, Saudi Arabia or Iran) – among others – is a result of this inefficiency and represents a direct challenge to the existing pro-democratic world order. That's why, supposedly, the world has been, to use Larry Diamond's (2015a, p. 152) words, in a "democratic recession (levels of democracy and freedom) in the last decade". As a result, the decline of democracy became a hot topic in academic and think-tank circles.

Overall the argument presented here is that we are facing one of the most challenging times in years for democracy. In fact, the years to come will be crucial regarding the preservation of democracy and its democratic foundations, both internally and externally. The negative trends associated to democracy need to be reversed, urgently. This argument will be developed in three main steps. First, it will analyse the reasons for the present deterioration of democracy's quality at a state level. Then, it turns to explore the debate around the growing political influence of the world's leading authoritarian regimes. Finally, Larry Diamond's argument will be used as a framework for a critical analysis of two main questions: Are we (really) facing a democratic decline? What can be done to resolve this problem?

### **Optimistic Democracy**

In the summer of 1989, Francis Fukuyama published in *The National Interest* magazine an influential – and soon to be world-wide known – essay called "The End of

History?". At the time, Fukuyama (1989, pp. 3-18) argued that we were perhaps witnessing "not just the end of the Cold War or the passing of a particular period of post-war history, but the end of history as such: that is, the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government". A few years later, the political scientist clarified the meaning of his argument with *The End of History and the Last Man*. What was suggested differed substantially from most interpretations, especially in one point: the meaning of "history". History as an aggregate set of events did not come to an end, but rather "history" understood as an "evolutionary process, consistent" and "unique". Fukuyama's (1992, pp. xii-xiii) intention was not to argue that there would be dramatic changes in society implying, therefore, the end of everything around us, but rather that there would be no more progress in the guiding principles and the institutions associated with it. Nevertheless, the central argument of his thesis remained: in the future parliamentary democracy (with its political/economic/cultural structure) and the rule of law would become more and more prevalent. This confidence on democracy led, for example, Mandelbaum (2002, p. 34) to argue that the reality of the post-Cold War world had portrayed almost faithfully Woodrow Wilson's dream: "much of the world was democratic".

Fukuyama's democratic optimism was reinforced soon after with Samuel Huntington's "Third Wave" (1996, p. 3)<sup>1</sup>. Huntington assessed that democracy's advances had occurred in three waves. His explanation stated that the first wave was initiated in 1828 with the extension of universal suffrage to fifty percent of all adult males living in the United States. Then this wave continued to grow until 1922, when it reached a peak of 29 democracies. From 1922 until 1942, the first "reverse wave" occurred reducing the number of democratic states to about 12. The Allied victory in World War II gave new life to the democratic spirit and in 1962 around 36 countries where democracies. The second "reverse wave" (1958-1975) saw numerous breakdowns, namely from Latin American countries and newly decolonized nations.

According to Huntington the "third wave of democratization" started with the Carnation Revolution in Portugal (25<sup>th</sup> April 1974) and extended to Greece, Spain; included the historic democratic transitions in Latin America in the 1980s; the Asia Pacific countries (Philippines, South Korea, and Taiwan) from 1986 to 1988; Eastern Europe after the collapse of the Soviet Union, and sub-Saharan Africa beginning in 1989. Between 1974 and 1990 at least 30 countries had made transitions to democracy expanding, consequently, the number of democratic governments in the world. As Plattner (2016, p. 3) argues, in this period, "democracy experienced the most massive global expansion in history. [...] democracy had shown that it appealed to people in every corner of the globe and that it could be successfully instituted in vastly diver-

---

1 For the original argument see Huntington (1991).

gent kinds of societies. As democracy expanded, its legitimacy grew, and its growing legitimacy fostered its further expansion". But after 1995 democratic expansion began to slow down until it stopped around 2005. Since then the rate of democratic breakdowns in the world has enhanced considerably. Although there has not been a "reverse wave", the number of democracies in the world didn't increase either. Not surprisingly, Freedom House, in this year's annual *Freedom in the World Report* released in January cites a consecutive 10<sup>th</sup> year of decline in freedom around the world. The detailed analysis put forward by Puddington and Roylance (2016) can be summed up in two ideas. First, global freedom is under pressure due to a certain ineptitude of western liberal democracies to cope with a series of important international challenges (Syrian Civil war; European migrant crisis; Crimea, etc.). Secondly, the existing context encouraged the rise of the Big Five authoritarian regimes: China, Russia, Iran, Venezuela, and Saudi Arabia. This background – that emphasize, in a broader sense, democracy's decline – serves as a starting point for this paper.

### **The World of Democracy?**

Let us then begin by analysing the challenges that democracy's quality endures at a state level. Last March, at the University of Minnesota Humphrey School, Larry Diamond (2015a, p. 152) publicly defended that America's democracy is in trouble. According to the Stanford political scientist, voters are increasingly dissatisfied with the two-party system and it's necessary to change it to bring in more independent voices and satisfy increasingly independent voters. We tend to agree with Larry. In Europe it's difficult to understand the existence of only two political parties. The US electoral system, first-past-the-post voting (FPTP voting) gives a real advantage to Democrats and Republicans since it creates a barrier to competition and keeps out smaller parties. Gerrymandering is partly a result of the lack of competition. Because people only have two realistic options, it makes it much easier for politicians to carve up districts which are favourable to them. It also makes it possible to break up populations so that they don't have a majority in any district and thus receive no representation. For instance, Thomas Carothers (2016) argues that "the deficiencies of democratic governance in the United States have snowballed in number and intensity, from the inability of the two main political parties to work productively together to the capture of the legislative process by elite interest groups to glaring shortcomings in the criminal justice system". Moreover according to Diamond's (2015a, p. 152) opinion there are additional signs of democratic ill health: "the diminished pace of legislation, the vanishing ability of Congress to pass a budget, and the 2013 shutdown of the federal government are only some of the indications of a political system (and a broader body politic) that appears increasingly polarized and deadlocked. As a result, both public approval of Congress and public trust in government are at historic lows". In 2015 Larry Diamond

(2015b) offered a practical solution for this matter: “changing how elections are structured can help depolarize U.S. politics without jeopardizing the democratic process”. He might be right or wrong. We don’t know. But something has to be done soon to enhance democracy’s quality in the United States.

In Europe the situation isn’t much better. The absence of democratic legitimacy in the EU is not a new problem. The European integration process remains a top-down procedure. More, regardless of the growing power of the European Parliament, it is still an elite-led process where the citizens have little or nothing to say. High politics are hardly subject to democratic oversight and thus the elaboration of policies by the elites rests upon tacit popular consent. If the EU wants to be serious about democracy, it needs to reach out to the public with important political, economic, cultural and security questions. The European citizens have to be engaged. The Mediterranean migrant crisis, the Ukraine crisis, the financial crisis, the terrorist attacks on European soil and the threat posed by the so-called Islamic State, to name a few, have raised serious questions about the EU’s role as a democracy “promoter”. If we add to this the complexity of relationships between Member States with the ultimate outcome of political divisions and the fact that some EU Member States regard the EU as a political process with clear-cut strategic objectives whilst others simply regard the EU as part of an economic process and thus consider it apolitical, then the future doesn’t look very hopeful.

At a state level, despite the fact they’re a long way from holding real power, there’s a realistic problem with the far-right in the European continent and what we can call the deconsolidation of democracy. In Austria, Norbert Hofer, the gun-toting far-right Freedom Party candidate, almost had victory within his grasp, until the postal ballot results clinched it for independent candidate Alexander Van der Bellen. Hofer would have been the first European far-right head of state since the end of World War II and its popularity is a clear concern. Also, Germany’s Alternative fur Deutschland (AfD), Britain’s United Kingdom Independence Party (UKIP), and France’s Front National (FN) are all having a real impact on debate in these countries. While others like the Danish People’s Party, the Swiss People’s Party, Hungary’s Jobbik, The Sweden Democrats and True Finns continue to exploit the fear that those in power are no longer accountable to citizens or represent their true interests.

Eligible voters are disillusioned with the political process and with politicians in general and they feel distant from it all. The result is a low voter turnout due in part to voter apathy. For instance, the May 2014 EU election saw the lowest voter turnout on record. And, with the exception of northern Europe, in most of the European countries voter turnout for presidential and parliamentary elections have been decreasing continuously over the years. In a country supposedly run by elected officials, disenchanted and inactive citizens means that when very few people vote, the politicians elected do not represent the beliefs and values of the general popula-

tion. Another criticism of democracy is that sometimes it allows paradoxes like voting in non-democratic forces or simply “misunderstandings” of what should be the true meaning of democracy including: minorities losing out to majorities (especially in countries that struggle to integrate/assimilate a large foreign population); the perception that democracy is still a “hostage” of the wealthy elites that: a) have fund-raising capability to become the final candidates that voters choose from and b) can “buy” more propaganda to convince the masses. Finally, the question of short term (populist) policies due to limited time in power (the short life span of governments means that they must deliver, however it also induces more populist policies), it’s also problematic. How do we solve this? First of all, either in representative democracies or direct democracies an informed opinion is paramount.

Authors like Boik, Fioramonti and Milante (2015) argue that the “next generation of democracy would measure quality not as increased economic output but by the broader metric of increased wellbeing”. That is, wellbeing implies the existence of better versions of economic and political decision-making systems that can promote decentralization, inclusion, tolerance, understanding, diversity, and openness of society, for example, through participatory budgeting where residents of a city democratically choose how public monies are spent. We should add to this a diverse mainstream media, schooling, family upbringings and an effective social engineering. Larry Diamond (2014, p. 9) contends that we need to strengthen “democratic institutions in both the political arena and the state”. According to his argument, it’s necessary to build and reform “the kinds of impersonal institutions that sustain democracy, prosperity, and the rule of law”. At the end democracy can’t “have a secure future without a restoration of confidence in its ability to function in the wealthy, advanced states of the West”. If that happens democracy will not be its own worst enemy but, we are sure, it’s very best friend.

### **Democracy and its Enemies: the Authoritarian Resurgence**

After the end of the Cold War it seemed that democracy was spreading; dictatorships were tumbling and capitalism was leading. Today, the international scenario is quite different, for worse we might add. Liberal values such as transparency, rule of law, accountability and respect for human dignity are being widely crushed by authoritarian regimes. Democratic expansion slowdown since 1995 and virtually came to a halt a decade ago. Democratic breakdowns have accelerated. From 1990 to 2005, the number of countries identified by Freedom House as “electoral democracies” grew from 76 to 119. During the same period, the number of countries rated “free” expanded from 65 to 89. In 2014, 46% of the countries were classified as Free, the same as in 1998, and the percentage of electoral democracies in 2014 was the same as in 1999, at 63%. As we had the opportunity to emphasize early on, Freedom House, in this year’s annual *Freedom in the World Report* released in January

cites a consecutive 10<sup>th</sup> year of decline in freedom around the world. Moreover, the quality or stability of democracy has been declining in the so called “swing states” and democracy hasn’t been promoted abroad as it should.

Given the background the “authoritarian resurgence” is viewed by Diamond (2015b, p. 151) as “an important part of the story of global democratic recession”. This downturn in democratization fostered the idea that democracy is in decline. Why? Plattner (2016, p. 5) highlighted Diamond’s argument stating that part of the answer is “bad governance”, particularly in new democracies where it’s difficult to build (legitimate) democratic institutions that can assure the existence of well-functioning and effective states: “disappointment with democracy’s ‘failure to deliver’ accounts, at least in part, for its vulnerability to breakdown in countries that have adopted it for the first time and its failure to take root in some places until it has been tried several times”. The other side of the equation is the lack of democracy’s legitimacy that, in turn, increases all sorts of doubts about the “desirability of democracy”. Why should countries adopt a political model that at home doesn’t safeguard the rule of law? Why should countries want to copy an economic model that at home is a disaster? As Carothers argues (2016) “many people on the receiving end of U.S. democracy aid are questioning why Americans believe they have the answers to others’ democratic shortcomings. What solutions, they rightfully ask, does the United States [or Europe] have to offer for overcoming, for example, a dysfunctional national legislature that commands little public respect, intolerant political populism, crippling polarization, problematic campaign financing, voter registration disputes, low voter turnout, or rights violations by security forces?”. The failure to answer these questions can explain why were debating today the rise of the authoritarian regimes.

In fact, the rise of authoritarian’s states like China and Russia in the international order are simply crushing the political opposition from within leaving no room for civil society activity. Basically, democracy is a facade in authoritarian regimes where elections are held with no competitiveness whatsoever since they use government-approved shell groups to edge out genuine civil society, pass laws outlawing free association and speech, and force the news media into submission by pulling the strings of the owners and editors. These “neopatrimonial states”, as Francis Fukuyama (2015, p. 13) call them, prohibit or restrict foreign funding of civil society; limit and control the use of internet shaping cyberspace to their own strategic advantage and promote at the same time “widespread patronage and clientelism”.

Likewise, they use “cooperation” forums like the Shanghai Cooperation Organization to push beyond their borders and fight back against democratic norms by mastering the *soft power* instruments that were previously practiced by democracies (international media, cultural institutes, exchange programs, scholarships, conferences and economic investments). In the January issue of this year’s Journal of

Democracy, Christopher Walker writes an important essay about authoritarianism called: *The Authoritarian Threat: The Hijacking of "Soft Power"*. This argument would be just a few months later extended with the book called *Authoritarianism Goes Global: The Challenge to Democracy*, edited by Larry Diamond, Marc F. Plattner, and Christopher Walker. Walker's argument (2016, pp. 49-50 and 62) explains that Western powers embraced these regimes in the global political and economic institutions hoping that autocracies could trace a genuine path to political reforms and, in the long run, become more like the democracies. What happened was precisely the opposite. Democratization processes didn't liberalize national politics in the authoritarian regimes but "rather than reforming, most of these repressive regimes have deepened their authoritarianism". Worst of all, they have pursued policies aiming at "blocking democracy's advance" by undermining the institutions and arenas that welcomed them and in the process hijack "the concept of soft power as part of a broad assault on democracy and its values". However their final goal, for Walker, "is not to promote authoritarianism, but rather to contain the spread of democracy and reshape the norms of the international order".

This is deeply worrying for western liberal democracies and western way of life. Liberal democracies need to go head to head with authoritarian regimes and fight with all its strength these new enemies in order to preserve the international democratic order. Maybe we will face new challenges similar to those that we endured during the cold war with the Soviet Union. But that's the price to pay.

We want to underline once again our position on this matter. It is impossible to discuss ways of "fighting" non-democratic authoritarian regimes if we don't think of this problem in a more profound perspective. That is to say, part of the reason why we are talking about the resurgence of authoritarianism in the first place is precisely because democracy in the West is simply not working properly. As underlined before to resolve problems with democracy internationally we have to first of all recognize all the problems domestically and address the major challenges of governance, particularly at a state level. If liberal democracies in the West want to lead by example they have an obligation to act accordingly. That's why this paper argued in the beginning that democracy to some extent is its own worst enemy (obviously, we were addressing the type of democracy practiced in Western liberal democracies).

The world is listening and if we don't speak about democracy promotion, if we look to the other side while far-right movements build up, if we say that is ok to undermine freedom of speech and the rule of law on our democratic societies then it's only natural that authoritarian regimes and democracy's external enemies (international terrorism, religious extremism and Islamic fundamentalism) can discredit democracy in general and cultivate an evident lack of legitimacy abroad. With this in mind, let's explore the million dollar question: is democracy in decline?

### **Is Democracy (Really) in Decline?**

The issue of democratic recession is not a new one. As we've seen, Huntington reflected after the cold war on the possibility of a "reverse wave." Over the years there have been various arguments in contention and to be fair-minded, from our perspective, *Journal of Democracy* has taken the lead numerous times in this debate focusing on whether or not democracy is in decline. For example, the editors' introduction for the 2010 edition of the *Journal* – that discussed democracy's past and future – in a very objective chronological analysis traced, since 1990, what can be understood as a downturn on democracy's vitality. This debate gained a new dimension with the twenty-fifth anniversary issue of the *Journal* dedicated precisely to the question of whether democracy is in decline with the thought-provoking headline cover – "Is Democracy in Decline?". The article written by Larry Diamond, "Facing Up to the Democratic Recession" (generally arguing that democracy has been in a global recession for most of the last decade) took the front on this discussion and was attacked by Levitsky and Way (2015, pp. 45-58) with what they called "The Myth of the Democratic Recession". Basically, the two authors pointed out that the decrease in overall Freedom House scores shows only a very slight decline in levels of freedom since 2000. The alleged "democratic recession" is nothing but a myth founded on misunderstandings originating in the post-Cold War period. This debate reflects a seminal fact: there will always be a positive and a negative point of view in contention on this matter.

Consequently, can it be argued that democracy is indeed in decline? Can we contend from an empirical point of view that 10 years is more than enough to talk about democracy's decline or even of a reverse wave? Can we honestly say that the rise of the authoritarian regimes represents an end cycle for democracy? Is this "a momentary setback in a general movement toward greater democracy around the world, similar to a stock-market correction or [they] signal a broader shift in world politics and the rise of serious alternatives to democracy", as Diamond (2014, p. 9) puts it. Or, are we "witnessing a crisis of democracy around the world" as Berkowitz (2014) argues.

Despite the variety of arguments presented in recent years we simply don't know for sure. It's too soon to talk about a potential democratic roll back. But if liberal democracies want to find the right answers to these questions they need to go back to the basics. Democratic powers need to understand once and for all that the world is changing and it's time to reset the way we approach democracy.

Francis Fukuyama (2014, p. 92) wrote: "Democracy is a complex set of institutions that involves accountability, rule of law, and an adequate state; they have to work in conjunction with one another, and successful democracy happens when you successfully institutionalize all of these different components. All along we should have been focusing on the institutionalization of democracy much more than on the initial ending of autocracy". He is absolutely right.

That is we need to address this issue in a combined way. The increase of democracy's quality and legitimacy at a State Level is vital in order to promote democratic principles externally. They have to be interpreted as one. By some means we need to "institutionalize" democracy's standards at home and abroad. We do believe that it's essential to engender a Toquevillian-Wilsonian approach (armed with Joseph Nye's "soft power") in a sense that democracy needs to be consolidated internally before we go "abroad in search of monsters to destroy". For that to happen we need to follow Lilia Shevtsova's (2013) advice: liberal democracies have to be attractive to the outside world and incorporate democracy promotion into their foreign policies. One way or another "the whole 'democracy promotion' approach used by the West for decades has to be rethought".

In the process, democracy needs to be strengthened and preserved where it already exists (increasing democracy's quality: fighting bad governance, corruption and underlying the importance of the rule of law). And yes – shocking enough – liberal democracies have to become more appealing in the long run so they can boost perhaps a new wave of democratic transitions to strike back at the core of all its enemies. As Plattner (2016, p. 6) contends "there are strong reasons for thinking that democracy can recover some of the momentum it has lost". Democracy has endured rough periods before – particularly during the cold war – and has demonstrated an astonishing capability for "self-correction". This resistance has the capacity to tell us that democracy can wake up from its lethargy and "rise to the challenge" Leading authoritarian regimes, a little bit like the former Soviet Union, aren't so strong politically and economically as they want to show to the "outside" world. For instance, in China the civil society is now well educated and living under the gains of economic capitalism and can push for some sort of democratic reforms. Democracy is strong and can appeal to a vast majority of citizens that live everyday without political freedom. Nevertheless it's urgent to recognize that we have a serious problem in hand. The solution is solely (and will always be) a prerogative of western liberal democracies.

## References

- Berkowitz, R., 2014. Is Democracy Over? *The American Interest* [online]. Available at: <http://www.the-americaninterest.com/2014/05/17/is-democracy-over/>. [Accessed June 6, 2016].
- Boik, J.; Fioramonti, F.; Milante, G., 2015. Traditional Democratic Institutions are Failing: It's Time for an Upgrade. *Foreign Policy* [online]. Available at: <http://foreignpolicy.com/2015/03/16/rebooting-democracy-participatory-reform-capitalism/>. [Accessed June 4, 2016].
- Carothers, T., 2016. Look Homeward, Democracy Promoter: Here's why it's Time for U.S. Democracy Assistance to Start Doing Some Work at Home. *Foreign Policy* [online]. Avail-

- lable at: <http://foreignpolicy.com/2016/01/27/look-homeward-democracy-promoter/>. [Accessed June 3, 2016].
- Diamond, L., 2014. The Next Democratic Century. *Current History* n°99, pp. 8-11. Available at [http://cdrl.fsi.stanford.edu/sites/default/files/diamond\\_the\\_next\\_democratic\\_century.pdf](http://cdrl.fsi.stanford.edu/sites/default/files/diamond_the_next_democratic_century.pdf) [Accessed May 27, 2016].
- Diamond, L., 2015a. Facing Up to the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, 26(1), pp. 141-155. Available at [http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Diamond-26-1\\_0.pdf](http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Diamond-26-1_0.pdf) [Accessed May 30, 2016].
- Diamond, L., 2015b. De-Polarizing. *The American Interest* [online]. Available at: <http://www.the-american-interest.com/2015/10/10/de-polarizing/>. [Accessed June 7, 2016].
- Fukuyama, F., 1989. The End of History? *The National Interest*, 16(3), pp. 3-18. Available at <https://ps321.community.uaf.edu/files/2012/10/Fukuyama-End-of-history-article.pdf> [Accessed May 27, 2016].
- Fukuyama, F., 1992. *The End of History and the Last Man*. New York: Perennial.
- Fukuyama, F., 2014. Reconsidering the Transition Paradigm (a Discussion). *Journal of Democracy*, 25(1), pp. 86-100. Available at <http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Reconsidering%20the%20Transition%20Paradigm-25-1.pdf> [Accessed May 27, 2016].
- Fukuyama, F., 2015. Why is Democracy Performing so Poorly? *Journal of Democracy*, 26(1), pp. 11-20. Available at [http://fsi.stanford.edu/sites/default/files/ff\\_jod\\_jan2015.pdf](http://fsi.stanford.edu/sites/default/files/ff_jod_jan2015.pdf) [Accessed May 29, 2016].
- Huntington, S. P., 1996. "Democracy's Third Wave". In: L. Diamond and M. F. Plattner, eds., *The Global Resurgence of Democracy*. Baltimore, London: The Johns Hopkins University Press.
- Huntington, S. P., 1991. *The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century*. Norman: University of Oklahoma Press.
- Levitsky, S.; Way, L., 2015. The Myth of the Democratic Recession. *Journal of Democracy*, 26 (1), pp. 45-58. Available at <http://www.journalofdemocracy.org/sites/default/files/Levitsky-26-1.pdf> [Accessed June 2, 2016].
- Mandelbaum, M., 2002. *The Ideas that Conquered the World: Peace, Democracy and Free Markets in the Twenty-first Century*. New York: Public Affairs.
- Plattner, M. F. (2016). Is Democracy in Decline? *Democracy & Society*, 13(1), pp. 3-6.
- Puddington, A.; Roylance, T., 2016. Freedom House, Freedom in the World 2016 annual report, "'Anxious Dictators, Wavering Democracies: Global Freedom under Pressure'". Freedom House. Available at [https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH\\_FITW\\_Report\\_2016.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/FH_FITW_Report_2016.pdf) [Accessed June 7, 2016].
- Shevtsova, L., 2013. Is Democracy in Retreat? *The American Interest* [online]. Available at: <http://www.the-american-interest.com/2013/06/04/is-democracy-in-retreat/> [Accessed June 8, 2016].
- Walker, C., 2016. The Authoritarian Threat: the Hijacking of "Soft Power". *Journal of Democracy*, 27(1), pp. 49-63. Available at: <http://www.ned.org/wp-content/uploads/2016/01/January-2016-JOD-Hijacking-of-Soft-Power-Christopher-Walker.pdf> [Accessed June 9, 2016].
-

## REVISTA NAÇÃO E DEFESA

### Números temáticos publicados

1998	84	Inverno	Uma Nova NATO numa Nova Europa
	85	Primavera	Portugal e o Desafio Europeu
	86	Verão	O Desafio das Águas: Segurança Internacional e Desenvolvimento Duradouro
	87	Outono	O Estado em Mudança
1999	88	Inverno	Mulheres nas Forças Armadas
	89	Primavera	Portugal na NATO: 1949-1999
	90	Verão	Economia & Defesa
	91	Outono	Operações de Paz
2000	92	Inverno	Portugal e as Operações de Paz na Bósnia
	93	Primavera	Novos Rumos da Educação para a Cidadania
	94	Verão	Democracia e Forças Armadas
	95/96	Outono-Inverno	Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz
2001	97	Primavera	Nova Ordem Jurídica Internacional
	98	Verão	Forças Armadas em Mudança
	99	Outono	Segurança para o Século XXI
	100	Inverno	De Maastricht a Nova Iorque
2002	101	Primavera	Europa e o Mediterrâneo
	102	Verão	Repensar a NATO
	103	Outono-Inverno	Novos Desafios à Segurança Europeia
	Extra	Dezembro	Cooperação Regional e a Segurança no Mediterrâneo (C4)
2003	104	Primavera	Evolução das Nações Unidas
	Extra	Abril	A Revolução nos Assuntos Militares
	105	Verão	Soberania e Intervenções Militares
	106	Outono-Inverno	A Nova Carta do Poder Mundial
2004	107	Primavera	Forças Armadas e Sociedade. Continuidade e Mudança
	Extra	Julho	Educação da Juventude. Carácter, Liderança e Cidadania
	108	Verão	Portugal e o Mar
	109	Outono-Inverno	Segurança Internacional & Outros Ensaios
2005	110	Primavera	Teoria das Relações Internacionais
	111	Verão	Raymond Aron. Um Intelectual Comprometido
	112	Outono-Inverno	Número não Temático
2006	113	Primavera	Número não Temático
	114	Verão	Segurança na África Subsariana
	115	Outono-Inverno	Portugal na Europa Vinte Anos Depois

2007	116	Primavera	Número não Temático
	117	Verão	Número não Temático
	118	Outono-Inverno	Políticas de Segurança e Defesa dos Pequenos e Médios Estados Europeus
2008	119	Primavera	Transição Democrática no Mediterrâneo
	120	Verão	Número não Temático
	121	Outono-Inverno	Estudos sobre o Médio Oriente
2009	122	Primavera	O Mar no Pensamento Estratégico Nacional
	123	Verão	Portugal e a Aliança Atlântica
	124	Outono-Inverno	Que Visão para a Defesa? Portugal-Europa-NATO
2010	125	Primavera	Visões Globais para a Defesa
	126		O Conceito Estratégico da NATO
	127		Dinâmicas da Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia
2011	128		O Mar no Espaço da CPLP
	129		Gestão de Crises
	130		Afeganistão
2012	131		Segurança em África
	132		Segurança no Mediterrâneo
	133		Cibersegurança
2013	134		Ásia-Pacífico
	135		Conselho de Segurança da ONU
	136		Estratégia
2014	137		Reflexões sobre a Europa
	138		Brasil
	139		Portugal na Grande Guerra
2015	140		Nuclear Proliferation
	141		Arquipélago dos Açores
	142		Índia
2016	143		Terrorismo Transnacional
	144		The EU Comprehensive Approach: Concepts and Practices

### **Política Editorial**

*Nação e Defesa* é uma publicação periódica do Instituto da Defesa Nacional que se dedica à abordagem de questões no âmbito da segurança e defesa, tanto no plano nacional como internacional. Assim, *Nação e Defesa* propõe-se constituir um espaço aberto ao intercâmbio de ideias e perspectivas dos vários paradigmas e correntes teóricas relevantes para as questões de segurança e defesa, fazendo coexistir as abordagens tradicionais com as problemáticas de segurança mais recentes.

A Revista dá atenção especial ao caso português, sendo um espaço de reflexão e debate sobre as grandes questões internacionais com reflexo em Portugal e sobre os interesses portugueses, assim como sobre as grandes opções nacionais em matéria de segurança e defesa.

### **Editorial Policy**

*Nação e Defesa* (Nation and Defence) is a journal edited by the Portuguese National Defence Institute and focused on security and defense issues both at a national and international level. Thus, *Nação e Defesa* aims to constitute an open forum for the exchange of ideas and views concerning the various paradigms and theoretical approaches relevant to security and defence.

The journal pays special attention to the portuguese situation, being a space for reflection and debate over the broad choices that Portugal faces in terms of security and defence, as well as other international security issues with potential impact over the portuguese interests.

## NORMAS DE COLABORAÇÃO

O artigo proposto para publicação deverá ser enviado via correio eletrónico para [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

O texto terá de observar as seguintes normas:

- Ter entre 30.000 a 50.000 caracteres (espaços incluídos) em Word for Windows.
- Ser acompanhado de um resumo em português e em inglês (até 1000 caracteres cada).
- Ser redigido de acordo com a norma de Harvard disponível em <http://libweb.anglia-ac-uk/referencing/harvard.htm>

O artigo, sem indicação do autor e acompanhado pela Ficha de Identificação (disponível em <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>) devidamente preenchida, será apreciado em regime de anonimato pelo Conselho Editorial da revista.

Os artigos aprovados pelo Conselho Editorial pressupõem o direito de publicação exclusiva na revista *Nação e Defesa*.

A revista *Nação e Defesa* poderá publicar artigos já editados noutras publicações mediante autorização por parte da respetiva Editora.

Todo o artigo publicado é da inteira responsabilidade do autor, sendo a revisão das provas tipográficas da responsabilidade do Instituto da Defesa Nacional.

O pagamento dos honorários aos autores (150 € por artigo) será efetuado por transferência bancária até 30 dias após a edição da revista. Cada autor receberá três exemplares da revista na morada indicada.

Os casos não especificados nestas Normas de Colaboração deverão ser apresentados ao Coordenador Editorial da *Nação e Defesa*.

## PUBLICATION NORMS

The submitted article will have to be sent by email to [idn.publicacoes@defesa.pt](mailto:idn.publicacoes@defesa.pt)

The text should obey to certain requirements:

- It should have between 30.000 and 50.000 characters (spaces included), and must be presented as a Microsoft Word document.
- The author should provide an abstract of the article (until 1000 characters).
- Written according to the Harvard reference system available at <http://libweb.anglia.ac.uk/referencing/harvard.htm>

The article should not contain any reference to its author. The sole means of identifying the author is a duly filled ID form (<http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/FichadeAutor.pdf>), so its submission is compulsory.

The journal's Editorial Board, on an anonymous basis, will appraise the text. The article's approval by the Editorial Board implies the possession of exclusive publishing rights by *Nação e Defesa*. The publication of non-exclusive articles by this journal depends upon acknowledgment of the legitimate holder of the article's publishing rights.

The author shall hold full responsibility for the content of the published article. The *Instituto da Defesa Nacional* is responsible for the article's typographical revision.

The author's honorarium for each published article (150 €) will be paid by bank transfer up to 30 days after the article's publication. Three issues of the journal will be sent to the address indicated in the ID form.

All cases not envisioned in these Norms should be presented to the Editorial Coordinator of *Nação e Defesa*.



# NAÇÃO E DEFESA

Revista quadrimestral

Nome/Name \_\_\_\_\_

Morada/Address \_\_\_\_\_

Localidade/City \_\_\_\_\_

Cód. Postal/Zip \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ NIF \_\_\_\_\_

Country \_\_\_\_\_

E-mail \_\_\_\_\_

Tel./Phone \_\_\_\_\_

Renovação/Renewal – Assin. nº/Subscrip. nr. \_\_\_\_\_

Nova assinatura/New subscription

Assinatura/Signature \_\_\_\_\_

Data/Date \_\_\_\_\_

**INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL**  
Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa  
PORTUGAL

## Assinatura Anual/Annual Subscription (3 nºs /issues)

Instituições/Institutions 40,00 €

Individuais/Individuals 25,00 €

Estudantes/Students 20,00 € (anexar comprovativo deste ano)

**Números Anteriores/Previous Issues – 8,50 € cada/each + portes/**  
**/postage charges**

## Pré-Pagamento/Prepayment

Numerário

Cheque nº \_\_\_\_\_ Banco \_\_\_\_\_ à ordem do IDN

**Transferência Bancária** NIB 0781 0112 0000 000 7777 20  
(anexar comprovativo da Transferência)

**Bank Transfer** (compulsory for foreign subscriptions)

IBAN – PT50 0781.0112 0000 000 7777 20

BIC (SWIFT) – IGCPTPL

[www.idn.gov.pt](http://www.idn.gov.pt)  
[ids.publicacoes@defesa.pt](mailto:ids.publicacoes@defesa.pt)  
tel. + 351 21 392 46 00 Fax + 351 21 392 46 58

**idn** nação e defesa

**EXTRA DOSSIÊ**

VASCO RATO A PRIMAVERA DOS FARAÓS CRISTIANO CABRITA WHY DEMOCRACY IS ITS OWN  
WORST ENEMY?



**idn** Instituto  
da Defesa Nacional

